



Ministério da Educação

Secretaria-Executiva - SE
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO
Coordenação-Geral de Finanças - CGF
Coordenação de Contabilidade e Custos - CCON

RELATÓRIO CONTÁBIL

3º Trimestre/2023

- ***Demonstrações Contábeis***
- ***Notas Explicativas***



RELATÓRIO CONTÁBIL - Propósito

Este Relatório constitui mais um instrumento de transparência das Entidades do Setor Público em consonância com as normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público – *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), que passou a ser exigido a partir da publicação em 2016 pelo Conselho Federal de Contabilidade da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP: *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público*, a qual aponta dois tipos de informações a serem produzidas pelas entidades do setor público:

- i) as de estatísticas de finanças públicas, destinadas a analisar as opções de política fiscal; definir essas políticas e avaliar os seus impactos; determinar o impacto sobre a economia; e comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente; e
- ii) as contábeis, não financeiras, objeto desse novo documento denominado Relatório Contábil, destinado à prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

Alinhada à NBC TSP acima, em 2019, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN reformulou a Macrofunção do Manual Siafi que trata da Conformidade Contábil, 02.03.15, para atender às exigências trazidas, estabelecendo que as demonstrações contábeis – DCONs e as notas explicativas, de periodicidade trimestral, devem compor o **Relatório Contábil** e ser incluído no Siafi Web no Módulo das Notas Explicativas nos prazos estabelecidos pela STN na transação CONESTNOT.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, elaborado em consonância com as NBC TSP, exige que as notas explicativas devam conter informações que abranjam os principais aspectos: a) Contexto operacional do órgão/entidade: natureza jurídica; domicílio; natureza das operações e principais atividades; estrutura organizacional; alterações na estrutura administrativa (criação/extinção de UG); b) Base de preparação das demonstrações contábeis: base legal/normativos; c) Resumo das principais práticas e políticas contábeis: critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação; mudanças de práticas/políticas contábeis; e d) Descrição da composição dos itens mais relevantes das demonstrações contábeis: variações absolutas (valores monetários) e variações relativas (pontos percentuais) apontadas pelas revisões analíticas (análise horizontal e vertical).

No âmbito do MEC o Relatório Contábil é elaborado de forma individualizada pela Setorial Contábil de cada órgão/entidade vinculado, e de forma consolidada, é elaborado pela Setorial Contábil de Órgão Superior do MEC (Coordenação de Contabilidade e Custos vinculada à Coordenação-Geral de Finanças da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento) que consolida as informações dos 117 órgãos vinculados (administração direta: 1 órgão) e (administração indireta: 116 órgãos) que compreende as duas empresas públicas (HCPA e Ebserh), autarquias e fundações públicas, como universidades, institutos e centros federais e outras unidades (Capes, FNDE, Inep e Fundaj).

As notas explicativas abrangem os demonstrativos contábeis exigidos pela Lei nº 4.320/1964 (Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa) e Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, obrigatória para as empresas públicas.

Considerando que as entidades do setor público possuem características que as diferem das demais entidades, o Relatório Contábil tem como objetivo apresentar as informações sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa dos órgãos/entidades, evidenciados pelos seus ativos, passivos, receitas e despesas utilizados como meio/instrumentos para a prestação de serviços à sociedade (MCASP).

Em cada período, os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial demonstram o impacto gerado no patrimônio público dos órgãos (e não o lucro ou prejuízo obtido) resultante da consecução das políticas públicas financiadas com os tributos pagos pela sociedade, provedora e usuária dos serviços. Portanto, “no setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa” (NBC TSP: Estrutura Conceitual, item 14).



O Resultado Orçamentário deste trimestre apresentado no **Balço Orçamentário** foi deficitário de R\$ 138,965 bilhões, resultado do confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas empenhadas. Este déficit não representa propriamente uma inconsistência em função da metodologia de elaboração do Balço Orçamentário cuja estrutura foi concebida para atender à visão de ente público (União – OFSS, estados, Distrito Federal e municípios); portanto, o Balço Orçamentário de um Órgão ou unidade(s) gestora(s) apresentará desequilíbrio entre a previsão/arrecadação da receita e a dotação/despesas empenhadas, pois nas colunas da "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita estarão demonstrados apenas os valores correspondentes aos recursos próprios¹ das autarquias, fundações, empresas públicas e também da administração direta, e os valores referentes a recursos vinculados a fundos, órgãos ou programas específicos, consignados na LOA. Caso um órgão não possua arrecadação própria ou recursos vinculados a fundos e despesas específicas, o BO não apresentará valores na coluna da Previsão da Receita, demonstrará apenas os valores na coluna da Dotação da Despesa e sua execução na coluna das "Despesas Empenhadas".

O Resultado Financeiro apresentado no **Balço Financeiro** e a Geração Líquida de Caixa apresentada na **Demonstração dos Fluxos de Caixa** foi positivo em igual montante R\$ 858,497 milhões, resultado do confronto entre as disponibilidades financeiras de Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial e Final do período. A igualdade entre os resultados desses demonstrativos se dá em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), em cumprimento ao Decreto nº 93.872/1986; logo, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Segundo o MCASP um resultado negativo não representa uma insuficiência de caixa e não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento do Órgão. Assim como uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público.

O Resultado Patrimonial apresentado na **Demonstração das Variações Patrimoniais** foi negativo de R\$ 7,139 bilhões, resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas, e reflete as mutações/alterações ocorridas no patrimônio do Órgão em contrapartida das contas do Balço Patrimonial.

O Balço Patrimonial do MEC, composto pelos bens, direitos e obrigações apresentou um Ativo Total de R\$ 191,542 bilhões e um Passivo Total de R\$ 25,122 bilhões, resultando num Patrimônio Líquido positivo de R\$ 166,420 bilhões. Os bens e direitos que compõem o Ativo e as obrigações que compõem o Passivo, constituem os meios, isto é, os instrumentos para se atingir as finalidades e a entrega dos produtos das políticas educacionais do ministério.

O Patrimônio Líquido do MEC apresentou uma redução de R\$ 2,665 bilhões em relação a 31/12/2022 em decorrência, principalmente, do Resultado Patrimonial apurado na DVP que foi negativo de R\$ 7,139 bilhões; este resultado é incorporado ao Patrimônio Líquido - PL do órgão, evidenciado no Balço Patrimonial na conta de Resultado do Exercício.

Embora o PL do MEC tenha sido positivo de R\$ 166,420 bilhões, esta situação é atípica, pois a ocorrência de PL negativo é comum em países que adotam as normas internacionais de contabilidade no setor público, como é o caso do Brasil, em face da exigência de reconhecimento e evidência de **todos os passivos (obrigações)**, como também de provisões trabalhistas, cíveis, fiscais, previdenciárias etc.

O cronograma de prazos para implantação desses procedimentos no âmbito da União e dos entes federados foi estabelecido pela STN por meio de sua Portaria nº 548/2015.

¹ As receitas próprias compreendem as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos decorrentes do seu esforço institucional. Incluem doações financeiras de diversas origens; prestação de serviços; refeições dos restaurantes universitários; inscrições em cursos; venda de livros; comercialização de hortifrutigranjeiros; doces, queijos etc.



Sumário

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS MEC	7
<i>Regime de competência</i>	8
<i>BO no âmbito do MEC: recursos próprios e recursos vinculados</i>	8
<i>Fundeb</i>	9
<i>Fies</i>	9
<i>Fundo Garantidor do Fies</i>	10
<i>Fgeduc</i>	10
<i>Salário-Educação</i>	11
<i>Órgãos Gestores do Salário-Educação:</i>	11
2.1 Base de preparação das demonstrações contábeis.....	11
2.2 Resumo das principais práticas e critérios contábeis.....	13
2.3 Detalhamento dos critérios contábeis adotados no âmbito do MEC	15
2.4 Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis	39
2.5 Balanço Patrimonial	41
2.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	44
2.7 Demonstração das Variações Patrimonial.....	45
2.8 Balanço Orçamentário.....	47
2.9 Balanço Financeiro	49
2.10 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	51
2. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	53
2.1 Contexto Operacional do MEC.....	53
2.2 Cadeia de Valor do MEC.....	53
<i>Referenciais estratégicos: Missão, Valores e Visão de Futuro</i>	54
<i>Mapa Estratégico</i>	55
<i>Macroprocessos de Suporte e de Governança</i>	58
<i>Macroprocessos Finalísticos</i>	59
2.3 Estrutura organizacional do MEC	60
<i>Quadro-Síntese: Quantitativo de Órgãos, UGs e UOs do MEC</i>	60
2.3.1 MEC – Administração Direta	61
<i>Unidades da Administração Direta</i>	63
<i>Unidades extintas, criadas e recriadas em 2023</i>	64
<i>Unidades extintas em anos anteriores em processo de desativação no Siafi</i>	64
2.3.2 MEC – Administração Indireta	66
<i>Universidades Federais</i>	67
<i>Institutos e Centros Federais</i>	68
<i>Outras Unidades (Capes, Inep, HCPA, Ebserh, FNDE e Fundaj)</i>	69
<i>Fundos sob supervisão do MEC</i>	69
<i>Hospitais Universitários</i>	70



2.4 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário	72
<i>Estrutura do Balanço Orçamentário</i>	72
<i>Aspectos importantes sobre o BO e o Siafi</i>	72
<i>Elaboração do Orçamento-Geral da União</i>	73
<i>Regime Fiscal do Teto de Gastos (2016) x Regime Fiscal Sustentável (2023)</i>	74
<i>Acompanhamento da execução do Orçamento-Geral da União</i>	75
Nota 1 – BO: Receitas Orçamentárias.....	76
<i>Previsão e Arrecadação de Receitas</i>	77
<i>Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas</i>	78
Nota 2 – BO: Despesas Orçamentárias.....	81
<i>Movimentação de créditos: Destaque e Provisão</i>	86
Nota 3 – BO: Créditos Adicionais.....	87
Nota 4 – BO: Restos a Pagar	87
Nota 5 – BO: Restos a Pagar - Decreto nº 9.428/2018.....	89
Nota 6 – BO: Restos a Pagar - Lei nº 14.212/2021	90
2.5 Notas Explicativas do Balanço Financeiro	92
<i>Estrutura do Balanço Financeiro</i>	92
<i>Contabilização de Retenções (Macrofunção 021115: Retenção de Tributos)</i>	92
Nota 7 – BF: Ingressos Financeiros.....	93
Nota 8 – BF: Dispêndios Financeiros.....	95
<i>Nova Estrutura de Fontes de Recursos (Projeto STN)</i>	96
Nota 9 – BF: Resultado Financeiro	101
2.6 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC	102
<i>Elaboração da DFC</i>	102
<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>	103
<i>Caução</i>	104
<i>Fiança bancária</i>	104
<i>Seguro-garantia</i>	104
Nota 10 – DFC: Ingressos de Caixa.....	106
<i>Atividades Operacionais - Ingressos</i>	106
<i>Atividades de Investimento - Ingressos</i>	107
Nota 11 – DFC: Desembolsos de Caixa	108
<i>Atividades Operacionais - Desembolsos</i>	108
<i>Atividades de Investimento - Desembolsos</i>	109
2.7 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.....	112
<i>Estrutura do BP</i>	112
Nota 12 – BP: Caixa e Equivalentes de Caixa.....	113
<i>Vinculação de Pagamento</i>	113
<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>	115
Nota 13 – BP: Créditos a curto prazo	116
Nota 14 – BP: Empréstimos e Financiamentos Concedidos de longo prazo.....	119
<i>Títulos Públicos – Mercado Aberto</i>	121
<i>Programa de Crédito Educativo - Creduc</i>	121
Nota 15 – BP: Imobilizado	123
<i>Controle de bens</i>	123
<i>Nova rotina de bens cedidos estabelecida pela STN</i>	123
<i>Imobilizado no âmbito do MEC</i>	124
<i>Redução ao Valor Recuperável (Bens Móveis e Imóveis)</i>	125
<i>Composição Bens Móveis</i>	126
<i>Depreciação de Bens Móveis</i>	128



Órgãos que ainda não aderiram ao Siads.....	128
Importações em Andamento.....	129
Composição Bens Imóveis.....	131
Depreciação de Bens Imóveis (SPUnet).....	132
Obras em Andamento.....	133
Ajustes de Exercícios Anteriores: Imobilizado.....	135
Nota 16 – BP: Intangíveis.....	136
Amortização de Intangíveis.....	137
Softwares que não são amortizados.....	138
Ajustes de Exercícios Anteriores: Intangíveis.....	139
Nota 17 – BP: Ativos Contingentes.....	140
Diversos Responsáveis.....	140
Nota 18 – BP: Passivo Circulante.....	142
Nota 19 – BP: Fornecedores e Credores.....	142
Nota 20 – BP: Obrigações Contratuais.....	145
Nota 21 – BP: Provisões.....	149
Nota 22 – BP: Passivos Contingentes.....	151
Nota 23 – BP: Outras Obrigações a Curto Prazo.....	152
Nota 24 – BP: Passivo Não Circulante.....	153
Nota 25 – BP: Precatórios.....	155
Nota 26 – BP: Cancelamento de Precatórios.....	156
Nota 27 – BP: Patrimônio Líquido.....	157
Nota 28 – BP: Mudança de Critério Contábil 3º Trim/2023: Reclassificação da conta de Reavaliação de Bens Imóveis de VPA para conta de PL.....	158
Nota 29 – BP: Ajustes de Exercícios Anteriores: Consolidado MEC.....	159
2.8 Notas Explicativas da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	162
Nota 30 – DMPL: Consolidado MEC, Ebserh e HCPA.....	162
2.9 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	165
Nota 31 – DVP: Resultado Patrimonial do Período.....	165
Nota 32 – DVP: Variações Patrimoniais Aumentativas.....	165
Nota 33 – DVP: Mudança de Critério Contábil 3º Trim/2023: Reclassificação da conta de Reavaliação de Bens Imóveis de VPA para conta de PL.....	168
Nota 34 – DVP: Variações Patrimoniais Diminutivas.....	170
Nota 35 – DVP: Depreciação e Amortização.....	173
3. SUPERÁVIT FINANCEIRO.....	175
Superávit Financeiro e o Regime Fiscal do Teto de Gastos: EC 95/2016.....	177
Superávit Financeiro e o Regime Fiscal Sustentável: Lei Complementar nº 200/2023.....	179
4. PARTES RELACIONADAS.....	182
Conflito de Interesses e Nepotismo.....	186
Portal da Transparência da CGU.....	187
Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MEC.....	187
5. AUDITORIA DA CGU NO MEC - 1112626 - AAC - 2022.....	199



1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS MEC

De acordo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP², Parte V, Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP), as demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade.

O objetivo das demonstrações contábeis do setor público é o fornecimento de informações úteis sobre a entidade que reporta a informação, voltadas para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e para a tomada de decisão.

A situação econômico-financeira da entidade compreende a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa em determinado período ou exercício financeiro.

As demonstrações contábeis são as seguintes:

- a) **Balanco Patrimonial - BP:** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle);
- b) **Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP:** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, que passa a compor o saldo patrimonial do Balanco Patrimonial (BP) do exercício;
- c) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL:** demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período;
- d) **Balanco Orçamentário - BO:** demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, e apresenta os quadros de execução dos restos a pagar;
- e) **Balanco Financeiro - BF:** evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte; e
- f) **Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC:** apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

No modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), aprovado pela Portaria STN nº 700/2014, é possível a apuração dos seguintes resultados nas demonstrações contábeis: patrimonial, orçamentário e financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o MEC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o MEC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit

² MCASP, 9ª edição, válido a partir de 2022. Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>



do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

Regime de competência

É o regime contábil segundo o qual transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (não necessariamente quando caixa e equivalentes de caixa são recebidos ou pagos). Portanto, as transações e os eventos são registrados contabilmente e reconhecidos nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. Os elementos reconhecidos, de acordo com o regime de competência, são ativos, passivos, patrimônio líquido, variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão.

Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado.

O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto o superávit é apresentado junto às despesas.

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. (MCASP, Parte V, DCASP)

BO no âmbito do MEC: recursos próprios e recursos vinculados

No âmbito do MEC, as colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão apenas os valores correspondentes aos recursos próprios³ das autarquias, fundações, empresas públicas e

³ As receitas próprias compreendem as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos decorrentes do seu esforço institucional. Incluem doações financeiras de diversas origens; prestação de serviços; refeições dos restaurantes universitários; inscrições em cursos; venda de livros; comercialização de hortifrutigranjeiros; doces, queijos etc.



também das Administração Direta do MEC e os valores referentes a recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Os valores recebidos pelas universidades e institutos, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos decorrentes de movimentação de créditos, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Dotação Atualizada", desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN.

São considerados Recursos Próprios os que têm origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, remunerados por preço público, bem como o produto da aplicação financeira desses recursos (Portaria SOF nº 14.956, de 21/12/2021, art. 3º).

Os recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas no MEC estão relacionados à Educação, com prioridade para a Educação Básica, e envolve os fundos gerenciados pelo FNDE, quais sejam: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) custeado com os recursos do Salário-Educação; no âmbito da Educação Superior estão o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies; o Fundo Garantidor do Fundo do Fies – FG-Fies; e o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – Fgeduc. Estes dois últimos fundos, embora vinculados ao Fies/FNDE, são fundos privados gerenciados pela CAIXA (até julho/2018 o Fgeduc era gerenciado pelo Banco do Brasil).

Fundeb

O Fundeb é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal.

O Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Independentemente da fonte de origem dos valores que compõem o Fundo, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração.

Além das fontes de receita de impostos e de transferências constitucionais dos Estados, Distrito Federal e Municípios, integram a composição do Fundeb os recursos provenientes da União a título de complementação aos entes federados que não atingiram o valor mínimo por aluno/ano definido nacionalmente ou que efetivaram as condicionalidades de melhoria de gestão e alcançaram a evolução dos indicadores a serem definidos sobre atendimento e melhoria de aprendizagem com a redução das desigualdades.

A contribuição da União neste novo Fundeb sofrerá um aumento gradativo, até atingir o percentual de 23% (vinte e três por cento) dos recursos que formarão o Fundo em 2026. Passará de 10% (dez por cento), do modelo do extinto Fundeb, cuja vigência se encerrou em 31 de dezembro de 2020, para 12% (doze por cento) em 2021; em seguida, para 15% (quinze por cento) em 2022; 17% (dezesete por cento) em 2023; 19% (dezenove por cento) em 2024; 21% (vinte e um por cento) em 2025; até alcançar 23% (vinte e três por cento) em 2026. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb>

Fies

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. A partir de 2018, o FIES possibilita juros zero a quem mais precisa e uma escala de financiamento que



varia conforme a renda familiar do candidato. O financiado começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda, fazendo com que os encargos a serem pagos diminuam consideravelmente.

<https://acessounico.mec.gov.br/fies>

Fundo Garantidor do Fies

O FG-Fies é um fundo privado, constituído sob o amparo da Lei nº 13.530, de 07/12/2017, com patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e da administradora, sendo sujeito a direitos e obrigações próprias.

Compete à CAIXA a administração, gestão e representação judicial e extrajudicialmente do FG-Fies.

O Fundo tem por finalidade garantir ao Fundo de Financiamento Estudantil – Fies o crédito do financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos, contratados a partir do primeiro semestre de 2018.

O Fundo tem balanço próprio e a prestação de contas apresentada para apreciação do TCU conforme norma daquela Corte e está subordinado às decisões da Assembleia de Cotistas.

A honra da garantia ocorre por solicitação do Agente Operador do FIES, quando o estudante estiver inadimplente há mais de 360 dias. Assim que efetuado o pagamento, o FG-Fies torna-se credor do contrato do financiamento estudantil. <https://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FG-Fies/detalhe/sobre/>

Fgeduc

O Fgeduc é um fundo garantidor privado, que tem a União como cotista única, foi criado em novembro de 2009, visando dar garantias nos financiamentos para os estudantes do ensino superior que tinham dificuldade de conseguir fiadores para contratar o financiamento educacional, concedido com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

O Fgeduc proporciona segurança e facilidades aos diversos agentes participantes do FIES. No caso dos estudantes, o FGEDUC elimina a necessidade de apresentação de fiador no momento da contratação do financiamento. Já para as mantenedoras, o fundo garante até 90% do risco de inadimplência das operações de crédito educativo.

Por força da adesão das entidades mantenedoras ao Fies e ao Fgeduc, os contratos formalizados a partir de 1º de fevereiro de 2014, garantidos por fiança convencional ou solidária, terão como garantia colateral o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc). Assim, em caso de inadimplemento das parcelas do financiamento, os fiadores e o Fgeduc serão chamados a honrarem a dívida inadimplida.

[FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/fundofinanciamentoaoestudantedoensinosuperior)

Criado e administrado inicialmente pelo Banco do Brasil, a partir de agosto de 2018 o FGEDUC passou a ser administrado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA).

Embora a União seja cotista única, o Fundo é classificado como um fundo privado, porque tem patrimônio próprio, separado do patrimônio dos cotistas e da administradora, e está sujeito a direitos e obrigações próprias, sendo que a União se obriga a executar garantias limitadas ao patrimônio do Fundo.

Para remuneração dos riscos assumidos nas operações de financiamento, o FGEDUC recebe Comissão de Concessão de Garantia (CCG), cujo valor corresponde a 6,25% sobre a parcela das operações de financiamento garantidas pelo Fundo. Esta CCG é cobrada mensalmente, sendo debitada do valor pago pelo FIES às entidades mantenedoras de instituição de ensino, por ocasião do pagamento dos encargos educacionais.

O Fgeduc tem por finalidade garantir parte do risco em operações de crédito do Fies concedidas pelo agente financeiro a estudantes beneficiários de bolsas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), estudantes matriculados em cursos de licenciatura e àqueles estudantes cuja renda familiar mensal bruta per capita seja de até 1,5 salário-mínimo. Com o fundo, os estudantes podem contratar o financiamento sem a exigência de fiador. (<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/fgeduc>)



Assim, o FGEDUC garante o risco de crédito do estudante que possui financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), relativamente aos financiamentos estudantis das operações contratadas até 31/12/2017.

Salário-Educação

O Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988.

Os recursos do Salário-Educação são repartidos em cotas, sendo os destinatários a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, da seguinte forma:

- a) 10% da arrecadação líquida ficam com o próprio FNDE, que os aplica no financiamento de projetos, programas e ações da educação básica;
- b) 90% da arrecadação líquida são desdobrados e automaticamente disponibilizados aos respectivos destinatários, sob a forma de quotas, sendo:
 - i) quota federal – correspondente a 1/3 dos recursos gerados em todas as Unidades Federadas, o qual é mantido no FNDE, que o aplica no financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais entre os municípios, estados e regiões brasileiras;
 - ii) quota estadual e municipal – correspondente a 2/3 dos recursos gerados, por Unidade Federada (Estado), o qual é creditado, mensal e automaticamente, em contas bancárias específicas das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, na proporção do número de matrículas, para o financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica (art. 212, § 6º da CF).

As Quotas-partes do Salário-Educação pertencentes aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios são repassadas de forma automática, em favor dos entes da Federação, sem necessidade de convênio ou outro instrumento similar, em contas bancárias específicas, abertas pelo FNDE e mantidas, a critério do respectivo ente federado, em instituição financeira oficial (Parágrafo Único, art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998).

Órgãos Gestores do Salário-Educação:

Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB): planeja, executa, acompanha e avalia as atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento da contribuição social do Salário-Educação;

FNDE: reparte e distribui os recursos do Salário-Educação;

INEP: realiza o censo escolar e disponibiliza os dados ao FNDE;

Banco do Brasil: distribui os recursos das Quotas Estadual e Municipal do Salário-Educação e mantém as contas específicas dos estados, Distrito Federal e municípios; e

Caixa Econômica Federal: mantém as contas específicas dos estados, Distrito Federal e municípios.

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/salario-educacao>

2.1 Base de preparação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do MEC e dos demais órgãos da administração pública federal são elaboradas em consonância com a estrutura e atributos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) tendo por base os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as Normas Brasileiras de

Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP (aprovadas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade): NBC TSP (Estrutura Conceitual e NBCs TSP nº 01 a 34)⁴; as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (Macrofunções).

O PCASP “permitiu diversas inovações, além de ser uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade”, como por exemplo:

- Segregação das informações orçamentárias e patrimoniais: no PCASP as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam – orçamentária, patrimonial e de controle, de modo que os registros orçamentários não influenciem ou alterem os registros patrimoniais, e vice-versa;
- Registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência: as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, sejam elas dependentes ou independentes da execução orçamentária; e
- Registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais, como as provisões, os créditos tributários e não tributários, os estoques, os ativos imobilizados e intangíveis, dentre outros. Incluem-se também os procedimentos de mensuração após o reconhecimento, tais como a reavaliação, a depreciação, a amortização, a exaustão e a redução ao valor recuperável (*impairment*), dentre outros. (MCASP, Parte Geral)

Figura 1 - Critérios adotados para os registros contábeis de acordo com o PCASP

Registros Contábeis – Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Contas de Natureza de Informação Orçamentária			Contas de Natureza de Informação Patrimonial		
Evento	Critério	Base Normativa	Evento	Critério	Base Normativa
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	NBC TSP – Estrutura Conceitual
Despesa Orçamentária	Empenho	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Diminutiva	Competência	NBC TSP – Estrutura Conceitual

Fonte: MCASP, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, item 4.5.

As demonstrações contábeis do MEC como Órgão Superior consolidam as informações de todos os órgãos vinculados ao ministério, tanto da administração direta (secretarias finalísticas e institutos de educação/ensino especial) quanto da administração indireta (universidades, institutos de educação profissional e tecnológica, de pesquisas/avaliação e empresas públicas); e foram elaboradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), utilizado para registrar a execução orçamentária, financeira e patrimonial da União.

As NBC TSP guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, por ser o Brasil um dos países signatários da convergência às normas internacionais, conforme quadro adiante.

⁴ Informações disponíveis em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

**Quadro 1 – Correlação IPSAS e NBC TSP**

NBC	Resolução CFC	Descrição da Norma	IFAC
<u>NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL</u>	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	DOU 28/9/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	DOU 28/9/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	DOU 28/9/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26
NBC TSP 11	DOU 31/10/18	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
NBC TSP 12	DOU 31/10/18	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
NBC TSP 13	DOU 31/10/18	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
NBC TSP 14	DOU 31/10/18	Custos de Empréstimos	IPSAS 5
NBC TSP 15	DOU 31/10/18	Benefícios a Empregados	IPSAS 39
NBC TSP 16	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34
NBC TSP 17	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35
NBC TSP 18	DOU 31/10/18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36
NBC TSP 19	DOU 31/10/18	Acordos em Conjunto	IPSAS 37
NBC TSP 20	DOU 31/10/18	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38
NBC TSP 21	DOU 31/10/18	Combinações no Setor Público	IPSAS 40
NBC TSP 22	DOU 28/11/19	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IPSAS 20
NBC TSP 23	DOU 28/11/19	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IPSAS 3
NBC TSP 24	DOU 28/11/19	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IPSAS 4
NBC TSP 25	DOU 28/11/19	Evento Subsequente	IPSAS 14
NBC TSP 26	DOU 26/11/19	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IPSAS 27
NBC TSP 28	DOU 04/11/2020	Divulgação de Informação Financeira do Setor Governo Geral	IPSAS 22
NBC TSP 29	DOU 04/11/2020	Benefícios Sociais	IPSAS 42
NBC TSP 30	<u>DOU 10/12/2021</u>	<u>Instrumentos Financeiros: Apresentação</u>	IPSAS 28
NBC TSP 31	<u>DOU 10/12/2021</u>	<u>Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração</u>	IPSAS 41
NBC TSP 32	<u>DOU 10/12/2021</u>	<u>Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de Hedge – Aplicação Residual)</u>	IPSAS 29
NBC TSP 33	<u>DOU 10/12/2021</u>	<u>Instrumentos Financeiros: Divulgações</u>	IPSAS 30
NBC TSP 34	<u>DOU 10/12/2021</u>	<u>Custos no Setor Público</u>	Não há
CTSP 01	DOU 25/05/2023	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Não há

Fonte: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

2.2 Resumo das principais práticas e critérios contábeis

- **Orçamento público:** compreende o orçamento consignado e aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA. A sua inclusão no Siafi é feita por meio de uma estrutura de códigos para identificação institucional e funcional-programática da previsão da receita e dotação da despesa estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal no Manual Técnico de Orçamento - MTO, para controle da execução da receita e da despesa.

- **Ente público:** as despesas dos órgãos integrantes da administração pública federal são custeadas com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS que é considerado/classificado como “ente” público (União) para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas.

- **Órgão:** denominação dada aos ministérios, Ministério Público, entidades supervisionadas, tribunais, casas do Poder Legislativo e secretarias da Presidência da República. Os órgãos orçamentários correspondem a agrupamentos de unidades orçamentárias (agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias (art. 14 da Lei nº 4.320/1964). As dotações são consignadas às unidades orçamentárias, responsáveis pela realização das ações. Cabe ressaltar que um órgão orçamentário ou uma unidade orçamentária não correspondem necessariamente a uma estrutura administrativa, como ocorre, por exemplo, com



alguns fundos especiais e com as unidades orçamentárias “Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios”, “Encargos Financeiros da União”, “Operações Oficiais de Crédito”, “Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal” e “Reserva de Contingência”. (Glossário do Manual Siafi e MCASP, Parte I – PCO)

- **Órgão subordinado**⁵: Entidade supervisionada por um Órgão da Administração Direta. Exemplo de órgãos subordinados ao MEC: universidades (autarquias e fundações públicas), institutos (autarquias) e empresas públicas.

- **Unidade gestora executora**⁶: é a Unidade Gestora responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial, responsável pela geração de registros contábeis no SIAFI.

- **Restos a Pagar**: as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, são contabilizadas como Restos a Pagar, ou seja, “resíduos passivos” (por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

- **Elemento de despesa**: o elemento de despesa tem por finalidade identificar o objeto de gasto que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins. Assim, o elemento de despesa específico deve ser utilizado na maioria das despesas cujo fato gerador tenha ocorrido no exercício, sendo recomendável a sua utilização sempre quando for possível o conhecimento do objeto do gasto (Ex: Pessoal, Material de Consumo, Serviços de Terceiros, Obras etc). (MCASP, Parte I - PCO)

- **Despesas de Exercícios Anteriores**: referem-se a despesas cujo fato gerador ocorreu em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento, de acordo com as condições estabelecidas no art. 37 da Lei nº 4.320/1964 e no Decreto nº 93.872/1986. Para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, considera-se:

- a. Despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;
- b. Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor; e
- c. Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente. (MCASP, Parte I - PCO)

- **Recursos orçamentários e recursos financeiros**: na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. “A execução orçamentária e financeira ocorre concomitantemente, por estarem atreladas uma a outra. Havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa. Por outro lado, pode haver recurso financeiro, mas não se poderá gastá-lo, se não houver a disponibilidade orçamentária. Em consequência, pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no Orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às Unidades Orçamentárias pelo Orçamento.”
Fonte: ENAP⁷.

- **Revisão analítica**: a análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das **notas explicativas** é feita com base na técnica da “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a

⁵ Fonte: Glossário do Manual Siafi 010400 – GLOSSÁRIO: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/siafi/010400>

⁶ Fonte: Glossário do Manual Siafi 010400 – GLOSSÁRIO: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/siafi/010400>

⁷ Fonte: ENAP, Orçamento Público – Conceitos Básicos:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2210/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%BAblico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%20%20%285%29.pdf>



materialidade do item/conta contábil consolidados dos órgãos vinculados, por meio da análise horizontal (evolução) e vertical (composição), como também a análise interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

As tabelas (leiaute das planilhas) seguem o modelo desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional como forma de padronização de apresentação das informações. Estão disponíveis no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/uniao/setoriais-contabeis>

2.3 Detalhamento dos critérios contábeis adotados no âmbito do MEC

Os principais critérios contábeis adotados no âmbito do MEC e nos órgãos da administração pública federal têm por base as normas contábeis aplicadas ao setor público (MCASP e Macrofunções do Manual Siafi) e a classificação estabelecida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da União é o Real.

No âmbito do MEC, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES utiliza moeda estrangeira em função dos programas e atividades que mantêm no exterior, como o pagamento de bolsas a estudantes, aquisição de periódicos em língua estrangeira etc.

Os saldos em moeda estrangeira são convertidos diariamente no Siafi para a moeda funcional (Real) de acordo com a taxa vigente. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, que utilizam a taxa vigente em 31 de dezembro do exercício anterior.

Normativos: Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.25 - Registro dos Ajustes dos Efeitos da Variação Cambial; 02.03.05 - Conta Única do Tesouro Nacional.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa na Conta Única do Tesouro Nacional, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata.

Caixa: compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa: são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor.

Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa. (MCASP, Parte V, item 6.2)

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Normativos: Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.05 - Conta Única do Tesouro Nacional; 02.03.47 – Aplicações Financeiras.

c) Créditos a Curto e Longo Prazos

Compreende os valores a receber de clientes; créditos tributários, como tributos a compensar; depósitos restituíveis e valores vinculados (cauções/depósitos); dívida ativa; adiantamentos concedidos a Pessoal e a Órgãos/entidades



(adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada - TEDs); créditos a receber por dano ao patrimônio; empréstimos e financiamentos concedidos; entre outros.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. O ajuste para perdas é calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Os **empréstimos e financiamentos** concedidos no âmbito do MEC estão relacionados aos valores a receber de curto e longo prazo⁸ dos empréstimos e financiamentos concedidos a estudantes signatários do Fies e Novo Fies, e abrangem valor principal, juros e encargos contratuais: Fies-Sem Garantia do Fundo Garantidor-FG-Fies; Fies-Legado (contratos até 2009) e Fies-Com Garantir do Fgeduc.

Para o custeio dos empréstimos e financiamentos no âmbito do programa Fies, o FNDE adquire⁹ títulos do Tesouro Nacional (Certificados Financeiros do Tesouro (CFT) para repasse às entidades mantenedoras das Instituições de Ensino Superior - IES para quitação das despesas tributárias dessas instituições. As aquisições envolvem também títulos destinados ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) destinados às mantenedoras das IES. Conforme disposto no art. 5º, inciso VI, da Lei nº 10.260/2001, as entidades mantenedoras também participam do risco do financiamento, na condição de devedores solidários, na proporção de 15 ou 30% do saldo devedor não garantido pelo Fundo Garantidor.

O Decreto nº 11.301/2022 estabelece que os títulos do tipo CFT "Série E" (CFT-E) são atualizados mensalmente pelo **IGP-M** e são inegociáveis:

Art. 16. O CFT-E terá por característica específica a atualização mensal do valor nominal pela variação do **IGP-M** do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data-base do certificado.

Parágrafo único. Os CFT-E emitidos em função do art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, terão como valor nominal múltiplo de R\$ 1,00 (um real) e serão inegociáveis.

As atualizações dos títulos sob custódia, positivas ou negativas, são contabilizadas na conta 12131.01.04 (Títulos Públicos – Mercado Aberto) em contrapartida da conta de resultado correspondente, Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD, respectivamente.

Normativos: MCASP; Manual Siafi, Macrofunções 02.03.37: Créditos a Receber – Clientes; 02.03.38: Créditos Oriundos de Transferências a Receber – Doações; 02.03.39: Créditos Decorrentes de Empréstimos e Financiamentos Concedidos; 02.03.41: Créditos a Receber – Tributos a Recuperar ou Compensar; 02.03.42: Ajustes para Perdas Estimadas; 02.11.12: Dívida Ativa da União; 02.11.38: Diversos Responsáveis.

d) Ajuste para Perdas Estimadas

Ajustes para Perdas em Investimentos e Aplicações Temporárias

As aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, além das aplicações temporárias em metais preciosos integram o grupo de ativo denominado investimentos e aplicações temporárias.

O ajuste de perdas de investimentos e aplicações temporárias compreende a diferença entre o valor recuperável do ativo e seu valor contábil, quando o primeiro for menor.

⁸ A contabilização se dá nas contas: Curto Prazo: 11241.02.01 (Financiamentos Concedidos a Receber), 11241.03.04 (Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber), 11381.47.00 (Honras de Garantias a Receber); Longo Prazo: 12111.03.06 (Empréstimos sobre Empréstimos Concedidos a Receber), 12111.03.08 (Financiamentos Concedidos a Receber), 12111.03.12 (Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber) e 12111.99.04 (Ajuste de Perdas Empréstimos/Financiamentos Concedidos).

⁹ As principais contas envolvidas na aquisição, repasse e recompra de títulos são: Aquisição: (D – 11382.27.00, 12122.98.20 – Títulos a Receber / C – 21892.19.00 – Bolsas para Estudo); Repasse às mantenedoras: (D – 12111.03.08 / C – 12131.01.04); Recompra: (D – 12131.01.04/ C – 21891.98.00 – Outros Credores a Curto Prazo).



No âmbito do MEC o ajuste para perdas decorrentes de créditos a receber estão relacionados à dívida ativa e aos empréstimos e financiamentos a receber relativos ao FIES, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em sua maioria.

Ajustes para Perdas de Créditos a Receber

O ajuste de perdas de créditos compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, demais créditos), por inadimplência de terceiros e outras.

Para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, apresentada abaixo:

Cálculo do ajuste para perdas baseado no histórico de recebimentos passados

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Em termos matemáticos:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber)

Para encontrar o valor da variável quociente médio de recebimentos deve-se calcular, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios. Em termos matemáticos:

- a) Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12.
- b) Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12.

Após o cálculo destas duas variáveis deve-se calcular o quociente de recebimento para cada exercício, dividindo-se a respectiva média mensal de recebimentos pela média mensal dos saldos das contas de valores a receber. Em termos matemáticos:

- a) Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1.
- b) Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2.
- c) Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3.

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3 e dividindo-se o resultado da soma por três.

Em termos matemáticos:

$$\frac{(\text{Quociente de recebimento para o exercício x1} + \text{Quociente de recebimento para o exercício x2} + \text{Quociente de recebimento para o exercício x3})}{3}$$

Dívida Ativa

A dívida ativa da União é gerenciada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Os critérios de reconhecimento dos créditos e respectivo ajuste para perdas estão descritos no Manual Siafi, Macrofunção 02.11.12 (Dívida Ativa da União).

O MCASP estabelece no item Ajuste para Perdas de Dívida Ativa que:

Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros.

Assim, as perdas esperadas referentes à dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo.



A responsabilidade pelo cálculo e registro contábil do ajuste para perdas é da unidade competente para a gestão da dívida ativa.

O ajuste para perdas deverá ser registrado no ativo em contrapartida a uma variação patrimonial diminutiva (VPD), independentemente da metodologia utilizada para sua mensuração.

A Advocacia-Geral da União (AGU)¹⁰ é a instituição que representa judicialmente a União, suas autarquias e fundações públicas, bem como executa a **Dívida Ativa da União** e presta a consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo (art. 131 da CF/1988). Seus órgãos apresentam as seguintes atribuições:

- I. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN): apura a liquidez e certeza da Dívida Ativa da União, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial, bem como representa judicialmente a União nas causas de natureza fiscal (Lei Complementar nº 73/1993, art. 12);
- II. Procuradoria-Geral da União (PGU): representa a União junto ao Poder Judiciário nas suas diferentes instâncias, com exceção do STF (Lei Complementar nº 73/1993, art. 9º); I
- III. Procuradoria-Geral Federal (PGF): representa as autarquias e fundações públicas federais junto ao Poder Judiciário, com exceção do BCB (Lei nº 10.480/2002, art. 10); e
- IV. Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBC): representa judicial e extrajudicialmente o BCB (Lei nº 9.650/1998, art. 4º)

Normativos: MCASP; Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.42 - Ajustes para Perdas Estimadas.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, como: livros publicados pelas editoras universitárias; produtos acabados e os em elaboração; almoxarifado (material de consumo).

Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

Nas saídas, o método para mensuração e avaliação é o Custo Médio Ponderado.

No âmbito do MEC, administração direta, que abrange as secretarias finalísticas, o método foi implantando em 2015. Normativos: Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.48 – Estoques; 02.03.42 - Ajustes Para Perdas Estimadas.

Ajustes para Perdas em Estoques (Macrofunção 02.03.42)

O ajuste de perdas de estoques compreende o registro das perdas conhecidas em estoques e calculadas por estimativa, relativas a estoques deteriorados ou obsoletos e para dar cobertura a diferenças físicas, quando tais perdas não puderem ser baixadas das próprias contas, pelo fato de não estarem identificados os itens específicos e por constituírem estimativas.

Compreende também o registro do ajuste de perdas para os estoques que tiverem o valor de mercado inferior ao seu custo, em razão da diminuição do seu valor de venda ou aumento dos custos estimados de acabamento ou dos custos estimados a serem incorridos na venda.

Nesses casos, é necessário reconhecer e registrar o ajuste de perdas de estoques, para adequar o valor contábil desses ativos ao seu valor realizável líquido.

d) Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

No âmbito do MEC, administração direta, autarquias e fundações públicas, o registro nessa conta está relacionado a títulos/ações de telefonia adquiridos.

¹⁰ Informações constantes do BGU 2022, Item 18 - Atos Potenciais Passivos e Passivos Contingentes, tópico (b.1): https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:46468



Nas empresas públicas, Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, o registro refere-se aos investimentos integrais da União (100% do capital).

Normativos: MCASP; Manual Siafi, Macrofunção: 02.11.22 - Participação da União no Capital de Empresas; 02.03.35 (Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável).

e) Imobilizado: Bens Móveis e Imóveis

Definições do MCASP

De acordo com o MCASP, ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício). O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis.

Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso. Ao final de cada exercício financeiro recomenda-se que a entidade realize a revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo. Ao fim da depreciação e da exaustão o valor líquido contábil deve ser igual ao valor residual.

Conceitos da Macrofunção: 02.03.35 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Avaliação patrimonial é a atribuição de um valor monetário a itens do ativo e do passivo cuja obtenção decorreu de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, o processo de evidenciação dos atos e fatos administrativos.

Mensuração é a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises tanto qualitativas quanto quantitativas.

Valor de aquisição é a soma do preço de compra de um bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso.

Valor de mercado ou valor justo é o valor pelo qual pode ser intercambiado um ativo ou liquidado um passivo, entre partes interessadas, que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado.

Valor da reavaliação é a diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou valor justo, com base em laudo técnico.

Valor recuperável é o valor de venda de um ativo menos o custo para a sua alienação (preço líquido de venda), ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, estimado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente por meio de taxa de desconto (valor em uso), o que for maior.

Reavaliação é a adoção do valor de mercado ou do valor justo para os bens do ativo.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) é o reconhecimento da perda dos benefícios econômicos futuros ou do potencial de serviço de um ativo adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou do potencial de serviço que se efetua normalmente.

Valor bruto contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

Valor Depreciável é o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual, quando possível ou necessária a sua determinação.

Valor residual é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

Valor líquido contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

Depreciação é a redução do valor de um bem tangível pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo de sua vida útil.



Exaustão é a perda do valor, decorrente da exploração de direitos, cujo objeto sejam recursos minerais, florestais, ou outros recursos naturais esgotáveis.

Vida útil é o período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

Ajustes de Exercícios Anteriores são considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido e evidenciados em notas explicativas.

Reconhecimento inicial - MCASP

Nos termos do MCASP, a entidade deverá aplicar o princípio geral de reconhecimento para todos os ativos imobilizados no momento em que os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes. Antes de efetuar a avaliação ou mensuração de ativos, faz-se necessário o reconhecimento do bem como ativo. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

O custo de um item do imobilizado deve ser reconhecido como ativo sempre que for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados ao item fluirão para a entidade; e se o custo ou valor justo do item puder ser mensurado com segurança. Partindo dessa premissa, o item do imobilizado deve ter uma base monetária confiável.

Itens como peças de reposição, equipamentos sobressalentes e equipamentos de manutenção devem ser reconhecidos como ativo imobilizado, quando atenderem à definição. Caso não atendam a definição de ativo imobilizado, devem ser classificados como estoques.

Os estoques, imobilizados e intangíveis devem ser mensurados inicialmente pelo custo ou valor justo, adotando-se, posteriormente, procedimentos de mensuração após o reconhecimento inicial (como a depreciação para o caso do ativo imobilizado). O órgão ou entidade deve reconhecer os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis para, após isto, adotar os procedimentos de mensuração descritos nesse capítulo.

Mensurações posteriores ao reconhecimento inicial - MCASP

Segundo o MCASP, após o reconhecimento inicial do ativo imobilizado, a entidade deve mensurar esses itens escolhendo entre o Modelo do Custo - onde o item do ativo é evidenciado pelo custo menos qualquer depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas, ou pelo Modelo da Reavaliação – onde o item do ativo, cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente, deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes, devendo a política adotada ser uniforme em cada classe de ativos imobilizados.

No âmbito do MEC é adotado o Modelo de Custo pelas autarquias, fundações públicas e administração direta. Cabe mencionar que as empresas públicas (Ebserh e HCPA) estão sujeitas às regras da Lei nº 6.404/1976.

Quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado. O valor do ajuste decorrente da atualização ou da eliminação da depreciação acumulada faz parte do aumento ou da diminuição no valor contábil registrado. É importante salientar que se um item do ativo imobilizado for reavaliado, é necessário que toda a classe de contas do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo seja reavaliada.

Reavaliação – Macrofunção: 02.03.35 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

A Macrofunção orienta que as reavaliações devem ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos:

a) Anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;



b) A cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.

A reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa. Deve-se sempre levar em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Quando o valor de mercado ou valor justo de um ativo difere materialmente do seu valor contábil registrado, exige-se nova reavaliação.

Para se proceder à reavaliação deve ser formada uma comissão de no mínimo três servidores, ou contratando peritos, ou empresa especializada. Esses deverão elaborar o laudo de avaliação.

Os bens imóveis da União compreendem os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. São exemplos deste tipo de bem os imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, dentre outros.

Nos termos do MCASP, os bens imóveis possuem a seguinte classificação:

a. Bens de uso especial: compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, hotéis dentre outros;

b. Bens dominiais/dominicais: compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não disposto a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados a reforma agrária, dentre outros;

c. Bens de uso comum do povo: podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público;

d. Bens imóveis em andamento: compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos etc), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros; e

e. Demais bens imóveis: compreendem os demais bens imóveis não classificados anteriormente. Exemplo: bens imóveis locados para terceiros, imóveis em poder de terceiros, dentre outros bens.

SPIUnet

Os bens imóveis possuem sistema próprio de controle e gerenciamento estabelecido pela Secretaria de Patrimônio da União, denominado Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUnet, utilizado pelos Órgãos Federais (autarquias, fundações públicas e administração direta), integrado ao Siafi. Os bens imóveis desses órgãos devem obrigatoriamente serem registrados nesse sistema. O SPIUnet será substituído pela Plataforma de Gestão Unificada dos Imóveis da União (SPUNET).

A **Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023**¹¹, dispõe sobre mensuração, atualização, reavaliação e depreciação de bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a serem cadastrados nos sistemas corporativos da Secretaria de Patrimônio da União.

Os procedimentos para avaliação de imóveis estão disponíveis no site da SPU, inclusive o documento **Relatório de Valor de Referência – RVR** exigido pela IN SPU nº 67/2022: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/avaliacao-de-imoveis-da-uniao>

No âmbito do MEC os bens imóveis das empresas públicas (HCPA e EBSEH) não são registrados no SPIUnet pois estas empresas seguem os procedimentos na Lei nº 6.404/1976.

¹¹ A Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 revogou a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 publicada equivocadamente sob o nº 703, conforme retificação constante na página 26 da Seção 1 do Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014 (edição nº 247).



Normativos: MCASP; Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.44 - Bens Imóveis; Macrofunção: 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.; Macrofunção: 02.03.35 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

f) Depreciação de bens móveis

O cálculo da depreciação dos bens móveis dos órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional será realizado pelo Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Siads), integrado ao Siafi, seguindo as orientações e critérios da Macrofunção: 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fundações, conforme descritos adiante. O prazo para utilização obrigatória do Siads é 1º de julho de 2023, conforme previsto na Portaria do Ministério da Economia nº 4.378/2022.

Método, base de cálculo e registro da Depreciação

A entidade pública necessita apropriar, ao resultado de um período, o desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação, em obediência ao princípio da competência

Ao longo do tempo, com o desgaste pelo uso, a obsolescência e a ação da natureza, os ativos vão perdendo valor, e essa perda de valor é reconhecida pela contabilidade, periodicamente, até que esse ativo atinja o valor residual. A reparação e a manutenção de um ativo não evitam a necessidade de depreciá-lo.

A aquisição de bens que sofrem depreciação, amortização ou exaustão representa, em geral, um fato permutativo, realizando-se despesas de capital na sua execução orçamentária.

A base de cálculo para contabilização da depreciação é o custo do ativo imobilizado.

O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional e o método utilizado é o das **quotas constantes**, de acordo com a classe ativos.

A depreciação deve ser reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

Ao final do período de vida útil, os ativos podem ter condições de ser utilizados. Caso o valor residual não reflita o valor adequado, deverá ser realizada a reavaliação do bem atribuindo a ele um novo valor, baseado em laudo técnico. A partir daí, pode-se iniciar um novo período de depreciação.

Como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, em casos cujo custo de registro seja pequeno tendo em vista o benefício da informação, ou quando valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que 1 (um) mês.

Vida útil, valor residual e taxa de Depreciação

Conforme quadro a seguir constante da Macrofunção 02.03.30, são apresentados a vida útil e valor residual aplicáveis aos Bens Móveis da Administração Pública Federal. Verifica-se que quanto menor a vida útil do bem maior será a taxa de depreciação; ou seja, para os bens que possuem uma vida útil de 5 anos, a taxa de depreciação será de 20% ao ano; para os bens que possuem uma vida útil de 10 anos, a taxa de depreciação será de 10% ao ano, e assim por diante.

**Quadro 2 - Vida útil e valor residual aplicável aos Bens Móveis da Administração Pública Federal**

CONTA	Descrição	Vida Útil (anos)	Valor residual (%)
12311.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10%
12311.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
12311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.04.03	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	5	10%
12311.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10%
12311.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.09	AQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
12311.01.11	EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS	10	10%
12311.01.19	EQUIPAMENT DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	10%
12311.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	10%
12311.01.22	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
12311.01.24	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	10	10%
12311.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12311.01.99	OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.03.04	UTENSILIOS EM GERAL	10	10%
12311.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	10%
12311.04.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	10	10%
12311.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN	10	10%
12311.10.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
12311.99.04	ARMAZENS ESTRUTURAIIS - COBERTURAS DE LONA	10	10%
12311.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%
12311.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.13	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	10%
12311.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12311.05.01	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN	15	10%
12311.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10%
12311.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12311.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
12311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICO	20	10%
12311.01.23	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUCAO CIVIL	20	10%
12311.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10%
12311.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
12311.01.14	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	10%
12311.01.15	EQUIPAM. PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	30	10%
12311.05.02	VEICULOS FERROVIARIOS	30	10%
12311.05.04	CARROS DE COMBATE	30	10%
12311.01.17	EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA	-	-
12311.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	-	-
12311.04.06	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	-	-
12311.05.05	AERONAVES	-	-
12311.05.06	EMBARCACOES	-	-

Fonte: Manual Siafi STN: Macrofunção 02.03.30 - <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/siafi/020330>



g) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

De acordo a **Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023** (art. 11) o valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da benfeitoria, utilizando-se para tanto o **Método da Parábola de Kuentzle**, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

§1º O resultado da equação indicará a depreciação acumulada do bem imóvel pelo prazo transcorrido de sua vida útil, a partir da data de reavaliação do imóvel.

§2º O valor mensal que será contabilizado é o resultado da diferença entre o valor calculado e o valor acumulado do mês anterior.

§3º Até que os sistemas corporativos da Secretaria do Patrimônio da União estejam parametrizados para efetuarem registros contábeis automáticos, a depreciação será contabilizada mensalmente no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§4º **O acompanhamento e conciliação de depreciação** de cada Registro Imobiliário Patrimonial - RIP - será de responsabilidade de cada órgão, observados os valores já depreciados e disponibilizados para consulta pela Secretaria de Patrimônio da União, disponibilizados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis>.

§6º Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, **a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor**, devendo o seu saldo acumulado anteriormente ser contabilmente baixado, em movimentação a ser acompanhado pelo órgão setorial responsável.

§7º Qualquer alteração no conjunto de dados que compõe a Conta Corrente da depreciação, deverá ser refletida nos lançamentos contábeis.

§8º **O valor depreciável** deve corresponder **a oitenta por cento do valor da benfeitoria**.

§9º Os imóveis a serem depreciados devem estar cadastrados como de propriedade da União, fundação ou autarquia federal e não podem estar registrados com o tipo de destinação como Terrenos e Espelho D'Água, assim como o regime de utilização não poderá estar cadastrado como Locação de Terceiros, Doação Com Encargo, Doação Sem Encargo e Transferência de Imóvel.

§10. Os imóveis possuídos pelas unidades gestoras, nos termos do art. 1.196 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, também serão objeto de depreciação mensal.

Vida útil e fator de Depreciação dos bens imóveis

Conforme previsto no §5º do art. 11, a **vida útil** foi definida pela SPU para fins da depreciação dos bens imóveis, conforme tabela disponível no sítio eletrônico: Documento: Tabela de Classificação de Vida Útil.

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis/2023/tabel-de-classificacao-de-vida-util.xlsx/view>

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis/2023/tabel-de-classificacao-de-vida-util.xlsx/@@download/file>

**Quadro 3 - Vida útil e fator de Depreciação de Bens Imóveis da União**

Tipo de Destinação	Grupo	Projeto padrão	Vida Útil	Fator de Depreciação
Açude	1	CUB MEDIO	67	1,2
Aeródromo	1	CUB MEDIO	67	1,2
Postos Policiais	1	CUB MEDIO	67	1,2
Garagens	1	CUB MEDIO	67	1,2
Postos de Fiscalização	1	CUB MEDIO	67	1,2
Passarelas e Viadutos	1	CUB MEDIO	67	1,2
Pontes	1	CUB MEDIO	67	1,2
Via Férrea	1	CUB MEDIO	67	1,2
Subestações de Transm. e Distr. Energ. Elétrica	1	CUB MEDIO	67	1,2
Oficina - Ferrovia	1	CUB MEDIO	67	1,2
Pátio Ferroviário	1	CUB MEDIO	67	1,2
Aeroporto	1	CUB MEDIO	67	1,2
Alfândega	1	CUB MEDIO	67	1,2
Apartamento	2	R16-N	50	1,6
Armazém	3	GI	75	1,1
Autarquia / Fundação	4	CAL8-N	67	1,2
Base Militar	1	CUB MEDIO	67	1,2
Biblioteca	1	CUB MEDIO	67	1,2
Casa	5	R1-N	50	1,6
Cemitério	1	CUB MEDIO	67	1,2
Clube	1	CUB MEDIO	67	1,2
Complexo	1	CUB MEDIO	67	1,2
Conjunto	1	CUB MEDIO	67	1,2
Consulado	1	CUB MEDIO	67	1,2
Convento	1	CUB MEDIO	67	1,2
Presídios/Delegacias	1	CUB MEDIO	67	1,2
Edifício / Prédio	2	R16-N	50	1,6
Embaixada	1	CUB MEDIO	67	1,2
Escola	4	CAL8-N	67	1,2
Estação	1	CUB MEDIO	67	1,2
Estacionamento	1	CUB MEDIO	67	1,2
Estádio	1	CUB MEDIO	67	1,2
Estaleiro	3	GI	75	1,1
Fábrica	3	GI	75	1,1
Faculdade	4	CAL8-N	67	1,2
Instrumentos de Auxílio à Navegação	1	CUB MEDIO	67	1,2
Fazenda	1	CUB MEDIO	67	1,2
Forte	1	CUB MEDIO	67	1,2
Galpão	3	GI	75	1,1
Gleba	1	CUB MEDIO	67	1,2
Hospital / Posto de Saúde	4	CAL8-N	67	1,2
Hotel	4	CAL8-N	67	1,2
Ilha (ilhota)	1	CUB MEDIO	67	1,2
Laboratório	4	CAL8-N	67	1,2
Loja	4	CAL8-N	67	1,2
Museu	4	CAL8-N	67	1,2
Observatório	1	CUB MEDIO	67	1,2
Palácio	1	CUB MEDIO	67	1,2
Parque	1	CUB MEDIO	67	1,2
Porto	1	CUB MEDIO	67	1,2
Presídio	1	CUB MEDIO	67	1,2
Quartel	1	CUB MEDIO	67	1,2

Continua...



Tipo de Destinação	Grupo	Projeto padrão	Vida Útil	Fator de Depreciação
Represa	1	CUB MEDIO	67	1,2
Reserva	1	CUB MEDIO	67	1,2
Residência	5	R1-N	50	1,6
Sala	6	CSL8-N	67	1,2
Teatro	1	CUB MEDIO	67	1,2
Terreno	0		0	0
Universidade	4	CAL8-N	67	1,2
Usina	1	CUB MEDIO	67	1,2
Outros	1	CUB MEDIO	67	1,2

Fonte: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis/2023/tabel-de-classificacao-de-vida-util.xlsx/view>

Atualização no site:10/07/2023 16h30

h) Intangíveis

É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Destaca-se por ser um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços (MCASP e Macrofunção: 02.03.45 - Ativos Intangíveis)

Exemplos de ativos intangíveis:

- marcas,
- softwares,
- licenças e franquias,
- fórmulas, modelos, protótipos,
- gastos com desenvolvimento (excluídos os gastos com pesquisas), direitos autorais e outros que venham a atender os critérios de reconhecimento.

Os ativos intangíveis são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Conceitos (Macrofunção 02.03.45 - Ativos Intangíveis)

Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da vida útil dele.

Benefícios econômicos futuros: possibilidade de os recursos esperados serem utilizados para: i) gerar entradas de caixa para a entidade; ou ii) reduzir saídas de caixa para a entidade.

Desenvolvimento: é a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da produção comercial ou do uso do ativo.

Mensuração: é a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

Patrimônio Cultural Intangível: ativos que, devido a relevância cultural, ambiental ou histórica, são definidos como patrimônio cultural intangível.

Pesquisa: é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento científico ou técnico.



Potencial de serviços: capacidade de um recurso controlado por uma entidade contribuir para a oferta de bens e serviços públicos, de acordo com a finalidade da entidade. O objetivo primordial não é gerar fluxos de caixa para a entidade e sim gerar prestação de serviços ou bens públicos à sociedade.

Reavaliação: é a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil.

Redução ao valor recuperável (*impairment*): é a redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente, ou seja, acima do que normalmente se reconhece por meio da depreciação.

Valor Bruto Contábil: é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

Valor Amortizável: é o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual.

Valor Realizável Líquido: é a quantia que a entidade do setor público espera obter com a alienação ou a utilização de itens de inventário quando deduzidos os gastos estimados para seu acabamento, alienação ou utilização.

Valor Recuperável: é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação (preço líquido de venda), ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, estimado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente por meio de taxa de desconto (valor em uso), o que for maior.

Valor Residual: é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica (após baixa da depreciação, amortização ou exaustão), deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

Vida útil econômica: é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios econômicos futuros de um ativo.

Ajustes de Exercícios Anteriores: são considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido e evidenciados em notas explicativas.

Reconhecimento inicial - MCASP

Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo após o reconhecimento inicial, o ativo intangível deve ser apresentado pelo custo menos qualquer amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulados.

Um ativo enquadra-se na condição de ativo intangível quando pode ser identificável, controlado e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Controlar um ativo intangível significa dizer que a entidade detém o poder de: a) obter benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços; e b) restringir o acesso de terceiros a esses benefícios ou serviços.

Caso estas características não sejam atendidas, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna deve ser reconhecido como variação patrimonial diminutiva.

O reconhecimento de um item como ativo intangível exige que a entidade demonstre que ele atenda:

- a. A definição de ativo intangível; e
- b. Os critérios de reconhecimento, ou seja, quando:
 - i. For provável que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
 - ii. O custo ou valor justo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O reconhecimento inicial de um ativo intangível pode ocorrer de três formas:

- a. Aquisição separada;
- b. Geração interna; e
- c. Aquisição por meio de transações sem contraprestação.



Em relação à Geração interna, o MCASP apresenta as seguintes informações:

Os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.

Caso a entidade não consiga diferenciar a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento de projeto interno de criação de ativo intangível, o gasto com o projeto deve ser tratado como incorrido apenas na fase de pesquisa.

Os gastos incorridos com marcas, títulos de publicações, listas de usuários de um serviço e outros itens de natureza similar gerados internamente, não podem ser separados dos custos relacionados ao desenvolvimento das operações da entidade, por este motivo esses itens não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

Mensurações posteriores ao reconhecimento inicial - MCASP

Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer amortização acumulada. O valor justo deve ser apurado em relação a um mercado ativo. A reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não difira materialmente daquele que seria determinado, utilizando-se seu valor justo na data das demonstrações contábeis.

Diversos fatores podem fazer com que o valor contábil de um ativo não corresponda ao seu valor justo. Assim, se após o reconhecimento inicial de uma classe de ativo intangível a entidade adotar o modelo de reavaliação é necessário que periodicamente esses bens passem por um processo visando à adequação do seu valor contábil.

A frequência com que as reavaliações são realizadas depende das mudanças dos valores justos dos itens do ativo intangível que serão reavaliados. Quando o valor justo de um ativo intangível difere materialmente do seu valor contábil registrado, exige-se nova reavaliação. Os itens do ativo que sofrerem mudanças significativas no valor justo necessitam de reavaliação anual.

O ativo intangível deve ser desreconhecido:

- a. Por ocasião de sua alienação; ou
- b. Quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais com a sua utilização ou alienação.

Os ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento de ativo intangível devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor contábil do ativo.

A importância a receber pela alienação deve ser reconhecida inicialmente pelo seu valor justo.

Amortização de Intangíveis (Macrofunção 02.03.30)

O método de amortização que deve ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional será o das **quotas constantes**, devendo constar em notas explicativas. As empresas públicas e sociedades de economia mista devem seguir a Lei nº 6.404/76.

A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo.

O método de amortização deve ser compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente durante esse período.

Amortização de Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (Macrofunção 02.03.30)

O registro da amortização de benfeitorias em imóveis de terceiros inicia-se quando a benfeitoria estiver concluída e não em função de valores pagos.



A **taxa** a ser utilizada varia em função do tempo restante do contrato de aluguel. Por exemplo, se o tempo para conclusão do contrato, após a conclusão da benfeitoria, for de 10 anos, a taxa será de **10% ao ano**, se for de 5 anos, a taxa será de **20%**.

Intangíveis com vida útil definida e indefinida

A entidade deve classificar a vida útil do ativo intangível em definida e indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil definida estão sujeitos à amortização.

A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso.

A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda, quando estiver totalmente amortizado ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro.

Deve-se presumir que o valor residual de ativo intangível com vida útil definida é zero.

O valor amortizável de ativo com vida útil definida é determinado após a dedução de seu valor residual. Um valor residual diferente de zero implica que a entidade espera a alienação do ativo intangível antes do final de sua vida econômica.

O ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. A entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou aqueles ainda não disponíveis para o uso, comparando o valor recuperável com o seu valor contábil sempre que existir indícios de que ativo intangível pode ter perdido valor.

A vida útil de um ativo intangível que não é amortizado deve ser revisada periodicamente para determinar se eventos e circunstâncias continuam a consubstanciar a avaliação de vida útil indefinida. Caso contrário, a mudança na avaliação de vida útil de indefinida para definida deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.

No âmbito do MEC (administração indireta), a maior parte dos intangíveis está relacionada a Softwares, tanto de vida útil definida, os chamados softwares de prateleira, quanto de vida útil indefinida, que se referem aos sistemas desenvolvidos institucionalmente¹². Na administração direta, pode-se citar os seguintes exemplos de sistemas desenvolvidos institucionalmente:

- *O Simec é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação. É no Simec que os gestores verificam o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades;*
- *O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Todos os pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos, além dos processos de aditamento, que são modificações de processos, serão feitos pelo e-MEC;*
- *O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).*

O cálculo da amortização dos intangíveis dos órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional será realizado pelo **Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Siads)**, conforme disposto na Portaria do Ministério da Economia nº 4.378/2022:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos.

¹² Informações extraídas do Portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br>



§ 1º O Siads constitui ferramenta informatizada destinada ao gerenciamento e controle dos bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos, com a finalidade de viabilizar o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação desse acervo em consonância com as normas do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, e do Sistema de Serviços Gerais - Sisg.

O prazo para utilização obrigatória do Siads é 1º de julho de 2023.

Normativos: MCASP; Manual Siafi, Macrofunções: 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.; 02.03.35 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável; 02.03.45 - Ativos Intangíveis.

i) Passivo Circulante e Não Circulante

De acordo com o MCASP, o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

- a. espera-se que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade;
- b. o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- c. o passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- d. a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

No Balanço Patrimonial, o passivo é classificado em passivo financeiro e passivo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

As obrigações do MEC são evidenciadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Normativos: MCASP; Manual Siafi, Macrofunção: 02.11.40 - Reconhecimento de Passivos; 02.03.17 - Restos a Pagar.

j) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras internas e externas a título de empréstimo. No âmbito do MEC, a dívida interna está relacionada a títulos da dívida pública, e a dívida externa relacionada a empréstimos contraídos com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento e Reconstrução – BIRD.

Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

- Dívida Pública Federal Externa (DPFe): é avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

- Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi): decorre da emissão de títulos pelo Tesouro Nacional que têm a principal finalidade de captação de recursos para financiamento das despesas previstas no Orçamento Geral da



União. Entretanto, são também realizadas emissões diretas de títulos com características específicas e com o objetivo de atender a destinações específicas, de acordo com legislação própria, não havendo competição por preço, nem por quantidade. Pode haver emissões diretas de títulos competitivos, negociados em mercado, iguais aos oferecidos nas emissões competitivas (leilões), e de títulos específicos, criados para atender a programas governamentais. (Macrofunção: 02.03.10 – Obrigações Internas e Externas). Lei nº 10.179/2001 (Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria) e Decreto nº 11.301/2022 (Estabelece as características dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal).

Os indexadores da DPMFi em mercado são a taxa de juros Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) divulgada e a TR (Taxa Referencial), ambas divulgadas pelo Banco Central, atreladas aos seguintes índices de preços, conforme as características de cada título:

- a) IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE;
- b) IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas; e
- c) IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No âmbito do MEC a DPMFi compreende os títulos adquiridos pelo FNDE do Tesouro Nacional (Certificados Financeiros do Tesouro (CFT) para custeio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); e ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) destinados às mantenedoras das IES. Conforme disposto no art. 5º, inciso VI, da Lei nº 10.260/2001, as entidades mantenedoras também participam do risco do financiamento, na condição de devedores solidários, na proporção de 15 ou 30% do saldo devedor não garantido pelo Fundo Garantidor. Os Certificados Financeiros do Tesouro - CFT serão destinados a atender preferencialmente as operações com finalidades específicas definidas em lei.

O Decreto nº 11.301/2022, estabelece que os títulos do tipo CFT “Série E” (CFT-E) são atualizados mensalmente pelo **IGP-M** e são inegociáveis:

Art. 16. O CFT-E terá por característica específica a atualização mensal do valor nominal pela variação do **IGP-M** do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data-base do certificado.

Parágrafo único. Os CFT-E emitidos em função do art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, terão como valor nominal múltiplo de R\$ 1,00 (um real) e serão inegociáveis.

Em 2018 o MEC contraiu operação de crédito externa¹³ com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento e Reconstrução – BIRD, no total de US\$ 250 milhões, para Reestruturação do Novo Ensino Médio – Tempo Integral (Lei nº 13.415/2017).

Em 2022 o MEC contraiu nova operação de crédito externo com o BIRD para implementação do Programa Educa Mais Norte e Nordeste¹⁴ no período de 2022 a 2026, com vistas a mitigar os impactos da pandemia no Ensino Fundamental.

Embora os recursos sejam destinados ao MEC, o empréstimo é registrado no balanço patrimonial do Tesouro Nacional, instituição signatária de empréstimos externos contraídos pela União.

Os recursos são incorporados à Dotação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (órgão responsável pela execução dos programas da Educação Básica, incluído o Ensino Médio no âmbito do MEC)¹⁵, na fonte de recursos 48 – Operações de Crédito Externa e são por ele executados, nas seguintes unidades gestoras

¹³ Resolução do Senado Federal nº 4 de 2018 e Despacho do Ministério da Fazenda nº 17, de maio de 2018). Portaria MEC nº 1.145 de 10/10/2016, DOU de 11/10/2016, Seção I, página 23. O FNDE é o órgão responsável pela execução do programa (UG 156357/15253).

¹⁴ Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-aco-es/educa-mais-norte-e-nordeste>.

¹⁵ Portaria MEC nº 1.145, de 10 de outubro de 2016: Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Resolução CD/FNDE nº 7, de 3 de novembro de 2016: Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos de fomento à implantação de escolas de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos Estados e do Distrito Federal.



criadas especificamente para esse fim, em conformidade com o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira:

- a) UG 156357/15253: FNDE – BIRD (Novo Ensino Médio); e
- b) UG 156967/15253: Educa Mais Norte e Nordeste – BIRD.

Provisões

De acordo com o MCASP, Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

O termo provisão não deve remeter a elementos do ativo, como ajuste para perdas de recebíveis, por exemplo. Dessa forma, embora sejam comumente conhecidos como “provisões”, não são provisões nos termos deste capítulo os ajustes de perdas estimadas com ativos, como, por exemplo, os ajustes para perdas com investimentos e para créditos de liquidação duvidosa, inclusive o ajuste para créditos de dívida ativa. No PCASP, tais ajustes são reconhecidos como contas redutoras do ativo.

As provisões estão segregadas em: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; e (vi) outras.

São reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor.

As provisões devem ser reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

Quando não houver mais incertezas quanto ao valor e ao prazo de determinado passivo este deixará de ser uma provisão, devendo ser reconhecida a obrigação a pagar correspondente. O valor da obrigação a pagar poderá ser exatamente igual ao valor provisionado, situação na qual haverá o registro de um fato meramente permutativo. Entretanto, o valor da obrigação a pagar poderá ser inferior ou superior ao valor da provisão. Nesses casos, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com a complementação ou uma variação patrimonial aumentativa com a reversão da provisão, respectivamente.

As provisões se distinguem dos demais passivos porque envolvem incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção. As provisões não se confundem com os demais passivos, tais como passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de bens ou serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo os valores devidos aos empregados, como, por exemplo, valores relacionados ao pagamento de férias e décimo terceiro salário.

CTSP 01- CFC (NBC TSP 03: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes)

Nos termos do **Comunicado Técnico do Setor Público - CTSP 01**¹⁶, de 18/05/2023, publicado pelo CFC, uma provisão só deve ser reconhecida quando forem atendidos os três critérios:

- a) a existência de uma obrigação presente;
- b) for provável que haverá uma saída de recursos (benefícios econômicos ou potencial de serviço); e
- c) possibilidade de realizar uma estimativa confiável.

7. Pode não ser suficientemente claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, devem ser consideradas todas as evidências disponíveis para determinar se a obrigação é provável, pois, do contrário, deve ser divulgado um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de demandar uma saída de recursos.

¹⁶ Disponível no site do CFC: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>



8. Uma provisão não deve ser reconhecida quando não for possível realizar uma estimativa confiável acerca do valor da obrigação. Nesse caso, deve ser efetuada a divulgação (em Nota Explicativa) como um passivo contingente oriundo de uma obrigação presente com impossibilidade de mensuração com suficiente confiabilidade.
9. Caso não seja possível a contratação de peritos independentes, conforme exemplificado pela NBCTSP 03, sugere-se a instituição de uma comissão de servidores públicos (comissão, grupo de trabalho ou equivalente) que tenha a atribuição de analisar as situações em que haverá um reconhecimento de uma obrigação (como provisão), ou a divulgação de um passivo contingente (obrigação possível), ou, em último caso, nenhuma divulgação, quando for remota a possibilidade da contingência demandar saída de recursos.
10. É recomendável que cada entidade defina em ato próprio os procedimentos para as provisões e os passivos contingentes, estabelecendo as áreas responsáveis, o fluxo das informações, a periodicidade das revisões das probabilidades/estimativas e o prazo para envio ao setor de contabilidade (ou equivalente) para que os registros contábeis e as notas explicativas sejam elaborados tempestivamente.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União (MEC, suas autarquias, fundações e empresas públicas) figura diretamente no polo passivo, são registradas em conformidade com a **Portaria Normativa da Advocacia-Geral da União - AGU nº 68¹⁷, de 18 de novembro de 2022** (classificação dos riscos em: provável, possível e remoto), e a Portaria Conjunta STN/PGF¹⁸, nº 8 de 30 de dezembro de 2015. De acordo com a Portaria Normativa da AGU nº 68/2022, art. 2º, para fins de classificação de risco, serão consideradas as ações judiciais cujo eventual impacto financeiro seja estimado em valor igual ou superior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

Advocacia-Geral da União

A Advocacia-Geral da União (AGU)¹⁹ é a instituição que representa judicialmente a União, suas autarquias e fundações públicas, bem como executa a Dívida Ativa da União e presta a consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo (art. 131 da CF/1988). Seus órgãos apresentam as seguintes atribuições:

- V. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN): apura a liquidez e certeza da Dívida Ativa da União, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial, bem como representa judicialmente a União nas causas de natureza fiscal (Lei Complementar nº 73/1993, art. 12);
- VI. Procuradoria-Geral da União (PGU): representa a União junto ao Poder Judiciário nas suas diferentes instâncias, com exceção do STF (Lei Complementar nº 73/1993, art. 9º); I
- VII. Procuradoria-Geral Federal (PGF): representa as autarquias e fundações públicas federais junto ao Poder Judiciário, com exceção do BCB (Lei nº 10.480/2002, art. 10); e
- VIII. Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBC): representa judicial e extrajudicialmente o BCB (Lei nº 9.650/1998, art. 4º)

Registros no Siafi (Macrorfunção: 02.03.36 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes)

As provisões são registradas somente com ISF P (Permanente), que compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização e resgate. Antes do empenho, a provisão deve ser reclassificada para a conta de passivo que representa a obrigação a pagar, utilizando uma das situações do item 4.6.

No momento do empenho, a UG deverá preencher S - SIM no campo PASSIVO ANTERIOR da tela inicial do empenho e informar a conta de passivo que representa a obrigação a pagar. Dessa forma, o passivo de ISF P será baixado contra o passivo de ISF F, possibilitando que seja feito o pagamento posteriormente

¹⁷ Portaria Normativa AGU nº 68, de 18/11/2022 (publicada em Boletim Interno) revogou a Portaria AGU nº 40, de 10/02/2015: <https://www.gov.br/agu/pt-br/normas-da-agu/PORTARIANORMATIVA068INFORMAESDEAESJUDICIAISQUEREPRESENTAMRISCOSFISCAISUNIO.pdf>

¹⁸ Esta Portaria estabelece os procedimentos a serem observados pelas Setoriais Contábeis de órgãos das Autarquias e Fundações Públicas Federais, pelas Setoriais Contábeis de Órgãos Superiores que supervisionem as Autarquias e Fundações Públicas Federais e pela Procuradoria-Geral Federal em relação à evidenciação nas demonstrações contábeis e em notas explicativas das ações judiciais ajuizadas contra as Autarquias e Fundações Federais.

¹⁹ Informações constantes do BGU 2022, Item 18 - Atos Potenciais Passivos e Passivos Contingentes, tópico (b.1): https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:46468



Toda provisão é baseada em uma estimativa, que pode ou não se confirmar. Dependendo do caso, o valor da obrigação pode ser maior ou menor do que o valor inicialmente provisionado:

Se o valor provisionado não for suficiente, a diferença deve ser lançada em contrapartida de uma conta de VPD, no momento do reconhecimento da respectiva obrigação a pagar.

Se o valor do passivo correspondente for menor do que o provisionado e a provisão tenha sido reconhecida em exercícios anteriores (exceto por erro, omissão ou mudança de critério contábil), a diferença deve ser revertida, em contrapartida a uma VPA específica de reversão de provisões.

Se a reversão de provisão reconhecida em exercícios anteriores for decorrente de erro, omissão ou mudança de critérios contábeis, o lançamento é feito diretamente no patrimônio, de acordo com o Procedimento 02.11.41 - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Normativos: MCASP; Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.36 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

k) Ativos e Passivos Contingentes

Ativos Contingentes

Nos termos do MCASP, Ativo Contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Ativos contingentes usualmente decorrem de eventos não planejados ou não esperados que não estejam totalmente sob o controle da entidade e que acarretam a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial de serviços. Assim, há incerteza quanto ao ingresso de recursos. É o caso, por exemplo, de uma reivindicação por meio de processo judicial cujo resultado é incerto.

Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, uma vez que podem resultar no reconhecimento de receitas que nunca virão a ser realizadas. No entanto, quando uma entrada de recursos for considerada provável, eles deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas.

Figura 2 - Registro Ativo Contingente

Quando, em consequência de eventos passados, possa existir um ativo possível , cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.		
Probabilidade de ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial prestação de serviços	Classificação	Forma de evidenciação
Certeza	Ativo	Balço Patrimonial e Notas Explicativas
Provável	Ativo Contingente	Notas Explicativas
Pouco provável	Ativo Contingente	Não é divulgado

Fonte: MCASP: Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, item 17.6.3.

Passivos Contingentes

De acordo com o MCASP, Passivo contingente é:

- Uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou

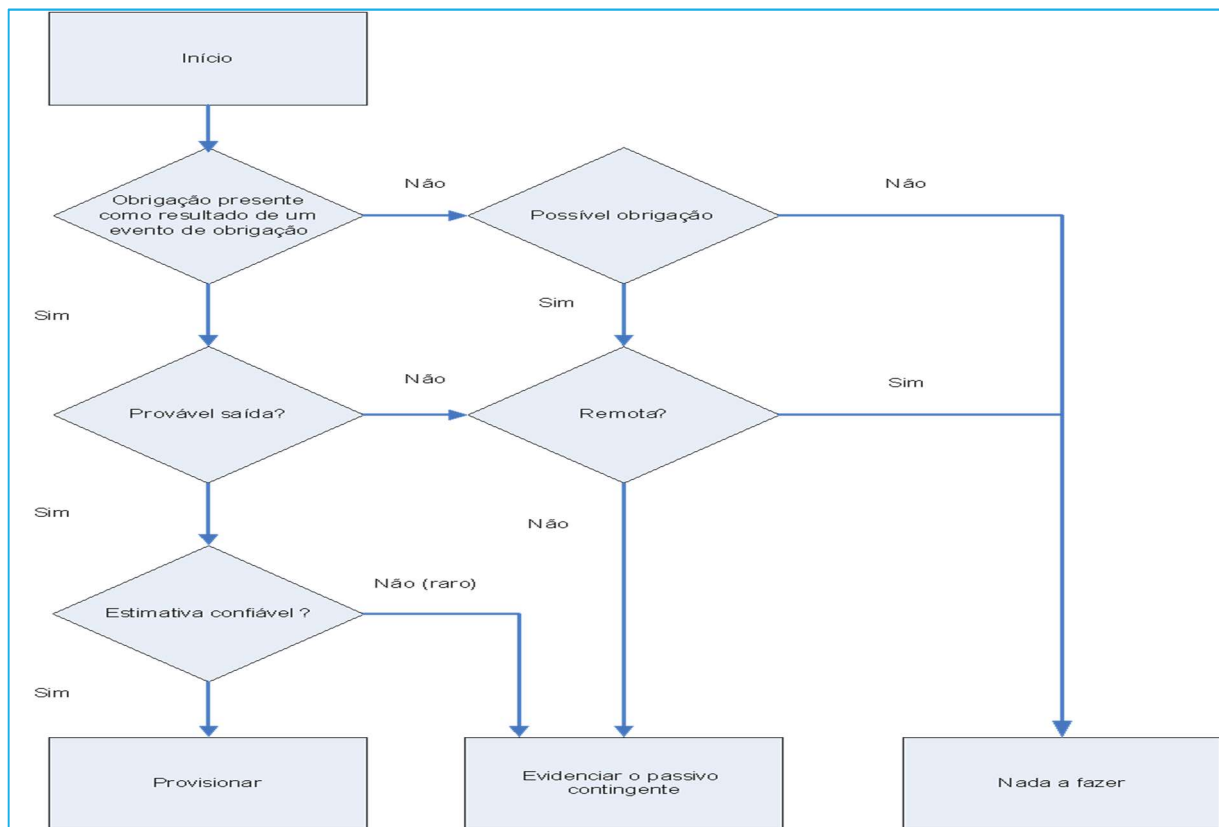
- b. Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
- É improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou
 - Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.

Os passivos contingentes devem ser periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável. Caso a saída se torne provável, uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

Normativos: MCASP; Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.36 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Figura 3 - Registro de Provisão e Passivo Contingente – CTSP 01



Fonte: CFC, Árvore de Decisão, Comunicado Técnico Setor Público – CTSP 01, de 18/05/2023: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes de acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível no site: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

Figura 4 - Registro de Provisão e Passivo Contingente – CTSP 01

Quando, em consequência de eventos passados, possa existir uma saída de recursos incorporando benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços na liquidação de: (a) uma obrigação presente; ou (b) uma possível obrigação cuja existência seja confirmada somente pela ocorrência ou não ocorrência de um ou vários eventos futuros incertos que não são totalmente controlados pela entidade.		
Há uma obrigação presente que provavelmente exige uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou uma obrigação presente que possa, mas provavelmente não irá exigir uma saída de recursos.	Há uma possível obrigação ou uma obrigação presente na qual a probabilidade de uma saída dos recursos é remota .
A provisão é reconhecida (NBC TSP, § 22).	Nenhuma provisão é reconhecida (NBC TSP, § 35).	Nenhuma provisão é reconhecida (NBC TSP, § 35).
Evidenciações da provisão são necessárias (NBC TSP, §§ 97 e 98).	Evidenciações do passivo contingente são necessárias (NBC TSP, §100).	A divulgação não é necessária (NBC TSP, § 100).

Fonte: CTSP nº 01, de 15/05/2023: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

Obs.: Um passivo contingente também surge em casos extremamente raros na existência de um passivo que não pode ser reconhecido porque não pode ser precisamente mensurado. Evidenciações sobre os passivos contingentes são exigidas (CTSP 01).

I) Nova Estrutura Fontes de Recursos 2023 – Portaria SOF nº 14.956/2021

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria da Secretaria de Orçamento Federal - SOF nº **14.956**, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a classificação por fontes/destinação de recursos para aplicação no âmbito da União a partir do exercício de 2023, em conformidade com a Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional - STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, que estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos Estados, dos Distrito Federal e dos municípios. Ambas as portarias trouxeram alterações significativas na codificação/estrutura, definição e destinação das fontes de recursos.

Quanto às alterações trazidas pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/2021, destacam-se as seguintes:

Art. 1º (...)

§ 1º Denomina-se fonte ou destinação de recursos o agrupamento de receitas que possuem as mesmas normas de aplicação da despesa.

§ 2º A estrutura de codificação da classificação por fonte ou destinação de recursos será composta por 3 dígitos;

§ 3º As fontes ou destinações de recursos a serem utilizadas pela União serão definidas por meio de Portaria específica publicada pela Secretaria de Orçamento Federal, no intervalo de 000 a 499.

Art. 2º (...)

I – Identificar se os recursos disponíveis foram arrecadados no exercício atual ou em exercícios anteriores.

Quanto às alterações trazidas pela Portaria SOF nº 14.956/2021, elencam-se as principais com aplicabilidade no âmbito do Ministério da Educação:

1. Acréscimo de mais um dígito ao código da fonte de recursos: (Ex: fonte 50 – passará a ser 050);



2. Retorno da fonte 12 (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) que havia sido extinta em 2017 pela Portaria SOF nº 1, de 12 de maio de 2017, cujo código será 012, que sucederá a fonte 86 (REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS).
3. Desdobramento das fontes relativas a recursos próprios (048, 049,051), com destinações específicas:
 - a) 048: Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social;
 - b) 049: Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social;
 - c) 050: Recursos Próprios Livres da UO;
 - d) 051: Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital.
4. Criação de fontes de livre aplicação pela Unidade Orçamentária:
 - a) 052: Recursos Livres da UO; e
 - b) 053: Recursos Livres da UO, vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal.
5. A fonte 80 não mais registrará os rendimentos de aplicação financeira (os rendimentos terão o mesmo código da fonte objeto de aplicação), podendo ser criados detalhes reduzidos para controle dos rendimentos, conforme art. 3º:

Art. 3º Para os fins desta Portaria, são considerados Recursos Próprios os que têm origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, remunerados por preço público, **bem como o produto da aplicação financeira desses recursos.** (grifo nosso)
6. Alteração na destinação da fonte 80 (Recursos Próprios Financeiros) utilizado até 2022 para registro do produto da aplicação financeira de recursos próprios para (Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos), a partir de 2023.
7. Criação de fontes especificadas destinadas à Educação Básica:
 - c) 008: Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica;
 - d) 133: Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal;
8. Criação de novo código para a fonte destinada ao Salário-Educação (Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação = fonte 113), que passará a ser 213.

Considerando a grande mudança trazida pelas portarias acima, a STN criou um Grupo de Trabalho - GT para discutir uma padronização de fontes de recursos mais ampla. Tendo por base a nova codificação, o GT definiu os seguintes parâmetros:

1. O código completo que compõe a fonte de recursos permanecerá com 10 (dez) dígitos, retirando-se o código do IDUso que precedia a codificação da fonte o qual passará a compor o Programa de Trabalho Resumido – PTRES, composto por 6 (seis dígitos) gerado automaticamente pelo sistema. O IDUso 8 será mantido para identificação das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.
2. O código da nova estrutura de fontes terá seguinte composição:
 - 2.1 O 1º dígito indicará o Grupo de Fonte, ou seja, se o recurso foi arrecadado no exercício corrente (1) ou em exercício(s) anterior(es) (2);
 - 2.2 Os três dígitos seguintes indicarão a código da respectiva fonte de recursos (Ex: 050, 012);
 - 2.3 Os seis dígitos seguintes corresponderão ao **Detalhe Órgão Central**, criado pela STN (composto somente por números), caso não haja **Detalhe Reduzido**, de criação facultativa pelo Órgão Subordinado. Havendo Detalhe Reduzido (que será precedido de letra e gerado automaticamente pelo sistema), a



composição da fonte será da seguinte forma: (Ex: 1050A00005). Não havendo Detalhe Reduzido, a composição da fonte será da seguinte forma: (Ex: 1050123456)

De acordo com a STN, o registro da receita arrecadada será feito **exclusivamente** nas fontes com **Detalhe Órgão Central**. Para fontes pertencentes aos órgãos subordinados, haverá apenas 1 (um) detalhe por UO.

Quadro 4 – Correlação da nova estrutura de fontes de recursos 2022 para 2023 no âmbito do MEC

2022	FONTE 2022 - Descrição	2023	FONTE 2023 - Descrição
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	000	Recursos Livres da Uniao
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	014	Recursos do Fundo Social destinados à Educação e à Saúde Públicas
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	133	Educação Básica, Vedado Pagamento de Despesas com Pessoal
18	CONC.PROG.(SEGURIDADE SOCIAL)	123	Seguridade Social, com Recursos de Superavit Financeiro Vinculados a Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
27	CUSTAS JUDICIAIS	027	Serviços Afetos as Atividades Específicas da Justiça
29	PAGAM.RET.DE AREA EXPL.OU PROD.-ANP	052	Recursos Livres da UO-ANP
	BONUS DE ASSIN.CONTRATO CONCES/PARTILHA-STN	000	Recursos Livres da Uniao
32	DIVALDO DIAS MANCANO	490	Recursos a Classificar-Fonte 32
36	REC.VINC.APLIC. OUTRAS POLITICAS PUBLICAS-MEC	012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
41	COMP.FINANC.REC.MINER. MME/ANM	053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal-ANM
42	PART.ESP./ANP-LEI 9478/97-ART.50,ce2º,INC I	028	Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados a Prospecção de Combustíveis Fósseis
	PARC.EDUC.-ROY.MIN.PLATAF.ce3ºART.2ºL.12858/13	008	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica
44	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TN-OUTRAS APLICACOES	444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos oriundos de Títulos do Tesouro, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública
48	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS-EM MOEDA	448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda-Obrigações 012421
50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	050	Recursos Próprios Livres da UO
		049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social
		052	Recursos Livres da UO-ANEEL
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	001	Recursos Livres da Seguridade Social
53	REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	002	Atividades-fim da Seguridade Social
56	CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	056	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da Uniao
63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital
69	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	056	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da Uniao
70	REC.PROPRIOS PRIMARIOS APLIC.ESPECIFICA-CSJT	138	Melhoria da Prestação Jurisdicional-CSJT
		004	Assistência a Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas-FUF MS
		051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital-TELEBRAS
72	CONTRIB.P/FOMENTO RADIODIFUSAO PUBLICA-EBC	037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública-EBC
74	TAXA DE AVALIACAO ENSINO SUPERIOR-INEP	128	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP
	MULTAS PREV.LEG.S/LUBRIF.COMBUST-ANP	052	Recursos Livres da UO-ANP
75	TAXA DE AVALIACAO ENSINO SUPERIOR-INEP	128	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP
76	CONTRIB.AO PROGR.DE ENSINO FUNDAMENTAL-FNDE	133	Educação Básica, Vedado Pagamento de Despesas com Pessoal
78	TES.NACIONAL-FUNDO FISCALIZ.DAS TELECOMUNIC.	000	Recursos Livres da Uniao
79	MUNICIPIO DE PARAISO DO NORTE	179	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	050	Recursos Próprios Livres da UO
		049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social
81	RECEITAS DE CONVÊNIOS	081	Convênios
82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	050	Recursos Próprios Livres da UO-FNDE
	CONVENIO DEPEN/MJ (FNDE)		
	MUNICIPIO DE XANXERE (FNDE)		
	MUNICIPIO DE ITANHEM (FNDE)		
86	CANCELAMENTO DE PRECATORIOS OU RPV - MIN.EDUC	012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
	RECEITA DO CDE-CONTA DESENV.ENERGETICO-ANEEL	087	CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	000	Recursos Livres da Uniao
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	134	Recursos Próprios Destinados a Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal
96	DOAC.PESSOAS FISICAS E INSTIT.PUB.E PRIV.NAC.	096	Doações Nacionais

Fonte: Elaboração própria com base na Tabela DE-PARA da STN.



2.4 Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Siafi estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o MCASP e com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual Siafi, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções relevantes nos valores evidenciados.

O processo de conformidade contábil está estruturado da seguinte forma:

I. Setorial Contábil de Unidade Gestora – responsável pelo acompanhamento da execução contábil das unidades gestoras executoras da administração direta do MEC;

II. Setorial Contábil de Órgão – responsável pelo acompanhamento da execução contábil do órgão 26000 (MEC – Administração Direta), compreendendo as unidades gestoras a este pertencentes;

III. Setorial Contábil de Órgão Superior – unidade de gestão interna do MEC responsável pelo acompanhamento contábil dos órgãos e entidades vinculados; e

IV. Secretaria do Tesouro Nacional – órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, responsável pela conformidade do Balanço Geral da União - BGU.

A conformidade contábil é registrada mensalmente no Sistema Siafi, nos termos do Decreto 6.976/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e do Manual SIAFI, e na Macrofunção 02.03.15, que trata da Conformidade Contábil. De acordo com a Macrofunção, o registro da conformidade contábil abrange os seguintes níveis: a) Conformidade de UG; b) Conformidade de Órgão; c) Conformidade de Órgão Superior; e d) Conformidade Contábil do BGU.

Para o registro da conformidade contábil são utilizados os seguintes instrumentos e procedimentos para tratamento e análise dos dados:

- Levantamento, por meio da transação no Siafi Web Consulta Desequilíbrio Auditor (CONDESAUD), de todas as equações que apresentarem desequilíbrio. Com a implantação no novo Plano de Contas em 2015, foram criadas mais de 700 equações, tanto de rotinas quanto de demonstrativos contábeis.
- Levantamento de saldos invertidos no Tesouro Gerencial, por conta e conta-corrente em nível de UG e de Órgão;
- Extração de consulta/relatório no Tesouro Gerencial dos órgãos que fizeram o cálculo da Depreciação dos Bens Móveis e da Amortização de Intangíveis para verificação do registro no mês, bem como da compatibilidade ao longo do exercício, com base na média aritmética dos valores registrados em cada mês;
- Registro da ocorrência 302, tanto na Conformidade de UG quanto na Conformidade de Órgão para as unidades da administração direta que não tiverem enviado as informações referentes aos relatórios sobre o Relatório de Movimentação de Almoarifado - RMA e o Relatório de Movimentação de Bens Móveis e Intangíveis - RMBI, exigidos pela Macrofunção do Manual Siafi 02.11.01 (REL. MOV.ALMOXARIFADO E REL.MOV.BENS MÓVEIS E INT e pela IN/SEDAP nº 205/88;
- Verificação em cada unidade gestora executora da administração direta da falta de registro da Conformidade de Registros de Gestão, bem como dos registros “com restrições”, por meio de consulta à transação >CONCONFREG;
- Análise individualizada na transação >BALANCETE dos órgãos que apresentaram desequilíbrio Equação 029 (Valores Recebidos por GRU ou OBTV) para verificação dos órgãos que providenciaram ou não a regularização no período (dentro do mês), conforme Macrofunção 02.10.06 (Manual de Regularizações Contábeis);



- Verificação de outras inconsistências, como por exemplo: falta de regularização de saldos alongados registrados em contas transitórias;
 - Registro da ocorrência 318 por não atendimento de orientação Órgão Contabilidade Setorial/Central (Setorial Contábil - UG 150003 / CCON/STN - UG 170999), a critério do contador.

O registro mensal é efetuado por contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, lotado na Coordenação de Contabilidade e Custos da Coordenação-Geral da Finanças da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC - Setorial Contábil (UG 150003/1) e credenciado no Siafi para este fim. A segregação de funções é observada no processo de registro, em atendimento ao princípio da segregação de funções.

As notas explicativas abrangerão as seguintes demonstrações contábeis:

- a) **Balanco Orçamentário (BO);**
- b) **Balanco Financeiro (BF);**
- c) **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).**
- d) **Balanco Patrimonial (BP);**
- e) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e**
- f) **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).**

2.5 *Balanco Patrimonial*

Balanco Patrimonial			
26000- Ministério da Educação			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		29.831.957.803,94	25.813.923.263,47
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>12</u>	15.029.322.736,75	14.170.825.257,58
Créditos a Curto Prazo	<u>13</u>	13.873.032.435,24	10.756.729.576,45
Créditos Tributários a Receber		399.553,04	399.553,04
Clientes		670.092.175,73	72.262.919,64
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.925.637.954,41	861.820.377,31
Dívida Ativa Tributária		-4.246,64	
Dívida Ativa Não Tributária		231.427,77	234.217,13
Demais Créditos e Valores		12.715.799.901,24	11.236.528.457,18
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-1.439.124.330,31	-1.414.515.947,85
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		914.287.396,93	869.883.162,25
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		15.315.235,02	16.485.267,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE		161.710.198.979,00	164.901.350.288,05
Ativo Realizável a Longo Prazo		63.836.955.772,12	72.394.158.121,87
Créditos a Longo Prazo		60.049.161.161,81	68.379.480.188,22
Clientes		11.757.353,57	9.147.438,99
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	<u>14</u>	111.721.343.271,57	108.534.997.544,79
Dívida Ativa Não Tributária		1.287.869.044,02	1.230.010.011,67
Demais Créditos e Valores		274.246.896,56	243.530.134,03
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-53.246.055.403,91	-41.638.204.941,26
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		3.787.446.510,60	4.014.329.833,94
VPDs Pagas Antecipadamente		348.099,71	348.099,71
Investimentos		1.548.847,71	1.646.194,51
Participações Permanentes		1.480.585,32	1.577.932,12
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		692.125,99	789.472,79
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		788.459,33	788.459,33
Demais Investimentos Permanentes		68.262,39	68.262,39
Demais Investimentos Permanentes		68.262,39	68.262,39
Imobilizado	<u>15</u>	97.248.717.499,16	91.893.027.105,05
Bens Móveis		12.021.898.889,86	14.620.987.556,79
Bens Móveis		22.179.775.167,39	21.420.153.059,01
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-10.141.911.818,70	-6.783.061.505,85
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-15.964.458,83	-16.103.996,37
Bens Imóveis		85.226.818.609,30	77.272.039.548,26
Bens Imóveis		85.595.260.246,74	77.581.376.632,70
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-361.778.051,93	-302.673.498,93
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-6.663.585,51	-6.663.585,51
Intangível		622.976.860,01	612.518.866,62
Softwares		596.404.071,87	581.788.371,38
Softwares		692.909.804,95	669.725.112,82
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-93.850.590,08	-85.281.598,44
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-2.655.143,00	-2.655.143,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		5.447.271,26	5.238.744,77
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		5.737.333,66	5.495.891,51
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-290.062,40	-257.146,74
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		21.125.516,88	25.491.750,47
Direitos de Uso de Imóveis		32.099.386,97	25.491.750,47
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-10.973.870,09	-
TOTAL DO ATIVO		191.542.156.782,94	190.715.273.551,52



PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE	18	22.932.195.611,73	19.582.937.200,69
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		8.303.193.726,47	6.847.872.567,30
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		138.082,68	448.768,71
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	19	618.987.112,73	766.267.685,17
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		2.265.419,83	1.421.134,85
Transferências Fiscais a Curto Prazo		207.305.018,65	206.693.379,18
Provisões a Curto Prazo	21	16.540.711,62	673.120,59
Demais Obrigações a Curto Prazo		13.783.765.539,75	11.759.560.544,89
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	24	2.189.870.832,57	2.046.252.033,42
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		54.424.338,68	56.973.532,29
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		932.057,93	932.057,93
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		10.387.467,17	10.871.707,97
Provisões a Longo Prazo	21	1.175.277.594,76	1.221.592.094,92
Demais Obrigações a Longo Prazo		9.616.636,31	14.796.280,89
Resultado Diferido		939.232.737,72	741.086.359,42
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		25.122.066.444,30	21.629.189.234,11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	27	2023	2022
Patrimônio Social e Capital Social		1.929.484.159,90	1.911.240.641,35
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		439.897.286,14	261.837.383,94
Reservas de Capital		17.112.659,60	17.112.659,60
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-19.095.364,38	-18.493.577,14
Reservas de Lucros		7.132.862,41	6.531.075,17
Demais Reservas		4.324.115.238,51	59.613.228,80
Resultados Acumulados		159.721.443.496,46	166.848.242.905,69
Resultado do Exercício		-7.139.034.388,43	805.074.767,40
Resultados de Exercícios Anteriores		166.845.327.211,07	186.205.490.882,50
Ajustes de Exercícios Anteriores		15.150.673,82	-20.162.322.744,21
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		166.420.090.338,64	169.086.084.317,41

**QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	15.030.039.711,85	14.171.533.898,98	PASSIVO FINANCEIRO	66.481.917.701,17	30.898.459.652,35
ATIVO PERMANENTE	176.512.117.071,09	176.543.739.652,54	PASSIVO PERMANENTE	18.050.794.624,84	15.046.262.416,21
			SALDO PATRIMONIAL	107.009.444.456,93	144.770.551.482,96

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	8.166.885.403,66	7.984.072.526,37	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	35.765.723.512,05	32.441.204.590,12
Atos Potenciais Ativos	8.166.885.403,66	7.984.072.526,37	Atos Potenciais Passivos	35.765.723.512,05	32.441.204.590,12
Garantias e Contragarantias Recebidas	1.782.177.603,32	1.576.167.836,31	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	6.027.911.796,75	6.072.956.146,74	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	7.455.304.460,08	7.371.819.272,97
Direitos Contratuais	356.796.003,59	334.948.543,32	Obrigações Contratuais	28.310.419.051,97	25.069.385.317,15
TOTAL	8.166.885.403,66	7.984.072.526,37	TOTAL	35.765.723.512,05	32.441.204.590,12

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-29.010.851.300,75
Recursos Vinculados	-22.441.026.688,57
Educação	-1.501.442.760,97
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.169.640.290,13
Previdência Social (RPPS)	-2.136.764.220,44
Dívida Pública	-4.139.297.411,44
Alienação de Bens e Direitos	18.806.788,14
Transferências Constitucionais e Legais	-7.990.787.732,96
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.916.039.423,87
Outros Recursos Vinculados	-7.437.940.528,64
Recursos a Classificar	44,00
TOTAL	-51.451.877.989,32



2.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido								
26000 - Ministério da Educação								
Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	1.785.665.609,72	140.423.625,00	17.112.659,60	5.717.101,02	41.312.929,84	186.212.723.860,56	-17.143.809,07	188.185.811.976,67
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-7.232.978,06	-	-7.232.978,06
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	68.464.872,41	-	-	-62.679,81	-19.967.134.424,37	-535.793,92	-19.899.268.025,69
Aumento/Redução de Capital	125.575.031,63	52.776.046,07	-	813.974,15	-	535.793,92	-	179.700.845,77
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	18.362.978,77	-219.479.225,30	-	-201.116.246,53
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	23.045.597,42	-	23.045.597,42
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	805.074.767,41	-	805.074.767,41
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	709.514,12	-813.974,15	-104.460,03
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	172.840,46	-	-	-	-	-	172.840,46
Saldo Final do Exercício 2022	1.911.240.641,35	261.837.383,94	17.112.659,60	6.531.075,17	59.613.228,80	166.848.242.905,70	-18.493.577,14	169.086.084.317,42
Saldo Inicial do Exercício 2023	1.911.240.641,35	261.837.383,94	17.112.659,60	6.531.075,17	59.613.228,80	166.848.242.905,69	-18.493.577,14	169.086.084.317,41
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-2.915.694,62	-	-2.915.694,62
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	47.913.969,74	-	-	25.793.519,94	1.367.937.864,75	-	1.441.645.354,43
Aumento/Redução de Capital	18.243.518,55	130.145.932,46	-	601.787,24	-	-	-	148.991.238,25
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	4.238.708.489,77	-293.494,00	-	4.238.414.995,77
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	1.829,85	-	1.829,85
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-7.139.034.388,43	-	-7.139.034.388,43
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	369.730,39	-601.787,24	-232.056,85
Saldo Final do Exercício 2023	1.929.484.159,90	439.897.286,14	17.112.659,60	7.132.862,41	4.324.115.238,51	161.074.308.753,63	-19.095.364,38	167.772.955.595,81



2.7 Demonstração das Variações Patrimoniais

Demonstração das Variações Patrimoniais			
26000 - Ministério da Educação			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	32	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		305.909.598.069,41	344.641.284.630,96
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		23.751.127,07	17.897.753,10
Impostos		-	4.080,00
Taxas		23.751.127,07	17.893.673,10
Contribuições		21.286.594.533,34	18.852.142.442,67
Contribuições Sociais		21.286.594.533,34	18.852.142.442,67
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.005.693.443,30	810.729.705,88
Venda de Mercadorias		11.293.205,70	14.720.425,05
Vendas de Produtos		4.334.730,38	3.576.234,05
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		990.065.507,22	792.433.046,78
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		9.512.743.202,48	60.887.094.543,28
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.630.998.438,04	440.073.893,45
Juros e Encargos de Mora		270.424.189,49	201.564.343,86
Variações Monetárias e Cambiais		6.985.468.201,01	59.336.202.188,58
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		625.852.373,94	909.126.008,06
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	128.109,33
Transferências e Delegações Recebidas		264.281.771.818,39	248.463.695.505,03
Transferências Intragovernamentais		263.355.732.085,71	247.043.855.653,94
Transferências Intergovernamentais		22.779.584,63	29.425.083,25
Transferências das Instituições Privadas		363.808,24	462.912,06
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		87.750,00	-30.057,73
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		76.495,97	21.834,70
Outras Transferências e Delegações Recebidas		902.732.093,84	1.389.960.078,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		8.911.691.206,29	10.898.420.214,65
Reavaliação de Ativos		-	1.175.873.391,41
Ganhos com Alienação		1.226.352,31	3.099.331,92
Ganhos com Incorporação de Ativos		7.079.276.255,99	7.560.078.387,78
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.831.188.597,99	2.159.369.103,54
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		887.352.738,54	4.711.304.466,35
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		9.807.958,57	1.242.756,50
Resultado Positivo de Participações		399.539,22	97.187,84
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		115.951.621,43	3.791.440.263,30
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		761.193.619,32	918.524.258,71



VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	34	2023	2022
		313.048.632.457,84	345.322.959.594,81
Pessoal e Encargos		45.527.809.486,40	42.098.506.684,80
Remuneração a Pessoal		35.653.264.215,39	32.990.023.250,82
Encargos Patronais		7.685.812.974,35	7.273.473.405,51
Benefícios a Pessoal		2.086.777.821,14	1.674.349.917,94
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		101.954.475,52	160.660.110,53
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		14.831.041.694,51	13.913.432.106,09
Aposentadorias e Reformas		11.782.695.173,84	11.021.575.430,84
Pensões		2.573.425.191,73	2.424.170.475,14
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		329.670,00	11.200,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		474.591.658,94	467.675.000,11
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		14.088.064.330,30	10.289.494.629,92
Uso de Material de Consumo		1.658.686.919,70	1.534.022.858,70
Serviços		8.187.437.996,75	8.146.005.274,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	35	4.241.939.413,85	609.466.496,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.705.922.224,50	53.963.166.428,38
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	4,00
Juros e Encargos de Mora		9.405.294,71	5.362.380,30
Variações Monetárias e Cambiais		3.681.005.777,74	53.933.311.140,15
Descontos Financeiros Concedidos		538.481,56	1.205.835,92
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		14.972.670,49	23.287.068,01
Transferências e Delegações Concedidas		212.263.242.932,03	208.726.665.378,74
Transferências Intragovernamentais		161.112.205.504,89	162.470.729.383,89
Transferências Intergovernamentais		49.795.897.440,04	45.231.527.266,37
Transferências a Instituições Privadas		70.233.584,10	6.658.572,75
Transferências ao Exterior		11.595.562,70	17.316.450,33
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.273.310.840,30	1.000.433.705,40
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		17.227.845.600,59	11.672.564.522,02
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		11.806.128.420,31	8.326.046.539,53
Perdas com Alienação		6.255.966,98	6.717.972,54
Perdas Involuntárias		59.240.522,34	27.892.184,80
Incorporação de Passivos		2.604.117.857,59	2.154.691.635,06
Desincorporação de Ativos		2.752.102.833,37	1.157.216.190,09
Tributárias		142.713.837,65	92.212.017,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		8.579.685,86	8.343.972,21
Contribuições		134.134.151,79	83.868.044,81
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		1.099.067,39	729.108,21
Custo das Mercadorias Vendidas		1.099.067,39	729.108,21
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		5.260.893.284,47	4.566.188.719,63
Premiações		609.791,69	221.698,08
Incentivos		5.136.569.116,55	3.665.081.557,01
Subvenções Econômicas		66.777,49	61.971,50
Constituição de Provisões		28.567.167,40	167.014.929,90
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		95.080.431,34	733.808.563,14
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	31	-7.139.034.388,43	-681.674.963,85



2.8 Balanço Orçamentário

26000 - Ministério da Educação				
RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS 1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	54.773.678.131,00	54.773.678.131,00	25.572.723.616,03	-29.200.954.514,97
Receitas Tributárias	27.304.796,00	27.304.796,00	16.620.887,50	-10.683.908,50
Taxas	27.304.796,00	27.304.796,00	16.620.887,50	-10.683.908,50
Receitas de Contribuições	30.965.982.450,00	30.965.982.450,00	21.550.363.459,49	-9.415.618.990,51
Contribuições Sociais	30.965.982.450,00	30.965.982.450,00	21.550.363.459,49	-9.415.618.990,51
Receita Patrimonial	16.889.700.856,00	16.889.700.856,00	756.763.995,14	-16.132.936.860,86
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	182.181.234,00	182.181.234,00	148.812.302,26	-33.368.931,74
Valores Mobiliários	1.623.718.280,00	1.623.718.280,00	599.796.575,38	-1.023.921.704,62
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	15.058.944.159,00	15.058.944.159,00	-	-15.058.944.159,00
Exploração do Patrimônio Intangível	10.097.330,00	10.097.330,00	-	-10.097.330,00
Cessão de Direitos	-	-	784.975,24	784.975,24
Demais Receitas Patrimoniais	14.759.853,00	14.759.853,00	7.370.142,26	-7.389.710,74
Receita Agropecuária	18.439.555,00	18.439.555,00	10.072.455,46	-8.367.099,54
Receita Industrial	3.099.999.258,00	3.099.999.258,00	4.334.050,23	-3.095.665.207,77
Receitas de Serviços	3.177.821.689,00	3.177.821.689,00	2.579.684.744,42	-598.136.944,58
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	779.584.511,00	779.584.511,00	593.418.047,68	-186.166.463,32
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	174.864.860,00	174.864.860,00	203.232.129,67	28.367.269,67
Serviços e Atividades Financeiras	2.222.822.550,00	2.222.822.550,00	1.781.760.504,79	-441.062.045,21
Outros Serviços	549.768,00	549.768,00	1.274.062,28	724.294,28
Transferências Correntes	29.942.813,00	29.942.813,00	18.134.182,60	-11.808.630,40
Outras Receitas Correntes	564.486.714,00	564.486.714,00	636.749.841,19	72.263.127,19
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6.929.361,00	6.929.361,00	6.593.331,58	-336.029,42
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	39.871.027,00	39.871.027,00	302.662.940,86	262.791.913,86
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	496.524.801,00	496.524.801,00	326.952.913,21	-169.571.887,79
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	23.495,95	23.495,95
Demais Receitas Correntes	21.161.525,00	21.161.525,00	517.159,59	-20.644.365,41
RECEITAS DE CAPITAL	2.650.480.467,00	2.650.480.467,00	1.894.475.452,51	-756.005.014,49
Operações de Crédito	4.050.000,00	4.050.000,00	-	-4.050.000,00
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	4.050.000,00	4.050.000,00	-	-4.050.000,00
Alienação de Bens	8.149.887,00	8.149.887,00	15.008.526,07	6.858.639,07
Alienação de Bens Móveis	7.149.887,00	7.149.887,00	5.809.811,50	-1.340.075,50
Alienação de Bens Imóveis	1.000.000,00	1.000.000,00	9.198.714,57	8.198.714,57
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	2.586.551.752,00	2.586.551.752,00	1.856.287.469,51	-730.264.282,49
Transferências de Capital	51.728.828,00	51.728.828,00	23.179.456,93	-28.549.371,07
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	57.424.158.598,00	57.424.158.598,00	27.467.199.068,54	-29.956.959.529,46
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	57.424.158.598,00	57.424.158.598,00	27.467.199.068,54	-29.956.959.529,46
DEFICIT			138.965.424.445,41	138.965.424.445,41
TOTAL	57.424.158.598,00	57.424.158.598,00	166.432.623.513,95	109.008.464.915,95



DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS 2	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	170.916.430.871,00	174.776.773.136,00	158.896.309.690,93	111.176.761.952,23	104.659.619.394,32	15.880.463.445,07
Pessoal e Encargos Sociais	75.548.246.193,00	79.978.468.327,00	71.246.815.191,79	55.330.615.984,60	49.891.278.823,08	8.731.653.135,21
Outras Despesas Correntes	95.368.184.678,00	94.798.304.809,00	87.649.494.499,14	55.846.145.967,63	54.768.340.571,24	7.148.810.309,86
DESPESAS DE CAPITAL	9.510.989.282,00	10.464.004.307,00	7.536.313.823,02	4.627.892.794,69	4.579.616.782,06	2.927.690.483,98
Investimentos	4.211.945.686,00	5.164.845.007,00	2.324.979.219,02	1.204.495.283,91	1.156.416.268,04	2.839.865.787,98
Inversões Financeiras	5.299.043.596,00	5.299.159.300,00	5.211.334.604,00	3.423.397.510,78	3.423.200.514,02	87.824.696,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.746.552.226,00	3.746.552.226,00	-	-	-	3.746.552.226,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	184.173.972.379,00	188.987.329.669,00	166.432.623.513,95	115.804.654.746,92	109.239.236.176,38	22.554.706.155,05
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	184.173.972.379,00	188.987.329.669,00	166.432.623.513,95	115.804.654.746,92	109.239.236.176,38	22.554.706.155,05
TOTAL	184.173.972.379,00	188.987.329.669,00	166.432.623.513,95	115.804.654.746,92	109.239.236.176,38	22.554.706.155,05

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.919.997.896,01	13.499.177.031,13	11.574.782.037,72	11.458.296.943,86	602.268.715,45	4.358.609.267,83
Pessoal e Encargos Sociais	19.475.650,59	365.241.901,47	291.259.849,94	291.165.886,47	8.622.126,27	84.929.539,32
Outras Despesas Correntes	2.900.522.245,42	13.133.935.129,66	11.283.522.187,78	11.167.131.057,39	593.646.589,18	4.273.679.728,51
DESPESAS DE CAPITAL	4.643.742.621,52	3.319.279.227,04	2.075.176.624,69	2.028.340.672,11	1.319.692.163,33	4.614.989.013,12
Investimentos	3.458.025.053,67	2.407.672.803,37	1.993.309.240,51	1.946.473.287,93	75.209.891,29	3.844.014.677,82
Inversões Financeiras	1.185.717.567,85	911.606.423,67	81.867.384,18	81.867.384,18	1.244.482.272,04	770.974.335,30
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.563.740.517,53	16.818.456.258,17	13.649.958.662,41	13.486.637.615,97	1.921.960.878,78	8.973.598.280,95

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	65.786.623,72	6.131.654.214,89	6.101.891.968,04	4.380.299,50	91.168.571,07
Pessoal e Encargos Sociais	12.962.682,45	5.247.117.914,67	5.240.346.109,32	1.120.492,51	18.613.995,29
Outras Despesas Correntes	52.823.941,27	884.536.300,22	861.545.858,72	3.259.806,99	72.554.575,78
DESPESAS DE CAPITAL	152.888.037,09	100.767.237,60	91.453.036,98	2.253.520,14	159.948.717,57
Investimentos	150.944.592,23	100.763.703,45	91.449.502,83	2.253.520,14	158.005.272,71
Inversões Financeiras	1.943.444,86	3.534,15	3.534,15	-	1.943.444,86
TOTAL	218.674.660,81	6.232.421.452,49	6.193.345.005,02	6.633.819,64	251.117.288,64

**2.9 Balanço Financeiro**

Balanço Financeiro			
26000 - Ministério da Educação			
INGRESSOS	Z	2023	2022
Receitas Orçamentárias		27.467.199.068,54	26.569.153.014,45
Ordinárias		25.916.294,28	10.104.320,79
Vinculadas		25.732.860.404,75	24.866.209.721,65
Educação		8.168.705.874,26	7.324.856.840,74
Seguridade Social (Exceto Previdência)		334.214,05	21.242.961,21
Previdência Social (RPPS)		7.008,37	2.300,91
Alienação de Bens e Direitos		15.015.978,53	6.648.940,65
Transferências Constitucionais e Legais		11.484.111.642,43	10.345.868.259,99
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		5.702.951.276,04	7.167.429.025,43
Outros Recursos Vinculados		851.641,85	
Recursos a Classificar		360.882.769,22	161.392,72
(-) Deduções da Receita Orçamentária		1.708.422.369,51	1.692.838.972,01
Transferências Financeiras Recebidas		263.336.014.134,35	247.029.864.885,19
Resultantes da Execução Orçamentária		239.513.027.713,89	211.668.915.599,70
Cota Recebida		114.304.269.197,13	100.732.649.511,02
Repasse Recebido		113.998.346.186,85	100.361.011.907,96
Sub-repasse Recebido		11.210.398.415,99	10.549.865.692,94
Repasse Devolvido		13.913,92	4.296.349,29
Sub-repasse Devolvido			21.092.138,49
Independentes da Execução Orçamentária		23.822.986.420,46	35.360.949.285,49
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		25.289.475.872,15	36.619.923.261,66
Demais Transferências Recebidas		45.334.462,58	18.119.567,27
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-1.511.823.914,27	-1.277.093.543,44
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		57.547.762.727,52	52.158.710.850,23
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		6.565.418.570,54	4.862.911.889,26
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		50.627.968.767,03	46.550.094.584,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		351.049.527,09	462.992.205,03
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.325.862,86	282.712.171,39
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.302.534,82	2.283.690,79
Restituições a Pagar			135.009,10
Passivos Transferidos		0,02	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		23.173,79	32.430,58
Arrecadação de Outra Unidade			184.252.604,58
Valores em Trânsito			0,11
DARF - SISCOMEX		154,23	
Demais Recebimentos			96.008.436,23
Saldo do Exercício Anterior		14.170.825.257,58	20.633.076.543,04
Caixa e Equivalentes de Caixa		14.170.825.257,58	20.633.076.543,04
TOTAL		362.521.801.187,99	346.390.805.292,91



DISPÊNDIOS	8	2023	2022
Despesas Orçamentárias		166.432.623.513,95	152.191.270.883,83
Ordinárias		90.788.063.275,96	81.015.766.201,94
Vinculadas		75.644.560.237,99	71.175.504.681,89
Educação		11.556.310.411,54	10.318.215.796,45
Seguridade Social (Exceto Previdência)		7.535.264.212,38	2.991.648.638,34
Previdência Social (RPPS)		11.668.422.200,27	15.696.696.303,16
Dívida Pública		6.064.055.801,43	3.643.287.336,69
Alienação de Bens e Direitos		1.805.968,04	2.082.496,79
Transferências Constitucionais e Legais		18.579.589.470,00	16.506.341.869,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		6.550.688.523,09	22.017.229.084,93
Outros Recursos Vinculados		13.688.423.651,24	3.156,53
Transferências Financeiras Concedidas		160.571.273.060,94	162.307.643.007,90
Resultantes da Execução Orçamentária		123.240.120.263,68	109.497.177.512,95
Repasse Concedido		112.021.576.272,06	98.568.447.333,11
Sub-repasse Concedido		11.210.398.416,01	10.549.865.692,92
Cota Devolvida		8.131.661,69	351.984.612,91
Repasse Devolvido		13.913,92	4.296.349,29
Sub-repasse Devolvido		-	22.583.524,72
Independentes da Execução Orçamentária		37.331.152.797,26	52.810.465.494,95
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		15.299.378.055,59	25.251.083.641,62
Demais Transferências Concedidas		42.686.452,43	9.430.078.605,63
Movimento de Saldos Patrimoniais		21.989.088.289,24	18.129.303.247,70
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		20.488.581.876,35	17.820.173.194,93
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		6.193.345.005,02	5.652.664.161,10
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		13.486.637.615,97	11.682.781.741,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		351.197.356,77	470.746.625,10
Outros Pagamentos Extraorçamentários		457.401.898,59	13.980.666,78
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		2.148.896,20	-
Pagamento de Passivos Recebidos		-	0,06
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		128.792.819,34	-
Valores Compensados		839.150,49	-
Valores em Trânsito		106,56	-
Ajuste Acumulado de Conversão		28.831.476,76	13.980.666,72
Demais Pagamentos		296.789.449,24	-
Saldo para o Exercício Seguinte		15.029.322.736,75	14.071.718.206,25
Caixa e Equivalentes de Caixa		15.029.322.736,75	14.071.718.206,25
TOTAL	9	362.521.801.187,99	346.390.805.292,91

**2.10 Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
26000 - Ministério da Educação			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2023	2022
		4.026.388.363,51	-5.429.243.627,48
INGRESSOS	10	289.282.990.062,44	270.799.568.599,63
Receita Tributária		16.620.887,50	12.525.571,29
Receita de Contribuições		21.550.363.459,49	19.051.365.287,77
Receita Patrimonial		158.278.289,07	137.025.063,06
Receita Agropecuária		10.072.455,46	13.588.290,44
Receita Industrial		4.334.050,23	3.575.613,45
Receita de Serviços		2.579.684.744,42	2.343.834.308,19
Remuneração das Disponibilidades		598.485.706,07	895.066.019,67
Outras Receitas Derivadas e Originárias		636.749.841,19	539.423.102,66
Transferências Recebidas		41.313.639,53	29.879.772,28
Intergovernamentais		18.608.076,19	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		15.411.506,38	-
Dos Municípios		3.196.569,81	-
Intragovernamentais		102.152,70	-
Outras Transferências Recebidas		22.603.410,64	29.879.772,28
Outros Ingressos Operacionais		263.687.086.989,48	247.773.285.570,82
Ingressos Extraorçamentários		351.049.527,09	462.992.205,03
Restituições a Pagar			135.009,10
Passivos Transferidos		0,02	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		23.173,79	32.430,58
Transferências Financeiras Recebidas		263.336.014.134,35	247.029.864.885,19
Arrecadação de Outra Unidade			184.252.604,58
Valores em Trânsito			0,11
DARF - SISCOMEX		154,23	
Demais Recebimentos			96.008.436,23



DESEMBOLSOS	11	2023	2022
			-
		285.256.601.698,93	276.228.812.227,11
Pessoal e Demais Despesas		-66.524.916.049,37	-61.189.529.052,21
Legislativo		-148.047,67	-769.955,00
Judiciário		-4.710.459,65	-6.412.474,98
Essencial à Justiça		-132.047,57	-7.972,60
Administração		-46.296.925,66	-18.582.335,47
Defesa Nacional		-3.629.480,77	-1.474.822,28
Segurança Pública		-9.727.672,40	-9.890.156,65
Relações Exteriores		-434.223,60	-
Assistência Social		-1.903.257,57	-7.933.427,50
Previdência Social		-13.828.967.801,60	-13.226.234.741,07
Saúde		-1.996.771.466,93	-1.945.293.051,20
Trabalho		-107.723,78	-792.404,51
Educação		-50.380.763.274,15	-45.634.851.398,68
Cultura		-4.232.511,50	-3.186.309,65
Direitos da Cidadania		-9.830.031,19	-16.120.872,16
Urbanismo		-162.748,00	-4.240.996,85
Habituação		-	-3.436.991,12
Saneamento		-3.836.631,35	-1.716.039,30
Gestão Ambiental		-10.323.737,19	-19.754.643,06
Ciência e Tecnologia		-12.429.370,63	-9.646.747,74
Agricultura		-46.130.262,55	-30.312.464,81
Organização Agrária		-100.802.181,01	-155.495.690,83
Indústria		-1.522.217,17	-457.962,11
Comércio e Serviços		-4.074.254,41	-8.559.574,27
Comunicações		-8.024.329,56	-14.231.998,17
Energia		-183.777,25	-312.088,00
Transporte		-16.329.124,84	-12.780.400,84
Desporto e Lazer		-7.270.460,88	-10.371.617,53
Encargos Especiais		-29.474.565,31	-48.945.606,62
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.302.534,82	2.283.690,79
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-57.351.813.333,26	-52.246.912.875,12
Intergovernamentais		-49.521.275.908,51	-44.925.088.162,27
A Estados e/ou Distrito Federal		-13.373.127.340,15	-15.454.714.503,97
A Municípios		-36.148.148.568,36	-29.470.373.658,30
Intragovernamentais		-7.531.725.863,53	-7.119.968.586,75
Outras Transferências Concedidas		-298.811.561,22	-201.856.126,10
Outros Desembolsos Operacionais		-	-
		161.379.872.316,30	162.792.370.299,78
Dispêndios Extraorçamentários		-351.197.356,77	-470.746.625,10
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-2.148.896,20	-
Pagamento de Passivos Recebidos		-	-0,06
Transferências Financeiras Concedidas		-	-
		160.571.273.060,94	162.307.643.007,90
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-128.792.819,34	-
Valores Compensados		-839.150,49	-
Valores em Trânsito		-106,56	-
Ajuste Acumulado de Conversão		-28.831.476,76	-13.980.666,72
Demais Pagamentos		-296.789.449,24	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-3.167.890.884,34	-1.132.114.709,31
INGRESSOS		1.871.295.995,58	3.542.869.985,64
Alienação de Bens		15.008.526,07	5.860.565,60
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.856.287.469,51	3.537.009.420,04
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-5.039.186.879,92	-4.674.984.694,95
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.426.315.214,92	-1.225.542.855,36
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-2.993.887.482,06	-3.321.562.948,50
Outros Desembolsos de Investimentos		-618.984.182,94	-127.878.891,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		858.497.479,17	-6.561.358.336,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		14.170.825.257,58	20.633.076.543,04
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		15.029.322.736,75	14.071.718.206,25



2. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Contexto Operacional do MEC

Nos termos da Lei nº 14.600, de 19/06/2023 e do Decreto nº 11.691, de 05/09/2023, que revogou o Decreto nº 11.342, de 1º de janeiro de 2023, o Ministério da Educação – MEC, órgão da administração pública federal direta, tem por competência constitucional os seguintes assuntos:

I - política nacional de educação;

II - educação em geral, compreendidos educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;

III - avaliação, informação e pesquisa educacional;

IV - pesquisa e extensão universitária;

V - magistério e demais profissionais da educação; e

VI - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Como órgão federal responsável pela formulação, implantação e execução de políticas públicas relacionadas à educação nacional em todos os níveis, possui uma ampla estrutura organizacional e de financiamento público condizentes com a complexidade e pluralidade de atividades que desenvolve.

Entre essas atividades destaca-se a realização de pesquisas acadêmico-científicas que contribuem para o desenvolvimento social e econômico do país.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas universidades e institutos possuem peculiaridades e singularidades que as diferenciam dos demais órgãos da administração pública federal.

2.2 Cadeia de Valor do MEC

A Cadeia de Valor do MEC está inserida no Plano Estratégico Institucional (PEI), produto do Planejamento Estratégico do Ministério que traz os conteúdos relacionados à cadeia de valor, aos referenciais estratégicos (missão, visão e valores), ao mapa estratégico, ao conjunto de objetivos estratégicos, ao painel de indicadores e às metas estabelecido para o monitoramento e a avaliação, e ao portfólio dos projetos estratégicos. Encontra-se no segundo ciclo 2020-2023²⁰ e está disponível no site institucional do MEC: <http://portal.mec.gov.br/institucional/plano-estrategico>

²⁰ O primeiro ciclo do PEI foi de 2015-2018:



Referenciais estratégicos: Missão, Valores e Visão de Futuro

Figura 5 – Referenciais estratégicos: Missão, Valores e Visão de Futuro

MISSÃO: “Garantir o pleno exercício do direito à educação, em articulação e colaboração com os entes federados, em benefício da sociedade.”

VISÃO DE FUTURO: “Ser protagonista no desenvolvimento de indivíduos capazes de atuar em um mundo de constante transformação, elevando os níveis de aprendizagem e inovação.”

VALORES: Transparência | Integridade | Pluralismo | Equidade | Inclusão e Acessibilidade | Participação social | Cooperação | Compromisso com resultados | Inovação



Mapa Estratégico

Figura 6 – Mapa Estratégico do MEC 2020-2023



Fonte: PEI-MEC: <http://portal.mec.gov.br/institucional/plano-estrategico>



A cadeia de valor apresentada no PEI-MEC segue a definição conceitual, organizando os macroprocessos da instituição em três perspectivas: macroprocessos de suporte, macroprocessos de governança e macroprocessos finalísticos, relacionadas à finalidade dos macroprocessos que expressam de forma mais clara a formação da cadeia de valor:

- **Processos de governança:** relacionados ao gerenciamento da organização e que visam promover as atividades necessárias à consecução dos seus objetivos;
- **Processos finalísticos:** relacionados à produção e/ou entrega dos bens e serviços finais ofertados pela organização; e
- **Processos de suporte:** relacionados às atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança.



Cadeia de Valor

Figura 7 – Visão de Futuro do MEC

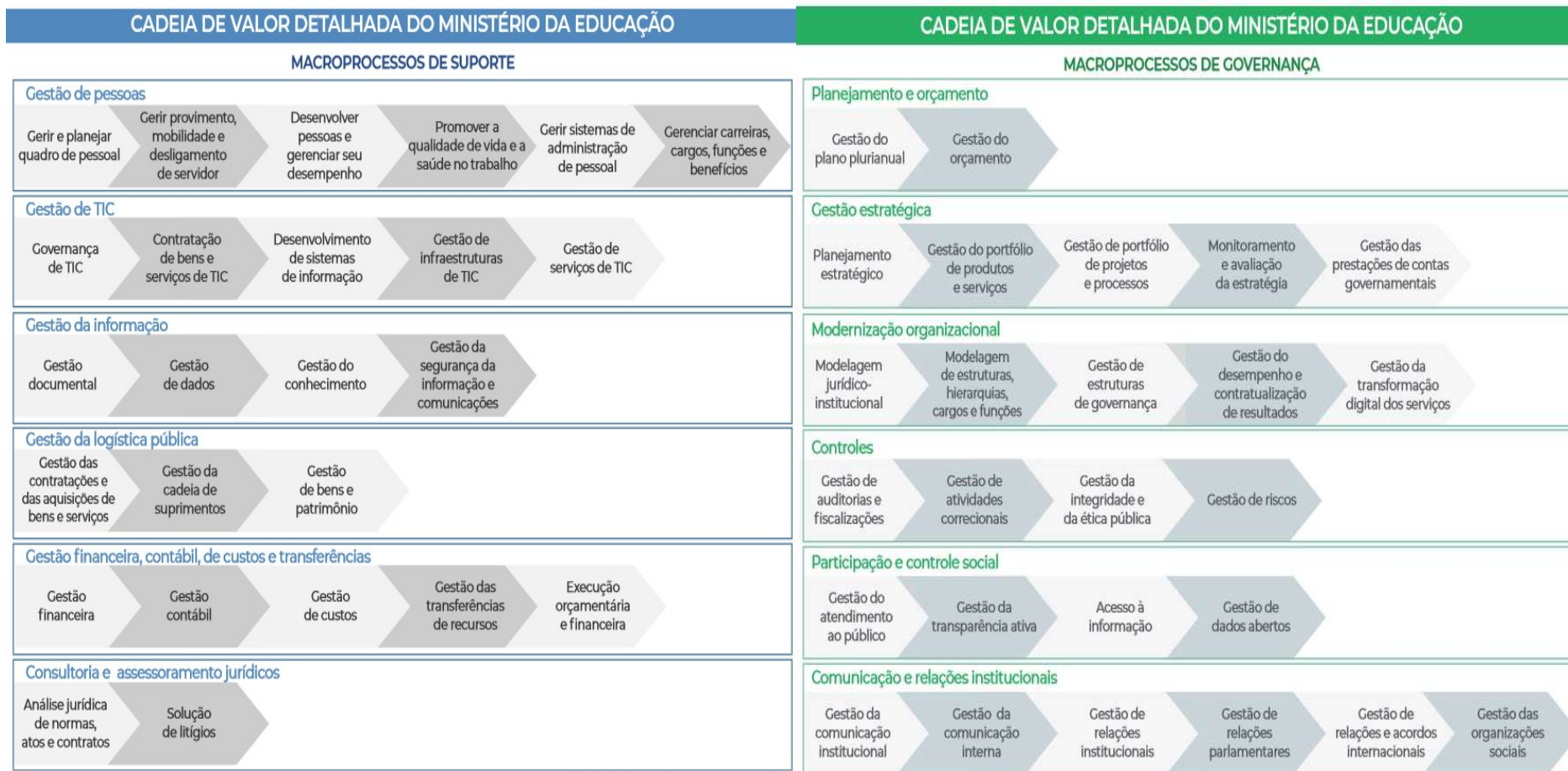


Fonte: PEI-MEC: <http://portal.mec.gov.br/institucional/plano-estrategico>



Macroprocessos de Suporte e de Governança

Figura 8 – Macroprocessos de Suporte e de Governança do MEC



Fonte: PEI-MEC: <http://portal.mec.gov.br/institucional/plano-estrategico>

Macroprocessos Finalísticos

Figura 9 – Macroprocessos Finalísticos do MEC

Fonte: PEI-MEC: <http://portal.mec.gov.br/institucional/plano-estrategico>



2.3 Estrutura organizacional do MEC

Pela atual estrutura do MEC, a partir de 2018, o quantitativo de órgãos vinculados passou de **111** órgãos subordinados para **117**, computando-se o órgão 26000 (administração direta), permanecendo essa mesma estrutura até o período atual.

Entende-se por **Órgão** as entidades constituídas sob a forma de autarquias, fundações, empresas públicas. Ex: universidades, institutos, centros e outras unidades aos quais estão vinculadas as respectivas unidades orçamentárias - UO ou unidades gestoras - UGs.

Unidade Gestora compreende uma unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

Unidade orçamentária corresponde à repartição da Administração Federal a quem o orçamento da União consigna dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho. (<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario>)

Órgão subordinado²¹ compreende uma entidade supervisionada por um Órgão da Administração Direta. Fonte: Glossário do Manual Siafi 010400 – GLOSSÁRIO. Ex: universidades (autarquias e fundações públicas), institutos (autarquias) e empresas públicas.

Os dados do quadro abaixo contemplam as unidades gestoras executoras “ativas” no Siafi, conforme parâmetro selecionado para extração de consulta no Tesouro Gerencial.

Quadro-Síntese: Quantitativo de Órgãos, UGs e UOs do MEC

Quadro 5 – Síntese do Quantitativo de órgãos, unidades gestoras e unidades orçamentárias do MEC

Grupo de Unidades	UG Principal (Set.Contábil)	UGs Vinculadas	Total de UGs	Total UOs
Administração Direta	1	15	16	3
Universidades ⁽²⁾	68	186	254	68
Hospitais Universitários (vinculados às Universidades) ⁽³⁾	-	45	45	35
Hospitais Universitários (vinculados à Ebserh)	-	38	38	-
Institutos Federais de Educação Prof. e Tecnológica ⁽⁴⁾	42	520	562	42
Outras Unidades ⁽⁵⁾	6	10	16	8
TOTAL	117	814	931	156

Fonte: TG, Tabela de UG: Parâmetros: {UGE - Ativa} = SIM) E ({UGE - Função} = EXEC) E ({UGE - Situação On-line S/N} = SIM) E ({Órgão UGE - Órgão Máximo} = 26000:MINISTERIO DA EDUCACAO) E ({Mês Lançamento} = (SET/2023).

²¹https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1529:010400-glossario&catid=743&Itemid=700

**Quadro 13 – Observações**

- (1) No total de UG's vinculadas não estão computadas as Setoriais Contábeis; elas são computadas na coluna de UG Principal.
- (2) Na linha das Universidades não estão computadas as UG's dos HU's; eles estão computados nas linhas abaixo (HU's vinculados às Universidades). Até 2017 existiam 62 Universidades; em 2018 foram criadas 5 novas Universidades, e em 2019, 1 nova universidade (UFNT), totalizando 68 universidades.
- (3) Os HUs vinculados às Universidades totalizam 45 Unidades Gestoras Executoras (UGEs), sendo 35 com UOs próprias distintas da UO da Universidade, com exceção do HU Julio M Bandeira Mello (UO 26252, a mesma da UO da UFCG). Do total de 45 HUs das universidades federais, 38 possuem UGs vinculadas à Ebserh, UO (26443). Computando-se os 5 institutos vinculados à UFRJ (Inst. de Ginecologia da UFRJ, Inst. de Neurologia Deolindo Couto da UFRJ, Inst. Ped. Martagão Gesteira da UFRJ, Inst. de Doenças do Tórax da UFRJ, Inst. de Psiquiatria da UFRJ), o total de UGs vinculadas às universidades é de **50 UGs**.
- (4) Na linha dos institutos estão incluídos o Colégio Pedro II, o CEFET-MG, o CEFET-RJ e a UTFPR. (Lei nº 11.892/2008, alterada pela Lei nº 12.677/2012).
- (5) Na linha de Outras Unidades estão incluídas as duas empresas públicas (HCPA e Ebserh); a CAPES, FUNDAJ, INEP e FNDE. O FNDE possui 3 UOs (UO Salário-Educação: 73107, UG 153173), (UO Fies: 74902, UG 151714) e (UO FNDE: 26298, UG 153173). Na coluna de Total de UG's da linha de Outras Unidades não estão computadas as UGs dos HUs gerenciados pela Ebserh por já estarem computadas na linha dos HUs vinculados à Ebserh. Na CAPES, as duas UGs do exterior são computadas no Total de UGs, embora elas não apareçam na lista de UGs por serem off-line.

2.3.1 MEC – Administração Direta

A administração direta do MEC é composta pelas secretarias finalísticas responsáveis pelas áreas de ensino, alfabetização, diversidade e inclusão. Inclui também os institutos de educação especial sediados na cidade do Rio de Janeiro (Instituto Benjamin Constant - IBC e o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES).

Em setembro de 2023 foi publicado novo decreto de reestruturação do MEC, o Decreto nº 11.691, de 05/09/2023, com entrada em vigor em 25/09/2023. A Secretaria de Assuntos Administrativos – SAA foi transformada em Subsecretaria de Gestão Administrativa – SGA, mantendo as mesmas atribuições, CNPJ e UG no Siafi; e foi criada uma nova secretaria: Secretaria de Gestão da Informação e Avaliação de Políticas Educacionais.

Nos termos do art. 2º do Decreto nº 11.691 de 05/09/2023 que revogou o Decreto nº 11.342/2023, a administração direta do MEC tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Educação:

- a) Gabinete;
- b) Assessoria de Participação Social e Diversidade;
- c) Assessoria Especial de Controle Interno;
- d) Ouvidoria;
- e) Corregedoria;
- f) Consultoria Jurídica; e
- g) Secretaria-Executiva:**
 - 1. Subsecretaria de Gestão Administrativa;
 - 2. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; e
 - 3. Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

II - órgãos específicos singulares:**a) Secretaria de Educação Básica:**

- 1. Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica;
- 2. Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação;
- 3. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional; e
- 4. Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica;

b) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica:

- 1. Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- 2. Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica; e



3. Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica;

c) Secretaria de Educação Superior:

1. Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior;
2. Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior; e
3. Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde;

d) Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior:

1. Diretoria de Política Regulatória;
2. Diretoria de Supervisão da Educação Superior; e
3. Diretoria de Regulação da Educação Superior;

e) Secretaria de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino:

1. Diretoria de Articulação com os Sistemas de Ensino; e
2. Diretoria de Articulação Intersectorial;

f) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão:

1. Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Ambiental;
2. Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos;
3. Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva;
4. Diretoria de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola; e
5. Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos;

g) Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais:

1. Diretoria de Informações Estratégicas e Inovação; e
2. Diretoria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Educacionais;

h) Instituto Benjamin Constant; e

i) Instituto Nacional de Educação de Surdos;

III - órgão colegiado: Conselho Nacional de Educação.



Unidades da Administração Direta

Quadro 6– Síntese das Unidades gestoras integrantes da administração direta do MEC

N.	Unidades	Sigla	UG/Gestão	UG Executora
Secretaria Executiva				
1	Subsecretaria de Gestão Administrativa (anteriormente SAA)*	SAA	150002/1	SIM
2	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	SPO	150014/1	SIM
3	Subsecretaria de Tecnologia da Informação**	STIC	150004/1	SIM
4	Conselho Nacional de Educação***	CNE	150007/1	NÃO
5	Coordenação de Contabilidade e Custos (Setorial Contábil)	-	150003/1	NÃO
Secretarias Finalísticas				
6	Secretaria de Educação Básica	SEB	150019/1	SIM
7	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	SETEC	150016/1	SIM
8	Secretaria de Educação Superior	SESu	150011/1	SIM
9	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior	SERES	152389/1	SIM
10	Secretaria Articulação Intersectorial com os Sistemas de Ensino (recriada 2023)	SASE	157054/1	SIM
11	Secretaria de Educ.Cont, Alfabetiz. de Jov.e Adultos, Divers. e Inclusão (recriada 2023)	SECADI	157055/1	SIM
12	Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais (criada em 2023)***	-	-	-
13	Coordenação-Geral de Suporte à Gestão Orçamentária	CGSO	152734/1	SIM
Institutos de Educação Especial				
14	Instituto Benjamin Constant	IBC	152004/1	SIM
15	Instituto Nacional de Educação de Surdos	INES	152005/1	SIM
Unidades Extintas***				
1	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (extinta 2019)	SECADI	150028/1	-
2	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (extinta 2011)	SECAD	152009/1	-
3	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (extinta 2019)	SASE	152389/1	-
4	Coordenação de Serviços Gerais (extinta na década de 1990)	CSG	150005/1	-
5	Delegacia do MEC em Rondônia (extinta na década de 1990)	DEMEC/RO	150061/1	-
6	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (extinta 2023)	SEMESP	156570/1	-
7	Secretaria de Alfabetização (extinta 2023)	SEALF	156575/1	-

Fonte: Elaboração própria pela Setorial Contábil/MEC.

Observações:

* A SAA foi transformada em Subsecretaria de Gestão Administrativa (SGA) em set/2023 com a publicação do Decreto nº 11.691/2023 em 05/09/2023, com entrada em vigor em 25/09/2023.

**A STIC teve sua execução realizada pela SAA (150002/1) até exercício de 2021. A partir de janeiro de 2022 a execução passou a ser realizada na sua UG própria (150004/1).

*** O CNE tem toda a sua execução realizada pela SAA (150002/1).

**** Até o fechamento deste trimestre não havia sido criada a UG no Siafi para Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais.

Unidades extintas

- As unidades CSG (150005/1) e DEMEC/RO (150061/1) possuem saldo em contas de bens imóveis e os procedimentos de transferência estão sendo tratados nos processos SEI-MEC (23000.022256/2016-49, inicial) e 23000.047720/2017-91, atual).

- Os saldos da SECAD (extinta 2011) e da SECADI (extinta 2019) foram transferidos em 2020 para a UG Sucessora (SEMESP 156575/1). Parte dos saldos da SASE (extinta 2019) foram baixados e parte transferida para a Sealf UG 156575/1) em 2021.

- Em junho/2023 houve a transferência de parte de saldos da UG 156570/1 (Semesp) para a UG Sucessora 157055/1 (SECADI), documento Siafi 2023NS000002 (Restos a Pagar), processo SEI-MEC 23000.034481/2023-57.

- Para a transferência de saldos da Sealf (UG 156575/1) não havia sido definida a UG Sucessora até o fechamento deste trimestre, processo SEI-MEC 23000.035095/2023-82.



Unidades extintas, criadas e recriadas em 2023

Conforme Decreto nº 11.342, de 1º/01/2023²², foram extintas a Secretaria de Alfabetização - Sealf e a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Semesp (criadas em 2019) e recriadas a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – Secadi e Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino – Sase que haviam sido extintas em 2019.

Conforme Decreto nº 11.691, de 05/09/2023, foi criada a **Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais** e a Subsecretaria de Assuntos Administrativos foi transformada em Subsecretaria de Gestão Administrativa.

Unidades extintas em anos anteriores em processo de desativação no Siafi

No âmbito da administração direta, unidades extintas em exercícios anteriores encontram-se em processo de desativação no Siafi. As Delegacias do MEC (DEMECs) foram extintas pelo nº Decreto nº 2.890, de 21/12/1998, sendo o processo de encerramento autorizado pela Portaria MEC nº 51.477, de 28/12/1998, por meio da qual se instituiu Comissão Especial com o objetivo de coordenar e acompanhar os procedimentos administrativos necessários à extinção. Tendo em vista a existência de saldo remanescente pendente de regularização/transferência para as unidades sucessoras, em 2016, foi formalizado o processo SEI 23000.022256/2016-49 pela Setorial Contábil/MEC contendo o levantamento dos saldos registrados no Balancete para providências pela SAA/MEC, unidade sucessora da maioria das UGs extintas.

A regularização de saldos relativos a imóveis possui procedimentos mais complexos e, com o intuito de auxiliar a SAA nos procedimentos de levantamento de dados perante os cartórios de registro de imóveis nos respectivos estados, a Setorial Contábil/MEC formalizou o processo SEI-MEC **23000.047720/2017-91** acrescido de minutas de ofícios, inclusive. Em seguida, a SAA providenciou o envio dos ofícios às respectivas SPUs regionais em 04/09/2018: Ofício nº 110/2018/GAB/SAA/SAA-MEC ([1236492](#)); Ofício nº 111/2018/GAB/SAA/SAA-MEC ([1236498](#)). Reiteração em 2019: Ofício nº 2268/2019/GAB/SAA/SAA-MEC ([1742296](#)); Ofício nº 2269/2019/GAB/SAA/SAA-MEC([1742325](#)).

Em outubro de 2020, a SPO/SE/MEC deu conhecimento do assunto à Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MEC por meio do Ofício nº 553/2020/GAB/SPO/SPO-MEC.

Em 2021, a SPO/SE/MEC reiterou as solicitações de providências à SAA/MEC por meio dos ofícios: nº 259/2021/GAB/SPO/SPO-MEC e nº 820/2021/GAB/SPO/SPO-MEC.

Em janeiro de 2022 foi anexado ao processo pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL vinculada à SAA um Plano de Ação (SEI-MEC 3093482) com etapas e prazos, e entre as ações constam a elaboração de ofícios às DEMECs. Em maio de 2022 foram anexados ao processo pela CGRL o contato dos superintendentes da SPU de Rondônia, Pará e Pernambuco.

Em julho de 2022, a SPO/SE/MEC reiterou as solicitações de providências à SAA/MEC por meio do Ofício nº 463/2022/GAB/SPO/SPO-MEC.

Em 24/08/2022 foram enviados ofícios pela SAA à SPU/RO e SPU/PA, conforme informações abaixo:

- a) Ofício nº 1467/2022/GAB/SAA/SAA-MEC (SEI-MEC **3519666**) à **SPU/RO** com reiteração ao Ofício nº 110/2018/GAB/SAA/SAA-MEC ([1236492](#)), no sentido de realizar baixa no Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) de utilização nº 0003.00151.500-9 e do Imóvel nº 0003.00347.500-4, na UG 150061, da extinta Delegacia Regional do MEC em Rondônia;
- b) Ofício nº 1468/2022/GAB/SAA/SAA-MEC (SEI-MEC **3519669**) à **SPU/PA** com reiteração ao Ofício nº 111/2018/GAB/SAA/SAA-MEC ([1236498](#)), no sentido de realizar baixa no Registro

²² Este Decreto foi revogado pelo Decreto nº 11.691, de 05/09/2023.



Imobiliário Patrimonial (RIP) de utilização nº 0447.00078.500-0 e nº 0427.00414.500-0, vinculados à UG 150005 (Coordenação de Serviços Gerais).

Em dezembro de 2022, a SPO/SE/MEC reiterou as solicitações de providências à SAA/MEC por meio do Ofício nº 699/2022/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI 3707388) solicitando informações sobre o andamento das providências para regularização da pendência relativa às DEMECs e CAICs, objeto dos processos SEI nº [23000.047720/2017-91](#) e [23000.027167/2018-51](#).

Em despacho interno da CGRL à CSL no processo 23000.047720/2017-91, Despacho nº 1055/2022/GAB/CGRL/SAA/MEC (SEI-MEC [3743959](#)), de 27/12/2022, foi referenciado o Ofício nº 282/2022/GAB/CGRL/SAA-MEC, de 23/12/2022, enviado à SAA (SEI-MEC [3744045](#)), constante do processo SEI-MEC [23000.015193/2018-36](#), em que a CGRL dá conhecimento das recentes medidas adotadas para sanear as pendências relacionadas as regularizações dos imóveis dos CAICs e extintas Demecs, como a reiteração dos ofícios citados nas alíneas “a” e “b” acima às respectivas SPU/RO e SPU/PA (item 5 do ofício). Foi mencionado no referido Despacho “que conforme especificado no item 4 do citado expediente que a finalização do monitoramento das recomendações exaradas pela Controladoria-Geral da União (CGU) sobre o assunto não encerra a responsabilidade do gestor na adoção das medidas necessárias ao seu atendimento.”

Em 20/01/2023 a AECI deu conhecimento à Secretaria Executiva da situação acerca das pendências e providências tratadas no âmbito do processo SEI-MEC 23000.047720/2017-91 em relação às DEMECs, por meio do Ofício nº 3/3/2023/AECI/GM/GM-MEC (SEI-MEC 3786110), com o seguinte teor: “a situação está sendo tratada pela SAA/MEC e que tão logo forem coletadas todas as informações necessárias para proceder a baixa das pendências contábeis o processo poderá ser finalizado.”

Quadro 7 – Saldo de bens imóveis remanescentes - UGs extintas

Situação anterior (R\$)			Situação atual (R\$)			
UG extinta (década de 1990)	Conta contábil	Balancete UG extinta	UG Sucessora	Conta Contábil	Balancete UG sucessora	
150065/1	DEMEC/PA	12321.01.01	-	150005/1 – CSG/MEC	12321.01.01	65.208,32
		12321.01.07	-		12321.01.07	173.350,00
150005/1	CSG/MEC	12321.01.01	65.208,32	150002/1 - SAA*		
		12321.01.07	173.350,00			
150061/1	DEMEC/RO	12321.02.00	-	150002/1 - SAA	12321.02.00	1,34
		12321.01.03	38.400,00	150002/1 – SAA**		
150077/1	DEMEC/PE	12321.99.05	-	150002/1 - SAA	12321.99.05	0,01
		12321.99.99	-		12321.99.99	0,02
152009/1	SECAD/MEC	-	-	150028/1 - SECADI	não há bens	-
UGs extintas (2019)	Conta contábil	Balancete UG extinta	UG Sucessora	Conta contábil	Balancete UG sucessora	
150028/1	SECADI/MEC	-	não há bens	156570/1 - SEMESP	não há bens	-
152389/1	SASE/MEC	-	não há bens	156575/1 - SEALF	não há bens	-
UGs extintas (2023)	Conta contábil	Balancete UG extinta	UG Sucessora	Conta contábil	Balancete UG sucessora	
156570/1	SEMESSP/MEC	não há bens	não há bens	157055/1 – Secadi	-	-
156575/1	SEALF/MEC	não há bens	não há bens	A definir		

Fonte: Elaboração própria pela Setorial Contábil/MEC, com dados do Siafi (Balancete).

* Embora a UG 150002/1 seja a sucessora da UG 150005/1, os imóveis permanecem registrados na UG 150051/1.

** Embora a UG 150002/1 seja a sucessora da UG 150061/1, o imóvel permanece registrado na UG 150061/1.



2.3.2 MEC – Administração Indireta

De acordo com o Decreto nº 11.691/2023 que revogou o Decreto nº 11.342/2023, as entidades vinculadas ao ministério compreendem aquelas constantes do Anexo do Decreto nº 11.401/2023, de 1º de janeiro de 2023 que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

Anexo, inciso XII - ao Ministério da Educação:

a) Centros Federais de Educação Tecnológica:

1. Celso Suckow da Fonseca - Cefet-RJ; e
2. de Minas Gerais;

b) Colégio Pedro II;

c) Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes;

d) Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre;

e) Fundação Joaquim Nabuco;

f) Fundações Universidades:

1. do Amazonas; e 2. de Brasília;

g) Fundações Universidades Federais:

1. do ABC; 2. do Acre; 3. do Amapá; 4. da Grande Dourados; 5. do Maranhão; 6. de Mato Grosso; 7. de Mato Grosso do Sul; 8. de Ouro Preto; 9. de Pelotas; 10. do Piauí; 11. do Rio Grande; 12. de Rondônia; 13. de Roraima; 14. de São Carlos; 15. de São João del-Rei; 16. de Sergipe; 17. do Tocantins; 18. do Vale do São Francisco; 19. de Viçosa; 20. do Pampa; 21. do Estado do Rio de Janeiro; e 22. de Uberlândia;

h) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

i) Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA;

j) Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH;

k) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

l) Institutos Federais:

1. do Acre; 2. de Alagoas; 3. do Amapá; 4. do Amazonas; 5. da Bahia; 6. Baiano; 7. de Brasília; 8. do Ceará; 9. do Espírito Santo; 10. de Goiás; 11. Goiano; 12. do Maranhão; 13. de Minas Gerais; 14. do Norte de Minas Gerais; 15. do Sudeste de Minas Gerais; 16. do Sul de Minas Gerais; 17. do Triângulo Mineiro; 18. de Mato Grosso; 19. de Mato Grosso do Sul; 20. do Pará; 21. da Paraíba; 22. de Pernambuco; 23. do Sertão Pernambucano; 24. do Piauí; 25. do Paraná; 26. do Rio de Janeiro; 27. Fluminense; 28. do Rio Grande do Norte; 29. do Rio Grande do Sul; 30. Farroupilha; 31. Sul-rio-grandense; 32. de Rondônia; 33. de Roraima; 34. de Santa Catarina; 35. Catarinense; 36. de São Paulo; 37. de Sergipe; e 38. de Tocantins;

m) Universidades Federais:

1. de Alagoas; 2. de Alfenas; 3. da Bahia; 4. de Campina Grande; 5. do Ceará; 6. do Espírito Santo; 7. Fluminense; 8. de Goiás; 9. de Itajubá; 10. de Juiz de Fora; 11. de Lavras; 12. de Minas Gerais; 13. de Pernambuco; 14. de Santa Catarina; 15. de Santa Maria; 16. de São Paulo; 17. do Pará; 18. da Paraíba; 19. do Paraná; 20. do Recôncavo da Bahia; 21. do Rio Grande do Norte; 22. do Rio Grande do Sul; 23. do Rio de Janeiro; 24. Rural da Amazônia; 25. Rural de Pernambuco; 26. Rural do Rio de Janeiro; 27. Rural do Semiárido; 28. do Triângulo Mineiro; 29. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; 30. da Fronteira Sul; 31. da Integração Latino-Americana; 32. do Oeste do Pará; 33. do Cariri; 34. do Sul e Sudeste do Pará; 35. do Oeste da Bahia; 36. do Sul da Bahia; 37. do Agreste de Pernambuco; 38. do Delta do Parnaíba; 39. de Catalão; 40. de Jataí; 41. de Rondonópolis; e 42. do Norte do Tocantins;

n) Universidade Tecnológica Federal do Paraná; e

o) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira;



Universidades Federais

Quadro 8 – Relação de universidades federais

N.	UO	UG	GESTÃO	Universidades Federais	N.	UO	UG	GESTÃO	Universidades Federais
1	26230	154421	26230	UNIVASF (Petrolina-PE)	35	26269	154034	15255	FUNIRIO
2	26231	153037	15222	UFAL	36	26270	154039	15256	FUAM
3	26232	153038	15223	UFBA	37	26271	154040	15257	FUB
4	26233	153045	15224	UFCE	38	26272	154041	15258	UFMA
5	26234	153046	15225	UFES	39	26273	154042	15259	FURG
6	26235	153052	15226	UFGO	40	26274	154043	15260	UFUB (Uberlândia)
7	26236	153056	15227	UFF	41	26275	154044	15261	FUFAC
8	26237	153061	15228	UFJF	42	26276	154045	15262	FUFMT
9	26238	153062	15229	UFMG	43	26277	154046	15263	FUFOP
10	26239	153063	15230	UFPA	44	26278	154047	15264	FUFPEL
11	26240	153065	15231	UFPB	45	26279	154048	15265	FUFPI
12	26241	153079	15232	UFPR	46	26280	154049	15266	FUFSCar
13	26242	153080	15233	UFPE	47	26281	154050	15267	FUFSE
14	26243	153103	15234	UFRN	48	26282	154051	15268	FUFV
15	26244	153114	15235	UFRGS	49	26283	154054	15269	FUFMS
16	26245	153115	15236	UFRJ	50	26284	154032	15270	UFCSPA
17	26246	153163	15237	UFSC	51	26285	154069	15276	FUNREI / UFSJ
18	26247	153164	15238	UFSM	52	26286	154215	15278	FUFAP / UNIFAP
19	26248	153165	15239	UFRPE	53	26350	154502	26350	FUFGD
20	26249	153166	15240	UFRRJ	54	26351	158092	26351	UFRB (Cruz das Almas-BA)
21	26250	154080	15277	FUFRR	55	26352	154503	26352	UFABC (Santo André-SP)
22	26251	154419	26251	UFTO	56	26440	158517	26440	UFFS
23	26252	158195	15281	UFCG (Campina Grande-PB)	57	26441	158515	26441	UFOPA
24	26253	153034	15241	UFRA (Rural Amazônia - Belém-PA)	58	26442	158565	26442	UNILAB
25	26254	153035	15242	UFTM (Uberaba)	59	26447	158717	26447	UFOB (Univ. Fed. Do Oeste da Bahia)
26	26255	153036	15243	UFVJM (Diamantina-MG)	60	26448	158718	26448	UNIFESSPA (Univ. Fed. Do Sul e Sud. Pará)
27	26260	153028	15248	UNIFAL	61	26449	158719	26449	UFCA (Unv. Fed. Do Cariri)
28	26261	153030	15249	UNIFEI	62	26450	158720	26450	UFSB – Univ. Federal do Sul da Bahia anterior UFESBA (set/2023)
29	26262	153031	15250	UNIFESP	63	26452	156679	26452	UFCAT - Universidade Federal de Catalão
30	26263	153032	15251	UFLA	64	26453	156678	26453	UFJ - Universidade Federal de Jataí
31	26264	153033	15252	UFERSA (Mossoró-RN)	65	26454	156677	26454	Universidade Federal de Rondonópolis
32	26266	154359	26266	UNIPAMPA	66	26455	156680	26455	UFDFPAR - Univ. Federal do Delta do Parnaíba
33	26267	158658	26267	UNILA	67	26456	156687	26456	Univ. Federal do Agreste de Pernambuco
34	26268	154055	15254	FUNIR	68	26457	156763	26457	Universidade Federal Norte do Tocantins
TOTAL Órgãos e UOs					68				

Obs: De 62 a 68 - universidades novas, criadas em 2018 e 2019.



Institutos e Centros Federais

Quadro 9 – Relação de institutos federais e assemelhados

N.	UO	UG	GESTÃO	Institutos Federais, CEFETs, Colégio Pedro II e UTFPR
1	26201	153167	15201	Colégio Pedro II (classificado como instituto)
2	26258	153019	15246	UTF-PR (classificada como instituto)
3	26256	153010	15244	Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-RJ
4	26257	153015	15245	Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-MG
5	26402	158147	26402	Instituto Federal de Alagoas
6	26403	158142	26403	Instituto Federal do Amazonas
7	26404	158129	26404	Instituto Federal Baiano
8	26405	158133	26405	Instituto Federal do Ceará
9	26406	158151	26406	Instituto Federal do Espírito Santo
10	26407	158124	26407	Instituto Federal Goiano
11	26408	158128	26408	Instituto Federal do Maranhão
12	26409	158122	26409	Instituto Federal de Minas Gerais
13	26410	158121	26410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
14	26411	158123	26411	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
15	26412	158137	26412	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
16	26413	158099	26413	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
17	26414	158144	26414	Instituto Federal de Mato Grosso
18	26415	158132	26415	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
19	26416	158135	26416	Instituto Federal do Pará
20	26417	158138	26417	Instituto Federal da Paraíba
21	26418	158136	26418	Instituto Federal de Pernambuco
22	26419	158141	26419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
23	26420	158127	26420	Instituto Federal Farroupilha
24	26421	158148	26421	Instituto Federal Rondônia
25	26422	158125	26422	Instituto Federal Catarinense
26	26423	158134	26423	Instituto Federal de Sergipe
27	26424	158131	26424	Instituto Federal do Tocantins
28	26425	158156	26425	Instituto Federal do Acre
29	26426	158150	26426	Instituto Federal do Amapá
30	26427	158145	26427	Instituto Federal da Bahia
31	26428	158143	26428	Instituto Federal de Brasília
32	26429	158153	26429	Instituto Federal de Goiás
33	26430	158149	26430	Instituto Federal do Sertão Pernambucano
34	26431	158146	26431	Instituto Federal do Piauí
35	26432	158009	26432	Instituto Federal do Paraná
36	26433	158157	26433	Instituto Federal do Rio de Janeiro
37	26434	158139	26434	Instituto Federal Fluminense
38	26435	158155	26435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
39	26436	158126	26436	Instituto Federal Sul - Rio -Grandense
40	26437	158152	26437	Instituto Federal de Roraima
41	26438	158516	26438	Instituto Federal de Santa Catarina
42	26439	158154	26439	Instituto Federal de São Paulo
TOTAL Órgãos e UOs			42	

*Outras Unidades (Capes, Inep, HCPA, Ebserh, FNDE e Fundaj)***Quadro 10 – Relação de outras unidades vinculadas ao MEC (Inep, Capes, Fundaj, HCPA, FNDE e Ebserh)**

MEC - OUTRAS UNIDADES			
UO	UG	GESTÃO	OUTRAS UNIDADES
26290	153978	26290	INEP
26291	154003	15279	CAPES
	154004	15279	CAPES-Exterior
	154999	15279	CAPES-Diferença Cambial
26292	344002	34202	FUNDAJ (Recife-PE)
26294	155001	15275	HCPA (Porto Alegre-RS)
26298	153173	15253	FNDE
	151714	15253	FNDE-Fies
	156245	15253	FNDE-Novo Fies
	156357	15253	FNDE-BIRD (2018)
26443	155007	26443	EBSERH
TOTAL			6 Órgãos e 6 UOs

*Fundos sob supervisão do MEC***Quadro 11– Relação de fundos sob supervisão do MEC/FNDE**

Fundos - FNDE			
UO	UG	GESTÃO	ÓRGÃO 26298
74902	151714	15253	RECURSO SOB SUPERVISAO DO MEC - FIES
73107	153173	15253	RECURSO SOB SUPERVISAO DO MEC - Cota Parte Salário-Educação



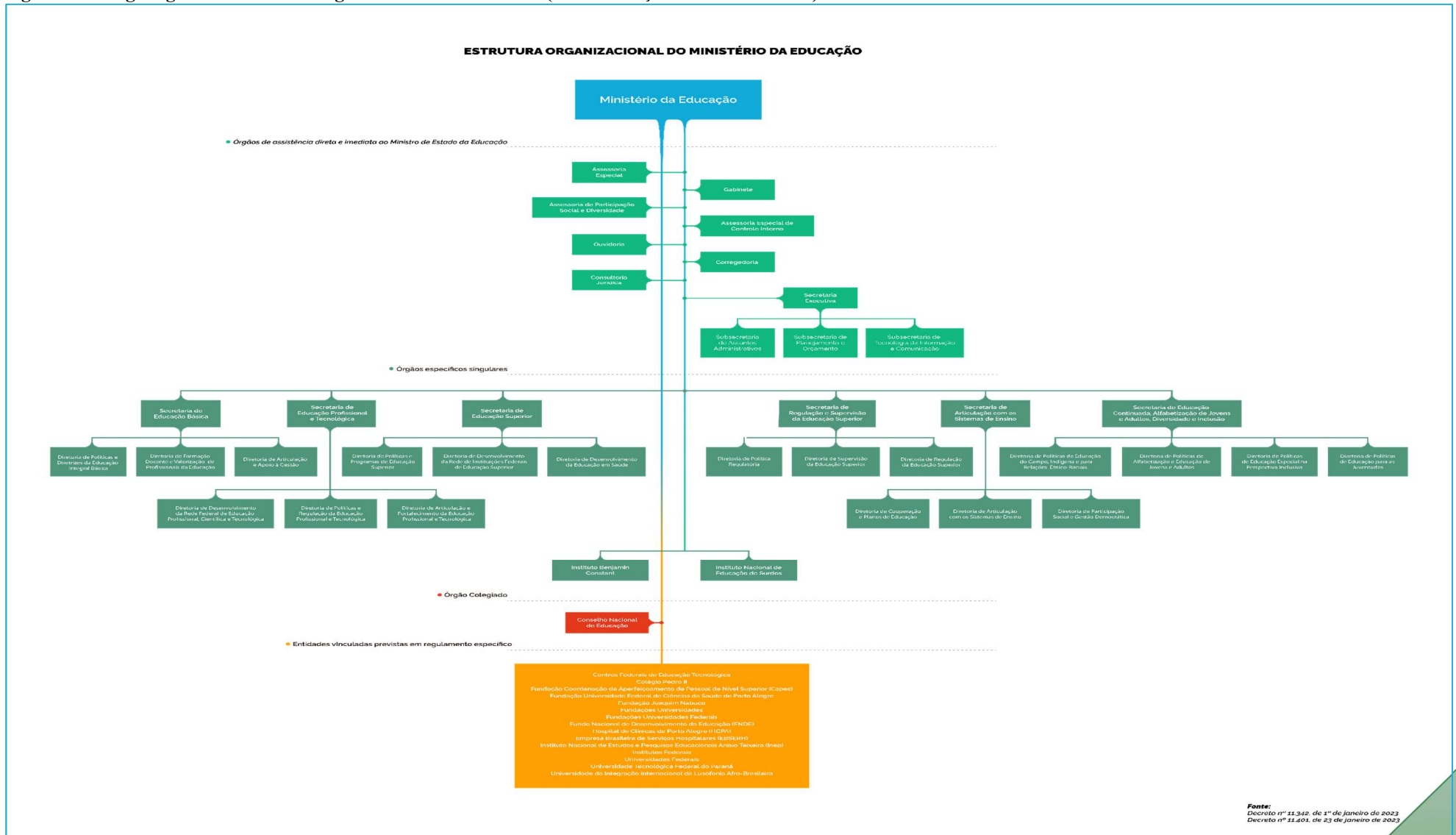
Hospitais Universitários

Quadro 12 – Relação de hospitais universitários vinculados às universidades e gerenciados pela Ebsersh

N.	UO	UG	GESTÃO	Hospitais Federais de Ensino	N.	UG	Gestão	HUS gerenciados pela EBSERH
1	26252	158705	15281	Hospital Universitário Júlio M Bandeira Mello (UFCE)	1	155912	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO BANDEIRA
2	26358	150229	15222	HU Alberto Antunes (UFAL)	2	155126	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF ALBERTO ANTUNES
3		150247	15223	Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA		-	-	-
4	26359	150223	15223	Maternidade Climério de Oliveira	3	155906	26443	MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA
5		153040	15223	Complexo Hosp Univers Prof Edgard Santos	4	155907	26443	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF. EDGARD SANTOS
6	26362	150244	15224	HU Valter Cantídio (UFCE)	5	155020	26443	EBSERH COMPLEXO HOSPITALAR DO CEARÁ
7	26363	150246	15224	Maternidade Assis Chateaubrian (UFCE)				
8	26364	153047	15225	HU Antonio de Moraes (UFES)	6	155012	26443	HOSP UNIVERSITARIO CASSIANO ANTONIO DE MORAES
9	26365	153054	15226	Hospital das Clínicas da UFG	7	155904	26443	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFG
10	26366	153057	15227	HU Antonio Pedro (UFF)	8	155915	26443	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANTONIO PEDRO
11	26367	150231	15228	HU da UFJF	9	155903	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF
12	26368	153261	15229	HU da UFMG	10	155021	26443	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG
13	26369	158172	15230	HU João Barros Barreto (UFPA)	11	155909	26443	COMPLEXO HOSP UNIVERSIT DA UFPA (HUBFS/HUJBB)
14	26370	150220	15230	HU Betina Ferro Souza (UFPA)				
15	26371	153071	15231	HU Lauro Wanderley (UFPA)	12	155023	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY
16	26372	153808	15232	Hospital das Clínicas da UFPR	13	155902	26443	EBSERH CHC-UFPR
17	26444	151046	15232	Hospital e Maternidade Victor Ferreira do Amaral - UFPR				
18	26373	153094	15233	Hospital das Clínicas da UFPE	14	155022	26443	EBSERH HC-UFPE
19		150426		Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRN		-	-	-
20		153108		Hospital Universitário Onofre Lopes	15	155013	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES
21	26374	153104	15234	Hospital Universitário Ana Bezerra	16	155014	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO ANA BEZERRA
22		153110		Maternidade Escola Januário Cicco	17	155015	26443	MATERNIDADE ESCOLA JANUARIO CICCIO
23		153252		Hospital Pediátrico Prof. Heriberto Bezerra		-	-	-
24		150432		Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRJ		-	-	-
25	153147	Inst. de Ginecologia da UFRJ		-	-	-		
26	153148	Inst. de Neurologia Deolindo Couto da UFRJ		-	-	-		
27	153150	Inst. Ped. Martagão Gesteira da UFRJ		-	-	-		
28	153151	Inst. de Doenças do Tórax da UFRJ		-	-	-		
29	153152	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da UFRJ		-	-	-		
30	153155	Maternidade Escola da UFRJ		-	-	-		
31	158220	Hospital Escola São Francisco de Assis da UFRJ		-	-	-		
32	153149	Inst. de Psiquiatria da UFRJ		-	-	-		
33	26385	150248	26350	HU da UFGD	18	155016	26443	EBSERH HU-UFGD
34	26386	150232	15237	HU Polydoro E. S. Thiago (UFSC)	19	155913	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFSC
35	26387	153610	15238	HU da UFSM	20	155125	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA
36	26388	158196	15281	HU Alcides Carneiro (UFCE)	21	155914	26443	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO
37	26389	150221	15242	HU da UFTM	22	155011	26443	HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFTM
38	26391	154035	15255	HU Gaffree e Guinle (UNIRIO)	23	155911	26443	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GAFFREÉ E GUINLE
39	26392	150224	15256	Hospital Getúlio Vargas (FUAM)	24	155018	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS
40	26393	154106	15257	HU de Brasília (FUB)	25	155009	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE BRASILIA
41	26394	154072	15258	HU da FUMA	26	155010	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFMA
42	26395	150218	15259	HU Miguel Riet Correa Junior (FURG)	27	155908	26443	HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JR.
43	26396	150233	15260	Hospital das Clínicas da UFU	28	156654	26443	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE UBERLÂNDIA
44	26397	154070	15262	Hospital Julio Muller (UFMT)	29	155019	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MULLER
45	26398	154145	15264	Hospital das Clínicas FUFPEL	30	155901	26443	HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL
46	26399	150237	15265	HU da FUFPI	31	155008	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO DO PIAUI
47	26400	154177	15267	HU da FUFSE	32	155017	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFS
	-	-	-	-	33	155910	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE LAGARTO
48	26401	154357	15269	HU Maria Pedrossian (UFMS)	34	155124	26443	HOSP UNIVERSITARIO MARIA APARECIDA PEDROSSIAN
49	26445	152477	15250	Hospital Universitário da UNIFESP		-	-	-
50	26451	154716	26230	Hospital Ensino Dr. Washington Antº. de Barros - UNIVASF	35	155180	26443	HOSP DE ENSINO DR WASHINGTON ANTONIO DE BARROS
	-	-	-	-	36	155900	26443	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFSCAR
	-	-	-	-	37	155905	26443	HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS - TO
TOTAL - UOs				35	38	156956	26443	HU - UNIFAP (criação ago/2022)
TOTAL - UGs				50	Total UOs		1 (UO da EBSERH) = 26443	
26252				mesma UO da UFCE	Total UGs		38	

Fonte: Siafi, CONUG e Ebsersh (Glossário_Cadastro_UG - Ebsersh, set/2022).

Figura 10 - Organograma estendido: órgãos vinculados ao MEC (administração direta e indireta)



Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/Organograma_MEC_2023.png

2.4 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Estrutura do Balanço Orçamentário

Estudos da STN²³ definiram que o Balanço Orçamentário é estruturado para atender à visão de “ente público”. Entende-se por “ente” a União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS), estados, Distrito Federal e municípios.

O Orçamento é estruturado em órgãos e unidades orçamentárias e o SIAFI é estruturado em órgãos superiores, órgãos vinculados e unidades gestoras.

Existe uma figura estabelecida no SIAFI para fazer a ligação da classificação institucional orçamentária e a estrutura organizacional do SIAFI: UG da UO.

Dotação x Crédito

Em relação às colunas do BO, observa-se que:

- Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Dotação Inicial e Dotação Atualizada: Correspondem aos valores que foram previstos ou fixados nas leis orçamentárias (LOA e demais normativos que promovam a abertura de créditos adicionais);
- Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas, Despesas Liquidadas e Despesas Pagas: Correspondem à execução orçamentária;
- Em relação à despesa orçamentária:
 - **Dotação:** Valores fixados nas leis orçamentárias;
 - **Crédito:** Valores movimentados pela execução orçamentária.

Aspectos importantes sobre o BO e o SIAFI

As descentralizações de créditos não estão sendo evidenciadas na coluna “Dotação Atualizada”, pois dotação não é sinônimo de crédito. Dotação corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto os créditos correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente). Para identificar os créditos recebidos deve-se gerar um relatório gerencial sobre “Movimentação Orçamentária”. Portanto, os créditos recebidos ou concedidos não são adicionados ou deduzidos da coluna “Dotação Atualizada” da Despesa.

O balanço orçamentário é estruturado para atender um ente público não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente.

Apenas a UG da UO possui registro nas contas de dotação, logo, o BO de qualquer outra UG não apresentará valores da coluna dotação, apenas da execução do crédito.

Nos termos do MCASP, o Balanço Orçamentário não consolidado (de órgãos e entidades, por exemplo), poderá apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos” exclusivamente com recursos do Tesouro.

Caso o órgão não possua arrecadação própria ou recursos vinculados a fundos e despesas específicas, o BO não apresentará valores na coluna da Previsão da Receita, demonstrará apenas os valores na coluna da Dotação da Despesa e sua execução na coluna das “Despesas Empenhadas” e a contrapartida da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) será apresentada no Balanço Financeiro.

²³ Análise do Balanço Orçamentário, I ENCONT (2015): <https://ramec.mec.gov.br/spo/notas-explicativas-das-demonstracoes-contabeis/notas-explicativas-1/2015>



O total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" não representa propriamente uma inconsistência. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários, Provisão ou Destaque, assim definidos.

- a) **Provisão:** compreende os valores dos créditos descentralizados das unidades orçamentárias para as unidades administrativas sob sua jurisdição ou entre estas, no âmbito do próprio ministério ou órgão; ou seja, é a operação descentralizadora de crédito orçamentário, em que a unidade orçamentária de origem possibilita a realização de seus programas de trabalho por parte de unidade administrativa diretamente subordinada, ou por outras unidades orçamentárias ou administrativas não subordinadas, dentro de um mesmo Ministério ou Órgão.
- b) **Destaque:** compreende a descentralização do crédito inicial ou adicional concedido de unidades ou órgãos pertencentes a ministérios, secretarias e órgãos equivalentes distintos ou entre estes e entidades da administração indireta; ou seja, é a operação descentralizadora de crédito orçamentário em que um Ministério ou Órgão transfere para outro Ministério ou Órgão o poder de utilização dos recursos que lhe foram dotados.
- c) (Fonte: Siafi, PCASP e Glossário STN).

Elaboração do Orçamento-Geral da União

O Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA é elaborado de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO consoante os programas definidos no Plano Plurianual - PPA.

A estimativa dos valores do Orçamento-Geral da União é feita a partir da avaliação do cenário macroeconômico²⁴ do país tendo por referência os índices e taxas básicas que norteiam o comportamento da economia, quais sejam:

- a) PIB - Produto Interno Bruto, que mede a atividade econômica;
- b) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, que mede a taxa de inflação;
- c) Taxa de câmbio, que mede a variação da moeda (Real) em relação ao dólar norte-americano;
- d) Taxa Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, que mede os juros básicos da economia; e
- e) Salário-Mínimo, que constitui a base para pagamento dos benefícios pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS com os recursos do OFSS.
<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias#2023>

Tendo por base essas variáveis macroeconômicas, estabelece-se as previsões de arrecadação de receitas do PLOA, conforme projeções plurianuais constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO.

De acordo com o Manual Técnico de Orçamento – MTO 2023²⁵ c/c a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a previsão da receita implica em:

Efetuar a previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas que constará na proposta orçamentária. Isso deverá ser realizado em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na LRF. Sobre o assunto, vale citar o art. 12 da referida norma:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

No âmbito federal, a metodologia de projeção de receitas busca assimilar o comportamento da arrecadação de determinada receita em exercícios anteriores, a fim de projetá-la para o período

²⁴ Informações disponíveis no site do Congresso Nacional, Matérias Orçamentárias: PLOA-2023 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32/2022): https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/ploa-2023;_PLN_32/2022_-_Congresso_Nacional

²⁵ MTO 2023: <https://www1.sioop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2023:mto2023-Atual.pdf>



seguinte, com o auxílio de modelos estatísticos e matemáticos. O modelo dependerá do comportamento da série histórica de arrecadação e de informações fornecidas pelos órgãos orçamentários ou unidades arrecadoras envolvidos no processo.

A previsão de receitas é a etapa que antecede a fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.

Em relação à estimativa das despesas do PLOA, cabe mencionar as regras fiscais atuais para conter o crescimento do gasto público.

Com o intuito de conter os gastos públicos que são continuamente crescentes, o Governo utiliza de instrumentos para o seu controle a fim de manter o equilíbrio das contas públicas²⁶. Esses instrumentos compõem o conjunto de regras fiscais, com destaque para as seguintes:

Resultado primário é a arrecadação menos a despesa, sem considerar as receitas financeiras e as despesas relacionadas à dívida. Caso as receitas superem as despesas, observa-se um superávit. Caso as despesas sejam superiores às receitas, tem-se um déficit. A cada ano, a elaboração do PLOA deve levar em consideração a meta de resultado primário fixada na LDO.

Regra de ouro tem natureza constitucional, vedando a realização de operações de crédito (empréstimos) que excedam o montante das despesas de capital (investimentos), com algumas exceções. Em um hipotético orçamento familiar, a regra de ouro consistiria na proibição de empréstimo para pagar despesas do dia a dia, como conta de energia, mensalidades escolares ou aluguel. Empréstimos poderiam ser contraídos apenas para a aquisição de bens, como automóveis ou computadores.

Regra do teto de gastos, também de natureza constitucional, impede que o conjunto das despesas primárias de um ano cresçam mais que as despesas do ano anterior em valor real. As exceções são as despesas com Saúde e Educação, que possuem o ajuste pela inflação como piso, e não teto.

Regime Fiscal do Teto de Gastos (2016) x Regime Fiscal Sustentável (2023)

Em 2016 foi instituído o **Regime Fiscal do Teto de Gastos** pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016 (nos termos dos art. 107 a 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT), com prazo de 20 (vinte) anos, e teve sua vigência até agosto de 2023 quando foi substituído pelo **Regime Fiscal Sustentável** aprovado pela Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

Por esses regimes o Governo Federal estabeleceu teto/limites de gastos, respectivamente, para as despesas primárias por Poder e Órgão.

Enquanto o **Regime do Teto de Gastos** estabelecia que a despesa primária não podia crescer em termos reais, apenas repunha a inflação do ano anterior, o **Regime Fiscal Sustentável**²⁷ cria piso e teto para expansão dos gastos, garantindo que não sejam feitos cortes extremos em momentos de crise, e evitando que gastos sejam exacerbados em momentos de maior crescimento, conforme transcrito abaixo:

EC nº 95/2016, ADCT, art. 107 (...)

§ 1º Cada um dos limites a que se refere o **caput** deste artigo equivalerá:

I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e

II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

LC nº 200/2023, art. 3º:

²⁶ Informações constantes do PLOA (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32/2022), documento Orçamento Cidadão: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/ploa-2023>

²⁷ Cartilha: Para entender a proposta do Governo de Regime Fiscal Sustentável, disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/regime-fiscal-sustentavel/cartilha-para-entender-a-proposta-do-governo-de-regime-fiscal-sustentavel>

Art. 3º Com fundamento no inciso VIII do caput do art. 163, no art. 164-A e nos §§ 2º e 12 do art. 165 da Constituição Federal, ficam estabelecidos, **para cada exercício a partir de 2024**, observado o disposto nos arts. 4º, 5º e 9º desta Lei Complementar, limites individualizados para o montante global das dotações orçamentárias relativas a despesas primárias:

I - para o exercício de 2024, às dotações orçamentárias primárias constantes da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, considerados os créditos suplementares e especiais vigentes na data de promulgação desta Lei Complementar, relativas ao respectivo Poder ou órgão referido no caput deste artigo, corrigidas nos termos do art. 4º e **pelo crescimento real da despesa primária** calculado nos termos do art. 5º desta Lei Complementar, excluídas as dotações correspondentes às despesas de que trata o § 2º deste artigo; e

II - para os exercícios posteriores a 2024, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, **corrigido nos termos dos arts. 4º e 5º desta Lei Complementar**, observado que as alterações nas dotações orçamentárias realizadas para atender à situação prevista no caput do art. 9º desta Lei Complementar não deverão ser incluídas para a definição do limite do exercício subsequente.

Figura 11 – Regra Operacional do Regime Fiscal Sustentável

Regra operacional		
Crescimento do gasto acima da inflação*	Limite mínimo	Limite Máximo
70%	0,6%	2,5%
Crescimento do gasto limitado a 70% do crescimento real da receita primária (descontadas algumas receitas extraordinárias e transferências).	Limite mínimo de 0,6% (crescimento vegetativo da população, mantendo o gasto per capita)	Limite máximo de 2,5% (potencial de crescimento do PIB no médio prazo)

* Receitas Excluídas: Receitas de concessões e permissões, receitas de dividendos e participações, receitas de exploração de recursos naturais

Fonte: Cartilha: Para entender a proposta do Governo de Regime Fiscal Sustentável, disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/regime-fiscal-sustentavel/cartilha-para-entender-a-proposta-do-governo-de-regime-fiscal-sustentavel>

Para exercício de 2023 as alterações já se aplicam em relação aos limites das despesas primárias estabelecidos na LOA de 2023 (Lei nº 14.535/2023).

Basicamente no âmbito do Ministério da Educação o Regime Fiscal Sustentável manteve a exclusão da base de cálculo dos limites a complementação da União ao **Fundeb**; e acrescentou as **despesas das instituições federais de ensino e ICTs** financiadas com receitas próprias, de doações ou de convênios, excluídas da base de cálculo dos limites (vide art. 3º, § 2º). Mais informações no Capítulo do Superávit Financeiro.

Acompanhamento da execução do Orçamento-Geral da União

Ao longo da execução do orçamento, tanto as receitas quanto as despesas são revistas em relatórios bimestrais, no **Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias** divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-rardp/2023/16>

Caso haja frustração na estimativa de receitas, por exemplo, as despesas devem ser ajustadas por meio de contingenciamento. Acerca do contingenciamento e da limitação de empenho, os limites constam do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira publicado anualmente pelo Governo Federal. Esse assunto foi objeto de análise pelo Tribunal de Contas da União em seu **ACÓRDÃO 3324/2015** -



PLENÁRIO²⁸, que fez a seguinte determinação à Secretaria de Orçamento Federal e à STN, respectivamente:

9.2.1 Consolidem e informem os valores contingenciados e os valores não contingenciados por programa orçamentário e suas ações referentes a cada órgão do Poder Executivo, com as respectivas justificativas de priorização, em Anexo do Relatório de Avaliação Bimestral subsequente ao Decreto de Programação Financeira que aprovar a limitação de empenho e movimentação financeira com base no art. 52, **caput** e § 11º, da LDO-2015, e com vistas ao cumprimento dos princípios de gestão fiscal responsável dispostos no art. 1º da Lei Complementar 101/2000;

9.3. Passe a apresentar no Relatório Resumido de Execução Orçamentária as justificativas para a limitação de empenho e sobre a frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização, conforme disposto no § 2º do art. 53 da Lei Complementar 101/2000.

De acordo com o MTO, caso haja necessidade de alterar a programação de despesas, o Orçamento pode ser alterado por meio da aprovação de créditos adicionais, e em conformidade com as regras estabelecidas na LDO.

Nota 1 – BO: Receitas Orçamentárias

Para elaboração das notas do Balanço Orçamentário do MEC, considerou-se a previsão atualizada da receita e a receita orçamentária líquida (receita bruta arrecadada deduzida das restituições e retificações). Para a despesa considerou-se a dotação inicial e atualizada da despesa que corresponde às alterações posteriores à previsão e fixação inicialmente consignadas na LOA, ou seja, os créditos adicionais aprovados ao longo do exercício. De acordo com o MTO, os créditos adicionais são classificados em:

Créditos Suplementares são destinados a reforço de dotação orçamentária insuficientemente dotada ou acima dos limites da LOA e foram abertos por meio de portarias da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento e pela Secretaria de Orçamento Federal.

Créditos Especiais são destinados à viabilização e atendimento de programas e despesas orçamentárias para as quais não haja dotação orçamentária específica na LOA.

Créditos Extraordinários são destinados a despesas urgentes, imprevisíveis e relevantes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, conforme § 3º do art. 167 da CF/88.

De acordo com o MCASP (Parte V, DCASP), as seguintes situações devem ser observadas em relação ao Balanço Orçamentário:

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais porque aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação. Tanto o superávit financeiro utilizado quanto a reabertura de créditos adicionais estão detalhados no campo Saldo de Exercícios Anteriores, do Balanço Orçamentário.

²⁸Acórdão 3324/2015 – P: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*KEY%253AACORDAO-COMPLETO-1614271/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse

Previsão e Arrecadação de Receitas

No âmbito da **administração direta** do MEC, a coluna da Previsão Atualizada da Receita contém os recursos de fontes vinculadas a fundos/despesas específicas, destinados à consecução das políticas públicas sob responsabilidade das secretarias finalísticas, executadas em conjunto com as universidades, institutos e outros órgãos.²⁹ Os recursos vinculados estão consignados nas seguintes fontes de recursos³⁰: 008 (EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA), 012 (MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO).

No âmbito da **administração indireta** do MEC, os maiores montantes registrados na coluna da Previsão Atualizada da Receita apresentada no Balanço Orçamentário compreendem os recursos do Salário-Educação (fonte 213 – TRANSF.COTAS EST.E MUN.DO SALARIO-EDUCACAO) e os recursos da Educação Básica (fonte 133 – EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL) gerenciados pelo FNDE; e os recursos referentes às receitas próprias arrecadadas diretamente pelos órgãos e (o produto da sua aplicação financeira) nas autarquias, fundações e empresas públicas, correspondente à fontes (050 - RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO) e (052 - RECURSOS LIVRES DA UO)³¹, as quais constituem objeto de apuração de superávit financeiro no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de cada exercício como fonte para abertura de créditos adicionais.

A Portaria SOF nº 14.956, de 21/12/2021, traz a seguinte definição para recursos próprios:

“Art. 3º São considerados Recursos Próprios os que têm origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, remunerados por preço público, bem como o produto da aplicação financeira desses recursos.”

Os recursos referentes às fontes do Tesouro Ordinárias (000 – Recursos Primários de Livre Aplicação) não constam na coluna da Previsão da Receita do BO; os seus valores são demonstrados na coluna da Dotação da Despesa.

Neste trimestre as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 27,467 bilhões, com um acréscimo 3,38% em relação ao mesmo período de 2022.

Tabela 1 – BO: Previsão e Arrecadação da Receita nos últimos cinco anos

R\$ 1,00

Previsão e Realização da Receita	SET/2023	SET/2022	SET/2021	SET/2020	SET/2019
PREVISAO ATUALIZADA DA RECEITA	57.424.158.598,00	51.102.128.059,00	87.427.766.625,00	55.138.538.014,00	37.190.193.085,00
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (LÍQUIDA)	27.467.199.068,54	26.569.153.014,45	26.516.630.265,88	18.803.069.636,50	19.893.177.724,90
Evolução da Receita Arrecadada	2023/2022	2022/2021	2021/2020	2020/2019	-
	3,38%	0,20%	41,02%	-5,48%	-

Fonte: Tesouro Gerencial, Previsão Receita + Receita Realizada.

Analisando-se os dados da receita por categoria econômica, verifica-se que a maior arrecadação se concentrou nas Receitas Correntes, com R\$ 25,572 bilhões arrecadados. Em relação ao total arrecadado, essa categoria apresentou uma proporção de 93,10%. As Receitas de Capital correspondem a 6,90% do total da arrecadação das receitas no âmbito do MEC.

²⁹ Consulta TG: Previsão Receita por Fonte de Recursos – Administração Direta (Órgão 26000 – Subordinado).

³⁰ A partir de 2023 passou a vigorar a nova estrutura de fontes de recursos estabelecida pela Portaria SOF nº 14.956/2021 com alteração em seus códigos e outras alterações. Mais detalhes, consultar o item 2.3 (Detalhamento dos critérios contábeis adotados no âmbito do MEC).

³¹ Consulta Tesouro Gerencial: Balanço Orçamentário: Previsão Receita Órgão Superior por Fonte – Gera Cota. Gera Cota = SIM (Recursos administrados pela STN: depende de programação financeira da STN); Gera Cota = NÃO (independe de programação financeira da STN).



Tabela 2 – BO: Receitas previstas e arrecadadas por Categoria Econômica

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA	Previsão Atualizada	Realização da Receita	% Realiz / Previsão	% AV (Realização)
Receitas Correntes	54.773.678.131,00	25.572.723.616,03	46,69%	93,10%
Receitas de Capital	2.650.480.467,00	1.894.475.452,51	71,48%	6,90%
Total das Receitas	57.424.158.598,00	27.467.199.068,54	47,83%	100,00%

Fonte: Siafi Web, BO.

Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas

Neste trimestre **as despesas empenhadas**³² perfizeram o montante de R\$ 166,432 bilhões, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 138,965 bilhões em relação à receita arrecadada (receita própria e vinculada) que totalizou R\$ 18,537 bilhões; o que não representa necessariamente uma situação negativa.

Essa disparidade pode ser justificada porque a coluna das Receitas Realizadas, assim como a da Previsão Atualizada contém apenas os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelos órgãos da administração indireta e aos recursos supervisionados/vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, não se computando os recursos do Tesouro recebidos no decorrer no exercício correspondentes às despesas fixadas na LOA (Dotação Atualizada) repassados pela SOF.

Para compreender a situação do déficit orçamentário, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar nos itens dos Ingressos as (Transferências Financeiras Recebidas - *resultantes da execução orçamentária*) que correspondem à contrapartida (financeira) da dotação aprovada na LOA, visualizada na coluna da Dotação Inicial/Atualizada da Despesa.

Cabe destacar que a coluna das Despesas Empenhadas contempla também os valores empenhados referentes créditos/Destaques recebidos pertencentes ao orçamento de outros órgãos.

O **déficit orçamentário** resultante do confronto entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Empenhadas demonstra que as receitas próprias e/ou vinculadas a fundos não são suficientes para custear todas as despesas dos órgãos, necessitando estes de quase a totalidade de recursos do Tesouro para sua manutenção.

Tabela 3 – BO: Receitas arrecadadas e despesas empenhadas

R\$ 1,00

Arrecadação e Empenho	SET/2023	SET/2022	SET/2021	SET/2020	SET/2019
RECEITA ORÇAMENTARIA (LIQUIDA)	27.467.199.068,54	26.569.153.014,45	26.516.630.265,88	18.803.069.636,50	19.893.177.724,90
(-) DESPESAS EMPENHADAS	166.432.623.513,94	152.191.270.883,84	123.097.223.715,22	122.169.296.474,15	119.777.391.369,63
Resultado Orçamentário (Déficit)	-138.965.424.445,40	-125.622.117.869,39	-96.580.593.449,34	-103.366.226.837,65	-99.884.213.644,73
% Arrecadação/Despesa Empenhada	-19,77%	-21,15%	-27,46%	-18,19%	-19,92%

Fonte: Tesouro Gerencial, Receita Arrecadada + Despesas Empenhadas.

Dando continuidade à análise das receitas arrecadadas, na tabela seguinte analisa-se a arrecadação por **origem das receitas** e verifica-se que a maior arrecadação, R\$ 21,550 bilhões, está concentrada nas **Receitas de Contribuições** que correspondem a 78,46% do total arrecadado no âmbito do MEC. Essas contribuições referem-se à cota do Salário-Educação em que uma parte é de responsabilidade da União para complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb³³, como receita vinculada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, órgão responsável

¹⁹ A análise da execução das despesas será apresentada adiante.

³³ EMENDA CONSTITUCIONAL nº 108, de 26 de agosto de 2020. Mais informações: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/novo-fundeb-aprovado-no-congresso-nacional/>



pelo gerenciamento e transferência desses recursos aos estados e municípios. O novo Fundeb, aprovado pela EC nº 108/2020, consta de forma expressa na Constituição Brasileira e, assim, não há mais prazo de vigência (será permanente); e a complementação da União crescerá de 10% para 23% até 2026.

O segundo maior montante se refere às **Receitas de Serviços** com um total de R\$ 2,579 bilhões, e estão relacionadas às seguintes categorias de serviços, entre outras:

- a) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais;
- b) Serviços e Atividades Referentes à Saúde;
- c) Serviços e Atividades Financeiras; e
- d) Outros Serviços.

Entre esses serviços estão:

a) a prestação de serviços administrativos e comerciais pelas universidades como taxas de inscrição em cursos, taxas dos restaurantes universitários, aluguéis, serviços educacionais, taxa de uso de imóveis, serviços de estudos e pesquisas etc.;

b) as avaliações e pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" - INEP, autarquia vinculada ao MEC responsável pela realização de avaliações periódicas para renovação de credenciamento de instituição de educação superior, autorização para reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos de graduação; realização de exames (ENEM, Enade); pesquisas educacionais (censo da educação básica e da educação superior); as arrecadações se dão nas fontes 1128 (CUSTEIO DAS COMISSOES DE AVALIACAO – INEP), código de GRU 18805-0 e na fonte 1050 (RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES DA UO), código GRU 28883-7.

c) os serviços e atividades prestados pelo HCPA e hospitais universitários vinculados à EBSERH no âmbito do SUS;

d) o recebimento de juros dos empréstimos do Fies pelo FNDE (UG 153173/15253 – UG Principal de registro da Receita: conta 62120.00.00, e nas UGS 151714/15253 e 156245/15253 registro do Controle da Arrecadação na UG Arrecadadora, conta 89991.08.02) pagos pelo agente financeiro Banco do Brasil (referente aos contratos assinados anteriormente à publicação da Lei nº 13.530/2017), Natureza da Receita 16410101, código de GRU 48805-4; e pelo agente operador e financeiro do fundo (Caixa), Natureza de Receita 16410101, código de GRU 48814-3;

Seguida das Receitas de Serviços está a **Amortização de Empréstimos**, no total de R\$ 1,856 bilhão, e está relacionada às receitas recebidas pelo FNDE³⁴ decorrentes de amortização do principal de empréstimos do Fies e Novo Fies e de honras do Fgeduc³⁵ relativo aos empréstimos concedidos a estudantes; código de GRU 48814-3 (Amortização) e 48820-8 (Honras).

34 Com a publicação da Lei nº 13.530/2017, que alterou a Lei nº 10.260/2001, o FNDE continuará como agente operador do fundo relativo aos contratos celebrados até o exercício de 2017, passando a assumir também a responsabilidade pela gestão dos ativos e passivos do FIES a partir do exercício de 2018, por delegação do MEC. Após a publicação da Lei nº 13.530/2017, que promoveu alterações na Lei nº 10.260/2001, a Caixa passou a ser o agente único: operador, financeiro dos novos contratos (Novo FIES) e gestor do Fgeduc. <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/fies/paginas/default.aspx>.

35 O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), instituído pela Lei nº 12.087/2009, tem por finalidade garantir parte do risco ao FNDE em operações de crédito do FIES concedidas a estudantes beneficiários de bolsas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), estudantes matriculados em cursos de licenciatura e àqueles estudantes cuja renda familiar mensal bruta per capita seja de até 1,5 salário-mínimo. Com o fundo, os estudantes podem contratar o financiamento sem a exigência de fiador. (www.portalmeec.gov.br)



Tabela 4 – BO: Origem das Receitas por arrecadação

R\$ 1,00

ORIGEM DAS RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	% REALIZ / PREVISÃO	% Composição REALIZAÇÃO
Receitas de Contribuições	30.965.982.450,00	21.550.363.459,49	69,59%	78,46%
Receitas de Serviços	3.177.821.689,00	2.579.684.744,42	81,18%	9,39%
Amortização de Empréstimos	2.586.551.752,00	1.856.287.469,51	71,77%	6,76%
Receita Patrimonial	16.889.700.856,00	756.763.995,14	4,48%	2,76%
Outras Receitas Correntes	564.486.714,00	636.749.841,19	112,80%	2,32%
Transferências de Capital	51.728.828,00	23.179.456,93	44,81%	0,08%
Transferências Correntes	29.942.813,00	18.134.182,60	60,56%	0,07%
Alienação de Bens	8.149.887,00	15.008.526,07	184,16%	0,05%
Receitas Tributárias	27.304.796,00	16.620.887,50	60,87%	0,06%
Receita Agropecuária	18.439.555,00	10.072.455,46	54,62%	0,04%
Receita Industrial	3.099.999.258,00	4.334.050,23	0,14%	0,02%
Operações de Crédito	4.050.000,00	-	-	-
TOTAL	57.424.158.598,00	27.467.199.068,54	32,28%	100,00%

Fonte: Siafi Web, BO.

A tabela seguinte apresenta a arrecadação da receita em todas as fontes de recursos no âmbito do MEC com o atributo (Gera Cota = SIM/NÃO). As fontes que geram Cota são fontes do Tesouro, isto é, são fontes cujas despesas são executadas com cota do orçamento do exercício com programação financeira liberada pela STN.

Conforme mencionado anteriormente, no âmbito da **administração indireta do MEC**, os maiores montantes registrados na coluna da Previsão Atualizada da Receita e por conseguinte na coluna das Receitas Realizadas apresentadas no Balanço Orçamentário compreendem os recursos do Salário-Educação (fonte 213 – TRANSF.COTAS EST.E MUN.DO SALARIO-EDUCACAO) e os recursos da Educação Básica (fonte 133 – EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL) gerenciados pelo FNDE; e os recursos referentes às receitas próprias arrecadadas diretamente pelos órgãos e (o produto da sua aplicação financeira) nas autarquias, fundações e empresas públicas, correspondente à fontes (050 - RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO) e (052 - RECURSOS LIVRES DA UO)³⁶, as quais constituem objeto de apuração de superávit financeiro no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de cada exercício como fonte para abertura de créditos adicionais.

Na **administração direta do MEC**, a arrecadação está registrada nas seguintes fontes vinculadas: (001 – RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL); (008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA); (012 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO); (014 – REC.FS DEST.EDUC.PUB.PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE); e 050 (RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO).

³⁶ Consulta Tesouro Gerencial: Balanço Orçamentário: Previsão Receita Órgão Superior por Fonte – Gera Cota. Gera Cota = SIM (Recursos administrados pela STN: depende de programação financeira da STN); Gera Cota = NÃO (independe de programação financeira da STN).



Tabela 5 – BO: Receitas arrecadadas por fonte de recursos

R\$ 1,00

Fonte Recursos		Gera Cota STN S/N	Receita Realizada	Composição (%)
213	TRANSF.COTAS EST.E MUN.DO SALARIO-EDUCACAO	SIM	12.930.218.075,67	47,08%
133	EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL	SIM	8.620.176.161,41	31,38%
050	RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	NAO	2.731.727.660,26	9,95%
052	RECURSOS LIVRES DA UO	SIM	2.014.799.039,23	7,34%
124	FUNDO GARANTIDOR DO FIES	SIM	326.952.913,21	1,19%
134	REC.PROP.EDUC.BASICA, VEDADO PAGTO PESSOAL	NAO	251.786.597,93	0,92%
012	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	SIM	240.600.137,43	0,88%
049	REC.PROP.UO PARA APLIC. EM SEGURIDADE SOCIAL	NAO	228.080.619,04	0,83%
000	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	SIM	25.916.294,28	0,09%
081	CONVENIOS	NAO	23.026.039,46	0,08%
004	ASSIST.SAUDE SUP.SERV.CIV.AT.INAT.	NAO	22.618.742,36	0,08%
096	DOACOES NACIONAIS	NAO	18.149.896,83	0,07%
128	CUSTEIO DAS COMISSOES DE AVALIACAO - INEP	SIM	16.620.887,50	0,06%
051	REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	NAO	14.945.426,07	0,05%
008	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	SIM	816.450,16	0,00%
Outras < R\$ 800 mil			764.127,70	0,00%
Total			27.467.199.068,54	100,00%

Fonte: TG, Receita Arrecadada por Fonte de Recursos – Gera Cota.

Nota 2 – BO: Despesas Orçamentárias

No Balanço Orçamentário, a fixação das despesas na LOA corresponde à “Dotação”.

Cabe mencionar que na coluna da Dotação Atualizada são computados os créditos adicionais autorizados e abertos no exercício (Créditos Suplementares, Créditos Especiais e Créditos Extraordinários)³⁷.

As tabelas abaixo apresentam a dotação atualizada do MEC por Programa de Governo e por Ação de Governo. Verifica-se que os recursos destinados à Educação Básica e Educação Superior estão entre os maiores montantes (depois dos recursos de Pessoal, Ativos e Inativos).

Tabela 6 – BO: Dotação Atualizada do MEC por Programa de Governo

R\$ 1,00

Dotação MEC por Programa Governo		SET/2023	AV %
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO	123.795.306.365,00	65,50%
0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	18.579.589.470,00	9,83%
5011	EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE	15.793.773.531,00	8,36%
5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	15.069.738.529,00	7,97%
0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	4.799.159.300,00	2,54%
0999	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.680.880.095,00	2,48%
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	3.780.864.085,00	2,00%
5014	ESTATISTICAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS	1.164.971.458,00	0,62%
6015	EDUCACAO INFANTIL	707.830.694,00	0,37%
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	505.081.383,00	0,27%
0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	53.840.652,00	0,03%
6016	EDUCACAO ESPECIAL	45.319.253,00	0,02%
0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	10.974.854,00	0,01%
Total		188.987.329.669,00	100,00%

Fonte: TG, BO - Dotação Atualizada MEC - Por Programa de Governo.

³⁷ Definições constantes do Manual Técnico de Orçamento/2021:

<https://www1.sioop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2021:mto2021-atual.pdf>



Tabela 7 – BO: Dotação Atualizada do MEC por Ação de Governo

R\$ 1,00

Dotação do MEC por Ação Governo		SET/2023	AV %
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	50.566.165.017,00	26,76%
00SB	COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIM	39.950.708.661,00	21,14%
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	19.816.205.022,00	10,49%
0369	TRANSFERENCIA DAS QUOTAS ESTADUAL E MUNICIPAL DO SALARIO-EDU	18.579.589.470,00	9,83%
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	8.608.347.208,00	4,55%
00PI	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	5.461.907.292,00	2,89%
00IG	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES (LEI N. 10.260,	4.799.159.300,00	2,54%
20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	4.703.108.048,00	2,49%
0200	RESERVA DE CONTINGENCIA - FINANCEIRA	3.954.989.421,00	2,09%
0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	3.460.711.053,00	1,83%
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	2.819.390.328,00	1,49%
20RQ	PRODUCAO, AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS E MATERIAIS DID	2.634.406.578,00	1,39%
0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA	2.054.757.493,00	1,09%
20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	2.038.412.961,00	1,08%
0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA	2.029.949.449,00	1,07%
0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	1.197.599.412,00	0,63%
20RP	APOIO A INFRAESTRUTURA PARA A EDUCACAO BASICA	1.165.280.498,00	0,62%
4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	1.084.864.228,00	0,57%
20RM	EXAMES E AVALIACOES DA EDUCACAO BASICA	960.465.747,00	0,51%
0969	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA	872.038.385,00	0,46%
8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	846.159.073,00	0,45%
00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	816.807.150,00	0,43%
20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	741.365.599,00	0,39%
0201	RESERVA DE CONTINGENCIA FISCAL - PRIMARIA	725.890.674,00	0,38%
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	705.216.003,00	0,37%
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	703.179.934,00	0,37%
20RZ	ADMINISTRACAO DO FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES	638.559.296,00	0,34%
20RX	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DOS HOSPITAIS UNIVERSITARIOS F	626.308.295,00	0,33%
2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	593.663.774,00	0,31%
2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	547.000.000,00	0,29%
4086	FUNCIONAMENTO E GESTAO DE INSTITUICOES HOSPITALARES FEDERAIS	530.686.764,00	0,28%
00M2	INTEGRALIZACAO DE COTAS EM FUNDOS DE GARANTIA DE OPERACOES D	500.000.000,00	0,26%
	Outras < R\$ 500 milhões	4.254.437.536,00	2,25%
Total		188.987.329.669,00	100,00%

Fonte: TG, BO - Dotação Atualizada MEC - Por Ação de Governo.

A tabela abaixo apresenta o comportamento da dotação atualizada do MEC dos últimos cinco anos.

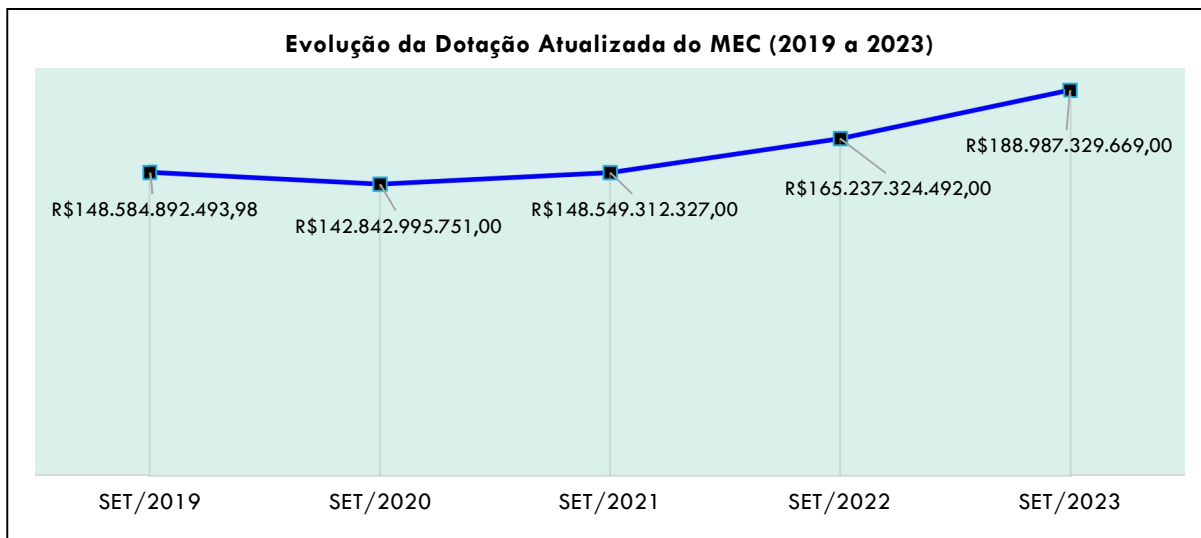
Verifica-se que neste trimestre de 2023 a Dotação Atualizada é de R\$ 188,987 bilhões, superior à Dotação Inicial de R\$ 184,173 bilhões, o que denota a abertura de créditos adicionais no montante de R\$ 4,813 bilhões, conforme tabela abaixo. As informações sobre Créditos Adicionais serão apresentadas adiante.

Tabela 8 – BO: Evolução da Dotação Atualizada do MEC nos últimos cinco anos

R\$ 1,00

Dotação MEC	SET/2023	SET/2022	SET/2021	SET/2020	SET/2019
DOTACAO INICIAL	184.173.972.379,00	159.577.705.075,00	145.696.563.762,00	142.107.160.775,00	149.735.961.458,98
DOTACAO ATUALIZADA	188.987.329.669,00	165.237.324.492,00	148.549.312.327,00	142.842.995.751,00	148.584.892.493,98
Diferença DOTAÇÃO (Atualizada - Inicial)	4.813.357.290,00	5.659.619.417,00	2.852.748.565,00	735.834.976,00	-1.151.068.965,00
% Evolução DOT Atualizada	2023/2022	2022/2021	2021/2020	2020/2019	-
	14,37%	11,23%	3,99%	-3,86%	-

Fonte: Tesouro Gerencial, Dotação Inicial e Atualizada MEC.

Gráfico 4 – BO: Evolução da Dotação Atualizada do MEC nos últimos cinco anos
R\$ 1,00


Fonte: Tesouro Gerencial, formatação pela Setorial Contábil/MEC.

Ao analisar a dotação atualizada por Grupo de Órgãos, verifica-se que o maior volume se concentra nas Outras Unidades e está relacionado aos recursos gerenciados pelo FNDE referentes à Educação Básica e Ensino Médio (Fundeb/Salário-Educação: UOs 26298 e 73107) e à Educação Superior, Fies (UO 74902).

Tabela 9 – BO: Dotação Atualizada por Grupo de Órgãos nos últimos cinco anos
R\$ 1,00

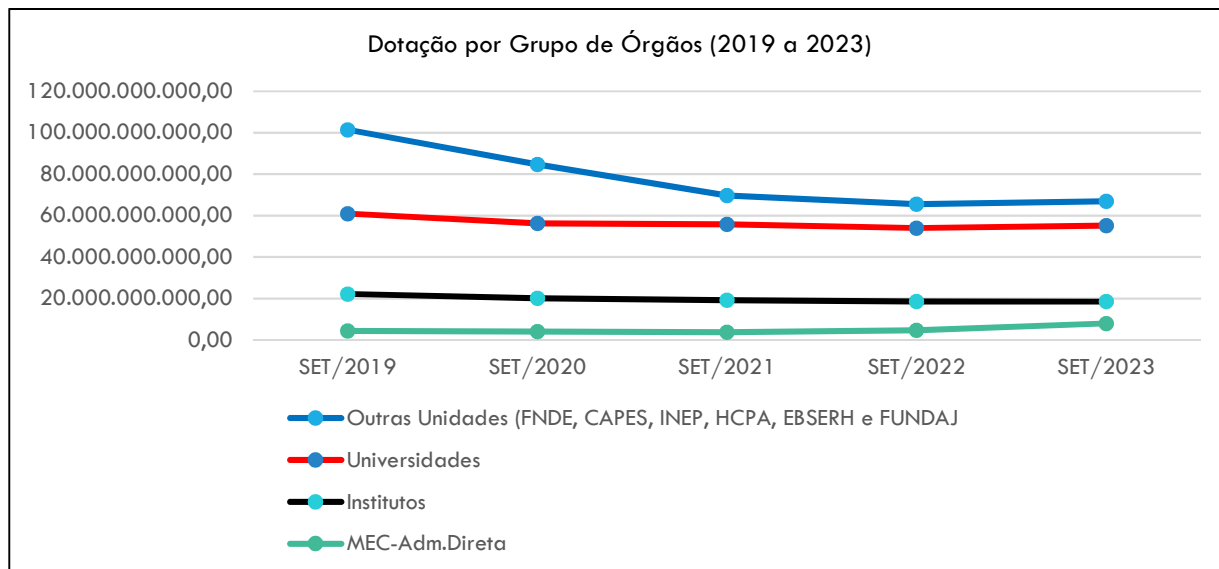
Grupo de Órgãos	SET/2023	SET/2022	SET/2021	SET/2020	SET/2019
Outras Unidades (FNDE, CAPES, INEP, HCPA, EBSERH e FUNDAJ)	101.437.157.859,00	84.742.368.385,00	69.665.955.291,00	65.542.113.663,00	66.928.215.230,98
Universidades	60.984.495.406,00	56.266.751.975,00	55.836.810.408,00	54.031.677.521,00	55.156.685.171,00
Institutos	22.192.338.098,00	20.113.165.084,00	19.243.040.132,00	18.526.856.362,00	18.507.820.050,00
MEC-Adm.Direta	4.373.338.306,00	4.115.039.048,00	3.803.506.496,00	4.742.348.205,00	7.992.172.042,00
Total	188.987.329.669,00	165.237.324.492,00	148.549.312.327,00	142.842.995.751,00	148.584.892.493,98

Fonte: Tesouro Gerencial, Dotação Atualizada por Grupo de Órgãos.

Tabela 10 – BO: Dotação Atualizada por Unidades Orçamentárias do FNDE
R\$ 1,00

Dotação das UOs vinculadas ao FNDE		SET/2023	AV %
26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	59.214.206.984,00	70,14%
73107	RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MEC	18.579.589.470,00	22,01%
74902	RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FIES	6.630.544.356,00	7,85%
Total		84.424.340.810,00	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, Dotação Atualizada por Unidades Orçamentárias do FNDE.

Gráfico 5 – BO: Evolução da Dotação Atualizada por Grupo de Órgãos – últimos cinco anos
R\$ 1,00


Fonte: Tesouro Gerencial, formatação pela Setorial Contábil/MEC.

Em relação às despesas executadas, verifica-se que o montante empenhado foi de R\$ 166,432 bilhões, computando as universidades, os institutos e outras unidades, o correspondente a 88,07% do total da Dotação Atualizada do exercício (R\$ 188,987 bilhões).

O percentual de 88,07% das despesas empenhadas em relação à dotação se justifica pelo fato de que as despesas com pessoal e encargos são empenhadas por estimativa no início do exercício para atender os gastos ao longo do ano.

Tabela 11 – BO: Dotação e Despesas Empenhadas do MEC – últimos cinco anos
R\$ 1,00

Dotação MEC	SET/2023	SET/2022	SET/2021	SET/2020	SET/2019
DOTACAO ATUALIZADA	188.987.329.669,00	165.237.324.492,00	148.549.312.327,00	142.842.995.751,00	148.584.892.493,98
DESPESAS EMPENHADAS	166.432.623.513,94	152.191.270.883,84	123.097.223.715,22	122.169.296.474,15	119.777.391.369,63
% Despesas Empenhadas/Dotação	88,07%	92,10%	82,87%	85,53%	80,61%

Fonte: Tesouro Gerencial, Dotação Atualizada + Despesa Empenhada.

Das despesas empenhadas por **categoria econômica**, o grupo das Despesas Correntes teve o maior montante de execução (R\$ 158,896 bilhões), enquanto as Despesas de Capital tiveram uma execução no total de R\$ 7,536 bilhões.

O volume significativo de execução das Despesas Correntes se justifica pelo fato de que nesta categoria econômica estão incluídas as despesas com pessoal, além das despesas com manutenção das atividades dos órgãos, que incluem serviços e aquisições.

Das Despesas Correntes, o grupo que apresentou o maior montante de execução foi o de Outras Despesas Correntes, R\$ 87,649 bilhões, e as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, no total de R\$ 71,246 bilhões.

Das Despesas de Capital, o grupo que apresentou o maior percentual de execução foi o de Inversões Financeiras com 98,34%, o correspondente a R\$ 5,211 bilhões. As inversões financeiras referem-se à aquisição de títulos do Tesouro Nacional pelo FNDE destinados ao custeio do Fies/Fgeduc, para quitação das despesas tributárias das instituições mantenedoras das IES signatárias do FIES, inclusive taxas bancárias do agente operador e financeiro, entre outras.



Tabela 12 – BO: Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

R\$ 1,00

Despesas por Categoria Econômica e GND	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% DESP EMP /DOT	AV% (EMP)
1 – Pessoal e Enc. Sociais	79.978.468.327,00	71.246.815.191,79	89,08%	44,84%
3 - Outras Despesas Correntes	94.798.304.809,00	87.649.494.499,14	92,46%	55,16%
Subtotal Despesas Correntes	174.776.773.136,00	158.896.309.690,93	90,91%	95,47%
4 - Investimentos	5.164.845.007,00	2.324.979.219,02	45,02%	30,85%
5 - Inversões Financeiras	5.299.159.300,00	5.211.334.604,00	98,34%	69,15%
Subtotal Despesas Capital	10.464.004.307,00	7.536.313.823,02	72,02%	4,53%
Reserva de Contingência	3.746.552.226,00	0		
TOTAL	188.987.329.669,00	166.432.623.513,95	88,07%	100,00%

Fonte: SIAFI Web, BO.

Ainda com relação à análise das despesas, a tabela adiante apresenta a execução no exercício da composição do grupo de **Outras Despesas Correntes - ODC** por elemento de despesa - ED (categoria de gasto).

Do total empenhado, R\$ 87,649 bilhões, o maior volume de gastos se concentrou no elemento de “**Contribuições**”, com R\$ 45,714 bilhões. Esse elemento corresponde a 52,16% do total das despesas empenhadas no grupo de ODC.

Seguido do elemento das Contribuições está o elemento “**Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas**”, com R\$ 18,579 bilhões empenhados e representa 21,20% do total de ODC empenhadas no âmbito do MEC.

Tabela 13 – BO: Outras Despesas Correntes por Elemento de Despesa

R\$ 1,00

ED	Descrição Elemento de Despesa	Desp. Empenhadas	Desp. Liquidadas	% Liq/Emp	AV % Emp.
41	CONTRIBUICOES	45.714.321.186,90	29.097.566.553,60	63,65%	52,16%
81	DISTRIBUICAO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	18.579.589.470,00	11.467.730.081,05	61,72%	21,20%
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	6.128.864.977,45	3.312.448.052,70	54,05%	6,99%
18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.790.434.392,42	3.817.540.620,19	65,93%	6,61%
37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.102.718.846,47	2.205.824.821,29	71,09%	3,54%
46	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.953.428.332,39	1.660.115.533,75	84,98%	2,23%
30	MATERIAL DE CONSUMO	1.337.441.300,74	1.051.966.734,91	78,66%	1,53%
32	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	1.101.010.376,39	271.244.357,17	24,64%	1,26%
48	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	776.891.062,40	626.767.287,10	80,68%	0,89%
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	661.802.903,11	512.148.857,46	77,39%	0,76%
40	SERVICOS DE TIC - PJ	419.534.614,89	239.326.838,71	57,05%	0,48%
92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	325.164.245,83	312.698.532,93	96,17%	0,37%
20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	318.592.684,12	245.377.990,59	77,02%	0,36%
47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	285.596.288,36	219.823.320,32	76,97%	0,33%
08	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	227.508.181,88	173.609.239,75	76,31%	0,26%
49	AUXILIO-TRANSPORTE	214.992.975,78	180.537.465,48	83,97%	0,25%
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	211.098.469,84	133.595.823,75	63,29%	0,24%
	Outras < R\$ 200 milhões	500.504.190,17	317.823.856,87	63,50%	0,57%
Total		87.649.494.499,13	55.846.145.967,63	19,37%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, ODC por Elemento de Despesa.

Os dois primeiros elementos (tabela acima) estão relacionados, precipuamente, aos recursos do Salário-Educação e à complementação da União ao Fundeb repassados aos estados e municípios pelo FNDE e que constituem uma das principais fontes de recursos destinada à MDE dos entes federados.

Integram também os recursos repassados pelo FNDE os destinados a custear diversos Programas e Ações, como os de: a) alimentação escolar a creches, pré-escolas, ensino fundamental e ensino médio (PNAE); b) transporte escolar (PNATE); e c) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); d) Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros, conforme tabela abaixo.



Tabela 14 – BO: Dotação do FNDE por Ação de Governo

R\$ 1,00

Dotação Atualizada FNDE por Ação de Governo		SET/2023
00SB	COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIM	39.950.708.661,00
0369	TRANSFERENCIA DAS QUOTAS ESTADUAL E MUNICIPAL DO SALARIO-EDU	18.579.589.470,00
00PI	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	5.461.907.292,00
00IG	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES (LEI N. 10.260,	4.799.159.300,00
0Z00	RESERVA DE CONTINGENCIA - FINANCEIRA	3.746.552.226,00
20RQ	PRODUCAO, AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS E MATERIAIS DID	2.634.406.578,00
0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA	2.054.757.493,00
0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA	2.029.949.449,00
20RP	APOIO A INFRAESTRUTURA PARA A EDUCACAO BASICA	1.165.280.498,00
0969	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA	872.038.385,00
20RZ	ADMINISTRACAO DO FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES	638.559.296,00
00M2	INTEGRALIZACAO DE COTAS EM FUNDOS DE GARANTIA DE OPERACOES D	500.000.000,00
	Outras < R\$ 500 milhões	1.991.432.162,00
Total		84.424.340.810,00

Fonte: TG, Dotação Atualizada FNDE por Ação de Governo.

Movimentação de créditos: Destaque e Provisão

Conforme mencionado anteriormente, o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" não representa propriamente uma inconsistência. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários, Provisão ou Destaque.

A tabela seguinte apresenta a Movimentação de Créditos no âmbito do MEC e de seus órgãos vinculados relativas aos recursos do seu próprio orçamento e do orçamento de outros órgãos. A movimentação³⁸ pode ser interna (provisão) ou externa (destaque), conforme definições abaixo:

Os Destaques recebidos pelo MEC e pelos seus órgãos vinculados totalizaram R\$ 3,913 bilhões; e os Destaques Concedidos perfizeram o montante de R\$ 1,654 bilhão.

As Provisões recebidas e concedidas no âmbito do MEC e de seus órgãos vinculados totalizaram R\$ 16,399 bilhões. Essa equivalência se justifica porque o MEC concede créditos orçamentários às suas unidades gestoras da administração direta como também recebe crédito dessas (Ex: UG 150014/1 concede crédito orçamentário para a UG 152734/1 e esta concede às demais unidades gestoras da administração direta (SESu, Setec, SAA, Seres, Secadi, Sase, INES, IBC), como também recebe destas.

Os órgãos vinculados da administração indireta concedem e recebem créditos entre si pelas suas unidades gestoras, Destaque e Provisão, respectivamente.

Tabela 15 – BO: Movimentação de Créditos – Destaque e Provisão

R\$ 1,00

Movimentação de Créditos	3º trimestre/2023
52222.01.01 - Destaque Recebido	3.913.885.774,20
52221.01.00 - Provisão Recebida	16.399.736.159,18
Subtotal Créditos Recebidos	20.313.621.933,38
62222.01.00 - Destaque Concedido	1.654.746.226,40
62221.01.00 - Provisão Concedida	16.399.736.159,20
Subtotal Créditos Concedidos	18.054.482.385,60

Fonte: Balancete, Órgão Superior 26000.

³⁸ Fonte: (Fonte: Siafi, PCASP e Glossário STN: <https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>).

Nota 3 – BO: Créditos Adicionais

Neste trimestre houve abertura de créditos adicionais Suplementares e Especiais por anulação e redução de dotações do exercício, demonstrados nas quatro últimas linhas do BO no Quadro das Receitas.

Na tabela seguinte apresenta-se os valores da Dotação Suplementar, Dotação Especial, Dotação Cancelada e Remanejada e o total de créditos abertos no exercício³⁹.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	4.813.357.290,00	-	-4.813.357.290,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	4.813.357.290,00	-	-

Fonte: BO, Quadro das Receitas.

Os créditos adicionais abertos à LOA no montante acima resultaram em acréscimo à Dotação Inicial, que passou de R\$ 184,173 bilhões para R\$ 188,987 bilhões; o acréscimo resulta de créditos suplementares superiores ao montante de anulações e reduções de dotações do exercício, e de créditos especiais, conforme tabela abaixo.

Os Créditos Especiais foram abertos pelas Leis nº 14.631/2023 e 14.634/2023 para duas universidades e um instituto, sendo: UFPB (Órgão 26240), UFGRS (Órgão 26244) e IFSE (Órgão 26423).

Tabela 16 – BO: Créditos Adicionais por Grupo de Despesa e Fontes de Recursos

R\$ 1,00

Grupo Despesa	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	Total
INVERSOES FINANCEIRAS	115.704,00			115.704,00
INVESTIMENTOS	1.395.082.361,00		-442.183.040,00	952.899.321,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.577.973.920,00	42.865,00	-4.147.896.654,00	-569.879.869,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.514.641.642,00		-84.419.508,00	4.430.222.134,00
Total	9.487.813.627,00	42.865,00	-4.674.499.202,00	4.813.357.290,00

Fonte: TG, BO - Créditos Adicionais por Grupo de Despesa.

Nota 4 – BO: Restos a Pagar

Para elaboração desta nota explicativa, considerou-se os **Restos a Pagar Não Processados – RPNP** demonstrados no Balanço Orçamentário extraído do Siafi Web que abrangem os órgãos e unidades vinculadas ao ministério com o seu próprio orçamento consignado na LOA, computando-se também o orçamento (créditos orçamentários) recebidos de outros órgãos para execução de programas governamentais de interesse recíproco.

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os **RPNP** referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 dezembro em decorrência

³⁹ No Balancete os recursos de créditos adicionais são apresentados nas contas de VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL (52213.99.00), de CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTA (52219.02.00) e CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS (52212.02.01).

da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

A inscrição dos empenhos nessa rubrica é feita pela STN em 31 de dezembro de cada exercício financeiro com base na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos/inscritos em exercícios anteriores (reinscrição) que ainda não tiveram execução concluída e o pagamento realizado. Nesse sentido, a Lei nº 4.320/1964 considera como executada a “despesa empenhada” (e não paga) ao dispor no seu art. 35 que “*pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas*”.

Analisando-se a totalidade dos restos a pagar no âmbito do MEC no exercício de 2023 (empenhos de 2022), a tabela adiante apresenta o montante das despesas inscritas e reinscritas na rubrica, que apresentaram um acréscimo de 6,25% em relação a 2022 (empenhos de 2021).

Dos “RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior”, apresentados na coluna de SET/2023 (**empenhos de 2022 inscritos em janeiro/2023**), houve um acréscimo de 12,45% em relação à coluna SET/2022 (**empenhos de 2021 inscritos em janeiro/2022**).

Em relação aos “RPNP inscritos em exercícios anteriores”, anteriores a 2022 (**reinscritos**), houve uma redução de 5,37% de SET/2022 para SET/2023.

Tabela 17 – BO: RPNP inscritos e reinscritos de 2020 a 2022

R\$ 1,00

RPNP Inscritos e Reinscritos	SET/2023 (Empenhos de 2022)	SET/2022 (Empenhos de 2021)	SET/2021 (Empenhos de 2020)	% Evolução (Empenhos 2022/2021)
PNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	16.818.456.258,17	14.956.091.438,56	16.995.121.256,07	12,45%
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	7.563.740.517,53	7.992.812.547,35	8.588.229.298,37	-5,37%
TOTAL	24.382.196.775,70	22.948.903.985,91	25.583.350.554,44	6,25%

Fonte: Siafi Web, BO, 2021, 2022 e 2023. A inscrição de RP em 31/12 é feita em janeiro do ano seguinte e visualizada no BO do mês de janeiro. Portanto, os RP de 2022 foram inscritos em janeiro de 2023.

A tabela seguinte apresenta a execução dos RPNP por categoria econômica da despesa inscritos em janeiro de 2023 (empenhos de 2022) e dos RPNP reinscritos (empenhos de 2021 e de anos anteriores⁴⁰).

Do total executado de 60,77% das despesas inscritas e reinscritas em restos a pagar não processados (excluindo-se os cancelamentos), verifica-se que na categoria econômica das Despesas Correntes foram executados/liquidados 73,10% que se referem às despesas com manutenção administrativa e Pessoal. Cabe mencionar que os valores executados de Pessoal e Encargos Sociais não são tão expressivos em relação ao grupo de Outras Despesas Correntes, dado que a inscrição de RPNP nesse grupo de despesa refere-se a algumas rubricas da Folha de Pagamento do mês de dezembro.

Na categoria econômica das **Despesas de Capital** foram executados 31,24%.

As Despesas de Capital⁴¹ compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”.

Das Despesas de Capital, a maior execução foi no grupo de **Investimentos**, com R\$ 1993 bilhão seguido por Inversões Financeiras com R\$ 81,867 milhões, que se referem integralmente às aquisições de títulos do Tesouro Nacional pelo FNDE destinados ao Fies.

⁴⁰ Os empenhos relativos a despesas do Ministério da Saúde e de emendas parlamentares com RP 6 não são objeto de bloqueio nem cancelamento; e os empenhos de emendas parlamentares com RP 7 emitidos a partir de 2020 também não são objeto de bloqueio nem cancelamento (Decreto nº 10.535/2020).

⁴¹ Glossário STN: (<https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>)



Investimentos⁴² correspondem às despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamento e material permanente.

Entende-se por Inversões Financeiras⁴³ as “dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização; a *títulos financeiros* e à constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas, inclusive às operações bancárias ou de seguros”.

Tabela 18 – BO: Execução de RPNP por Categoria Econômica e Grupo de Despesa R\$ 1,00

RPNP por Categoria Econômica e GND	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPNP	CANCELADOS	Total RPNP (-) Canc	LIQUIDADOS	% Liq/Insc
DESPESAS CORRENTES	16.419.174.927,14	602.268.715,45	15.816.906.211,69	11.574.782.037,72	73,18%
Pessoal e Encargos Sociais	384.717.552,06	8.622.126,27	376.095.425,79	291.259.849,94	77,44%
Outras Despesas Correntes	16.034.457.375,08	593.646.589,18	15.440.810.785,90	11.283.522.187,78	73,08%
DESPESAS DE CAPITAL	7.963.021.848,56	1.319.692.163,33	6.643.329.685,23	2.075.176.624,69	31,24%
Investimentos	5.865.697.857,04	75.209.891,29	5.790.487.965,75	1.993.309.240,51	34,42%
Inversões Financeiras	2.097.323.991,52	1.244.482.272,04	852.841.719,48	81.867.384,18	9,60%
TOTAL	24.382.196.775,70	1.921.960.878,78	22.460.235.896,92	13.649.958.662,41	60,77%

Fonte: Siafi Web, BO.

Nota 5 – BO: Restos a Pagar - Decreto nº 9.428/2018

O Governo Federal, com o intuito de reduzir e conter o estoque de restos a pagar em toda a administração pública direta e indireta, publicou o Decreto nº 9.428, em 29 de junho de 2018, dispondo sobre o cancelamento e novo prazo de vigência dessas obrigações orçamentárias.

Até a publicação do Decreto nº 9.428/2018, a maioria dos recursos de RPNP no âmbito do MEC referiam-se às situações *excepcionalizadas* pelo artigo 68, inciso II, do Decreto nº 93.872/1986, que abrangia as despesas relativas ao PAC, recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE classificados na fonte de recursos 12 (MDE), extinta em 2017 pela SOF, e por outras fontes de recursos.

Os empenhos do MEC financiados com recursos de MDE emitidos a partir de 2018, passaram a ser submetidos à regra geral de validade inserida no art. 1º, que altera a redação dos §§ 2º e 3º do Decreto nº 93.872/1986.

Assim, serão bloqueados pela STN em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, podendo os desbloqueios serem efetuados pelas respectivas unidades gestoras executoras, nos termos dos §§ 4º a 6º, no mesmo exercício financeiro em que ocorreu o bloqueio. Serão cancelados pela STN, até o encerramento do exercício do bloqueio, aqueles que não forem nele desbloqueados; e os restos a pagar desbloqueados que não forem liquidados serão cancelados em 31 de dezembro do ano subsequente ao do bloqueio.

Com a extinção da fonte 12 em 2017, foi criado o Identificador de Uso “8” para identificar os recursos destinados à educação independentemente da fonte de recursos.

A identificação das despesas com MDE também pode feita por meio do identificador categorizado pelo atributo do Tesouro Gerencial “Lei Calmon” (= SIM).

Em relação ao atributo “Lei Calmon” (= NÃO), os valores registrados estão relacionados a outras despesas, isto é, a gastos não classificados como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

⁴² Glossário STN: (<https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>)

⁴³ Glossário STN: (<https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>)



A alteração no Decreto nº 93.872/1986 trazida pelo Decreto nº 10.535, de 28 de outubro de 2020, que incluiu uma modalidade de despesa inscrita em restos a pagar que não se submete nem a bloqueio nem a cancelamento, ou seja, além das despesas do **Ministério da Saúde** e das emendas individuais impositivas discriminadas com identificador de **Resultado Primário 6**, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2016, foram acrescidas as despesas decorrentes de emendas de bancada impositivas de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal discriminadas com identificador de **Resultado Primário 7**, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de **2020**.

Recriação da Fonte 12 - MDE

Em 2021 foi recriada a fonte 12 pela Portaria SOF nº 14.956/2021, com vigência a partir de 2023, com a mesma denominação e codificação similar (012); entretanto não contempla toda a classe de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino como anteriormente. Ela sucedeu a antiga 86 (REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS), conforme transação Consulta DE-PARA de fontes: CONDEPARAF do Siafi Web.

As tabelas adiante apresentam os recursos identificados pelo atributo “Lei Calmon” e pelo IDUSO 8.

Tabela 19 – BO: RPNP – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Lei Calmon) R\$ 1,00

LEI CALMON	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPNP	RPNP Cancelados	Total RPNP (-) Canc	RPNP Liquidados	% Liq/Insc
NAO	6.938.703.306,23	1.649.838.532,02	5.288.864.774,21	3.240.074.943,75	61,26%
SIM	17.443.853.469,47	272.122.346,76	17.171.731.122,70	10.409.883.718,65	60,62%
TOTAL	24.382.556.775,70	1.921.960.878,78	22.460.595.896,91	13.649.958.662,40	60,77%
% Lei Calmon (SIM/Total)	71,54%	14,16%	76,45%	76,26%	-

Fonte: Tesouro Gerencial, Restos a Pagar - MDE - Lei Calmon.

Tabela 20 – BO: RPNP – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (IDUSO 8) R\$ 1,00

IDUSO 8	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPNP	RPNP Cancelados	Total RPNP (-) Canc	RPNP Liquidados	% Liq/Insc
REC.NAO DESTIN.A CONTRAPARTIDA, PARA IDENTIF.DAS DESPESAS COM M.D.E	17.280.476.242,93	271.555.468,86	17.008.920.774,06	10.403.155.225,32	61,16%

Fonte: Tesouro Gerencial, Restos a Pagar - MDE – ID Uso 8.

Nota 6 – BO: Restos a Pagar - Lei nº 14.212/2021

A Lei nº 14.212/2021 promoveu alterações na Lei nº 14.116/2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2021) cujas alterações tiveram por objeto o acréscimo de parágrafo aos artigos 19 e 84 da LDO/2021, transcritos abaixo.

Lei nº 14.212/2021

Alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 (Lei nº 14.116/2020) acerca de vedação de bloqueio dos restos a pagar de 2021 no âmbito do MEC

**Lei nº 14.116/2020 (art. 19)**

Art. 19. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

§ 9º A inscrição ou a manutenção dos restos a pagar subordinam-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, observadas as regras de restos a pagar definidas pelo Poder Executivo federal, sendo vedado o bloqueio daqueles relativos ao Ministério da Educação. (Incluído pela Lei nº 14.212, de 2021)

Acerca da vedação de bloqueio das despesas do MEC trazida pela Lei nº 14.212/2021, a STN esclareceu por meio da Mensagem Comunica à Setorial Contábil/MEC [2021/0604055] que:

“a vedação de bloqueio de restos a pagar relativos ao Ministério da Educação, disposta no § 9º no art. 19 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO 2021), incluída pela Lei nº 14.212, de 5 de outubro de 2021, **alcança tão somente a execução da lei orçamentária anual do exercício de 2021**. Isto é, o dispositivo vetou o bloqueio dos restos a pagar do Ministério da Educação que serão inscritos ao final do presente exercício (**2021**), o que ocorrerá em 30 de junho de 2023, em conformidade com o § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.” *(sem destaques no original)*

Lei nº 14.116/2020 (art. 84)

Art. 84. O ato de entrega dos recursos a outro ente federativo a título de transferência voluntária é caracterizado no momento da assinatura do convênio ou instrumento congênere, bem como dos aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, e não se confunde com as efetivas liberações financeiras, que devem obedecer ao respectivo cronograma de desembolso.

§ 7º Os restos a pagar relativos a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, inclusive os inscritos em 2020, somente terão seus saldos não liquidados cancelados pela unidade gestora responsável após decorridos 24 meses do encerramento do exercício de inscrição. (Incluído pela Lei nº 14.212, de 2021).

2.5 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Estrutura do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte (Lei nº 4.320/1964, art. 103).

De acordo com o MCASP, o Balanço Financeiro será elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- a. Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte;
- b. Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) para as Transferências Financeiras Concedidas;
- c. Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) para as Transferências Financeiras Recebidas;
- d. Classe 5 (Orçamento Aprovado) para a Inscrição de Restos a Pagar¹⁰; e
- e. Classe 6 (Execução do Orçamento) para a Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Pagamento de Restos a Pagar.

Os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários) se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

As receitas orçamentárias serão apresentadas líquidas de deduções.

Nos termos do MCASP, a forma de contabilização das retenções de tributos pode impactar nos saldos de Caixa e Disponibilidades de Caixa, como por exemplo:

Se o ente considerar a retenção como paga no momento da liquidação, então deverá promover um ajuste no saldo em espécie a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido. Entretanto, se o ente considerar a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

Contabilização de Retenções (Macrofunção 021115: Retenção de Tributos)

A retenção de tributos pelos órgãos da administração pública federal é feita em consonância com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.234/2012⁴⁴ que “dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços”.
<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200>

Os valores retidos deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF):

- I - Pelos órgãos da administração federal direta, autarquias e fundações federais que efetuem a retenção, **até o 3º dia útil da semana subsequente àquela em que tiver ocorrido o pagamento** à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço;
- II - Pelas empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Siafi, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, **até o último dia útil da semana subsequente àquela quinzena em que tiver ocorrido o pagamento** à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço.

⁴⁴ As retenções passarão a ser feitas pela EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais) a partir de janeiro de 2024. A EFD-Reinf integra o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.



A retenção poderá ser efetuada no momento do pagamento, independentemente da data da prestação do serviço ou do fornecimento de bens (**Regime de Caixa**).

As NBC TSP não exigem a elaboração do BF; este demonstrativo é exigido pela Lei nº 4.320/1964 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). A exigência é feita para a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 7 – BF: Ingressos Financeiros

Analisando o BF no âmbito do MEC, **os ingressos** atingiram o montante de R\$ 362,521 bilhões apresentando um acréscimo de 4,66% em relação ao mesmo período de 2022. Esse acréscimo se deu, em grande parte, à variação monetária nos itens de Transferência Financeiras Recebidas e de Recebimentos Extraorçamentários.

Cabe mencionar que dentro do grupo de Recebimentos Extraorçamentários (R\$ 57,547 bilhões) há um item de grande representatividade monetária que se refere à **Inscrição de Restos a Pagar não Processados**, com um montante de R\$ 50,627 bilhões.

Este item, registrado no BF do lado dos Ingressos, corresponde ao registro do saldo dos empenhos emitidos no exercício corrente para compensar/equilibrar a contrapartida do seu registro como despesa (despesas empenhadas/executadas) registradas do lado dos Dispêndios no BF. Essa metodologia foi definida pela Lei nº 4.320/1964, a qual estabelece que *“pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”* (art.35).

Portanto, as despesas empenhadas, e ainda não pagas até 31/12, são consideradas como restos a pagar não processados. Assim, *“os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”*. (art. 103, parágrafo único da Lei nº 4.320/64).

Tabela 21 – BF: Principais grupos de ingressos financeiros do MEC

R\$ 1,00

INGRESSOS	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)	AV (%) 2023	Diferença
Receitas Orçamentárias	27.467.199.068,54	26.569.153.014,45	3,38%	7,58%	898.046.054,09
Transferências Financeiras Recebidas	263.336.014.134,35	247.029.864.885,19	6,60%	72,64%	16.306.149.249,16
Recebimentos Extraorçamentários	57.547.762.727,52	52.158.710.850,23	10,33%	15,87%	5.389.051.877,29
Caixa e Equivalentes de Caixa (Ex.Anterior)	14.170.825.257,58	20.633.076.543,04	-31,32%	3,91%	-6.462.251.285,46
TOTAL	362.521.801.187,99	346.390.805.292,91	4,66%	100,00%	16.130.995.895,08

Fonte: SIAFI Web.

Dentro do grupo das **Transferências Financeiras Recebidas**⁴⁵ que corresponde ao maior montante dos Ingressos, cabe destacar que há também um item de grande representatividade monetária que está relacionado às transferências – **Resultantes da Execução Orçamentária** -, compostas pelas seguintes rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse.

Para compreender melhor as informações relacionadas às transferências financeiras recebidas (**Resultantes da Execução Orçamentária**) devemos nos reportar ao Balanço Orçamentário. Elas representam a disponibilidade financeira recebida no exercício corrente como contrapartida dos recursos orçamentários registrados no Balanço Orçamentário na coluna das Despesas Empenhadas correspondentes à Dotação do orçamento da LOA e de créditos orçamentários recebidos de outros órgãos/unidades, referente ao orçamento do exercício, da seguinte forma:

- Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: *cota*;

⁴⁵ O mesmo raciocínio é aplicado às Transferências Financeiras Concedidas, registradas do lado dos Dispêndios.



- b) Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros órgãos vinculados ao MEC; e/ou recursos recebidos pelo MEC de órgãos não pertencentes à sua estrutura: *repassé*;
- c) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e *campi* de cada universidade e/ou instituto; recursos recebidos pelas unidades executoras da administração direta da Setorial Financeira do órgão a que estão vinculadas: *sub-repassé*.

Cabe destacar que os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício (referentes a recursos não pertencentes ao orçamento do próprio órgão, denominados Destaques) não são mais demonstrados na coluna da “Dotação Atualizada”, mas na coluna das “Despesas Empenhadas”, à medida que vão sendo executados (empenhados), em face da metodologia de sua elaboração do BO definida pela STN, por “ente” e não por “órgão”, a partir do exercício de 2011.

Pelos dados da tabela abaixo, verifica-se que as transferências recebidas - **Resultantes da Execução Orçamentária** - correspondem a 90,95% do total das transferências financeiras recebidas pelo MEC e seus órgãos vinculados. Dos itens que as compõem, a Cota e o Repasse apresentaram composição semelhante, com 47,72% e 47,60%, respectivamente, por serem contrapartida um do outro, isto é, o item (Repasse) representa a contrapartida da Cota. O MEC recebe Cota do Tesouro Nacional e faz o repasse aos órgãos vinculados.

Tabela 22 – BF: Transferências recebidas resultantes da execução Orçamentária **R\$ 1,00**

TOTAL TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)	AV (%) 2023
	263.336.014.134,35	247.029.864.885,19	6,60%	100,00%
Resultantes da Execução Orçamentária	239.513.027.713,89	211.668.915.599,70	13,15%	90,95%
Cota Recebida	114.304.269.197,13	100.732.649.511,02	13,47%	47,72%
Repasse Recebido	113.998.346.186,85	100.361.011.907,96	13,59%	47,60%
Sub-repassé Recebido	11.210.398.415,99	10.549.865.692,94	6,26%	4,68%
Repasse/ Sub-repassé Devolvido	13.913,92	25.388.487,78	-99,95%	0,00%

Fonte: SIAFI Web.

As Transferências Financeiras Recebidas - **Independentes da Execução Orçamentária** - são compostas, em grande parte, pelos recursos recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional e de outros órgãos da administração pública, para o pagamento de obrigações contraídas em exercícios anteriores ao exercício corrente (restos a pagar).

Para compreender os valores registrados no item de Movimentação de Saldos Patrimoniais apresentado na tabela seguinte, reportamos ao MCASP na Parte I que trata dos Procedimentos Contábeis Referentes à Receita Orçamentária:

No âmbito da administração pública, a dedução de receita orçamentária é o procedimento padrão a ser utilizado para as situações abaixo elencadas, salvo a existência de determinação legal expressa de se contabilizar fatos dessa natureza como despesa orçamentária:

- a) Recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente, de acordo com a legislação vigente (transferências constitucionais ou legais);
- b) Restituição de tributos recebidos a maior ou indevidamente; e
- c) Renúncia de receita orçamentária.

A contabilidade utiliza conta redutora de receita orçamentária para evidenciar o fluxo de recursos da receita orçamentária bruta até a líquida, em função de suas operações econômicas e sociais. Deve-se ter atenção, ainda, para situações específicas que incorram em diminuição da receita orçamentária, como o caso de retificação de informações ou estornos. A retificação consiste em corrigir dados informados erroneamente pelos contribuintes, que geraram registros incorretos na contabilidade do órgão. Exemplo: identificação do contribuinte, tipo de receita etc. A correção desses dados deve ser feita mediante registro de dedução de receita e, após isso, deve-se proceder ao lançamento correto.

O item relativo à **Movimentação de Saldos Patrimoniais**, conta de VPA 45122.03.00, refere-se à contrapartida de registros contábeis no item de retificações e deduções da Receita Orçamentária. O montante registrado está relacionado, em grande parte, ao ajuste entre fontes de recursos feito pela



Receita Federal do Brasil quando do lançamento da arrecadação decencial no FNDE relacionada à fonte 213 (Salário-Educação).

A evolução e o montante significativo vêm se mantendo desde 2020 se justifica em função do acréscimo na arrecadação da Contribuição do Salário-Educação (Fonte 213) em decorrência do comportamento do mercado de trabalho formal⁴⁶, uma vez que a contribuição, além de outros impostos, incide sobre a folha de pagamento das empresas, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a **contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.** [ECI nº 53, de 2006](#). [\(Vide Decreto nº 6.003, de 2006\)](#)

Tabela 23 – BF: Transferências recebidas independentes da execução Orçamentária **R\$ 1,00**

TOTAL TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2019	AH 2023/2019	AV (%) 2023
	263.336.014.134,35	247.029.864.885,19	203.520.162.856,78	29,39%	100,00%
Independentes da Execução Orçamentária	23.822.986.420,46	35.360.949.285,49	12.580.375.086,63	89,37%	9,05%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	25.289.475.872,15	36.619.923.261,66	12.892.759.532,48	96,15%	106,16%
Demais Transferências Recebidas	45.334.462,58	18.119.567,27	95.810.791,58	-52,68%	0,19%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-1.511.823.914,27	-1.277.093.543,44	-408.195.237,43	270,37%	-6,35%

Fonte: SIAFI Web, BF 2023, 2022 e 2021.

Nota 8 – BF: Dispêndios Financeiros

Os dispêndios do MEC tiveram um acréscimo de 4,66% de 2022 para 2023, em função, principalmente, do crescimento nos itens das Despesas Orçamentárias que apresentou uma variação positiva de R\$ 14,241 bilhões e dos Pagamentos Extraorçamentários que também apresentou uma variação positiva de R\$ 2,668 bilhões.

Tabela 24 – BF: Principais grupos dos dispêndios financeiros do MEC **R\$ 1,00**

DISPÊNDIOS	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)	AV (%) 2023	Diferença
Despesas Orçamentárias	166.432.623.513,95	152.191.270.883,83	9,36%	45,91%	14.241.352.630,12
Transferências Financeiras Concedidas	160.571.273.060,94	162.307.643.007,90	-1,07%	44,29%	-1.736.369.946,96
Pagamentos Extraorçamentários	20.488.581.876,35	17.820.173.194,93	14,97%	5,65%	2.668.408.681,42
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exercício Seguinte)	15.029.322.736,75	14.071.718.206,25	6,81%	4,15%	957.604.530,50
TOTAL	362.521.801.187,99	346.390.805.292,91	4,66%	100,00%	16.130.995.895,08

Fonte: SIAFI Web.

As despesas orçamentárias possuem duas classificações: ordinárias e vinculadas.

As *Despesas Orçamentárias Ordinárias* compreendem as despesas de livre alocação entre a sua origem e a aplicação de recursos destinadas a atender a quaisquer finalidades.

As *Despesas Orçamentárias Vinculadas* compreendem aquelas cuja destinação específica é definida em lei, estando os recursos atrelados a determinados programas, atividades, órgãos ou fundos, como:

- a) Educação;
- b) Seguridade Social;
- c) Previdência Social (RPPS);

⁴⁶ Informações prestadas pelo FNDE em 13/07/2022.



- d) Dívida Pública;
- e) Transferências Constitucionais e Legais; e
- f) Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas.

No âmbito do MEC, há os fundos Fies e Fundeb (Cota-parte do Salário-Educação como complementação da União), ambos gerenciados pelo FNDE, órgão responsável pela transferência de recursos da educação básica aos estados e municípios (transferências constitucionais/legais) e pelo Fies, relativos aos contratos firmados até 2017; tendo a Caixa passado a ser o agente operador e financeiro dos novos contratos.

As **despesas Ordinárias** tiveram um acréscimo de 12,06% e correspondem a 54,55% do total.

As **despesas Vinculadas** tiveram também um acréscimo, 6,28% e representam 45,45% do total das Despesas Orçamentárias, conforme tabela abaixo.

Tabela 25 – BF: Composição das despesas orçamentárias do MEC

R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)	AV (%) 2023
	166.432.623.513,95	152.191.270.883,83	9,36%	100,00%
Ordinárias	90.788.063.275,96	81.015.766.201,94	12,06%	54,55%
Vinculadas	75.644.560.237,99	71.175.504.681,89	6,28%	45,45%

Fonte: SIAFI Web.

As variações positivas mais significativas nos itens que compõem as Despesas Orçamentárias Vinculadas foram nos grupos de Outros Recursos Vinculados que apresentou um acréscimo de R\$ 13,688 bilhões; da Seguridade Social (Exceto Previdência), com um acréscimo de R\$ 4,543 bilhões; da Dívida Pública, que apresentou um acréscimo de R\$ 2,420 bilhões e das Transferências Constitucionais e Legais com um acréscimo de R\$ 2,073 bilhões. As variações negativas foram nos grupos de Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas que apresentou uma redução de R\$ 15,466 bilhões e da Previdência Social (RPPS) com uma redução de R\$ 4,028 bilhões, conforme tabela abaixo, e serão detalhadas adiante.

Tabela 26 – BF: Despesas vinculadas no âmbito do MEC

R\$ 1,00

DESPESAS VINCULADAS	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)	AV (%) 2023	Diferença
	75.644.560.237,99	71.175.504.681,89	6,28%	100,00%	
Transferências Constitucionais e Legais	18.579.589.470,00	16.506.341.869,00	12,56%	24,56%	2.073.247.601,00
Outros Recursos Vinculados	13.688.423.651,24	3156,53	433654059,83%	18,10%	13.688.420.494,71
Previdência Social (RPPS)	11.668.422.200,27	15.696.696.303,16	-25,66%	15,43%	-4.028.274.102,89
Educação	11.556.310.411,54	10.318.215.796,45	12,00%	15,28%	1.238.094.615,09
Seguridade Social (Exceto Previdência)	7.535.264.212,38	2.991.648.638,34	151,88%	9,96%	4.543.615.574,04
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.550.688.523,09	22.017.229.084,93	-70,25%	8,66%	-15.466.540.561,84
Dívida Pública	6.064.055.801,43	3.643.287.336,69	66,44%	8,02%	2.420.768.464,74
Alienação de Bens e Direitos	1.805.968,04	2.082.496,79	-13,28%	0,00%	-276.528,75

Fonte: SIAFI Web.

Nova Estrutura de Fontes de Recursos (Projeto STN)

Cabe mencionar que as variações nos itens das **Despesas Orçamentárias Vinculadas** estão relacionadas em grande parte às alterações trazidas pela Portaria STN/SOF nº 20/2021 e Portaria da SOF nº 14.956/2021 que estabeleceram uma nova definição e estrutura para as fontes de recursos no âmbito da União.



De acordo com as portarias a nova definição permite que conceitos de origem e destinação não se confundam mais na Fonte de Recursos; ou seja, a Fonte de Recursos identificará a destinação e Natureza de Receita, a origem dos recursos.

Considerando a nova estruturação das fontes de recursos, apresentamos os itens das Despesas Orçamentárias Vinculadas e suas fontes de recursos:

Educação: as despesas com Educação envolvem o ensino superior, ensino médio, educação básica, manutenção dos hospitais universitários etc. Pela nova estrutura de fontes de recursos, as despesas apresentadas no Balanço Financeiro referentes ao item Educação passaram a ser classificadas nas fontes (008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA); (012 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO); e (133 - EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL), que estão financiando os programas de governo apresentados na tabela abaixo, sendo os maiores montantes registrados em Ações de programas da Educação Básica. No Programa 0032 está incluída a Ação 00SB que se refere à Complementação da União ao Fundeb.

Tabela 27 – BF: Despesas com Educação por Fonte e Programa de Governo

R\$ 1,00

Fonte Recursos		Programa Governo		SET/2023
008	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO	3.773.084.681,74
		5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	9.757.230,19
012	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5013	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	660.000,00
133	EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL	5011	EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE	7.767.979.849,72
		6015	EDUCACAO INFANTIL	4.828.649,89
Total				11.556.310.411,54

Fonte TG: BF, Educação por Fonte de Recursos e Programa de Governo.

Seguridade Social (exceto Previdência): pela Portaria SOF nº 14.956/2021, os gastos relativos à Seguridade Social, exceto Previdência, passaram a ser classificados em fonte de livre aplicação como também de aplicação específica (atividades-fim da Seguridade Social), conforme dados apresentados nas tabelas abaixo. Nesse item verifica-se que o maior montante de recursos está alocado em despesas relativas a Aposentadorias e Pensões constantes da Ação de Governo (0181 - APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO) vinculada ao Programa de Governo (0032 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO) e a despesas com Saúde, Ação de Governo (8585 - ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A); esse Programa financia também despesas da Educação (item e tabela acima).

Tabela 28 – BF: Fontes de Recursos da Seguridade Social, exceto Previdência

R\$ 1,00

Fontes de Recursos da Seguridade Social		SET/2023
001	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	5.556.119.623,59
002	ATIVIDADES-FIM DA SEGURIDADE SOCIAL	1.979.114.963,74
TOTAL		7.535.234.587,33

Fonte: TG: BF - Seguridade Social - por Fonte de Recursos.

**Tabela 29 – BF: Seguridade Social, exceto Previdência, por Programa e Ação de Governo R\$ 1,00**

Seguridade Social - Programa Governo		Ação Governo		SET/2023
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	5.545.504.384,20
		2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	233.795,55
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	2.216,44
5017	ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	4705	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA POR MEIO DA DISPONIBILI	74.886.330,70
5018	ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE	21CD	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE	134.075,00
		8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	1.885.113.017,98
5019	ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	219A	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	370.457,72
		21CE	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	2.527.077,60
5020	DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO, TECNOLÓGICO E PRODUTIVO EM SAUDE	20K3	AVALIACAO E INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS DE SAUDE NO AMBITO D	3.175.269,00
		20K7	APOIO AO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DE PLATAFORMAS TECNO	1.460.207,73
		21BF	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVACAO EM SAUDE	1.695.291,16
5021	GESTAO E ORGANIZACAO DO SUS	20YD	EDUCACAO E FORMACAO EM SAUDE	900,00
		20YQ	APOIO INSTITUCIONAL PARA APRIMORAMENTO DO SUS	2.983.224,80
		21CF	IMPLANTACAO E FUNCIONAMENTO DA SAUDE DIGITAL E TELESSAÚDE NO	10.496.140,85
		8715	PRESERVACAO, ORGANIZACAO, DISSEMINACAO E ACESSO AO CONHECIME	1.558.680,00
		8753	MONITORAMENTO, AVALIACAO E GESTAO DA INFORMACAO ESTRATEGICA	2.146.999,00
5023	VIGILANCIA EM SAUDE	20YJ	FORTELECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE	1.185.140,60
5033	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	20GD	INCLUSAO PRODUTIVA RURAL	150.000,00
		20QH	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	1.500.000,00
		2792	DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS A GRUPOS POPULACIONAIS TRADICIONAI	111.379,00
Total				7.535.234.587,33

Fonte: TG, BF - Seguridade Social - por Programa e Ação de Governo.

Transferências Constitucionais e Legais: o acréscimo nestas despesas está associado ao aumento nos repasses realizados pelo FNDE das quotas estaduais e municipais do Salário-Educação aos estados e municípios decorrentes da evolução na arrecadação da Contribuição do Salário-Educação (**Fonte 213 – TRANSF.COTAS EST.E MUN. DO SALARIO-EDUCACAO**), objeto do Programa de Governo: (0903 - OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC), Ação de Governo: (0369 - TRANSFERENCIA DAS QUOTAS ESTADUAL E MUNICIPAL DO SALARIO-EDU), em função do comportamento do mercado de trabalho formal⁴⁷, uma vez que a contribuição, além de outros impostos, incide sobre a folha de pagamento das empresas, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. [ECI nº 53, de 2006](#). [\(Vide Decreto nº 6.003, de 2006\)](#) (grifo nosso)

Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas: a redução nestas despesas (que passou de R\$ 22,017 bilhões para R\$ 6,550 bilhões) está relacionada à nova classificação/alocação das fontes relacionadas ao Salário-Educação (**Fonte 213 – TRANSF.COTAS EST.E MUN. DO SALARIO-EDUCACAO**); ao Fundeb (**Fonte 133 - EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL**); e ao FNDE (**Fonte 014 - RECURSOS DO FUNDO SOCIAL DESTINADOS À EDUCAÇÃO PÚBLICA**,

⁴⁷ Informações prestadas pelo FNDE em 13/07/2022.

COM PRIORIDADE PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, E À SAÚDE) que passaram a constar dos itens das despesas relativas às Transferências Constitucionais e Legais; da Educação, e de Outros Recursos Vinculados, respectivamente. Portanto, as fontes que financiam este item Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas são diversas (004, 050, 052, 124 etc.), exceto as fontes 014, 133 e 213 mencionadas acima e a fonte 045 (FINANCIAMENTO DE ESTUDOS, ATIVIDADES E SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS BÁSICOS NO TERRITÓRIO NACIONAL) que financia o item abaixo (Outros Recursos Vinculados).

Outros Recursos Vinculados: este item passou a apresentar saldo a partir do exercício de 2023 (R\$ 359 mil no 1º Trimestre/2023, R\$ 13,647 bilhões no 2º Trimestre/2023 e R\$ 13,688 bilhões); abrange recursos das fontes **014** (RECURSOS DO FUNDO SOCIAL DESTINADOS À EDUCAÇÃO PÚBLICA, COM PRIORIDADE PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, E À SAÚDE) e **045** (FINANCIAMENTO DE ESTUDOS, ATIVIDADES E SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS BÁSICOS NO TERRITÓRIO NACIONAL). Quase totalidade dos recursos está registrado na fonte **014** no FNDE: R\$ 13,686 bilhões de um montante de R\$ 13,688 bilhões.

Tabela 30 – BF: Outros Recursos Vinculados por Fonte de Recursos **R\$ 1,00**

Fontes de Recursos de Outros Recursos Vinculados		SET/2023
014	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	13.686.043.607,77
045	FIN.EST.,ATIV.E SERV.LEV.GEOL.BAS.TERRIT.NAC.	2.359.000,00
TOTAL		13.688.402.607,77

Fonte: TG: BF - Outros Recursos Vinculados.

Previdência Social (RPPS): a redução neste item de despesa de 2022 para 2023 está associada à transferência de parte dos gastos da Ação 0181 (APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO) para o item de Seguridade Social, exceto Previdência, apresentado anteriormente. O montante registrado nesse item - Previdência Social (RPPS) no total de R\$ 11,668 bilhões está integralmente alocado na Ação 0181 do Programa 0032 (Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo), na fonte de recursos 056 (BENEFÍCIOS DO RPPS DA UNIAO).

Dívida Pública: as despesas registradas neste item são provenientes de duas fontes de recursos que financiam diversos programas no âmbito do MEC, incluindo operações de crédito em moeda estrangeira (fonte 448) que conforme tabela adiante.

Tabela 31 – BF: Dívida Pública por Fontes de Recursos **R\$ 1,00**

Fontes de Recursos da Dívida Pública		SET/2023
444	DEM.APL.REC.TIT.TN,EXC.REFIN.DIV.PUB.	6.048.394.327,42
448	OBJ.CONTRATUAL OP.CRED.EXTERNA EM MOEDA	15.661.474,01
TOTAL		6.064.055.801,43

TG: BF - Dívida Pública - por Fonte de Recursos.

As despesas custeadas com a **Fonte 444** (DEM.APL.REC.TIT.TN,EXC.REFIN.DIV.PUB.) no total de R\$ 6,048 bilhões possui os maiores montantes registrados no FNDE (UG 153173/15253) e na CAPES (UG 154003/15279), que totalizam R\$ 4,561 bilhões, 75,42% do total dos recursos nessa fonte.

Na CAPES o maior volume de recursos está vinculado à concessão de bolsas de estudo tanto para o Ensino Superior quanto para a Educação Básica.

No FNDE as despesas estão vinculadas a ações da Educação Básica, Educação Infantil, Educação Profissional e Tecnológica e Educação Superior. Entre as despesas da Educação Superior estão a aquisição de títulos do Tesouro (CFT-B) (UG 170600/1 – Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública) destinados às entidades mantenedoras das IES optantes pelo Programa de Estímulo à



Reestruturação e Fortalecimento das IES (PROIES), nos termos art. 13 da Lei nº 12.688/2012 (Documentos Siafi: 2023GR800133, 2023NS001563, 2023NS007694, 2023NS033622); e ao repasse de recursos ao Banco do Brasil para atender bolsistas do Programa de Educação Tutorial – PET – Bolsas PET 2023 e Bolsa Permanência 2023 decorrente do Acordo de Cooperação Técnica Mútua entre FNDE e BB (Documentos Siafi: 2023NS005605, 2023NS007610, 2023NS014379, 2023OB821975, 2023OB821979).

Tabela 32 – BF: Dívida Pública por Ação de Governo na CAPES e no FNDE

R\$ 1,00

Órgão UGE	Ação Governo	SET/2023	
26291	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	633.586.414,00
	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	1.188.116.039,39
	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	8.908.900,00
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	6.672.920,00
	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	14.529.052,45
	2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	586,89
26298	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	25.284.000,00
	000W	APOIO A MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	79.676.786,36
	00PI	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	1.388.250.848,31
	00QH	CONCESSAO DE BOLSAS NO AMBITO DO PROGRAMA DE ESTIMULO A REES	126.000.000,00
	00SU	APOIO A IMPLANTACAO DE ESCOLAS PARA EDUCACAO INFANTIL	337.643.081,81
	0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA	241.601.308,15
	0969	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA	5.185.003,31
	0A12	CONCESSAO DE BOLSA PERMANENCIA NO ENSINO SUPERIOR	127.000.000,00
	0E53	AQUISICAO DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCACAO	7.935.023,12
	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2.588.001,30
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	41.537.489,00
	20RP	APOIO A INFRAESTRUTURA PARA A EDUCACAO BASICA	325.232.100,12
	21B4	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE EN	2.209.000,00
Total			4.561.956.554,21

Fonte: TG - BF - Dívida Pública - por Ação de Governo - FNDE e CAPES - Fonte 444.

Operação de crédito externa

As despesas custeadas com a **Fonte 448** (OBJ.CONTRATUAL OP.CRED.EXTERNA EM MOEDA) no âmbito do MEC totalizaram de R\$ 15,661 milhões e o maior montante está registrado no FNDE, R\$ 15 milhões.

Em 2018, o MEC efetuou operação de crédito externa⁴⁸ com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento e Reconstrução – BIRD, no total de US\$ 250 milhões, para Reestruturação do Novo Ensino Médio – Tempo Integral (Lei nº 13.415/2017) executada pelo FNDE, UG 156357/15253 (FNDE-BIRD).

Em 2022 foi contraída nova operação de crédito externo com o BIRD para implementação do Programa Educa Mais Norte e Nordeste⁴⁹ no período de 2022 a 2026, com vistas a mitigar os impactos da pandemia no Ensino Fundamental. Para esse programa foi criada a (Unidade Gestora 156967/15253:EDUCA MAIS

⁴⁸ Resolução do Senado Federal nº 4 de 2018 e Despacho do Ministério da Fazenda nº 17, de maio de 2018). Portaria MEC nº 1.145 de 10/10/2016, DOU de 11/10/2016, Seção I, página 23. O FNDE é o órgão responsável pela execução do programa (UG 156357/15253).

⁴⁹ Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoos/educa-mais-norte-e-nordeste> .



NORTE E NORDESTE - BIRD) vinculada ao FNDE, órgão responsável pela execução dos programas e ações das secretarias finalísticas do MEC, mas ainda sem execução no Siafi.

Embora os recursos sejam destinados ao MEC e aos seus órgãos vinculados, o empréstimo é registrado no balanço patrimonial do Tesouro Nacional, instituição signatária de empréstimos externos contraídos pela União. Os recursos são incorporados à Dotação dos órgãos e são por eles executados.

Tabela 33 – BF: Dívida Pública – Fonte 448 – FNDE-BIRD

R\$ 1,00

Órgão UGE	UG Executora	SET/2023	014/2022	014/2021	014/2020	014/2019	014/2018		
26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	156357	FNDE - BIRD	15.000.000,00	7.347.562,03	1.519.135,57	1.294.768,80	304.727,28	120.000,00
TOTAL				15.000.000,00	7.347.562,03	1.519.135,57	1.294.768,80	304.727,28	120.000,00

Fonte: TG, BF - Dívida Pública - BIRD - Fonte 448

Nota 9 – BF: Resultado Financeiro

De acordo com o MCASP (Parte V, DCASP), “um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento.”

Há duas formas para o cálculo do resultado financeiro. Pela metodologia 1 considera-se o total dos ingressos e dispêndios excluindo-se o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Pela metodologia 2 considera-se apenas os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa inicial e final, deduzindo-se o saldo do exercício anterior do saldo que passa para o exercício seguinte; e esta metodologia é equivalente à Geração Líquida de Caixa apresentada pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

O **resultado financeiro do período** foi superavitário de R\$ 858,407 milhões em função do item Caixa e Equivalentes de Caixa Final (Exercício Seguinte) ter sido superior ao Saldo Inicial (Exercício Anterior).

Tabela 34 – BF: Resultado Financeiro do período x DFC: Geração Líquida de Caixa

R\$ 1,00

Balanço Financeiro	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa: <i>Saldo para o Exercício Seguinte</i>	15.029.322.736,75	14.071.718.206,25	6,81%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa: <i>Saldo do Exercício Anterior</i>	14.170.825.257,58	20.633.076.543,04	-31,32%
(=) Resultado Financeiro	858.497.479,17	-6.561.358.336,79	-113,08%

Demonstração dos Fluxos de Caixa	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	15.029.322.736,75	14.071.718.206,25	6,81%
(-) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	14.170.825.257,58	20.633.076.543,04	-31,32%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	858.497.479,17	-6.561.358.336,79	-113,08%

Fonte: BF e DFC, SIAFI Web.

2.6 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Fluxos de caixa: são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.

A DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Na DFC os fluxos de recursos são representados por atividades que contribuem para a formação de caixa do órgão.

A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão. São as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>). São as atividades referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Suas atividades são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento, não classificadas como atividades operacionais.

Elaboração da DFC

Nos termos do MCASP, a DFC é elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência.

Para a elaboração da DFC são utilizadas as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa Conta Única do Tesouro Nacional.

Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo, diferentemente do BO que apresenta as despesas (por grupo de despesa) e do BF que apresenta as despesas (por elemento de despesa/categoria de gasto). A classificação orçamentária foi instituída pela Portaria MPOG nº 42, de 14 de abril de 1999 e pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001.

De acordo com o Manual Técnico de Orçamento – MTO⁵⁰:

A *função* pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação.

A *função* Encargos Especiais engloba as despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra. A utilização dessa função irá requerer o uso das suas subfunções típicas, conforme figura abaixo:

Figura 12: Função Encargos Sociais e respectivas subfunções

28 - Encargos Especiais	841 - Refinanciamento da Dívida Interna 842 - Refinanciamento da Dívida Externa 843 - Serviço da Dívida Interna 844 - Serviço da Dívida Externa 845 - Outras Transferências 846 - Outros Encargos Especiais 847 - Transferências para a Educação Básica
--------------------------------	---

Fonte: MTO: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2023>

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Integra o item de **Outros Ingressos Operacionais e Outros Desembolsos Operacionais** o grupo de **Ingressos Extraorçamentários e Dispendios Extraorçamentários** em que estão computados os depósitos restituíveis e valores vinculados, isto é, valores que compõem o item Caixa e Equivalentes de Caixa do Órgão/Entidade mas que não estão disponíveis para utilização em gastos do órgão.

Estes recursos compreendem os valores de depósitos e cauções efetuados pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados.

De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a administração pública poderá exigir a prestação de garantias pelos fornecedores nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, nas seguintes modalidades:

Art. 96, § 1º (...)

I - **caução** em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - **seguro-garantia**;

III - **fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

Para a modalidade de fiança bancária, a Macrofunção 02.11.26 que trata dos Depósitos em Garantia, dispõe que o depósito seja realizado na Caixa Econômica Federal com a devida atualização monetária:

Conta Garantia – Conta bancária aberta na Caixa Econômica Federal – CEF – para depósito em garantia, vinculada a uma obrigação e desde que prevista no instrumento convocatório de uma licitação, concorrência ou contrato, cujo titular é o beneficiário (item 3.1.3).

Apesar de não vencerem juros a esses depósitos, o art. 7º, inciso I, Parágrafo único, do Decreto-Lei nº 1.737, de 1979, e o art. 4º do Decreto-Lei nº 2.323, de 1987, prevê a incidência de atualização

⁵⁰ MTO disponível em <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2023>



monetária a ser arcada pela CEF. Esta atualização monetária também deverá ser reconhecida contabilmente (item 4.1.5).

Os recursos de terceiros que estão sob a posse do ente, mas que estão vinculados a finalidade específica, inclusive com a possível obrigação de devolução (como as cauções) ou de pagamento de obrigação de terceiros (como os precatórios), em regra, estão contidos nos saldos bancários dos entes, devendo-se observar os aspectos operacionais das unidades gestoras do ente.

Os valores retidos e as consignações em poder de determinado órgão ou entidade devem ser registrados na entidade que detém o controle dos recursos como Caixa e Equivalentes de Caixa (grupo de contas do PCASP criado para tal finalidade 1.1.1.) em contrapartida ao reconhecimento da obrigação de devolução ou recolhimento no passivo.

Caução

A Macrofunção 02.11.26 – Depósitos em Garantia, apresenta o roteiro de contabilização no Siafi:

D – 11111.19.03 – Demais Contas – Caixa Econômica Federal
C – 2X881.04.02 – Depósitos e Cauções Recebidos

D - 72111.00.00 – Disponibilidade de Recursos
C - 82111.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar

D - 82111.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar
C - 82113.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Não Pagas

Fiança bancária

O registro no Siafi é feito em contas de Controle, conforme roteiro estabelecido na Macrofunção 02.11.26, e na conta de Caixa e Equivalentes de Caixas apenas no momento do recebimento efetivo do valor assegurado no instrumento de fiança, conforme lançamento abaixo:

D – 11111.XX.XX – Caixa ou Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional
C – 49991.01.00 – VPA Decorrente de Fatos Geradores Diversos

Pela baixa do crédito anteriormente constituído e retificação da conta de variação patrimonial aumentativa (receita) utilizada na arrecadação, após confirmação do recebimento efetivo do valor por meio do Sistema de Gestão de Recolhimento da União – SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br), faz o seguinte registro

D – 49991.01.00 – VPA Decorrente de Fatos Geradores Diversos
C - 11381.44.00 – Créditos a Receber de Instituição Financeira

Seguro-garantia

De acordo com a Macrofunção 02.11.26 (item 4.3), o seguro-garantia é expedido por sociedade seguradora autorizada e tem por objetivo assegurar o cumprimento de obrigações assumidas pelo tomador do seguro (caucionário) perante o segurado (beneficiário).

As apólices e bilhetes de seguro deverão mencionar expressamente, em moeda nacional, a responsabilidade máxima da sociedade seguradora para a cobertura dos riscos por ela assumidos perante o segurado.

A liberação ou restituição deste tipo de garantia em favor do caucionário somente se efetivará após a execução satisfatória do contrato, a qual é verificada pela expedição do termo circunstanciado de recebimento definitivo previsto na Lei de Licitações e Contratos.

No caso de o caucionário não cumprir as obrigações contratuais por ele assumidas, o beneficiário deverá acionar a sociedade seguradora para o cumprimento do seguro-garantia a ele apresentado, tendo em vista procedimentos estabelecidos para a oficialização da reclamação de sinistro divulgado pela sociedade seguradora com base nas normas da SUSEP (Circular nº 662, de 11/04/2022).



O registro no Siafi é feito em contas de Controle, conforme roteiro estabelecido pela Macrofunção 02.11.26, com contabilização nas mesmas contas definidas para a Fiança Bancária apresentadas acima.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no âmbito do MEC

No âmbito do MEC há depósitos de cauções e depósitos judiciais. Estes registram os valores decorrentes de depósitos efetuados pelo órgão/entidade por determinação judicial.

Para a modalidade de fiança bancária, a nova Lei de Licitações e Contratos dispõe que ela seja emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e não apenas pela Caixa Econômica Federal.

Conforme mencionado acima os **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados** compreendem recursos **Extraorçamentários** e são evidenciados na DFC no grupo de **Outros Ingressos/Desembolsos Operacionais**; embora componham o Caixa e Equivalentes de Caixa do Órgão/Entidade, não estão disponíveis para utilização em gastos do órgão.

Os recursos extraorçamentários são classificados na fonte de recursos **491 (RECURSOS DIVERSOS)**. Para Depósitos Restituíveis o detalhamento é o: **1491.000.000 (RECURSOS DIVERSOS)**.

Fonte Recursos Detalhada	
1491000000	RECURSOS DIVERSOS
1491970000	RECURSOS DIVERSOS-DEV.REC.TRANSF.VOL.POR OBTV
1491980000	RECURSOS DIVERSOS-CANC.OB APOS REM.BANCO
1491980001	RECURSOS DIVERSOS-CANCELAMENTO DE OB PIX

Fonte: TG - DFC - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - FR 491 – 82113 + 82114.

A tabela abaixo apresenta as principais contas de Ativo e Passivo na fonte 1491000000 com registros em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que têm como contrapartida a conta de DDR 82113.00000 (DDR COMPROMETIDA P/LIQU. E ENT. COMP. N PAGAS)

Tabela 35 – DFC: Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no âmbito do MEC

R\$ 1,00

Contas de Ativo e Passivo				SET/2023
1	ATIVO	02	CONTA UNICA - SUBCONTA DO TESOURE NACIONAL	34.412,88
		09	CRED A REC POR REEMB SALARIO MATERNIDADE PG	5.498,40
		17	CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	7.129,46
		19	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	10.565.838,52
		20	RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURE	46.356.127,90
		50	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	962.444,70
Total ATIVO				57.931.451,86
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	00	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES - CONSOLIDACAO	577.326,77
		01	CONSIGNACOES	25.819,13
		03	DEPOSITOS JUDICIAIS	7383902
		04	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	49.409.240,28
		04	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	331.680,55
		13	RECURSOS FISCAIS - DARF A EMITIR	1.554,01
		36	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	201.929,12
Total PASSIVO				57.931.451,86

Fonte: TG - DFC Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - FR 149100000 (Contas de Ativo e Passivo).

Nota 10 – DFC: Ingressos de Caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), em cumprimento ao Decreto nº 93.872/1986 que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF.

No âmbito do MEC, a geração líquida de caixa foi superavitária de R\$ 858,497 milhões em função do item de Caixa e Equivalentes de Caixa Final ter sido superior ao Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial.

Tabela 36 – DFC x BF: Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa R\$ 1,00

Demonstração dos Fluxos de Caixa	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	15.029.322.736,75	14.071.718.206,25	6,81%
(-) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	14.170.825.257,58	20.633.076.543,04	-31,32%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	858.497.479,17	-6.561.358.336,79	-113,08%

Balanco Financeiro	30/09/2023	30/09/2023	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa: <i>Saldo para o Exercício Seguinte</i>	15.029.322.736,75	14.071.718.206,25	6,81%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa: <i>Saldo do Exercício Anterior</i>	14.170.825.257,58	20.633.076.543,04	-31,32%
(=) Resultado Financeiro	858.497.479,17	-6.561.358.336,79	-113,08%

Fonte: DFC e BF, SIAFI Web.

Analisando os três fluxos da DFC, pela tabela abaixo verifica-se que o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais foi positivo de R\$ 4,026 bilhões, contribuindo para a geração líquida de caixa positiva de R\$ 858,497 milhões, visto que Fluxo das Atividades de Investimento foi inferior, negativo de R\$ 3,167 bilhões.

Tabela 37 – DFC: Fluxo de Caixa das Atividades R\$1,00

Atividades	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	4.026.388.363,51	-5.429.243.627,48	-174,16%
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-3.167.890.884,34	-1.132.114.709,31	179,82%
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
Total	858.497.479,17	-6.561.358.336,79	-113,08%

Fonte: SIAFI Web.

Atividades Operacionais - Ingressos

Analisando o fluxo das atividades operacionais, na parte dos Ingressos, o item que apresentou o maior montante de recursos foi o de **Outros Ingressos Operacionais**, com R\$ 263,687 bilhões, de um total de ingressos de R\$ 289,282 bilhões, em decorrência das **Transferências Financeiras Recebidas** que atingiu o montante de R\$ 263,336 bilhões. Este item compreende os recursos recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional, e de outros órgãos, para pagamento das despesas orçamentárias tanto do exercício corrente quanto de Restos a Pagar que constituem obrigações contraídas em exercícios anteriores.

Dentro do grupo das Receitas Derivadas e Originárias, o item de maior valor refere-se às **Receitas de Contribuições**, com R\$ 21,550 bilhões, e conforme apresentado nas notas do BO e do BF referem-se à arrecadação do Salário-Educação em que uma parte é de responsabilidade da União para complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb⁵¹, como receita vinculada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, órgão responsável pelo gerenciamento e transferência desses recursos aos estados e municípios. O novo Fundeb, aprovado

51 EMENDA CONSTITUCIONAL nº 108, de 26 de agosto de 2020. Mais informações: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/novo-fundeb-aprovado-no-congresso-nacional/>



pela EC nº 108/2020, consta de forma expressa na Constituição Brasileira e, assim, não há mais prazo de vigência (será permanente); e a complementação da União crescerá de 10% para 23% até 2026.

Tabela 38 – DFC: Atividades Operacionais - Ingressos**R\$1,00**

ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)
Receitas Derivadas e Originárias	25.595.903.072,96	23.026.283.028,81	11,16%
Receita de Contribuições	21.550.363.459,49	19.051.365.287,77	13,12%
Receita de Serviços	2.579.684.744,42	2.343.834.308,19	10,06%
Outros	1.465.854.869,05	1.631.083.432,85	-10,13%
Outros Ingressos Operacionais	263.687.086.989,48	247.773.285.570,82	6,42%
Ingressos Extraorçamentários	351.049.527,09	462.992.205,03	-24,18%
Transferências Financeiras Recebidas	263.336.014.134,35	247.029.864.885,19	6,60%
Outros	23.328,04	280.428.480,60	-99,99%
Total Ingressos Operacionais	289.282.990.062,44	270.799.568.599,63	6,83%

Fonte: SIAFI Web.

Atividades de Investimento - Ingressos

Em relação ao fluxo das atividades de investimento, verifica-se que o maior ingresso de recursos se concentrou no item de **Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos** que totalizou R\$ 1,856 bilhão, e está relacionado às receitas recebidas/arrecadadas (conta 62120.00.00) pelo FNDE⁵² (UG 153173/15253) do agente operador e financeiro CAIXA decorrentes de amortização de empréstimos do Fies/Novo Fies e de honras do Fgeduc relativas aos empréstimos concedidos a estudantes: Natureza de Receita 23110721, Fonte de Recursos: 1052000274 (código GRU 48814-3 - FIES-AMOR.FGEDUC, 2023RA000229), contas: (62120.00.00 – UG 153173/15253 / 89991.08.02 – UG 151714/15253 e 156245/15253).

A arrecadação referente às honras é repassada pelo Fgeduc (CNPJ 12.754.466/0001-61) e pelo FG-Fies (CNPJ 30.049.178.0001/98) ao FNDE (UG 153173/15253): código de GRU 48820-8 (FIES-AMORTIZ.HONRAS RECEB), Natureza de Receita: 23110731, Fonte de Recursos: 1052000274. Ex: 2023RA000060. contas: (62120.00.00 – 153173/15253 / 89991.08.02 – 156245/15253).

O Fgeduc, instituído pela Lei nº 12.087/2009, tem por finalidade garantir parte do risco ao FNDE em operações de crédito do FIES concedidas a estudantes beneficiários de bolsas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), estudantes matriculados em cursos de licenciatura e àqueles estudantes cuja renda familiar mensal bruta per capita seja de até 1,5 salário-mínimo. Com o fundo, os estudantes podem contratar o financiamento sem a exigência de fiador. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35597>. O Fgeduc garante ao Fies a quitação do saldo devedor do contrato de financiamento inadimplido a mais de 360 dias.

Tabela 39 – DFC: Atividades de Investimento - Composição dos Ingressos**R\$ 1,00**

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)
Alienação de Bens	15.008.526,07	5.860.565,60	156,09%
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.856.287.469,51	3.537.009.420,04	-47,52%
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-
Total Ingressos de Investimentos	1.871.295.995,58	3.542.869.985,64	-47,18%

Fonte: SIAFI Web.

⁵² Com a publicação da Lei nº 13.530/2017, que alterou a Lei nº 10.260/2001, o FNDE continuará como agente operador do fundo relativo aos contratos celebrados até o exercício de 2017, passando a assumir também a responsabilidade pela gestão dos ativos e passivos do FIES a partir do exercício de 2018, por delegação do MEC. A CAIXA passou a ser o agente operador e financeiro do FIES referente aos contratos firmados a partir do exercício de 2018. Após a publicação da Lei nº 13.530/2017, que promoveu alterações na Lei nº 10.260/2001, a Caixa passou a ser o agente único: operador, financeiro dos novos contratos (Novo FIES) e gestor de Fundos Garantidores. <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/fies/paginas/default.aspx> A partir de 01 de agosto de 2018 a CAIXA passou a ser a administradora do FGEDUC: <https://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FGEDUC/detalhe/sobre/>



De acordo com o FNDE, na Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos está compreendido o recolhimento por meio da natureza de receita 23110731 que se refere às honras efetivadas pela administradora do FGEDUC, relativas à inadimplência contratual do programa do FIES, conforme informações apresentadas à CGTES/STN em dezembro de 2022:

Informa-se que o recolhimento por meio da natureza de receita 23110731 se refere às honras efetivadas pela administradora do FGEDUC, relativas à inadimplência contratual do programa do FIES.

De acordo com o Estatuto do FGEDUC, a honra da garantia será solicitada pelo Agente Operador do FIES após decorridos 360 dias consecutivos da inadimplência, verificada durante a fase de amortização do financiamento. O valor garantido corresponde até 80%, para as contratações realizadas até o dia 04.04.2012, ou 90%, para as operações transacionadas a partir de 04.04.2012.

Isso significa que, nos casos em que haja inadimplência dos contratos do FIES decorridos 360 dias, estes sendo cobertos pelo FGEDUC, a administradora deste fundo arcará com 80 ou 90% da dívida, tornando arrecadação ao FIES.

Conforme legislação vigente, as honras da dívida devem ser realizadas pela administradora do fundo em até 10% da carteira garantida do FIES (saldo devedor), o que ocorreu, em quase sua totalidade, no ano de 2022, somando com o ano de 2020 e 2021.

O motivo dessa discrepância de arrecadação entre os anos de 2021 e 2022 justifica-se da seguinte forma:

Até o ano de 2017, o Banco do Brasil era o administrador do FGEDUC, mas devido a ausência de sistema adequado, não houve a efetivação das honras sobre as inadimplências existentes. A partir de 2018 a Caixa se tornou a administradora do referido fundo, onde somente em 2020 é que se iniciaram os testes de efetivação de honras após criação de sistema, sendo arrecadado cerca de 195 mil reais referentes a 14 contratos. Mas foi em 2021 que as honras, em sua maior parte, foram efetivadas, acima 5,2 bilhões, visando atualizar também os recolhimentos de anos anteriores.

Considerando que em 2022 o valor total da carteira garantida do FIES se encontrava no montante de 70 bilhões, e que as efetivações das honras deveriam obedecer o limite de stop loss de até 10% sobre este valor, em 2022 foram efetivados 1,56 bilhões de honras contratuais, totalizando, na soma dos anos, 6,8 bilhões.

Não se alcançou os 7 bilhões (10% do saldo devedor), no total dos anos, tendo em vista a vigência da lei de renegociação de dívidas que poderá reduzir a carteira garantida, correndo o risco da redução ser alta e a carteira ficar abaixo de 68 bilhões, o que acarretaria um total de efetivação de honras pelo FGEDUC acima de 10%, descumprindo norma legal.

Por fim, após o resultado da renegociação de dívidas, e do impacto ao saldo devedor do FIES, provavelmente em 2023, caso haja este tipo de arrecadação, o valor será ainda menor, na casa dos milhões.

Nota 11 – DFC: Desembolsos de Caixa

Atividades Operacionais - Desembolsos

Conforme tabela seguinte, dos desembolsos das atividades operacionais que totalizaram R\$ 285,256 bilhões, o grupo mais representativo foi o de “**Outros Desembolsos Operacionais**”, com um montante de R\$ 161,379 bilhões, em decorrência das **Transferências Financeiras Concedidas**, que somaram R\$ 160,571 bilhões, nas quais estão incluídos os recursos repassados pelo MEC aos seus órgãos vinculados para pagamento de despesas do exercício e das contraídas em exercícios anteriores, inscritas em restos a pagar.

O segundo maior montante refere-se ao item de “**Pessoal e Demais Despesas**”, com R\$ 66,524 bilhões. Dentro deste grupo, a função **Educação** apresentou o maior montante, R\$ 50,380 bilhões, o que



representa 75,73% do total do item, por estar relacionada à função precípua do ministério, “Educação”, que abrange gastos com diferentes subfunções, tais como: Educação Básica, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior, Ensino Profissional, entre outras.

É importante mencionar que o valor registrado na DFC no item **Educação** (R\$ 50,380 bilhões) diverge do valor registrado nos Dispêndios do BF (R\$ 11,556 bilhões). A divergência se justifica em função da metodologia de elaboração desses demonstrativos.

- a) **No BF** os desembolsos relativos à Educação referem-se Despesas Orçamentárias do **exercício corrente** em fontes de recursos específicas da Educação (**Fonte 008** - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA, **Fonte 012** – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, **Fonte 133** - EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL, **Fonte 134** - REC.PROP.EDUC.BASICA, VEDADO PAGTO PESSOAL);
- b) **Na DFC** os desembolsos relativos à Educação referem-se à **Função Educação**, cujos pagamentos referem-se ao **exercício corrente como também os desembolsos relativos aos restos a pagar** em diversas fontes de recursos; por isso, superior ao valor apresentado no BF.

Em relação aos gastos realizados na função “Saúde”, no total de R\$ 1,996 bilhão, cabe mencionar que o maior montante está registrado na Ebserh (R\$ 1,499 bilhão) cujos gastos estão relacionados em sua maioria, aos hospitais universitários, administrados pela Ebserh, empresa pública criada para tal finalidade.

Tabela 40 – DFC: Desembolsos das Atividades Operacionais

R\$ 1,00

ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)	AV (%) 2023
DESEMBOLSOS	-285.256.601.698,93	-276.228.812.227,11	3,27%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-66.524.916.049,37	-61.189.529.052,21	8,72%	23,32%
Educação	-50.380.763.274,15	-45.634.851.398,68	10,40%	75,73%
Previdência Social	-13.828.967.801,60	-13.226.234.741,07	4,56%	20,79%
Saúde	-1.996.771.466,93	-1.945.293.051,20	2,65%	3,00%
Outros	-318.413.506,69	-383.149.861,26	-16,90%	0,48%
Transferências Concedidas	-57.351.813.333,26	-52.246.912.875,12	9,77%	20,11%
Outros Desembolsos Operacionais	-161.379.872.316,30	-162.792.370.299,78	-0,87%	56,57%

Fonte: SIAFI Web.

Atividades de Investimento - Desembolsos

A DFC apresenta a classificação dos itens que compõem o fluxo de cada atividade, em que não necessariamente os desembolsos das atividades operacionais e de investimentos sejam financiados exclusivamente com os ingressos provenientes da sua respectiva atividade, com exceção das atividades de financiamento, que estão atreladas à regra de ouro.

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-da-regra-de-ouro>

A chamada “regra de ouro” é um princípio fiscal tradicional da literatura de finanças públicas, cuja ideia central é vedar o endividamento público para a realização de despesas correntes, permitindo-o apenas para o financiamento de investimentos. <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/orcamento-em-discussao/edicao-46-2020-regra-de-ouro-falhas-de-concepcao-e-de-aplicacao-no-ambito-da-uniao/view>

Nos **Desembolsos**, conforme tabela subsequente, o maior montante está registrado no item de **Concessão de Empréstimos e Financiamentos** (conta 62213.04.00, ND exclusiva 45906603), nas UGs do FNDE: (151714/15253: Fies); (156245/15253: Novo Fies); e os gastos estão relacionados às seguintes Ações de Governo e situações descritas adiante, entre outras:

**Tabela 41 – DFC: Desembolsos – Concessão de Financiamentos FIES por Ação de Governo R\$ 1,00**

Ação Governo		Elemento Despesa		SET/2023	JUN/2023
00IG	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES (LEI N. 10.260,	66	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.993.883.947,91	1.974.199.730,42
00M2	INTEGRALIZACAO DE COTAS EM FUNDOS DE GARANTIA DE OPERACOES D	66	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	300.000.000,00
Total				2.993.883.947,91	2.274.199.730,42

Elemento Despesa		SET/2023	JUN/2023
84	PARTICIPACAO EM FUNDOS, ORGANISMOS OU ENTIDADES ASSEME-LHADAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS.	500.000.000,00	0,00

Fonte: TG, DFC: Concessão Financiamento FNDE - Por Ação de Governo - ED 66 E 84.

- integralização de cotas no Fundo Garantidor do Fies⁵³ (FG-Fies, CNPJ: 30.049.178/0001-98) no montante de R\$ 500.000.000,00 pelo Fies (UG 151714/15253), conforme informações: “COFCP - INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS NO FUNDO GARANTIDOR DO FIES (FGFIES), QUE TEM POR OBJETIVO GARANTIR O RISCO DE CRÉDITO NAS CONTRATAÇÕES DE FINANCIAMENTO DOS ESTUDANTES DO FIES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 6º-G DA LEI Nº 10.260, DE 12.7.2001, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.530, DE 7.12.17.” O valor de R\$ 300 milhões integralizados no primeiro trimestre (Documento Siafi 2023OB800339) no Elemento de Despesa **66 (CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS)** foi retificado no mês de julho para o Elemento **84 (PARTICIPACAO EM FUNDOS, ORGANISMOS OU ENTIDADES ASSEMELHADAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS)**, na mesma Ação de Governo, e com um acréscimo de R\$ 200 milhões na integralização (Documentos Siafi 2023NS0004562, 2023NS004800, 2023NS004802 e 2023OB801846);
- repasses ao agente operador e financeiro (Caixa) dos aportes das mantenedoras ao Fundo Garantidor do Fies – FG-Fies (Ex: UG 156245/15253: Ex: 2023OB801004, 2023OB802405, 2023OB803960, 2023OB803445/447);
- recompra de títulos do Fies (UG 151714/15253 e Novo Fies (UG 156245/15253) pelo FNDE das mantenedoras em conformidade com a (Lei nº 10.260/2001, art. 13) (Ex: 2023OB80667, 2023OB802405, 2023OB802480, 2023OB804026, 2023OB804060 - UG 156245/15253); (2023OB801570, 2023OB802121, 2023OB802213 – UG 151714/15253);
- repasses pelo Fies ao Fgeduc (CNPJ: 12.754.466/0001-61), conforme § 1º da Portaria Normativa MEC nº 21, de 20/10/2010); (Ex: UG 151714/15253: Ex: 2023OB800617, 2023OB801288, 2023OB801585, 2023802100);
- pagamento de taxas bancárias (taxa de administração) aos agentes financeiros Banco do Brasil (UG 151714/15253: 2023OB801064, 2023OB801283, 2023OB801935, 2023OB802058); e Caixa (2% dos valores recebidos pelas mantenedoras no repasse de títulos CFT-E atinentes aos encargos educacionais, prevista na Lei nº 13.366/2016): (UG 156245/15253: 2023OB801003, 2023OB802932, 2023OB803959); (UG 151714/15253: 2023OB801284, 2023OB801896, 2023OB802061).

Tabela 42 – DFC: Desembolsos – Atividades de Investimento R\$ 1,00

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)	AV (%)2023
DESEMBOLSOS	-5.039.186.879,92	-4.674.984.694,95	7,79%	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.426.315.214,92	-1.225.542.855,36	16,38%	28,30%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-2.993.887.482,06	-3.321.562.948,50	-9,87%	59,41%
Outros Desembolsos de Investimentos	-618.984.182,94	-127.878.891,09	384,04%	12,28%

Fonte: SIAFI Web e análise no Balancete.

⁵³ A Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017 instituiu o Fundo Garantidor do Fies e autorizou a União a integralizar R\$ 3.000.000.00,00 (três bilhões) a ser realizada a critério do Ministério da Economia.



A tabela e gráfico seguintes apresentam o montante da Concessão de Empréstimos e Financiamentos no âmbito do FNDE, nos últimos dez anos e o montante acumulado concedido.

O Novo Fies passou a ser contabilizado de forma segregada em Unidade Gestora própria (UG 156245/15253) após a publicação da Lei nº 13.530/2017, que promoveu alterações na Lei nº 10.260/2001, em que a Caixa passou a ser o agente operador e financeiro dos novos contratos e também gestora do Fgeduc.

Tabela 43 – DFC: Concessão de Empréstimos e Financiamentos – Fies e Novo Fies

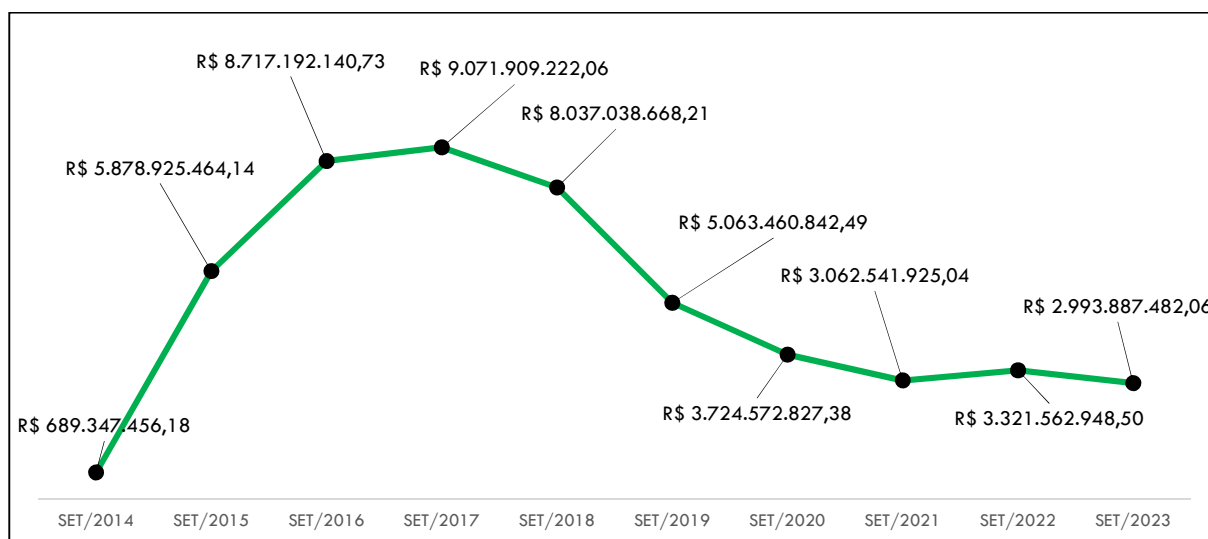
R\$ 1,00

3º Trimestre (2014 a 2023)	UG - 151714	UG - 156245	Total 3º Trimestre (2014 a 2023)
	FIES	NOVO FIES/CEF	
SET/2023	127.891.152,78	2.865.996.329,28	2.993.887.482,06
SET/2022	994.794.009,48	2.326.768.939,02	3.321.562.948,50
SET/2021	1.165.838.924,03	1.896.703.001,01	3.062.541.925,04
SET/2020	2.323.688.873,99	1.400.883.953,39	3.724.572.827,38
SET/2019	4.138.781.197,59	924679644,9	5.063.460.842,49
SET/2018	7.899.117.410,55	137921257,7	8.037.038.668,21
SET/2017	9.071.909.222,06		9.071.909.222,06
SET/2016	8.717.192.140,73		8.717.192.140,73
SET/2015	5.878.925.464,14		5.878.925.464,14
SET/2014	689.347.456,18		689.347.456,18
Total	41.007.485.851,53	9.552.953.125,26	50.560.438.976,79

Fonte: TG, DFC - Concessão - FIES + NOVO FIES - Regra da DFC - Por Trimestre.

Gráfico 6 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos Fies e Novo Fies (2014 a 2022)

R\$ 1,00



Fonte: TG, Elaboração própria.

2.7 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Estrutura do BP

De acordo com o MCASP, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d. Quadro do Superavit / Deficit Financeiro

Quadro principal: tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. O Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º nível - Subgrupo ou 4º nível - Título).

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. Será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais.

Quadro das Contas de Compensação (Contas de Controle): apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados. Será elaborado utilizando-se a classe 8 (Controles Credores) do PCASP.

Quadro do Superavit / Deficit Financeiro: apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964. Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos¹⁵. Como a classificação por fonte / destinação de recursos não é padronizada, cabe a cada ente adaptá-lo à classificação por ele adotada. Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit / déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.



Nota 12 – BP: Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta Caixa do período atual é apresentado no **Balço Patrimonial**, como também no **Balço Financeiro** (do lado dos Dispêndios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na **Demonstração dos Fluxos de Caixa**, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final.

O valor disponível a que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil para atender às despesas é registrado na conta de “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, que contém o montante/limite à disposição dos órgãos (inclusive, os valores decorrentes de arrecadação própria). Os limites e o cronograma de desembolso são estabelecidos pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira anual, (**Decreto nº 11.415, de 16/02/2023**).

Compõem também os Equivalentes de Caixa, o saldo de aplicações financeiras de liquidez imediata relativas à aplicação do Salário-Educação, gerenciado pelo FNDE, que constitui a complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb⁵⁴; e o montante referente ao Fundo de Aplicação Extramercado dos títulos do Fies sob custódia do FNDE.

O montante apresentado em moeda estrangeira está registrado na Capes que possui UG no Exterior (154004/15279) e os recursos são movimentados em Bancos Oficiais no Exterior, conta 11121.02.00.

Tabela 44 – BP: Caixa e Equivalentes de Caixa – Moeda nacional e Estrangeira

R\$ 1,00

Item	30/09/2023	31/12/2022	AH %	Diferença
Caixa e Equivalentes de Caixa - Moeda Nacional	6.976.475.368,82	6.780.801.263,73	2,89%	195.674.105,09
Caixa e Equivalentes de Caixa - Moeda Estrangeira	259.133.757,74	72.398.304,35	257,93%	186.735.453,39
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Moeda Nacional	3.424.297.089,68	1.689.974.959,91	102,62%	1.734.322.129,77

Fonte: Siafi Web e Balancete, Órgão Superior.

Vinculação de Pagamento

A Vinculação de Pagamento é o processo pelo qual o órgão central de programação financeira controla os pagamentos dentro de cada Fonte de Recurso, vinculando a liberação do recurso financeiro com a respectiva despesa, portanto o recurso financeiro liberado por vinculação estabelecida pelo Órgão Central somente pode ser utilizado para pagamento de despesas relacionadas à vinculação de pagamento correspondente. Tal procedimento aplica-se ao pagamento de despesas com fontes do Tesouro Nacional, de acordo com as Categorias de Gastos previamente especificadas.

Como exemplo, as seguintes vinculações de pagamento podem ser estabelecidas para a Categoria de Gasto "A - Pessoal e Encargos Sociais": 130 - Pessoal Sentenças Judiciais, 140 - Pessoal Precatórios, 141 - Pessoal Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, 142 - Pessoal Precatórios Descentralizados, 306 - CPSSS Contribuição Patronal Seguridade Servidor Público Federal, 307 - Outros Pagamentos de Pessoal Órgãos Integrantes SIAPE, 308 - Pessoal Contribuição a Previdência Fechada, 309 - Pessoal Requisitado, 310 - Pagamento Pessoal, 311 - INSS EPU Pessoal, 390 - Pessoal Fundo Constitucional do GDF, 551 - Restituição GRU. <https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>

A variação e o montante apresentado na Vinculação **594 - RECURSOS SUPERVISIONADOS - OP. OFIC. CREDITO** está registrada no MEC – Administração Direta (R\$ 52,180 milhões) e no FNDE (R\$ 1,796 milhão) e refere-se aos recursos do Fies (UG 151714/15253) na **fonte 1052 (REC.LIVRES UO-REC.SUP.FIES)**.

⁵⁴ O novo Fundeb, aprovado pela EC nº 108/2020, fará parte da Constituição Brasileira e, assim, não há mais prazo de vigência (será permanente); e a complementação da União crescerá de 10% para 23% até 2026.



Tabela 45 –BP: Limite de Saque por Vinculação de Pagamento

R\$ 1,00

Limite de Saque por Vinculação de Pagamento	30/09/2023	31/12/2022	AH %	AV % 2023
400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	1.744.567.926,75	734.622.178,37	137,48%	50,95%
499 PAG.DE DESPESA OBRIGATORIA- RESUL.PRIM=1	887.685.284,06	397.637.987,21	123,24%	25,92%
310 PAGAMENTO PESSOAL	418.624.167,70	375.445.030,34	11,50%	12,23%
830 FIES - APLICACAO EM TITULOS PUBLICOS	54.068.264,01	11.623.139,35	365,18%	1,58%
594 RECURSOS SUPERVISIONADOS - OP. OFIC. CREDITO	53.977.508,45	269,99	19992310,26%	1,58%
990 PASSIVOS FINANCEIROS	41.061.519,84	39403958,44	4,21%	1,20%
491 TRANSF.EXTERIOR DISCRICIONARIA RESUL.PRIM=2	35.522.742,11	0,00	0,00%	1,04%
410 CUST/INV-EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA RP7	29.611.213,16	11.600.514,39	155,26%	0,86%
405 CUSTEIO/INVEST.-EMENDAS INDIVIDUAIS - RP6	27.531.159,96	13.459.552,57	104,55%	0,80%
307 OUTROS PAG. PESSOAL -ORGAOS INTEGRANTES SIAPE	26.018.352,49	18.636.661,11	39,61%	0,76%
514 FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONARIO -RESUL.PRIM=2	24.548.509,30	19.160.440,69	28,12%	0,72%
350 CREDITOS EXTRAORDINARIOS	22.655.474,64	23.145.343,82	-2,12%	0,66%
Outras < R\$ 20 milhões	58.424.967,21	45.239.883,63	29,14%	1,71%
Total	3.424.297.089,68	1.689.974.959,91	102,62%	100,00%

Fonte: Siafi, Tesouro Gerencial: BP - Limite de Saque por Vinculação de Pagamento.

A tabela abaixo apresenta a conta Limite de Saque por fonte de recursos na nova estrutura de fontes estabelecida pela Portaria SOF nº 14.956, de 21/12/2021.

O maior montante de recursos está registrado na fonte Tesouro Ordinária (000) (Gera Cota = SIM). As fontes que geram Cota são fontes cujas despesas são executadas com cota do orçamento do exercício com programação financeira liberada pela STN.

O segundo maior montante de recursos está registrado na fonte **050** (RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO) decorrentes de arrecadação própria pelas universidades, institutos, empresas públicas, FNDE, Capes). Compõe também essa fonte os rendimentos de aplicação financeira das fontes próprias.

São considerados Recursos Próprios, nos termos da Portaria SOF nº 14.956, de 21/12/2021:

Art. 3º Para os fins desta Portaria, são considerados Recursos Próprios os que têm origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, remunerados por preço público, **bem como o produto da aplicação financeira desses recursos.**

Portanto, as receitas próprias compreendem as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos decorrentes do seu esforço institucional (universidades, institutos, empresas públicas, FNDE, Capes, Inep, Fundaj). Incluem o recebimento de doações financeiras de diversas origens; prestação de serviços; arrecadações com refeições dos restaurantes universitários; inscrições em cursos; venda de livros; comercialização de hortifrutigranjeiros; doces, queijos etc.

E a terceira fonte com o maior volume de recursos está vinculada à atividade-fim do ministério (Educação), fonte (**133 - EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL**), disponibilizada ao FNDE na conta Limite de Saque para o pagamento de despesas relativas à Educação Básica.



Tabela 46 – BP: Limite de Saque por Fonte de Recursos

R\$ 1,00

Limite de Saque por Fonte de Recursos		Gera Cota STN (S/N)	30/09/2023	AV %
000	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	SIM	789.222.748,90	23,05%
050	RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES DA UO	NAO	771.253.886,91	22,52%
133	EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL	SIM	676.045.793,85	19,74%
444	DEM.APL.REC.TIT.TN,EXC.REFIN.DIV.PUB.	SIM	313.425.583,35	9,15%
002	ATIVIDADES-FIM DA SEGURIDADE SOCIAL	SIM	289.791.250,14	8,46%
001	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	SIM	148.604.448,55	4,34%
056	BENEFICIOS DO RPPS DA UNIAO	SIM	112.292.236,11	3,28%
052	RECURSOS LIVRES DA UO	SIM	102.515.082,51	2,99%
491	RECURSOS DIVERSOS	NAO	47.086.534,39	1,38%
008	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	SIM	33.978.689,03	0,99%
012	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	SIM	31.926.117,52	0,93%
051	REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	NAO	22.724.932,61	0,66%
049	REC.PROP.UO PARA APLIC. EM SEGURIDADE SOCIAL	NAO	21.232.225,10	0,62%
096	DOACOES NACIONAIS	NAO	18.894.509,74	0,55%
014	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	SIM	15.271.136,97	0,45%
081	CONVENIOS	NAO	14.755.444,93	0,43%
	Outras < R\$ 10 milhões		15.276.469,07	0,45%
Total			3.424.297.089,68	100,00%

Fonte: Siafi, Tesouro Gerencial, BP - Limite de Saque por Fonte de Recursos - Gera COTA.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Integra também o item de Caixa e Equivalentes de Caixa os valores relativos a depósitos restituíveis e valores vinculados, isto é, valores que compõem as Disponibilidade Financeiras do Órgão/Entidade, mas que não estão à disposição desses para utilização.

Estes recursos compreendem os valores de depósitos e cauções efetuados pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados.

Conforme mencionado na nota da DFC, para a modalidade de fiança bancária, a nova Lei de Licitações e Contratos dispõe que ela seja emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e não apenas pela Caixa Econômica Federal.

No âmbito do MEC há depósitos de cauções e depósitos judiciais. Estes registram os valores decorrentes de depósitos efetuados pelo órgão/entidade por determinação judicial. Há cauções com registros na Caixa, no Banco do Brasil e no Banco do Estado do Rio Grande do Sul (somente o HCPA), conforme apresentado na Nota do Balanço Financeiro. Os valores constam do item BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS no Ativo e DEPOSITOS NAO JUDICIAIS no Passivo.

A tabela abaixo apresenta as principais contas de Ativo e Passivo na fonte 1491000000, que têm como contrapartida a conta de DDR 82113.00000 (DDR COMPROMETIDA P/LIQU. E ENT. COMP. N PAGAS).

O valor apresentado na **fonte 491** (tabela acima) diverge do valor apresentado na tabela abaixo em função de que na tabela acima o valor refere-se apenas ao registrado na conta Limite de Saque e na tabela abaixo contempla outras contas de Ativo além da Limite de Saque.



Tabela 47 –BP: Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – FR 149100000

R\$ 1,00

Contas de Ativo e Passivo				SET/2023
1	ATIVO	02	CONTA UNICA - SUBCONTA DO TESOUREO NACIONAL	34.412,88
		09	CRED A REC POR REEMB SALARIO MATERNIDADE PG	5.498,40
		17	CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	7.129,46
		19	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	10.565.838,52
		20	RECURSOS LIBERADOS PELO TESOUREO	46.356.127,90
		50	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	962.444,70
Total ATIVO				57.931.451,86
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	00	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES - CONSOLIDACAO	577.326,77
		01	CONSIGNACOES	25.819,13
		03	DEPOSITOS JUDICIAIS	7383902
		04	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	49.409.240,28
		04	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	331.680,55
		13	RECURSOS FISCAIS - DARF A EMITIR	1.554,01
		36	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	201.929,12
Total PASSIVO				57.931.451,86

Fonte: TG - DFC Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - FR 149100000.

Nota 13 – BP: Créditos a curto prazo

Dentro deste grupo estão registrados os Créditos Tributários a Receber, Clientes, Empréstimos e Financiamentos a Receber, Dívida Ativa e **Demais Créditos e Valores a Receber**, sendo este último o item de maior representatividade, com 91,66% do total bruto (não computado o Ajuste para Perdas de Créditos de Curto Prazo), e Clientes, com 4,83% do total bruto, conforme tabela abaixo.

A variação no item de **Clientes** está relacionada a faturas e duplicatas a receber pelo HCPA e Ebserh (e seus hospitais universitários), decorrentes da prestação de serviços realizada por essas empresas públicas. Na Ebserh está registrado o maior montante, R\$ 583,224 milhões referente à “APROPRIAÇÃO DE VPA DIFERIDA DE CONTRATUALIZAÇÃO SUS CONFORME PROCESSO SEI 23477.006359/2023-94”: Ex 2023NL000412/466/480/485); “VPA DIFERIDA PARA PAGAMENTO DE INSS E FGTS E IR.” Ex: 2023NL000459.

Tabela 48 – BP: Créditos a Curto Prazo

R\$ 1,00

Créditos a Curto Prazo	30/09/2023	31/12/2022	AH %	AV % 2023
Créditos a Curto Prazo	13.873.032.435,24	10.756.729.576,45	28,97%	100,00%
Demais Créditos e Valores	12.715.799.901,24	11.236.528.457,18	13,16%	91,66%
Clientes	670.092.175,73	72.262.919,64	827,30%	4,83%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.925.637.954,41	861.820.377,31	123,44%	13,88%
Outros Créditos (Dívida Ativa, Créditos Tributários)	395.306,40	399.553,04	-1,06%	0,00%
Ajuste para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-1.439.124.330,31	-1.414.515.947,85	1,74%	-12,07%

Fonte: Siafi Web.

Acerca do item de **Empréstimos e Financiamentos** de curto prazo (tabela acima), cabe mencionar o que saldo negativo apresentado no segundo trimestre/2023 e a variação ocorrida no saldo de 2021 para 2022 e 2023 (tabela abaixo), estão relacionados às seguintes situações.

A conta de **Financiamentos Concedidos a Receber** apresentou saldo negativo em função da falta de registro pelo FNDE da apropriação dos valores a receber dos Financiamentos e dos Juros que não foram repassados pelo agente operador e financeiro Caixa desde o mês de março/2023 (no formato exigido pelo FNDE), conforme informações prestadas pelo FNDE abaixo:



Quanto às inversões das contas contábeis 112410201 e 112410304, justifica-se o motivo pelo fato dos dados de saldo patrimonial do FIES encaminhados pela Caixa, desde março deste ano, estarem em formato de segregação das informações que impossibilitam os registros dos saldos adequados. Diante disso, desde março não houve nenhum registro de apropriação destes valores, o que acarretou a inversão do saldo tendo em vista a continuidade de amortização do saldo dessas contas.

A Caixa justificou a alteração do formato do envio dos dados mediante reunião e alinhamento junto à CGU, em atendimento a relatório de contas. Mesmo assim, o FNDE oficiou a Caixa solicitando a alteração do formato, buscando meios para que as informações enviadas a esta autarquia possibilitassem os devidos lançamentos.

Diante disso, somente no dia 13/7 a Caixa encaminhou as informações relativas a junho, para que possamos regularizar. Ocorre que o prazo para tal regularização, objetivando sensibilizar o mês de junho, foi em 12/7.

Diante disso, o FNDE estará recebendo os próximos dados da Caixa em formato no possibilitará os lançamentos e demais correções. Considerando que recebemos os dados de junho, serão regularizados os saldos com data retroativa de 1/7. **E-mail de 18/07/2023.**

A redução na conta de Financiamentos Concedidos apresentada na tabela abaixo está relacionada a ajustes (baixas na conta de Financiamentos a Receber e de Juros e Encargos a Receber) registradas em 2022 de valores anteriores a 2021 em contas de resultado (VPD e VPA): (D – 34351.01.00 / C – 11241.02.01), (D – 34351.01.00 / C – 11241.03.04; D – 44111.01.00 / C – 12111.03.12), quando o correto seria na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Em 31/12/2022 foi feita a regularização/estorno de saldo registrado na conta de VPA em 2022 – Atualização Monetária Positiva/Demais Ativos (D - 44391.01.01 / C – 23711.03.00), (2022NL000242); e regularização/estorno de saldo registrado na conta de VPD em 2022 – Variações Monetárias Negativas (D – 23711.03.00 / C – 34351.01.00), (2022NL000243).

Os registros foram efetuados em atendimento à **Auditoria da Controladoria-Geral da União – CGU 1112626 - AAC Educação** (financeira e de conformidade) realizada no MEC no exercício de 2022 que recomendou que os valores anteriores a 2021 fossem registrados em 2022 como Ajustes de Exercícios Anteriores e não em contas de resultado. (Mais informações, vide Nota do BP: Ajustes de Exercícios Anteriores).

Tabela 49 - BP: Empréstimos e Financiamentos Concedidos CP – 2º TRIM/2023

R\$ 1,00

CONTA	CONTA CONTÁBIL	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2021	% AH 2022/2021
11241.00.00	EMPRÉSTIMOS E FINANC. CONCEDIDOS CP	-293.645.424,64	861.820.377,31	4.798.055.857,32	-82,04%
11241.02.01	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A RECEBER	-297.098.509,24	700.733.017,17	4.798.055.857,32	-85,40%
11241.03.04	JUROS PRO-RATA SOBRE FINAN A RECEBER	3.453.084,60	161.087.360,14	1.210.301.591,88	-86,69%

Fonte: Siafi, Balancete.

Detalhando o item de **Empréstimos e Financiamentos** de curto prazo deste trimestre (tabela seguinte), as contabilizações foram realizadas nos contas-correntes abaixo e envolvem as seguintes situações, entre outras:

- i) **P DDDD40004 – FIES - SEM GARANTIA FUNDO GARANTIDOR:** Fies sem Fundo Garantidor - FG-Fies (criado pela **Lei nº 13.530/ 2017**)⁵⁵ e do Fies sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – Fgeduc;
- ii) **P DDDD40006 - FIES FORMALIZADOS ATE 2009:** contabilizações referentes aos contratos anteriores a 2009 (Fies-Legado);
- iii) **P 151714 - FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL:** contabilizações referentes aos contratos do Fies com cobertura Fgeduc;
- iv) **P 00360305000104 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:** amortizações Fies e Novo Fies;

⁵⁵ A Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017 instituiu o Fundo Garantidor do Fies e autorizou a União a integralizar R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões) a ser realizada a critério do Ministério da Economia.

v) **P 156245 – NOVO FIES/CEF:** contabilizações referentes aos contratos do Novo Fies.

A variação positiva de 146,83% na conta de Financiamentos Concedidos a Receber (11241.02.01) está relacionada, em grande parte, às apropriações a partir do mês de julho de valores estimados a receber que não haviam sido repassados pelo agente financeiro na forma solicitada pelo FNDE referentes aos meses de fevereiro a maio/2023, conforme informações abaixo:

- registro de valores estimados a receber e efetivamente recebidos/amortizados na conta de Financiamentos Concedidos a Receber, incluindo ajustes de longo para curto prazo nas contas (11241.02.01 e 12111.03.08) decorrentes de amortização do principal dos empréstimos dos Fies nas unidades gestoras do Fies (UG 151714/15253) e do Novo Fies (UG 156245/15253): contas envolvidas (D – 11241.02.01/C – 44391.01.01) (D – 34351.0100 / C – 11241.02.01, 12111.03.08);
- registro de valores estimados a receber nas contas de juros e encargos a receber por competência e baixas por recebimento, transferência de longo para curto prazo entre as contas (11241.03.04 e 12.111.03.12) nas unidades gestoras do Fies (UG 151714/15253) e do Novo Fies (UG 156245/15253), envolvendo os lançamentos contábeis: (D – 12111.03.12 / C – 44391.01.01; D – 34351.01.00 / C – 11241.03.04; D – 44111.01.00 / C – 12111.03.12), em atendimento ao Acórdão TCU nº 3.001/2016-TCU – Plenário, Acórdão nº 1.331/2019 – TCU – Plenário e Ofício TCU 0003/2020-TC;
- registro de Ajuste para Perdas de curto prazo do Fies e Novo Fies referente aos contratos FIES com vencimento final do financiamento nos próximos 12 meses, em atendimento ao Acórdão nº 1.331/2019 - TCU-Plenário e ao Acórdão 3.001/2016 (D – 36171.04.00 / C – 12111.04.01 – c/c 11241.02.01); inclui também reversões (D – 11291.04.01 – c/c 11241.02.01 / C – 49721.01.00)
- ajustes em recebimentos/amortizações do Fies e Novo Fies (RAs: código GRU 48814-3 - FIES-AMOR.FGEDUC) que contabilizam um crédito/ baixa na conta 11241.02.01 no conta-corrente da Caixa (CNPJ 00.360.305/0001-04); e ao final do mês é feita a transferência dos saldos do CNPJ para os contas-correntes: UG 151714 e UG 156245 para compatibilizar as arrecadações que são segregadas por tipo de contrato. Ex: UG 151714/15253: 2023NS005970 e UG 156245/15253: 2023NS009132.

Tabela 50 - BP: Empréstimos e Financiamentos Concedidos CP – 3º TRIM/2023

R\$ 1,00

CONTA	CONTA CONTÁBIL	30/09/2023	31/12/2022	% AH
11241.00.00	EMPRÉSTIMOS E FINANC. CONCEDIDOS CP	1.925.637.954,41	861.820.377,31	123,44%
11241.02.01	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A RECEBER	1.729.614.611,13	700.733.017,17	146,83%
11241.03.04	JUROS PRO-RATA SOBRE FINAN A RECEBER	196.023.343,28	161.087.360,14	21,69%

Fonte: Siafi, Balancete.

Em relação ao item de **Demais Créditos e Valores** no total de R\$ 12,715 bilhões, detalhado na tabela seguinte, cabe mencionar que o maior montante de créditos está registrado no grupo de **Outros Créditos a Receber (11380.00.00)** com um total de R\$ 8,986 bilhões. Dentro desse grupo, o maior volume de recursos (R\$ 7,827 bilhões) está registrado na conta de **Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada – TED (conta 11382.00.00)** que se refere aos registros de apropriação contas patrimoniais com contabilização de um direito no ativo (Adiantamento de TED) na UG descentralizadora e de uma obrigação no passivo na UG recebedora do TED, em relação aos recursos a comprovar (ora recebidos). Enquanto houver recursos pendentes de comprovação, a UG descentralizadora permanecerá com o direito registrado na conta de Ativo e a UG recebedora com a obrigação na conta de Passivo 21892.06.00. O montante mais significativo da conta de Adiantamento de TED está registrado na administração direta do MEC, na Coordenação-Geral de Suporte à Execução Orçamentária (UG 152734/1) que é a unidade responsável pela descentralização de recursos de TEDs celebrados pela SESU e pela Setec com as universidades e institutos vinculados ao MEC, respectivamente, e outros órgãos.



Compõe também o grupo de **Outros Créditos a Receber** o valor de R\$ 1,001 bilhão referente a registros no FNDE (Fies e Novo Fies) de créditos a receber de honras garantidas pelo FG-Fies (CNPJ 30.049.178/0001-98) e pelo Fgeduc,(CNPJ 12.754.466/0001-61), contas (D – **11381.47.00** / C – 46391.01.00) relativos aos contratos inadimplentes que fazem jus à execução do seguro garantia, respeitado o limite de 10% da carteira garantida e do valor já honrado. (Valor estimado para honra dos contratos que apresentavam saldo devedor com inadimplência superior a 360 dias consecutivos verificada na fase de amortização), em atendimento à determinação do TCU (Acórdão 1.331/2019-P), objeto da Nota Técnica SEI nº 19/2019/CCONT/SUCON/STN-ME, de 13/08/2019.

Há registros também relativos amortização de honras pelo FG-Fies (CNPJ 30.049.178/0001-98), Código de GRU 48820-8 - FIES-AMORTIZ.HONRAS RECEB, UG: 156245/15253.

Lançamento na UG do FIES-FNDE (151714/15253)	<u>D – 11381.47.00 – Honra de Garantias a Receber</u>
Lançamento na UG do Novo FIES-FNDE (156245/15253)	<u>C – 46391.01.00 – VPA Outros Ganhos c/ Incorporação de Ativo</u>

A legislação vigente prevê que o FGEDUC deve honrar apenas o percentual da carteira garantida. Conforme estabelece o seu estatuto, reconhecer ativos em valor superior a este percentual seria evidenciar ativos que, de fato e de direito, não gerarão benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços ao FNDE/Fies, o que ocasionaria a superavaliação do ativo evidenciado no Balanço Geral da União (BGU).

Tabela 51 - BP: Demais Créditos e Valores – Composição

R\$ 1,00

Grupo de Contas	Conta Contábil	30/09/2023	31/12/2022	AH %
11300.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	11.547.338.354,46	10.068.611.190,72	14,69%
11310 / 11320 / 11340 / 11350.00.00	Adiantamentos/Tributos e Créditos a Receber	3.728.854.664,93	2.957.280.206,04	26,09%
11380.00.00	OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A	8.986.945.236,31	8.279.248.251,14	8,55%
11381.00.00	OUTROS CRED A REC E VALORES A CP	1.142.715.702,53	438.131.866,18	160,82%
11382.00.00	OUTROS CRED A REC E VALORES A CP -	7.827.532.826,52	7.827.999.382,28	-0,01%
11384/385	OUTROS CRED A REC E VAL A CP - INT	16.696.707,26	13.117.002,68	27,29%
11390.00.00	AJUSTE PERDAS DE MAIS CRÉDITOS	-1.168.461.546,78	-1.167.917.266,46	0,05%

Fonte: Siafi Balancete, Órgão Superior.

Nota 14 – BP: Empréstimos e Financiamentos Concedidos de longo prazo

No âmbito do MEC a conta de Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Receber de Longo Prazo refere-se, em sua grande maioria, ao Fies, Novo Fies, ao FG-Fies e ao Fgeduc, decorrentes dos empréstimos concedidos a estudantes pelo FNDE por meio do agente operador e financeiro Caixa, incluindo Fies-Legado (contratos assinados até 2009 e que tinham o Banco do Brasil como agente financeiro).

Assim como nos empréstimos e financiamentos de curto prazo, os registros no longo prazo foram realizados nos contas-correntes abaixo:

- i) **P DDDD40004 - FIES- SEM GARANTIA FUNDO GARANTIDOR:** Fies sem FG-Fies (criado pela Lei nº 13.530/ 2017) e do Fies sem garantia do Fgeduc;
- ii) **P DDDD40006 - FIES FORMALIZADOS ATE 2009:** de contratos do (Fies-Legado);



- iii) **P 151714 - FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL:** contabilizações referentes ao Fies com cobertura Fgeduc;
- iv) **P 156245 – NOVO FIES/CEF:** contabilizações referentes ao Novo Fies;
- v) **P 00360305000104 – CAIXA:** repasse à Caixa da remuneração de 2% sobre o valor dos encargos educacionais liberados no âmbito do Novo Fies.

As contabilizações estão relacionadas às seguintes situações, entre outras:

- a) registro de valores estimados a receber (D – 12111.03.08 / C – 44391.01.01), (D – 34351.01.00 / C – 12111.03.08) e efetivamente recebidos de Financiamentos Concedidos a Receber, incluindo ajustes, transferências de curto e longo prazos (D – 11241.02.01 / C – 12111.03.08) decorrentes de amortização do principal dos empréstimos dos Fies nas unidades gestoras do Fies (UG 151714/15253) e do Novo Fies (UG 156245/15253); inclui também honras de garantias executadas pelo FG-Fies (CNPJ 30.049.178/0001-98) do Novo Fies aos contratos inadimplentes superior a 360 dias (D – 44391.01.01 / C – 12111.03.08), como também absorção de saldo devedor em decorrência de falecimento de estudante no período de utilização do financiamento;
- b) apropriação e atualização de saldo dos juros e encargos contratuais dos e financiamento a receber de longo prazo pelo regime de competência (12111.03.12 / C – 44391.01.01), (12111.03.06 / C - 44111.01.00); ajustes de longo para curto prazo (D – 12111.03.12 / C – 11241.03.04); como também baixa pelo recebimento de juros dos contratos do Fies-Legado, contratos com e sem cobertura FG-Fies e Fgeduc (D – 34351.01.00 / C - 12111.03.06, 12111.03.12), em atendimento às orientações do TCU (Acórdão 3001/2016-P) e processo TC 033.918/2018-0 e TC 023.708/2019-0 objetos do Acórdão 1331/2019-P. Os registros são feitos de acordo com informações repassadas pelos agentes financeiros do Fies;
- c) registro de Ajuste para Perdas de longo prazo do Fies e Novo Fies referente aos contratos FIES com vencimento final de amortização acima de 12 meses, em atendimento ao Acórdão nº 1.331/2019 - TCU-Plenário e ao Acórdão 3.001/2016 (D – 36171.04.00 / C – 12111.99.04 – c/c 12111.03.08);
- d) repasse de títulos às mantenedoras da IES (Títulos Públicos – Mercado Aberto) referentes aos encargos educacionais mediante transferência de propriedade de títulos recomprados (D – 12111.03.08 / C – 12131.01.04; D – 89721.02.00 – UGs 151714 e 156245 / C – 89721.02.00 - TTERCER);
- e) repasse dos aportes das mantenedoras ao FG-Fies no âmbito do Novo Fies, favorecido Caixa (D – 12111.03.08 / C – 21891.30.00 – Empréstimos e Financiamentos a Liberar);

A conta de Juros e Encargos a Receber de curto prazo está relacionada à apropriação de juros pro-rata, a partir de 2019 e 2020 nesta conta específica, em atendimento às recomendações do TCU no seu Acórdão 1331/2019-P e processos TC 033.918/2018-0 e TC 023.708/2019-0.

Tabela 52 - BP: Empréstimos e Financiamentos Concedidos LP

R\$ 1,00

CONTA	CONTA CONTÁBIL	30/09/2023	31/12/2022	AH %	AV % 2023
12111.03.00	EMPRÉSTIMOS E FINANC. CONCEDIDOS LP	111.721.343.271,57	108.534.997.544,79	2,94%	100,00%
12111.03.01	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	311.293.832,17	311.293.832,17	0,00%	0,28%
12111.03.06	ENCARGO S/EMPRESTIMOS CONCEDIDO A	1.344.310.575,24	1.509.537.689,26	-10,95%	1,20%
12111.03.08	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A RECEBER	101.184.924.790,38	98.881.715.964,76	2,33%	90,57%
12111.03.12	JUROS E ENCARGOS A RECEBER	8.880.814.073,78	7.832.450.058,60	13,38%	7,95%
12111.99.04	AJUSTE DE PERDAS EMPREST/FINANC CONCEDIDO	-52.207.643.077,56	-40.622.531.634,84	28,52%	-46,73%

Fonte: Siafi Balancete, Órgão Superior.

*Títulos Públicos – Mercado Aberto*

No longo prazo também constam registros na conta **12131.01.04 – Títulos Públicos – Mercado Aberto**.

Nessa conta são contabilizados os repasses de títulos (CFT-E) do Fies e Novo Fies às entidades mantenedoras referentes aos encargos educacionais do Fies (D – 12111.03.08 / C – 12131.01.04; D – 89721.02.00 / C – 89721.02.00: TTERCEIR); Ex: UG 151714/15253: 2023NS005884; UG 156245/15253: 2023NS008157; e recompra de títulos e penhora de crédito (D – 12131.01.04 / C – 21891.98.00), ambas possuem o mesmo registro em Notas de Sistema - NS com o evento 551072. Ex: **UG 151714/15253**: 2023NS006098, 2023NS005684; **UG 151714/15253**: 2023NS005357, 2023NS005358, 2023NS005848 (penhora).

Nessa conta estão incluídas também as variações monetárias de títulos do Fies (atualização da conta de mercado aberto e de títulos recebidos em custódia em virtude de valorização/desvalorização do preço unitário dos títulos CFT-E), positiva e negativa conforme IGP-M.

Ex: **UG 151714/15253**: 2023NS001629, 2023NS003047, 2023NS005948, 2023NS006295; **UG 156245/15253**: 2023NS002066, 2023NS002075, 2023NS003036, 2023NS004984, 2023NS006067, 2023NS008155:

- a) Variação positiva: (D - 12131.01.04 / C – 44391.01.01);
- b) Variação negativa: (D – 34391.01.03 / C – 12131.01.04).

Tabela 53 - BP: Títulos Públicos FNDE – Fies e Novo Fies – últimos 5 anos

R\$ 1,00

Títulos Públicos - Mercado Aberto		SET/2023	SET/2022	SET/2021	SET/2020	SET/2019	SET/2018
151714	FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL	3.464.528.388,81	3.806.566.328,31	3.557.020.935,21	2.906.014.468,06	3.263.554.842,07	2.671.154.463,20
156245	NOVO FIES/CEF	291.488.898,04	335.532.831,15	267.462.940,55	237.844.232,45	612.167.266,75	39.023.521,86
Total		3.756.017.286,85	4.142.099.159,46	3.824.483.875,76	3.143.858.700,51	3.875.722.108,82	2.710.177.985,06

Fonte: TB, BP - Títulos Mercado Aberto.

Programa de Crédito Educativo - Creduc

No longo prazo consta saldo também na conta de Empréstimos e Financiamentos Concedidos (121110301), no total R\$ 311.293.832,17 (tabela acima), registrado no Balancete da UG 150011/1 (SESu), proveniente de exercícios anteriores a 2003, inclusive, quando foram feitos os últimos registros no SIAFI. Os lançamentos referem-se à transferência de recursos financeiros da SESu/MEC para a Caixa Econômica Federal, por meio do documento “Ordem Bancária”, para financiamento do antigo Programa de Crédito Educativo - PCE/CREDUC, institucionalizado pela Lei nº 8.436, de 25/06/1992 e extinto pela Medida Provisória nº 1.827-1, de 24/06/1999 que criou o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. A Lei nº 10.846, de 12/03/2004⁵⁶, possibilitou a renegociação dos saldos devedores dos contratos do CREDUC, cujos aditamentos ocorreram após 31 de maio de 1999.

Os recursos deste programa, à época em que a Caixa Econômica Federal atuava como executora do programa⁵⁷, estão sendo objeto de apuração por determinação do TCU no seu Acórdão nº 2.790/2015- 2ª Câmara, de 26/05/2016, e a SESu tem prestado as informações necessárias acerca do julgamento das contas do Fies do exercício de 2012, referente ao período de 1999-2013, objeto do processo SEI 23000.008170/2015-22. Embora o TCU não mencione expressamente o termo “CREDUC”,

⁵⁶ A Lei nº 10.876, de 12.03.2004, deu nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

⁵⁷ Nos termos do art. 3º da Lei nº 8.436/92, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Superior – SESu, era o órgão responsável pela supervisão das operações do Programa de Crédito Educativo.



mas com referência ao Fies, as determinações têm objetivos comuns.

Em 2016 a Setorial Contábil/MEC formalizou o processo SEI 23000.021461/2016-97 e encaminhou o Memorando SPO/MEC nº 56/2016/GAB/SPO/SPO, de 06/05//2019 à SESu com as informações de que dispunha para providências. Em resposta, no dia 28/12/2016, a SESu/MEC, agente supervisor do Fies encaminhou à SPO/MEC a Nota Técnica nº 754/2016/CGRAG/DIPES/SESU (anexa ao Processo SEI nº 23000.021461/2016-97 e o Memorando nº 1056/2017/CGRAG/DIPES/SESU/SESU), na qual apresenta a agenda de monitoramento das providências adotadas pelos atores envolvidos no processo do CREDUC (Caixa Econômica Federal e FNDE) para o atendimento das determinações do Acordão TCU nº 2.790/2015- 2ª Câmara.

Em 2019 foi enviado o Ofício nº 351/2019/GAB/SPO/SPO-MEC, de 15/08/2019, reiterando os termos do Memorando nº 56/2016/GAB/SPO/SPO.

Em 2021 foi enviado o Ofício SPO/MEC nº 258/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 27/05/2021 apresentando o encaminhamento de reunião realizada no dia 17/08/2020 que contou com a participação de representantes dessa secretaria, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, da Consultoria Jurídica - CONJUR/MEC, da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI/MEC, e da SPO/MEC, que diante da apresentação de dados e informações levantados pelo FNDE relacionados aos saldos pendentes, foi mencionado que os saldos seriam transferidos da UG/Gestão 150011/1 (SESu) para a UG/Gestão 151714/15253 (FIES/FNDE), e que o FNDE providenciaria a elaboração de uma Nota Técnica com as justificativas necessárias para respaldar a transferência dos saldos, a qual seria enviada até o final de outubro de 2020 para apreciação da SESu, da CONJUR/MEC e da AECI/MEC.

A SESu enviou documentação ao FNDE, incluindo o Termo de Cessão de Crédito do FIES à Caixa por meio do Ofício SESU/MEC nº 390/2021/GAB/SESU/SESu-MEC, de 15/06/2021.

Em dezembro de 2021 foi enviado o Ofício nº 821/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 23/12/2021, reiterando o Ofício nº 258/2021 e solicitando informações sobre o andamento das providências para regularização da pendência.

Em 18/07/2022 foi enviado o Ofício SPO nº **465**/2022/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI 3444514) solicitando providências acerca do saldo pendente de regularização referente ao Creduc na conta (121110301 – Empréstimos Concedidos a Receber: 311.293.832,17), objeto de ofício da SESu ao FNDE em que foi acordada a elaboração de uma nota técnica pelo FNDE a respeito das justificativas sobre a transferência dos saldos da UG 150011/1 para a UG do Fies 151714/15253.

Em 06/12/2022 foi enviado o Ofício SPO nº **700**/2022/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI 3707421) reiterando o Ofício **465**/2022 acerca do saldo pendente de regularização referente ao Creduc na conta (121110301 – Empréstimos Concedidos a Receber: 311.293.832,17), objeto de ofício da SESu ao FNDE em que foi acordada a elaboração de uma nota técnica pelo FNDE a respeito das justificativas sobre a transferência dos saldos da UG 150011/1 para a UG do Fies 151714/15253.

Em 2023 a Secretaria Executiva encaminhou Despacho à SPO em 24/01/2023 (SEI-MEC 3787370) a pedido do AECI que sugeriu que a SPO pedisse orientação técnica à Secretaria do Tesouro Nacional para instrução e resolução do caso.

O acompanhamento das providências pela Setorial Contábil/MEC consta do processo SEI-MEC 23000.021461/2016-97.



Nota 15 – BP: Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens **móveis e imóveis**.

Os Bens Móveis compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São exemplos de bens móveis as máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática (equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação), móveis e utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, bens móveis em andamento, dentre outros (MCASP).

Os Bens Imóveis compreendem os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. São exemplos deste tipo de bem os imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, dentre outros.

Controle de bens

As macrofunções do Manual Siafi que tratam de Bens Móveis (02.03.43) e de Bens Imóveis (02.03.44) dispõem que o reconhecimento de um bem no Ativo de um órgão/entidade deve satisfazer integralmente os seguintes quesitos:

- a) Ser um recurso controlado pela entidade no presente, e;
- b) Ser originário de um evento passado.

Sobre o controle elas estabelecem que o **controle do bem** (móvel ou imóvel) envolve a capacidade da entidade em utilizar este recurso (ou controlar o uso por terceiros) no tempo presente, de modo que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos.

Nova rotina de bens cedidos estabelecida pela STN

Alinhada à importância do aspecto do **Controle** a STN implantou na virada de 2019 para 2020 a nova rotina de cessão de bens com alteração na metodologia de contabilização dos bens móveis e imóveis cedidos (em poder de outra unidade ou terceiros - comodato).

A alteração foi realizada para atender à NBC TSP – Estrutura Conceitual, ao Decreto nº 9.373/2018 e ao Manual Siafi, Macrofunção 02.11.34 (Movimentação e Alienação de Bens) que considera, para efeitos de registro no Balanço Patrimonial, o controle sobre o uso de bens e não apenas a propriedade de bens.

Dada a importância da nova rotina, a STN emitiu um comunicado a todos os órgãos, constante da **Mensagem Comunica Siafi nº 2020/0066702**, de 20/01/2020, dispondo sobre a **NOVA ROTINA DE BENS CEDIDOS**, transcrito abaixo:

A CCNT/STN REALIZOU, NO SIAFI2020, UM AJUSTE CONTÁBIL PARA DESRECONHECER OS SALDOS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS EM PODER DE TERCEIRO, E PARA RECONHECER OS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS NAS UNIDADES CESSIONÁRIAS.

A ADOÇÃO DESTA NOVA DIRETRIZ VISA ATENDER AOS PRECEITOS CONTIDOS NA INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTO CONTÁBIL (IPC 12) – CONTABILIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, OS QUAIS ESTÃO ALINHADOS COM A NSDEFINIÇÃO DE ATIVO PRESCRITA PELO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – MCASP, BEM COMO PELA NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 23/09/2016, E COM A DEFINIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO TRAZIDA PELA NBC TSP 07 – ATIVO IMOBILIZADO, DE 22/09/2017.

O DESRECONHECIMENTO DOS SALDOS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS EM PODER DE TERCEIROS, CLASSIFICADOS NAS CONTAS CONTÁBEIS 12311.99.02 – BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS – E 12321.99.02 – IMÓVEIS EM PODER DE TERCEIROS, TENDO COMO CONTRAPARTIDA CONTAS DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, INTEGRANTE DO GRUPO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

OS SALDOS DESRECONHECIDOS DEVEM ESTAR REFLETIDOS EM CONTA CONTÁBIL DO TÍTULO 79710.00.00 – RESPONS. DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS, EM



CONTRAPARTIDA A CONTAS CONTÁBEIS DO SUBTÍTULO 89711.00.00 - RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS. REGISTRO ESTE QUE TEM POR OBJETIVO EVIDENCIAR A SITUAÇÃO DE TODOS AQUELES QUE UTILIZEM, GUARDEM, GERENCIEM OU ADMINISTREM OS BENS CEDIDOS, CONFORME PRECONIZA O ART. 3º, INCISO IV, DO DECRETO Nº 6.976, DE 07/10/2009.

DESTA FORMA, SOLICITAMOS QUE OS VALORES REGISTRADOS NAS CONTAS CONTÁBEIS INDICADAS NO PARÁGRAFO ANTERIOR SEJAM CONCILIADOS, DE FORMA QUE A RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL SEJA REPRESENTADA DE FORMA ADEQUADA E FIDEDIGNA ÀS CESSÕES REALIZADAS E ATUALMENTE VIGENTES.

EM RELAÇÃO À DEPRECIACÃO ACUMULADA DESSES BENS DESRECONHECIDOS, INFORMAMOS QUE OS SEUS VALORES SERAO DESRECONHECIDOS (BAIXADOS) EM CONTRAPARTIDA A CONTAS CONTÁBEIS DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, INTEGRANTES DO GRUPO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. (PELA STN/CCONT) COM RELAÇÃO AOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS CEDIDOS POR TERCEIROS EM FAVOR DE ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS, INFORMAMOS QUE ESTA CCONT/STN EFETUOU O RECONHECIMENTO DESSES BENS NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES CESSIONÁRIOS, NA CONTA 12.311.9908-BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR, TENDO COMO CONTRAPARTIDA CONTAS CONTÁBEIS DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, INTEGRANTES DO GRUPO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

TAL REGISTRO TEVE POR BASE SALDOS DAS CONTAS CONTÁBEIS 89721.09.00 - ESSÃO DE USO-BENS RECEBIDOS, 89721.10.00 -COMODATO DE BENS-RECEBIDOS E 89721.14.00 - PERMISSÃO DE USO-BENS RECEBIDOS.

AS UNIDADES QUE RECEBERAM SALDO NA CONTA DE BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR DEVERÃO PROCEDER À CLASSIFICAÇÃO POR MEIO DAS SITUAÇÕES IMB094 OU IMB095, CONFORME PREVISÃO DO ITEM 5.6 DA MACROFUNÇÃO 021134.

PORÉM, CONSIDERANDO QUE NÃO É POSSÍVEL A ESTA CCONT/STN DISTINGUIR SE OS SALDOS DAS CONTAS DESCRITAS NO PARÁGRAFO ANTERIOR REFEREM-SE A BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS, OPTOU-SE A DIRETRIZ GERAL DE RECONHECER OS ATIVOS NA CONTA CONTÁBIL 12311.99.08 - BENS MÓVEIS ACLASSIFICAR, INDEPENDENTEMENTE DE SUA NATUREZA, SE MÓVEL OU IMÓVEL.

ASSIM, CASO O ÓRGÃO OU ENTIDADE FEDERAL TENHA VALORES RELATIVOS A BENS IMÓVEIS REGISTRADOS NAS CONTAS CONTÁBEIS 89721.09.00, 89721.10.00 E 89721.14.00, CONTAS QUE SERVIRAM DE BASE PARA O RECONHECIMENTO DOS ATIVOS, DEVERÃO ESSES VALORES SEREM RECLASSIFICADOS DA CONTA CONTÁBIL 12311.99.08 - BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR PARA CONTAS CONTÁBEIS DO ITEM 12321.02.00 - BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS SPIUNET, QUE MELHOR EVIDENCIEM A NATUREZA DO BEM IMÓVEL TRANSFERIDO.

PARA ESTA RECLASSIFICAÇÃO, A UNIDADE GESTORA DEVERÁ UTILIZAR O EVENTO 54.0.173 - RECLAS. BENS MOVEIS PARA IMOVEIS - NO SIAFI2020.

Acerca dos Bens Móveis a Classificar a Macrofunção 02.11.34 estabelece em seu item 5.7 que:

Em determinadas situações as unidades envolvidas na transferência e na cessão ou empréstimo de bens móveis recebem esses bens na conta contábil 12311.99.08 - BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR, cujo saldo tem caráter transitório.

De modo que a informação contábil apresentada no Balanço Patrimonial da unidade gestora promova a característica qualitativa da representação fidedigna, há a necessidade de se reclassificar os valores registrados na conta contábil 12311.99.08 - BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR - para contas contábeis que, de fato, representem a natureza do bem recebido.

A baixa da responsabilidade somente deverá ser feita se, na operação que deu origem à devolução do bem móvel, tenha havido o registro da respectiva responsabilidade de terceiros.

Imobilizado no âmbito do MEC

O MEC possui um imobilizado cujo valor contábil (deduzido da depreciação, amortização e redução ao valor recuperável) dos bens móveis e imóveis totaliza R\$ 97,248 bilhões, sendo R\$ 12,021 bilhões



referentes a bens móveis, o correspondente a 12,36%, e R\$ 85,226 bilhões referentes a bens imóveis, que correspondem a 87,64%, conforme demonstrado na tabela adiante.

Tabela 54 – BP: Imobilizado do MEC - Composição**R\$ 1,00**

IMOBILIZADO DO MEC	30/092023	31/12/2022	AH%	AV % (LÍQ) 2023
Bens Móveis (Líquido)	12.021.898.889,86	14.620.987.556,79	-17,78%	
(+) Valor Bruto Contábil	22.179.775.167,39	21.420.153.059,01	3,55%	12,36%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-10.141.911.818,70	-6.783.061.505,85	49,52%	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-15.964.458,83	-16.103.996,37	-0,87%	
Bens Imóveis (Líquido)	85.226.818.609,30	77.272.039.548,26	10,29%	
(+) Valor Bruto Contábil	85.595.260.246,74	77.581.376.632,70	10,33%	
(-) Depr./Amortização Acum. de Bens Imóveis	-361.778.051,93	-302.673.498,93	19,53%	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-6.663.585,51	-6.663.585,51	0,00%	
Total (deduzido Dep/Amort/Red VI Recup)	97.248.717.499,16	91.893.027.105,05	5,83%	90,23%
Total BRUTO	107.775.035.414,13	99.001.529.691,71	8,86%	100,00%

Fonte: Siafi Web.

Redução ao Valor Recuperável (Bens Móveis e Imóveis)

Conforme Macrofunção 02.03.35, redução ao valor recuperável (*impairment*) é o reconhecimento da perda dos benefícios econômicos futuros ou do potencial de serviço de um ativo adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou do potencial de serviço que se efetua normalmente.

No âmbito do MEC há registros tanto na classe de bens móveis quanto na de bens imóveis, conforme planilhas abaixo. Nos Bens Móveis, há diversos itens com registro, no total de R\$ 15,964 milhões; nos Bens Imóveis, há registro apenas nos Imóveis de Uso Educacional na classe dos BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET, no valor de R\$ 6,663 milhões.



Tabela 55 – BP: Bens Móveis – Redução ao Valor Recuperável

R\$1,00

Bens Móveis - Redução ao Valor Recuperável		30/09/2023	31/12/2022
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	-306.576,48	-306.811,48
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	-185.294,29	-189.353,78
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	-4.844.726,21	-4.912.506,62
123110104	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	-35.968,00	-35.968,00
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	-140.416,50	-141.060,73
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	-152.819,71	-152.819,71
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	-355.189,04	-355.535,53
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	-9.625,52	-9.625,52
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	-394.825,87	-395.146,72
123110118	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	-169,95	-169,95
123110120	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	-360.499,82	-360.499,82
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	-89.408,88	-92.460,72
123110124	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	-335,16	-335,16
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	-183.144,38	-190.736,25
123110201	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	-2.852.458,20	-2.857.051,01
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	-1.163.200,75	-1.185.364,04
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	-23.187,34	-23.187,34
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	-2.535.081,14	-2.561.302,22
123110402	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	-1.464,15	-1.464,15
123110403	DISCOTECAS E FILMOTECAS	-127,29	-127,29
123110404	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	-4.506,65	-4.506,65
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	-552.554,31	-555.084,49
123110501	VEICULOS EM GERAL	-9.929,65	-9.929,65
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	-1.709.607,01	-1.709.607,01
123111000	SEMOVENTES	-12.899,18	-12.899,18
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	-40.443,35	-40.443,35
Total		-15.964.458,83	-16.103.996,37

Fonte: TG, Imobilizado: Redução ao Valor Recuperável - BENS MÓVEIS.

Tabela 56 – BP: Bens Imóveis – Redução ao Valor Recuperável

R\$1,00

Bens Imóveis - Redução ao Valor Recuperável		30/09/2023	31/12/2022
123210107	IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	(6.663.585,51)	(6.663.585,51)

Fonte: TG, Imobilizado: Redução ao Valor Recuperável - BENS IMÓVEIS.

Composição Bens Móveis

Analisando a composição dos “Bens Móveis” no âmbito do MEC, o item de maior representatividade está relacionado a “**Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas**”, com um montante de R\$ 9,637 bilhões e que corresponde a 43,45% do total bruto. Em seguida estão os Bens de Informática que representam 22,82%; os Móveis e Utensílios com 15,78% do total dos bens, conforme apresentado na planilha abaixo.

O item Semoventes refere-se a animais de propriedade das universidades e institutos (que absorveram as Escolas Agrotécnicas), utilizados em suas fazendas experimentais pelas faculdades de veterinária, agronomia e outras destinações.

Tabela 57 – BP: Bens Móveis – Composição

R\$1,00

Bens Móveis (Valor Bruto)	30/09/2023	31/12/2022	AH %	AV % 2023
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	9.637.227.006,79	9.286.610.883,94	3,78%	43,45%
BENS DE INFORMATICA	5.060.875.843,03	4.838.505.281,48	4,60%	22,82%
MOVEIS E UTENSILIOS	3.500.019.633,90	3.367.691.886,12	3,93%	15,78%
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	1.759.580.692,12	1.711.871.429,74	2,79%	7,93%
VEICULOS	1.103.648.087,84	1.083.454.393,12	1,86%	4,98%
DEMAIS BENS MOVEIS	725.809.178,83	744.517.757,86	-2,51%	3,27%
BENS MOVEIS EM ANDAMENTO	276.200.979,50	271.745.980,34	1,64%	1,25%
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	102.980.631,75	102.255.888,34	0,71%	0,46%
SEMOVENTES	12.968.701,12	13.169.624,92	-1,53%	0,06%
ARMAMENTOS	337.228,40	261.610,11	28,90%	0,00%
PECAS E CONJUNTOS DE REPOSICAO	120.682,51	61.821,44	95,21%	0,00%
BENS MOVEIS - ATIVOS DE CONCESSAO	6.501,60	6.501,60	0,00%	0,00%
Total	22.179.775.167,39	21.420.153.059,01	3,55%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, Bens Móveis - Composição- STN - ÓRGÃO SUPERIOR.

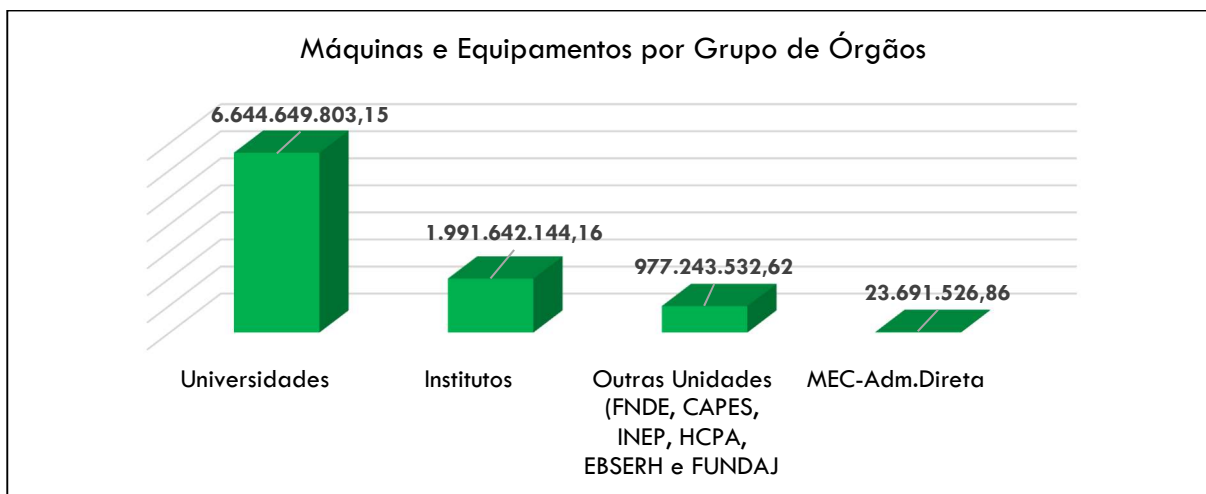
Analisando o item “**Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas por Grupo de Órgãos**” pelos dados do gráfico abaixo, verifica-se que o maior montante de recursos desse item está concentrado no grupo das universidades que possuem “Equipamentos/Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares”, destinados aos hospitais universitários e aos laboratórios em diversos cursos (Medicina, Odontologia, Química, Biologia, Geologia) etc.

A proporção entre o grupo de órgãos é a seguinte:

- Universidades: 68,95%;
- Institutos: 20,67%;
- Outras unidades (FNDE, Capes, Inep, HCPA, Ebserh e Fundaj): 10,14%; e
- MEC – Administração Direta: 0,25%.

Gráfico 1 – Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas por Grupo de Órgãos

R\$1,00



Fonte: Tesouro Gerencial, Máquinas e Equipamentos por Grupo de Órgãos.



Depreciação de Bens Móveis

Desde a publicação da Portaria da STN nº 548/2015, a Setorial Contábil/MEC tem difundido a adoção de medidas para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais por todos os órgãos vinculados, por meio das seguintes Mensagens Comunica Siafi: a) 2016/0307550 e 2016/0307571, ambas de 01/02/2016; b) 2016/0388429 e 2016/0388438, ambas de 16/02/2016; c) 2016/0568359, de 28/03/2016; d) 2016/0568377 e 2016/0568387, ambas de 28/03/2016; e) 2016/0601809 e 2016/0601816, ambas de 04/04/2016; f) 2016/1058572 e 2016/1058586, ambas de 04/07/2016. Em 2023 foi enviada Mensagem 2023/3474516 em 16/06/2023.

No âmbito da administração indireta do MEC, a Setorial Contábil formalizou o processo SEI-MEC 23000.025238/2017-08 em junho de 2017 com envio do Ofício-Circular nº 16/2017/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI 0723853) a todos os órgãos vinculados com recomendação para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais estabelecidos pela Portaria da STN nº 548/2015.

Em relação ao Siads, desde 2015, a Setorial Contábil/MEC tem enviado Mensagem Comunica Siafi acerca da obtenção do sistema Siads pelos órgãos vinculados, a exemplo dos seguintes: a) 2015/2086569, de 30/12/2015; b) 2016/0400751, de 18/02/2016; c) 2016/0529832, de 17/03/2016; d) 2016/0642480, de 12/04/2016; e) 2016/0432926, de 25/02/2016, f) 2016/0690786, de 25/04/2016. Em 2023 foi enviada Mensagem 2023/3474516 em 16/06/2023.

No âmbito da administração direta do MEC, a Setorial Contábil formalizou em 2017 o processo SEI-MEC 23000.027809/2017-31 com o envio do Memorando nº 275/2017/GAB/SPO/SPO (0738881) sobre as orientações para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais estabelecidos pela Portaria da STN nº 548/2015.

Em 2020 foi formalizado o processo SEI-MEC **23000.016999/2020-66** em junho de 2020 informando dos prazos para implantação do **Siads** estabelecidos pela **Portaria ME nº 232/2020** e dos procedimentos para adesão ao sistema perante a STN, Ofício-Circular nº 49/2020/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI 2098456). Reiteraões e informação sobre a publicação da **Portaria ME nº 4.378/2022**, que prorrogou o prazo para **1º de julho de 2023**, foram feitas por meio dos seguintes documentos:

- a) Ofício-Circular nº 67/2020/GAB/SPO/SPO-MEC, de 24/09/2020 (SEI 2257609);
- b) Ofício-Circular nº 38/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 24/05/2021 (SEI 2673018);
- c) Ofício-Circular nº 36/2022/GAB/SPO/SPO-MEC, de 13/05/2022 (SEI 3316460).

No âmbito da administração direta do MEC (sede Brasília), foi enviado o Ofício nº 825/2021/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI 3063699), em 29/12/2021, à SAA. Em 2022, a SAA (UG 150002/1) mencionou que Setor de Patrimônio apontou algumas dificuldades operacionais reportadas entre Siads e Serpro que impediram a implantação do Siads que havia sido prevista para abril/2022, conforme Ofício nº 6/2022/GAB/SAA/SAA-MEC, de 04/01/2022 (SEI-MEC 3070743), processo SEI 23000.016999/2020-66.

No âmbito da administração direta do MEC (unidades sediadas na cidade do Rio de Janeiro), o INES (UG 152005/1) relatou que o instituto se encontra em processo de contratação da empresa detentora da patente do atual sistema de patrimônio do INES para realizar a migração informatizada dos dados para o Siads; e o IBC (UG 152004/1) informou que o cadastramento dos bens no Siads está em andamento.

Órgãos que ainda não aderiram ao Siads

Em relação à adesão ao Siads, **98 órgãos** vinculados ao MEC já fizeram a adesão, restando **19 órgãos** a aderir, conforme dados do site do Tesouro Nacional: **Órgãos/entidades que utilizam o Siads e/ou estão em implantação** <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/gestao-patrimonial/siads/orgaos-entidades>

A regularização dessa situação se dará com a implantação do sistema Siads cujo prazo estabelecido foi **1º de julho de 2023 (Portaria do Ministério da Economia nº 4.378, de 11/05/2022)**, que alterou a



Portaria ME nº 232/2020, que havia revogado a Portaria do Ministério do Planejamento nº 385/2018.

Quadro 13 – Órgãos que ainda não aderiram ao Siads

Seq	Órgãos	Órgão	Implantado/em implantação
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO (26234)	26234	NÃO
2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (26238)	26238	NÃO
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA (26239)	26239	NÃO
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (26243)	26243	NÃO
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (26244)	26244	NÃO
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (26247)	26247	NÃO
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (26260)	26260	NÃO
8	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA (26268)	26268	NÃO
9	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS (26270)	26270	NÃO
10	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (26271)	26271	NÃO
11	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (26292)	26292	NÃO
12	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE (26294)	26294	NÃO
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA (26351)	26351	NÃO
14	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (26352)	26352	NÃO
15	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS (26419)	26419	NÃO
16	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE (26434)	26434	NÃO
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (26440)	26440	NÃO
18	UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASI (26442)	26442	NÃO
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO	26456	NÃO

Fonte: Site do Tesouro Nacional: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/gestao-patrimonial/siads/orgaos-entidades>
Publicado em 05/06/2020 16h36. Atualizado em 15/05/2023 19h05.

Importações em Andamento

Com relação ao item de **Bens Móveis em Andamento**, consta saldo alongado na conta de **Importações em Andamento** no valor de R\$ 3.094.194,59 registrado no Balancete da SESu, UG 150011/1, que se refere a saldo pendente de regularização decorrente da compra de equipamentos realizadas por meio licitações internacionais na década de 1990 com destinação às universidades, mas que se encontra em conta transitória.

Em 01/08/2019 houve uma reunião com a equipe da SPO e da SESu para dar prosseguimento às tratativas do processo. Foi apontado que em função da aquisição dos bens remontar à década de 1990, seja provável que os equipamentos estejam completamente obsoletos, inservíveis ou deteriorados. Assim, ficou definido o envio, pela SESu, de documento-circular às IFES contempladas, em observância às orientações sugeridas pelo AECI, para obtenção de comprovação, certificação ou declaração do recebimento dos equipamentos, à época.

Em 15/08/2019, a Setorial Contábil/MEC formalizou novo processo (SEI 23000.022489/2019-94) e enviou por meio do Ofício nº 352/2019/GAB/SPO/SPO-MEC, a documentação de que dispunha relativa às publicações no DOU, o número das concorrências internacionais, a relação de processos cadastrados e a legislação referente à gestão de bens públicos para subsidiar as providências de circularização às universidades e HUs.

Em setembro de 2020, a SESu enviou o Ofício-Circular nº 17/2020/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC, de 25/09/2020, aos dirigentes das Instituições Federais de Ensino solicitando o encaminhamento de comprovação, certificação, declaração, termo do recebimento, ou documentos similares, referentes aos equipamentos adquiridos por meio do citado Programa de Modernização e Consolidação da Infraestrutura Acadêmica das IFES e de seus Hospitais Universitários.

Em maio de 2021 a SPO/MEC enviou o Ofício nº 252/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 25/05/2021 solicitando posicionamento acerca do assunto e em resposta a SESu informou por meio do Ofício



SESU/MEC nº 143/2021/CGPO/DIFES/SESU/SESu-MEC, de 22/06/2021, da reiteração (por e-mail) do Ofício-Circular nº 17/2020/CGPO/DIFES/SESU/SESu-MEC às universidades federais.

Em setembro de 2021 a SPO/SE/MEC enviou à AECI/MEC o Ofício nº 565/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 17/09/2021, com o histórico sobre as inconsistências relacionadas à Importação em Andamento da SESU/MEC e solicitou apoio na resolução da pendência.

Em dezembro de 2021 foi enviado o Ofício nº 819/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 23/12/2021, à SESu reiterando o Ofício nº 561/2021 e solicitando informações sobre o andamento das providências para regularização da pendência.

Em julho de 2022 foi enviado o Ofício nº 464/2022/GAB/SPO/SPO-MEC, de 18/07/2022, à SESu reiterando os Ofícios nº 561/2021 e 819/2021 e solicitando informações sobre o andamento das providências para regularização da pendência como também consolidação de informações referentes às respostas recebidas das Universidades e seus respectivos Hospitais Universitários, relativamente aos saldos pendentes de regularização referentes à aquisição de equipamentos, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infraestrutura Acadêmica da IFES e seus HUs na década de 1990.

Em setembro de 2022, a SESu elaborou a **Nota Informativa nº 1/2022/CGPO/DIFES/SESU/SESu-MEC** (SEI-MEC 3070237) em resposta aos ofícios da SPO informando que do Ofício-Circular nº **17/2020/CGPO/DIFES/SESU/SESu-MEC** enviado a 38 (trinta e oito) Instituições Federais de Educação Superior, obtiveram resposta de 7 universidades (UFPA, UFCE, UFMG, UFSC, UFU, UFSCAR e UNIFAL), conforme Quadro II da Nota Informativa; e com o objetivo de corroborar com as tratativas de levantamento das informações requeridas das demais universidades federais, a SESu encaminhou o Ofício-Circular nº **17/2022/CGPO/DIFES/SESU/SESu-MEC**, de 20/09/2022 (SEI-MEC 3551868) às 31 IFES que ainda não haviam enviado resposta, conforme relação constante do Quadro I da Nota Informativa, com prazo de resposta para **07/10/2022**.

Em outubro, a SESu encaminhou o Ofício-Circular nº 19/2022/CGPO/DIFES/SESU/SESu-MEC, de 25/10/2022 (SEI-MEC 3638019) e em **dezembro** foi enviado o Ofício-Circular nº 23/2022/CGPO/DIFES/SESU/SESu-MEC (SEI-MEC 3718864), de 13/12/2022, reiterando os Ofícios anteriores nº **17/2020** (SEI-MEC 2247543) e **17/2022** (SEI-MEC 3551868) às IFES que ainda não enviaram resposta, com prazo de resposta para 10/11/2022 e 23/12/2022, respectivamente.

Em reunião realizada no dia 12/12/2022 entre SESu/MEC, SPO/MEC, AECI/MEC e Controladoria-Geral da União (CGU), foram deliberados os seguintes encaminhamentos:

- 1) a SESU irá produzir uma Nota Técnica e/ou Nota Informativa à SPO relatando todas as ações para resolução do empasse para regularização contábil e irá solicitar à SPO uma consulta à STN; e
- 2) a SPO fará a consulta à STN.

Em 29/12/2022 a SESu elaborou a **Nota Técnica nº 53/2022/CGPO/DIFES/SESU/SESu** (SEI-MEC 3718845) apontando que das 38 (trinta e oito) Instituições Federais de Educação Superior, 10 (dez) não enviaram resposta (UFBA, UFES, UFPA, UFSM, UFRRJ, UFMA, UFAC, UFOP, UFS e UFSJ), conforme Quadro I da Nota Técnica. A referida nota foi encaminhada pela SESu à SPO/MEC e AECI/MEC em conformidade com reunião realizada em 12/12/2022 entre SESu/MEC, SPO/MEC, AECI/MEC e Controladoria-Geral da União (CGU).

Em 23/01/2023 a Setorial Contábil/MEC formalizou consulta à CCONT/STN por meio da Mensagem Comunica Siafi nº 2023/3124341 (SEI-MEC 3789787) acerca dos saldos pendentes na UG 150011/1, quanto à unidade responsável pela realização da baixa/regularização no Siafi dos saldos alongados.

Em 09/03/2023, a SPO enviou a resposta da STN à SESu por meio do Ofício nº 98/2023/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI-MEC 3868112) a qual menciona que compete ao gestor da SESu a análise e baixa dos saldos.

O acompanhamento das providências pela Setorial Contábil/MEC consta do processo SEI-MEC 23000.022489/2019-94.



Composição Bens Imóveis

Os bens imóveis do MEC totalizaram R\$ 85,226 bilhões (deduzidos da depreciação, amortização e redução ao valor recuperável). O maior montante (R\$ 74,615 bilhões) está registrado no grupo dos “**Bens de Uso Especial**”, que são os bens utilizados tanto pelos órgãos da administração direta, quanto pelos órgãos da administração indireta (autarquias e fundações públicas), ou seja, as instalações e edifícios destinados ao funcionamento; e são cadastrados no SPUnet⁵⁸.

O segundo maior montante, no total de R\$ 9,968 bilhões, refere-se a Bens Imóveis em Andamento (obras em execução), isto é, construções/edificações ainda não concluídas.

Em relação aos bens dominicais, cabe destacar que no âmbito do MEC estão registrados em algumas universidades e institutos e compreendem galpões, salas, edifícios e terrenos. De maneira geral, essa categoria de bens está relacionada aos bens públicos pertencentes aos órgãos, mas ainda sem destinação específica, como prédios públicos desocupados, terrenos de marinha e terras devolutas.

Tabela 58 – BP: Bens Imóveis – Composição

R\$ 1,00

Composição Bens Imóveis do MEC	30/09/2023	31/12/2022	AH%	AV% Bruto 2023
Bens de Uso Especial	74.615.599.940,77	65.896.382.118,79	13,23%	87,17%
Bens Imóveis em Andamento	9.968.332.106,68	10.732.786.079,12	-7,12%	11,65%
Instalações	598.744.161,21	527.019.459,62	13,61%	0,70%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	261.938.195,70	256.073.530,86	2,29%	0,31%
Bens Dominicais	75.083.150,73	75.058.971,10	0,03%	0,09%
Demais Bens Imóveis	74.114.934,42	93.748.715,98	-20,94%	0,09%
Bens de Uso Comum do Povo	1.447.757,23	307.757,23	370,42%	0,00%
Redução ao Valor Recuperável	-6.663.585,51	-6.663.585,51	0,00%	-0,01%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-361.778.051,93	-302.673.498,90	19,53%	-0,42%
Total (deduzida Depreciação/Red.Valor Recuperável)	85.226.818.609,30	77.272.039.548,29	10,29%	99,57%
Total Bruto	85.595.260.246,74	77.581.376.632,70	10,33%	100,00%

Fonte: Siafi, Tesouro Gerencial, Bens Imóveis - Composição Órgão Superior.

Detalhando o grupo dos **Bens de Uso Especial**, os imóveis de maior representatividade estão relacionados aos **Imóveis de Uso Educacional** que constituem os prédios das universidades, hospitais, institutos e respectivos *campi*, salas de aula, laboratórios, fazendas experimentais, entre outros, os quais totalizaram R\$ 55,915 bilhões e correspondem a 74,94% do montante dos Bens de Uso Especial (R\$ 74,615 bilhões, Bruto).

Em relação ao item Aquartelamentos, cabe mencionar que se classifica nesse grupo os imóveis relativos a Bases, Quartéis e Fortes e estão contabilizados apenas em um órgão vinculado do MEC, no Instituto Federal Catarinense.

Em relação ao item Aeroportos, Estações e Aeródromos, destaca-se que os registros estão na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e na Universidade Federal Rural da Amazônia.

⁵⁸ Os bens imóveis das empresas públicas (HCPA e EBSERH) não têm obrigatoriedade de registro no SPUnet por serem estas empresas regidas pela Lei nº 6.404/1976.



Tabela 59 – BP: Bens de Uso Especial – Composição

R\$ 1,00

Detalhamento BENS DE USO ESPECIAL	30/09/2023	31/12/2022	AH%	AV% 2023 Bruto
Imóveis de Uso Educacional	55.915.878.388,00	51.664.828.204,64	8,23%	74,94%
Terrenos, Glebas	9.531.412.479,16	5.467.256.447,84	74,34%	12,77%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.763.138.342,69	3.472.740.369,51	8,36%	5,04%
Imóveis Residenciais e Comerciais	2.448.557.765,41	2.431.790.289,57	0,69%	3,28%
Edifícios	1.833.286.249,91	1.771.526.000,87	3,49%	2,46%
Fazendas, Parques e Reservas	707.637.588,56	680.756.081,40	3,95%	0,95%
Complexos, Fábricas e Usinas	410.581.392,80	402.376.990,72	2,04%	0,55%
Apartamentos	3.954.122,05	3.954.122,05	0,00%	0,01%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	1.153.612,19	1.153.612,19	0,00%	0,00%
* = REDUCAO AO VALOR RECUP DE IMOBILIZADO-IMOVEIS	-6.663.585,51	-6.663.585,51	0,00%	-0,01%
* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	-346.607.555,72	-296.825.614,49	16,77%	-0,46%
Total (deduzida Depreciação/Red.Valor Recuperável)	74.262.328.799,54	65.592.892.918,79	13,22%	99,53%
Total Bruto	74.615.599.940,77	65.896.382.118,79	13,23%	100,00%

Fonte: Siafi, Tesouro Gerencial, Bens Imóveis de Uso Especial - Composição - Órgão Superior.

Depreciação de Bens Imóveis (SPU)net

De acordo a **Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023** (art. 11) o valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da benfeitoria, utilizando-se para tanto o **Método da Parábola de Kuentzle**, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

§1º O resultado da equação indicará a depreciação acumulada do bem imóvel pelo prazo transcorrido de sua vida útil, a partir da data de reavaliação do imóvel.

§2º O valor mensal que será contabilizado é o resultado da diferença entre o valor calculado e o valor acumulado do mês anterior.

§3º Até que os sistemas corporativos da Secretaria do Patrimônio da União estejam parametrizados para efetuarem registros contábeis automáticos, a depreciação será contabilizada mensalmente no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§4º **O acompanhamento e conciliação de depreciação** de cada Registro Imobiliário Patrimonial - RIP - será de responsabilidade de cada órgão, observados os valores já depreciados e disponibilizados para consulta pela Secretaria de Patrimônio da União, disponibilizados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis>.

§5º Para fins da depreciação, **a vida útil** será definida pela SPU, disponível no sítio eletrônico <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis>.

§6º Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, **a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor**, devendo o seu saldo acumulado anteriormente ser contabilmente baixado, em movimentação a ser acompanhado pelo órgão setorial responsável.

§7º Qualquer alteração no conjunto de dados que compõe a Conta Corrente da depreciação, deverá ser refletida nos lançamentos contábeis.

§8º **O valor depreciável** deve corresponder **a oitenta por cento do valor da benfeitoria**.

§9º Os imóveis a serem depreciados devem estar cadastrados como de propriedade da União, fundação ou autarquia federal e não podem estar registrados com o tipo de destinação como Terrenos e Espelho D'Água, assim



como o regime de utilização não poderá estar cadastrado como Locação de Terceiros, Doação Com Encargo, Doação Sem Encargo e Transferência de Imóvel.

§10. Os imóveis possuídos pelas unidades gestoras, nos termos do art. 1.196 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, também serão objeto de depreciação mensal.

§11. O fator de depreciação a ser definido pelo tipo de sua destinação poderá ser consultado por meio da Tabela disponível no sítio eletrônico <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonioda-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis>.

Obras em Andamento

Do valor total contabilizado no grupo de **Bens Imóveis em Andamento** (tabela acima), cabe destacar que na administração direta há um saldo na conta de **Obras em Andamento** no montante de R\$ 676.127.135,29 registrados na UG 150002 (SAA) e decorrem da construção dos CAICs - Centros de Atenção Integral à Criança, projeto implantado por ocasião do Governo Collor. O saldo é proveniente da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais – Sepespe, UG 150085/1, extinta na década de 1990.

Em reunião realizada em 13/12/2017 entre as equipes da SAA e da SPO, diante da sugestão do Assessor Especial de Controle Interno - AECl do MEC, foi definido o encaminhamento de ofício solicitando as informações necessárias à Secretaria do Patrimônio da União - SPU quanto aos procedimentos de baixa do saldo mencionado.

Em 20/08/2018, após formalizado o processo/SEI nº 23000.027167/2018-51 pela Setorial Contábil/MEC contendo informações acrescidas de tabelas e planilhas sobre os CAICs (SEI 23000.047720/2017-91), a SAA encaminhou, no mesmo dia, o Ofício nº 94/2018/GAB/SAA/SAA-MEC, de 20/08/18, à Secretaria do Patrimônio da União - SPU solicitando informação sobre a real situação dos 444 imóveis relacionados no referido projeto, de maneira a viabilizar a baixa definitiva do saldo na conta contábil em questão.

Em janeiro de 2020, a SPU informou à SAA que o levantamento dos CAICs está sendo providenciado, objeto do processo SEI-SPU 10154.156962/2019-31.

Em fevereiro de 2020, a AECl identificou **no Sistema Monitor da CGU** (Recomendação 66129) acerca de providências quanto à baixa do saldo da conta de obras concluídas relacionadas ao CAICs, com data-limite estipulada para 24/03/2019 (SEI-MEC 1888425). Em 18/08/2021 AECl concluiu processo informando não haver mais tratativas a serem realizadas no âmbito daquela Assessoria.

Em maio de 2021 foi enviado o Ofício nº 259/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 27/05/2021, solicitando à SAA/SE/MEC informações sobre o andamento das providências adotadas para resolução da pendência e em dezembro de 2021 foi enviado o Ofício nº 820/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 23/12/2021, à SAA reiterando o Ofício nº 259/2021 com as mesmas solicitações.

Em 19/01/2022 foi enviado Despacho pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SAA/MEC (SEI-MEC 3091152) à Coordenação de Documentação e Gestão de Processos solicitando levantamento, catalogação e separação dos processos físicos ao Arquivo Central do MEC. Em Despacho de 25/01/2022, o Arquivo Central apresentou uma relação de processos CAICs (SEI-MEC 3100504) para o Grupo de Trabalho responsável.

Até a data acima, as informações e demais providências adotadas pela SAA foram detalhadas no processo SEI-MEC **23000.027167/2018-51**.

A partir de janeiro de 2022, as informações e providências adotadas pela SAA passaram a ser detalhadas no processo SEI-MEC **23000.047720/2017-91**.

Em janeiro de 2022 foi anexado ao processo pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL vinculada à SAA um Plano de Ação (SEI-MEC 3093482) com etapas e prazos, e entre as ações a elaboração de ofício à SPU/DF para solicitação de informações atualizadas referentes aos 444 CAICs.



Em julho de 2022, a SPO/SE/MEC reiterou as solicitações de providências à SAA/MEC por meio do Ofício nº 463/2022/GAB/SPO/SPO-MEC.

Em 24/08/2022 foi enviado o Ofício nº **1466/2022/GAB/SAA/SAA-MEC** (SEI-MEC 3519651) à SPU/DF com reiteração dos Ofícios encaminhados em 2018 e 2019 e solicitação de apoio para o fornecimento de dados da situação atual dos 444 imóveis listados, conforme especificações, de modo a viabilizar o procedimento de baixa definitiva da referida Conta. Foram anexados ao ofício os seguintes documentos:

- a) Tabela encaminhada pela SPU em 2015 – CAICs ([1219086](#));
- b) Relação completa dos imóveis – CAICs ([1219107](#));
- c) Ofício nº 94/2018/GAB/SAA/SAA-MEC ([1219113](#)); e
- d) Ofício nº 2262/2019/GAB/SAA/SAA-MEC ([1741671](#)).

Em 06/12/2022 foi enviado o Ofício SPO nº **699/2022/GAB/SPO/SPO-MEC** (SEI 3707388) à SAA solicitando informações sobre o andamento das providências para regularização da pendência relativa às DEMECs e CAICs, objeto dos processos SEI nº [23000.047720/2017-91](#) e [23000.027167/2018-51](#).

Em despacho interno da CGRL à CSL no processo 23000.047720/2017-91, Despacho nº 1055/2022/GAB/CGRL/SAA/MEC (SEI-MEC [3743959](#)), de 27/12/2022, foi referenciado o Ofício nº 282/2022/GAB/CGRL/SAA-MEC, de 23/12/2022, enviado à SAA (SEI-MEC [3744045](#)), constante do processo SEI-MEC [23000.015193/2018-36](#), em que a CGRL dá conhecimento das recentes medidas adotadas para sanear as pendências relacionadas as regularizações dos imóveis dos CAICs e extintas Demecs, como a reiteração do Ofício nº **1466/2022/GAB/SAA/SAA-MEC** (SEI-MEC [3519651](#)) à SPU/DF (item 5 do ofício). Foi mencionado no referido Despacho “que conforme especificado no item 4 do citado expediente que a finalização do monitoramento das recomendações exaradas pela Controladoria-Geral da União (CGU) sobre o assunto não encerra a responsabilidade do gestor na adoção das medidas necessárias ao seu atendimento.”

Em 20/01/2023 a AECI deu conhecimento à Secretaria Executiva da situação acerca das pendências e providências tratadas no âmbito do processo SEI-MEC 23000.047720/2017-91 em relação às DEMECs, por meio do **Ofício nº 3/3/2023/AECI/GM/GM-MEC** (SEI-MEC 3786110), com o seguinte teor: “*a situação está sendo tratada pela SAA/MEC e que tão logo forem coletadas todas as informações necessárias para proceder a baixa das pendências contábeis o processo poderá ser finalizado.*”

Informações indicadas pela STN no Modelo de Nota Explicativa do Imobilizado

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi Web, Macrofunção 02.03.30 e 02.03.35, disponíveis no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas vinculadas ao MEC (HCPA e EBSEERH) seguem a Lei nº 6.404/1976.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 a reavaliação é a alocação e novo valor do imóvel após mensuração inicial, obtido por meio do valor justo.

Para fins contábeis, conforme disposto no art. 6º, após mensuração e lançamento no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União, os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados nas seguintes situações:

I - quando aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil do imóvel;

II - quando houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;

III - quando for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros; ou



IV - quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

§1º A reavaliação prevista nos incisos I, II, III e IV do caput deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data do respectivo fato gerador ou quando de sua implementação, por alerta automático no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União.

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os ativos que passam por esse processo têm o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.35: Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio da STN⁵⁹.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

No âmbito do MEC, os bens imóveis das empresas públicas (HCPA e EBSEH) não são registrados no SPUnet.

Ajustes de Exercícios Anteriores: Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, e são reconhecidos diretamente à conta do patrimônio líquido, sem registro nas contas de resultado (variações patrimoniais ativas e/ou variações patrimoniais diminutivas).

O registro pode ser tanto a débito quanto a crédito; assim, registros que tenham como contrapartida uma incorporação/aumento no Imobilizado gerará um crédito (aumento) na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores; uma redução/desincorporação de bens gerará um débito (diminuição) na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, com reflexo diretamente no PL.

De acordo com o MCASP (Parte II, PCP), no primeiro exercício de implementação das normas como por exemplo quando o órgão dá início ao cálculo e registro da depreciação, por se tratar de uma mudança na política contábil, será necessário realizar ajustes patrimoniais, efetuando lançamento no ativo em contrapartida à conta Ajustes de Exercícios Anteriores do grupo Resultados acumulados no PL. Para os bens adquiridos/registrados em exercícios anteriores, a contabilização no exercício corrente contemplará o somatório da depreciação considerada no conjunto desses bens até essa data de corte e o registro posterior se dará da mesma forma para os bens adquiridos no exercício corrente, em que registro se dará com base no cálculo mensal, com contabilização na conta de resultado (VPD) do exercício, não impactando diretamente o Patrimônio Líquido do órgão/entidade.

A principal conta utilizada pelas autarquias, fundações públicas e administração direta é a conta **23711.03.00**. As empresas públicas utilizam a conta **23722.03.00** para o registro dos ajustes em seu âmbito.

Nesse trimestre vários órgãos apresentaram registros na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores em contrapartida do Imobilizado (Bens Móveis e Imóveis), tanto positivos quanto negativos, resultando num montante negativo de **R\$ 2.509.678.878,50**, impactando negativamente o PL consolidado do MEC em igual montante, sendo:

- a) Bens móveis: (R\$ 1.389.139.407,89); e
- b) Bens imóveis: (R\$ 1.120.539.470,61)).

⁵⁹<https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/siafi/020335>



Cabe mencionar que o valor exorbitante relativo a Bens Móveis decorre de inconsistências de valores registrados pela primeira vez no Siads (implantação do sistema) no IFMT, Órgão 26414 (UG 158498/26414) e na UFRJ, Órgão 26245 (UG 153161/15236), cuja correção depende de abertura de Chamado na STN; houve também na UFRJ registros na conta de Bens Imóveis pela baixa da conta de Obras em Andamento em contrapartida da conta de Bens Imóveis.

Nota 16 – BP: Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no exercício em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

No âmbito do MEC (administração indireta), a maior parte dos intangíveis está relacionada a Softwares, tanto de vida útil definida, os chamados softwares de prateleira, quanto de vida útil indefinida, que se referem aos sistemas desenvolvidos institucionalmente⁶⁰. Na administração direta, pode-se citar os seguintes exemplos de sistemas desenvolvidos institucionalmente:

- *O Simec é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação. É no Simec que os gestores verificam o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades;*
- *O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Todos os pedidos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos, além dos processos de aditamento, que são modificações de processos, serão feitos pelo e-MEC;*
- *O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).*

No âmbito do MEC as despesas com TI envolvem a contratação de empresas para fornecimento de projetos e soluções de TI, serviços de licenças, soluções para bancos de dados, licenças Oracle, manutenção e sustentação/suporte técnico, desenvolvimento de sítios eletrônicos e portais, softwares de data center, áudio e vídeo, entre outros; e estão contabilizadas como softwares de vida útil definida.

Na administração direta do MEC, os bens intangíveis das unidades gestoras sediadas em Brasília estão registrados no Balancete da SAA/SE/MEC (UG 150002/1) e da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – Stic/SE/MEC (UG 150004/1) e são por esta gerenciados.

Acerca dos ativos intangíveis gerados internamente, a Macrofunção 02.03.45 (Ativos Intangíveis) dispensa o seu registro no Ativo, ou seja, não precisam ser ativados, conforme item 4.2.2.1:

Os ativos intangíveis gerados internamente são difíceis de serem avaliados quanto ao seu reconhecimento como ativo. A dificuldade se deve em identificar se, e quando, existe o ativo

⁶⁰ Informações extraídas do Portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br>

identificável que vai gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados. Outra dificuldade é em determinar confiavelmente o custo do ativo (mensuração). Há casos em que não é possível separar o custo incorrido com a geração interna desse ativo com o custo de manutenção ou com as operações usuais da entidade.

Em relação a esses softwares gerados internamente, os softwares institucionais, a Stic/SE/MEC informou da possibilidade de se estimar o custo dos sistemas educacionais desenvolvidos por meio de rateio com base no levantamento dos contratos executados no período de 2009 até 2017 e/ou utilizar uma métrica de mercado, em que poderão ser estimados esses ativos intangíveis de vida útil indefinida.

No âmbito da administração indireta do MEC⁶¹ o total de ativos intangíveis registrado no Balanço Patrimonial do MEC corresponde a R\$ 622,778 milhões (deduzidos da amortização e a redução ao valor recuperável), e apresentou um acréscimo de 1,69% em relação a dezembro de 2022. A maioria refere-se a softwares com vida útil definida (48,44%); e os softwares com vida útil indefinida correspondem a 46,38%, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Cabe ressaltar que o montante registrado no item de Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado, no valor de R\$ 32,099 milhões está relacionada a registros pela Ebserh (Sede) e em seus hospitais universitários gerenciados, referentes a contratos de arrendamento operacional/mercantil de longo prazo (D – 12431.01.01 / C – 22891.29.00).

Por sua vez, o registro na conta de Amortização Acumulada **12481.03.00** está integralmente relacionado à amortização de Direito de Uso de Imóveis (Arrendamento) na Ebserh (Sede) e seus HUs.

Tabela 60 – BP: Intangíveis – Composição

R\$1,00

INTANGÍVEIS	30/09/2023	31/12/2022	AH(%)	AV(%) Bruto 2023
Software com Vida Útil Definida	353.877.607,97	349.624.991,35	1,22%	48,44%
Software com Vida Útil Indefinida	338.834.084,15	320.038.846,70	5,87%	46,38%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	3.195.237,78	3.024.510,80	5,64%	0,44%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	2.542.095,88	2.471.380,71	2,86%	0,35%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	32.099.386,97	25.491.750,47	25,92%	4,39%
Amortização Acumulada	-94.140.652,48	-85538745,18	10,06%	-12,89%
Redução ao Valor Recuperável	-2.655.143,00	-2.655.143,00	0,00%	-0,36%
* = AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1243101XX	-10.973.870,09			-1,50%
TOTAL LÍQUIDO (deduzida Amortização/Red.VI Recup)	622.778.747,18	612.457.591,85	1,69%	85,25%
TOTAL BRUTO	730.548.412,75	700.651.480,03	4,27%	100,00%

Fonte: Siafi, Tesouro Gerencial, Intangível - Composição.

Amortização de Intangíveis

A partir da publicação da Portaria da STN nº 548/2015, a Setorial Contábil/MEC tem difundido a adoção de medidas para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais por todos os órgãos vinculados, por meio das seguintes Mensagens Comunica Siafi: a) 2016/0307550 e 2016/0307571, ambos de 01/02/2016; b) 2016/0388429 e 2016/0388438, ambos de 16/02/2016; c) 2016/0568359, de 28/03/2016; d) 2016/0568377 e 2016/0568387, ambos de 28/03/2016; e) 2016/0601809 e 2016/0601816, ambos de 04/04/2016; f) 2016/1058572 e 2016/1058586, ambos de 04/07/2016. Em 2023 foi enviada a Mensagem 2023/3474516, de 16/06/2023.

Desde 2015, a Setorial Contábil/MEC tem enviado Mensagem Comunica Siafi acerca da obtenção do sistema Siads pelos órgãos vinculados, a exemplo dos seguintes: a) 2015/2086569, de 30/12/2015; b) 2016/0400751, de 18/02/2016; c) 2016/0529832, de 17/03/2016; d) 2016/0642480, de 12/04/2016; e) 2016/0432926, de 25/02/2016; f) 2016/0690786, de 25/04/2016. Em 2023 foi enviada a Mensagem 2023/3474516, de 16/06/2023.

⁶¹ Na Administração Indireta está incluído o Órgão Subordinado 26000 (Administração Direta).



No âmbito da administração indireta do MEC, a Setorial Contábil formalizou o processo SEI-MEC 23000.025238/2017-08 em junho de 2017 com envio do Ofício-Circular nº 16/2017/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI 0723853) a todos os órgãos vinculados com recomendação para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais estabelecidos pela Portaria da STN nº 548/2015.

Em 2020 foi formalizado novo processo SEI-MEC **23000.016999/2020-66** em junho de 2020 informando dos prazos para implantação do **Siads** estabelecidos pela Portaria ME nº 232/2020 e dos procedimentos para adesão ao sistema perante a STN, Ofício-Circular nº 49/2020/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI 2098456). Reiteraões e informações sobre a publicação da **Portaria ME nº 4.378/2022**, foram feitas por meio dos seguintes documentos:

- a) Ofício-Circular nº 67/2020/GAB/SPO/SPO-MEC, de 24/09/2020 (SEI 2257609);
- b) Ofício-Circular nº 38/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 24/05/2021 (SEI 2673018);
- c) Ofício-Circular nº 36/2022/GAB/SPO/SPO-MEC, de 13/05/2022 (SEI 3316460).

No âmbito da administração direta do MEC, a Setorial Contábil formalizou em 2017 o processo SEI-MEC 23000.027811/2017-18 com o envio do Memorando nº 276/2017/GAB/SPO/SPO (0738891) sobre as orientações para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais estabelecidos pela Portaria da STN nº 548/2015. Em 2019 foi criado novo processo SEI-MEC **23000.022903/2019-65** e enviado o Ofício nº 337/2019/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI 1661807), com foco nos procedimentos relativos aos ativos intangíveis. Foram feitas reiteraões por meios dos seguintes documentos:

- a) Ofício nº 580/2020/GAB/SPO/SPO-MEC, de 16/11/2020 (SEI 2341107);
- b) Ofício nº 251/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 25/05/2021 (SEI 2674148);
- c) Ofício nº 828/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 29/12/2021 (SEI 3063917); e
- d) Ofício nº 467/2022/GAB/SPO/SPO-MEC, de 18/07/2022 (SEI 3445883).

No âmbito da administração direta do MEC (sede Brasília), foi enviado o Ofício nº 825/2021/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI 3063699), em 29/12/2021, à SAA. Em 2022, a SAA (UG 150002/1) mencionou que Setor de Patrimônio apontou algumas dificuldades operacionais reportadas entre Siads e Serpro que impediram a implantação do Siads que havia sido prevista para abril/2022, conforme Ofício nº 6/2022/GAB/SAA/SAA-MEC, de 04/01/2022 (SEI-MEC 3070743), processo SEI 23000.016999/2020-66.

No âmbito da administração direta do MEC (unidades sediadas na cidade do Rio de Janeiro), o INES (UG 152005/1) relatou que o instituto se encontra em processo de contratação da empresa detentora da patente do atual sistema de patrimônio do INES para realizar a migração informatizada dos dados para o Siads; e o IBC (UG 152004/1) informou que o cadastramento dos bens no Siads está em andamento.

Softwares que não são amortizados

Cabe mencionar que no âmbito do MEC, há **26 órgãos** que possuem apenas softwares de vida útil indefinida que não são amortizados.



Órgãos que possuem apenas Softwares de Vida Útil Indefinida		
1	26230	FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO
2	26242	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
3	26250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
4	26252	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
5	26253	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA
6	26254	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO
7	26257	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG
8	26267	UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA
9	26270	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
10	26272	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO
11	26276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
12	26278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
13	26282	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA
14	26285	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI
15	26404	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO
16	26412	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG
17	26417	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA
18	26424	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS
19	26426	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA
20	26429	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS
21	26437	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA
22	26442	UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA
23	26448	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA
24	26449	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
25	26452	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO
26	26453	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Fonte: TG, intangíveis com Vida Útil INDEFINIDA.

Órgãos que ainda não aderiram ao Siads

Em relação à adesão ao Siads, **98 órgãos** vinculados ao MEC já fizeram a adesão, restando **19 órgãos** a aderir, conforme mencionado na Nota do BP nº 15 – Imobilizado.

Ajustes de Exercícios Anteriores: Intangíveis

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, e são reconhecidos diretamente à conta do patrimônio líquido, sem registro nas contas de resultado (variações patrimoniais ativas e/ou variações patrimoniais diminutivas).

O registro pode ser tanto a débito quanto a crédito; assim, registros que tenham como contrapartida uma incorporação/aumento de intangível gerará um crédito (aumento) na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores; uma redução/desincorporação de intangíveis gerará um débito (diminuição) na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, com reflexo diretamente no PL.

De acordo com o MCASP (Parte II, PCP), no primeiro exercício de implementação das normas como por exemplo quando o órgão dá início ao cálculo e registro da amortização, por se tratar de uma mudança na política contábil, será necessário realizar ajustes patrimoniais, efetuando lançamento no ativo em contrapartida à conta Ajustes de Exercícios Anteriores do grupo Resultados acumulados no PL. Para os bens adquiridos/registrados em exercícios anteriores, a contabilização no exercício corrente contemplará o somatório da amortização considerada no conjunto desses bens até essa data de corte e o registro posterior se dará da mesma forma para os bens adquiridos no



exercício corrente, em que registro se dará com base no cálculo mensal, com contabilização na conta de resultado (VPD) do exercício, não impactando diretamente o Patrimônio Líquido do órgão/entidade.

A principal conta utilizada pelas autarquias, fundações públicas e administração direta é a conta **23711.03.00**. As empresas públicas utilizam a conta **23722.03.00** para o registro dos ajustes em seu âmbito.

Nesse trimestre houve registros na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores em contrapartida Intangíveis, incluindo a conta de Amortização Acumulada, todos negativos, resultando num montante de **R\$ 15.767.546,80**, impactando negativamente o PL consolidado do MEC em igual montante

Nota 17 – BP: Ativos Contingentes

Os Ativos Contingentes são registrados em contas de Controle (Classe 89991.XX.XX).

No âmbito do MEC apenas quatro órgãos apresentaram registros de Ativos Contingentes, sendo num total de R\$ 5,056 milhões, um acréscimo de 19,01%.

Cabe destacar que o IFPR tem 100% do seu valor referente ao registro de ativo contingente em razão dos editais de concurso público 06/2019, 08/2019 e 09/2019, no valor de R\$ 1,517 milhão, o que corresponde a 30,02% do total.

Tabela 61 – BP: Ativos Contingentes por Órgão

R\$ 1,00

ATIVOS CONTINGENTES – por Órgão		30/09/2023	31/12/2022	AH %	AV % 2023
26236	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.867.498,02	2.479.613,36	-24,69%	36,96%
26238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	249.229,43	249.229,43	0,00%	4,93%
26411	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	1.419.226,08			28,09%
26432	INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	1.517.059,90	1.517.059,90	0,00%	30,02%
Total		5.053.013,43	4.245.902,69	19,01%	100,00%

Fonte: Siafi, Tesouro Gerencial, Ativos Contingentes.

Diversos Responsáveis

Até julho de 2017, a conta de Créditos por Dano ao Patrimônio (11341.00.00) explicitava extensa relação de ocorrências relacionadas predominantemente a responsáveis por Subvenções (1989 a 1990), e convênios firmados em data posterior, por este ministério, que deram causa à instauração de Tomadas de Contas Especiais que têm como concedentes de recursos **as unidades da administração direta integrantes da UPC - Administração Direta/MEC**.

Considerando que as baixas por quitação de responsáveis foram mínimas e que muitas das quais que foram julgadas não tiveram a correspondente baixa registrada por possível falta de conhecimento da decisão nas unidades concedentes, foi-se acumulando um volume considerável de casos pendentes. Em vista disso, a Setorial Contábil/MEC resolveu buscar auxílio dos órgãos superiores a fim de encontrar uma alternativa de solução para o impasse surgido na regularização dos saldos da presente conta.

A Controladoria-Geral da União - CGU foi consultada em primeiro lugar, mas o setor responsável pelo controle dos processos de Tomadas de Contas Especiais não detectou os registros correspondentes às decisões do Tribunal de Contas da União - TCU que lhes diziam respeito. Assim, fomos orientados a recorrer ao TCU para uma avaliação dos dados.



Nesse sentido, realizou-se uma reunião inicial com o senhor Secretário de Controle Externo da Secex Educação, Cultura e Desporto do TCU e, em seguida, por meio do Ofício nº 155/2013/GAB/SPO/SE/MEC, de 23 de dezembro de 2013, foi encaminhada a relação dos dados dos responsáveis para avaliação. Porém, foram inúteis as tentativas de pesquisas por parte dos técnicos dessa Corte de Contas para identificar o julgamento dos processos de TCE, bem como a situação dos respectivos responsáveis, visando a atualização da conta contábil.

O TCU, em resposta por intermédio do Ofício nº 0047/2014-TCU/Secex Educ, de 10/2/2014, mencionou que em face das várias dificuldades encontradas na identificação de tais responsáveis em seus sistemas de informação, notificou a esta SPO da impossibilidade de prestar as informações solicitadas, nos termos que se seguem: “Assim, infelizmente, não é possível a esta Secretaria fornecer os dados sobre as TCEs da forma como solicitada pela SPO/SE/MEC no Ofício 155/2013”.

Por último, refere-se a Secex/TCU a “um sistema de uso interno do qual é possível extrair diversos dados sobre as TCEs abertas que envolvam a função Educação e que se encontram tramitando neste Tribunal, incluindo número de processo no TCU, município, tipo de irregularidade, órgão repassador, programa, objeto, ano e valor do dano.”. À época, fizemos contato com a área responsável por tal sistema, mas também não foi possível identificar nenhuma das informações requeridas.

Segundo avaliação do secretário, o sistema de informações do TCU não dispõe de meios de recuperar informações mais antigas de maneira a contemplar as pendências existentes neste ministério. De qualquer modo, ele julgou válido que o MEC tivesse levantado a questão a fim de dar ciência dessa limitação àquela Corte de Contas.

Contatos, a esse respeito, também foram realizados a CCONT/STN, que informou em meio de e-mail enviado a esta setorial contábil em 27/06/2014, não competir à Secretaria do Tesouro Nacional autorizar a baixa de registros de responsabilidades dos agentes pelos danos materiais causados à Fazenda Pública, em descumprimento das normas pertinentes, assim como os danos causados por terceiros relativos à Tomada de Contas Especiais - TCE e ainda acrescentou:

“Nesse sentido, e tendo em vista a justificativa apresentada em sua demanda sobre a não identificação dos processos correspondentes aos registros em epígrafe, sugiro contatar novamente o Tribunal de Contas da União, uma vez que os registros dos responsáveis aconteceram com base em fatos geradores de exercícios anteriores ao ano de 2000, mencionados em seu e-mail”

Em cumprimento a determinação do TCU, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN migrou a referida conta para o grupo referente às contas de controle (classes 7 e 8). Desde agosto de 2017, o saldo referente às contas de “Diversos Responsáveis Apurados” de **R\$ 38.353.000,58** que era contabilizado na conta de ativo 1.1.3.4.1.02.00 - Crédito por dano ao Patrimônio passou a ser contabilizado nas contas 797320000 e 897320000 (Diversos Responsáveis Apurados).

Até o encerramento do exercício de 2018, a questão permaneceu indefinida e sem solução ao alcance desta Setorial Contábil/MEC, não atendendo plenamente ao disposto na Macrofunção 02.03.38 - “Diversos Responsáveis”, nos termos a seguir:

“2.2 – (...) a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar providências com vistas à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e ao imediato ressarcimento ao erário”.

Diante disso, a Setorial Contábil/MEC, em março de 2019, levou novamente o assunto à apreciação da Secex.

Em resposta à solicitação encaminhada pela CCON/CGF/SPO, a SecexEduc/TCU enviou por e-mail 19/03/2019 uma planilha com a situação de alguns processos com os seguintes esclarecimentos: “o sistema informatizado do TCU que contempla as tomadas de contas especiais (sistema e-TCE) somente tem informações de processos autuados a partir de 2017. Informaram que foram adotados esforços, na medida do possível para a identificação de processos. O TCU acrescentou colunas à planilha sobre a identificação dos processos em que a informação “não localizado” não significa que não exista processo no TCU, mas apenas que não foi possível a localização com os dados constantes das planilhas enviadas pelo MEC; a informação da coluna “diversas TCEs” significa que foram encontrados processos de TCEs “em desfavor do responsável, mas não foi possível identificar o processo constante da planilha em razão



da ausência de informações pertinentes". Por fim, foi indicado pela SECEX/TCU um link de pesquisa para possível identificação dos demais processos.

Em 2020, o saldo das contas de “Diversos Responsáveis Apurados” apresentou o montante de **R\$ 50.425.808,33**, tendo permanecido inalterado até o encerramento do exercício de **2022**.

A documentação e as providências adotadas pela Setorial Contábil/MEC constam do processo SEI-MEC 23000.020803/2021-19.

Nota 18 – BP: Passivo Circulante

De acordo com o MCASP, no Balanço Patrimonial, o passivo é classificado em passivo financeiro e passivo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

O passivo financeiro corresponde às obrigações correlatas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não foram pagas; e aos passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções.

Dessa forma, o passivo financeiro não será composto apenas pelas contas da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) com atributo (F), pois a essas contas deve-se somar o saldo das despesas orçamentárias empenhadas cujos fatos geradores da obrigação patrimonial ainda não tenham ocorrido, obtido na conta Crédito Empenhado a Liquidar. Destaca-se que ao final do exercício, o passivo financeiro poderá também contemplar os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados a liquidar.

O passivo permanente corresponde aos passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Após o empenho, considera-se efetivada a autorização orçamentária, e os passivos passam a integrar o passivo financeiro.

O PCASP e este Manual utilizam as letras (F) ou (P) para indicar se são contas de ativo ou passivo financeiro ou permanente, respectivamente.

Nota 19 – BP: Fornecedores e Credores

A tabela abaixo apresenta a evolução e a composição de Fornecedores e Contas a Pagar, segregando essas obrigações entre Fornecedores Nacionais e Estrangeiros e prazo de exigibilidade: Circulante e Não Circulante.

O MEC apresentou um saldo de R\$ 629,374 milhões relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar sendo R\$ 617,434 milhões de Curto Prazo (98,10%), cuja maioria refere-se a Fornecedores Nacionais. No Longo Prazo o saldo refere-se apenas a Credores Nacionais.

Tabela 62 – BP: Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

R\$ 1,00

Fornecedores	30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
CIRCULANTE	618.987.112,73	766.267.685,17	-19,22%	98,35%
Nacionais	617.434.823,61	764.763.303,03	-19,26%	98,10%
Estrangeiros	1.552.289,12	1.504.382,14	3,18%	0,25%
NÃO CIRCULANTE	10.387.467,17	10.871.707,97	-4,45%	1,65%
Total	629.374.579,90	777.139.393,14	-19,01%	100,00%

Fonte: Siafi, Tesouro Gerencial, Fornecedores e Contas a Pagar - Composição.

A tabela e o gráfico abaixo apresentam a composição de Fornecedores e Contas a Pagar por Grupo de Órgãos.

As universidades concentram o maior montante com R\$ 375,224 milhões do total de R\$ 629,374 milhões, o correspondente a 59,62% do total no âmbito do MEC, seguidas do grupo de outras unidades com R\$ 130,706 milhões e dos institutos com R\$ 117,445 milhões.

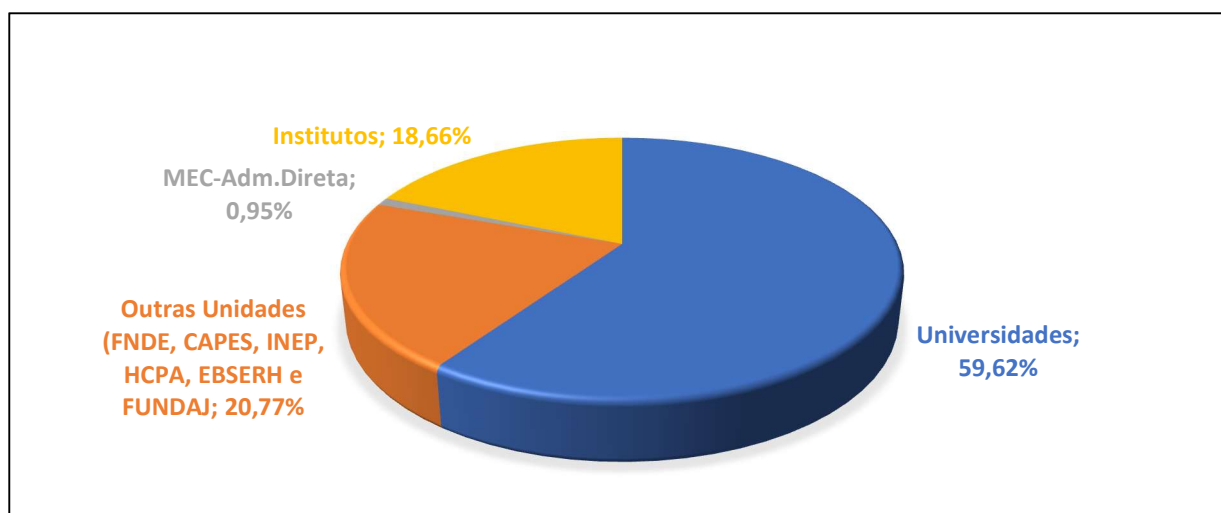
Tabela 63 – BP: Fornecedores e Contas a Pagar – por Grupo de Órgãos

R\$ 1,00

Fornecedores – Grupo de Órgãos Contratante	30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
Universidades	375.224.184,64	363.059.918,05	3,35%	59,62%
Outras Unidades (FNDE, CAPES, INEP, HCPA, EBSERH e FUNDAJ)	130.706.744,17	306.741.989,55	-57,39%	20,77%
MEC-Adm.Direta	5.998.503,85	8.571.858,80	-30,02%	0,95%
Institutos	117.445.147,24	98.765.626,74	18,91%	18,66%
Total	629.374.579,90	777.139.393,14	-19,01%	100,00%

Fonte: Siafi, Tesouro Gerencial, Fornecedores e Contas a Pagar por Grupo de Órgãos.

Gráfico 2 – BP: Fornecedores e Contas a Pagar – por Grupo de Órgãos



Fonte: Tesouro Gerencial, formatação pela Setorial Contábil.

Na próxima tabela estão demonstrados os órgãos contratantes com os valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar no período em análise:

- No Órgão 1, 26443: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, está presente o maior montante, R\$ 93,397 milhões em relação a Fornecedores e Contas a Pagar o correspondente a 14,84% e apresentou uma redução de 28,20%;
- No Órgão 2, 26294: Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA, está registrando o segundo maior montante, R\$ 30,845 milhões, com uma redução de 4,28%, e representa 4,90% do total;
- No Órgão 3, 26246: Universidade Federal de Santa Catarina, está registrado o terceiro maior montante, R\$ 25,574 milhões, tendo apresentado uma redução de 39,58%, e representa 4,06% do total de Fornecedores no âmbito do MEC.



Tabela 64 – BP: Fornecedores e Contas a Pagar - Por Órgão Contratante

R\$ 1,00

Fornecedores - Órgão Contratante		30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
26443	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	93.397.877,19	130.073.647,11	-28,20%	14,84%
26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	30.845.416,06	32.224.064,42	-4,28%	4,90%
26246	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	25.574.463,78	42.326.660,26	-39,58%	4,06%
26271	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	20.922.140,27	14.403.006,02	45,26%	3,32%
26245	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	20.354.687,37	20.118.967,40	1,17%	3,23%
26232	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	18.412.991,02	43.260.794,84	-57,44%	2,93%
26242	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	15.701.596,07	4.651.794,65	237,54%	2,49%
	Demais Órgãos MEC	404.165.408,14	490.080.458,44	-17,53%	64,22%
Total		629.374.579,90	480.705.161,60	30,93%	100,00%

Fonte: Siafi, Tesouro Gerencial, Fornecedores e Contas a Pagar por Órgão Contratante.

Para extração da consulta no TG referente à tabela seguinte de “Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor”⁶² foi utilizado um filtro para valores maiores ou iguais a R\$ 5 milhões; portanto, o somatório da tabela é de R\$ 75,4 milhões e não R\$ 629,374 milhões.

Adiante estão relacionados os fornecedores contratados pelos órgãos vinculados ao MEC, cujos contratos são superiores a R\$ 5 milhões, onde pontuamos:

- Fornecedor A (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa) contratada pela UFMG para apoio a diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão, com execução em unidades gestoras da Universidade;
- Fornecedor B (Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF) contratada para diversos projetos: Projeto Corrida e Caminhada UFF 9km - Circuitos Regionais no Estado do Rio de Janeiro; Projeto UFF Futebol Nacional nos Estados brasileiros; Projeto CIDADANIA, CONTROLE DA AÇÃO POLICIAL E ENFRENTAMENTO AO RACISMO: Gestão da Insegurança, intolerância e exclusão nos espaços populares no Rio de Janeiro; Projeto Diagnóstico territorial de políticas e ações afirmativas raciais e de gênero no orçamento público de Niterói; Projeto Mirante; Projeto Mestrado Interinstitucional PPGDC-UFF e DP-MA, entre outros;
- Fornecedor C (Fundação Espírito Santense de Tecnologia) contratada para diversos projetos: Apoio ao Projeto de Desenvolvimento Institucional das Atividades Integradas de Cultura da UFES; Transporte dos Estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo; Programa de Extensão Cursos de Línguas; Projeto de Extensão Denominado Núcleo Universitário de Agroecologia e Reforma Agrária Popular – Nuara; Projeto Semanas do Conhecimento, entre outros;
- Fornecedor D (Fundação da Universidade Federal do Paraná para O Desenvolvimento) contratada para diversos projetos, sendo o maior referente a Instituições de Pesquisa e Des. Institucional - PROPLAN - Hospital das Clínicas da UFPR;
- Fornecedor E (Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina) contratada pela UFSC possuindo o quinto maior montante totalizando R\$ 7,378 milhões, o que justifica a origem do valor registrado no Órgão 26246 apontado na tabela anterior. A contratação refere-se ao apoio administrativo e financeiro pela Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina no Projeto Institucional intitulado "Estruturação de um Observatório de Inteligência para a Universidade Federal de Santa Catarina", financiado pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC.

⁶² Em relação ao Órgão Contratante 1: Ebserh (tabela anterior) cabe mencionar que embora tenha apresentado o maior montante (tabela anterior), os fornecedores por ela contratados não aparecem listados na tabela seguinte porque esse órgão possui diversos contratos realizados pelos hospitais universitários em montantes menores, inferiores a R\$ 5 milhões.

A consulta aos dados do objeto dos contratos com Fornecedores foi feita no Siafi Web (transação CONNE por CNPJ) e na conta de 21311.04.00 por CNPJ.



Tabela 65 – BP: Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor

R\$ 1,00

Fornecedor	Órgão Contratante	30/09/2023	AV %
A.18720938000141	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	10.615.987,16 14,07%
B.03438229000109	FUNDACAO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL A UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	8.706.170,61 11,54%
C.02980103000190	FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	7.477.176,98 9,91%
D.78350188000195	FUNDACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA PARA O DESEN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	7.378.995,53 9,78%
E.82895327000133	FUNDACAO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	7.372.744,92 9,77%
F.00799205000189	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	7.320.049,00 9,70%
G.33352394000104	COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	7.182.378,19 9,52%
H.14645162000191	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	7.042.739,65 9,33%
I.46563938001354	CANON MEDICAL SYSTEMS DO BRASIL LTDA	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	6.604.641,33 8,75%
J.07060718000112	FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DESENVOL DA UFMA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	5.708.503,35 7,57%
Total		75.454.585,72	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedor, Filtro TG maior ou igual a R\$ 5 milhões.

Nota 20 – BP: Obrigações Contratuais

Neste trimestre o MEC apresentou um saldo de R\$ 28,310 bilhões relacionados a Obrigações Contratuais, sendo o maior montante referentes a Serviços, com 22,068 bilhões (81,48%) do total.

O segundo maior montante refere-se a Fornecimento de Bens, com R\$ 4,926 bilhões (17,402%) do total e teve uma redução de 98,37%.

Cabe destacar que a redução no item de Fornecimento de Bens está relacionada ao valor **exorbitante relativo às Obrigações Contratuais de Fornecimento de Bens (R\$ 302,200 bilhões) em 2022** decorrente de registro equivocado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Órgão 26405) pelo **Campus Caucaia (UG 158960/26405)**, no montante de R\$ 297.259.269.945,00.

O órgão providenciou a regularização no mês de janeiro de 2023. Esse valor será demonstrado nas próximas tabelas e irá distorcer o valor de Obrigações Contratuais.

A Setorial Contábil/MEC solicitou esclarecimentos ao Órgão por meio das Mensagens Comunica Siafi nº 2023/3146442 e 2023/3146444, em 26/01/2023.

Em resposta, o Órgão prestou os seguintes esclarecimentos (Mensagem Comunica Siafi nº **2023/3152329**, de 27/01/2023, da UG 158133: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA (Setorial Contábil do IFCE):

O valor registrado pela UG 158960 (CAUCAIA/IFCE) na conta 812310401 – CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUÇÃO no CNPJ nº 29.725.927/0001-70 não corresponde a realidade do valor contratado.

Ocorreu uma divergência de valor no registro efetuado, percebido pela unidade somente após o final do exercício, o que acabou refletindo nas demonstrações contábeis de 2022 do órgão. Informo que já foi efetuado o ajuste no SIAFI regularizando o valor. Informo ainda que a divergência está sendo citada em Nota explicativa do órgão. Sobre os dados corretos do Contrato, segue: UG 158960 - IFCE CAMPUS CAUCAIA

CONTRATO: nº 12/2022

OBJETO: aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de refeições a estudantes (PNAE)

CONTRATADO: CNPJ nº 29.725.927/0001-70 BMP DE SOUSA COMERCIAL-EIRELI

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 167.036,60

**Tabela 66 – BP: Obrigações Contratuais - Composição****R\$ 1,00**

Obrigações Contratuais - Composição	30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
Serviços	23.068.170.587,28	19.867.731.623,99	16,11%	81,48%
Fornecimento de Bens	4.926.482.723,50	302.200.375.528,70	-98,37%	17,40%
Aluguéis	238.190.196,59	171.947.902,25	38,52%	0,84%
Seguros	47.742.751,97	45.055.770,92	5,96%	0,17%
Demais	25.132.896,22	40.132.896,22	-37,38%	0,09%
Empréstimos e Financiamentos	4.699.896,42	3.500.044,97	34,28%	0,02%
Total	28.310.419.051,98	322.328.743.767,05	-91,22%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, Obrigações Contratuais - Composição.

Em seguida, apresenta-se as Obrigações Contratuais Grupo de Órgãos contratantes no âmbito do MEC. Verifica-se que o maior volume de recursos se concentra no grupo de Outras Unidades com R\$ 14,55 bilhões), seguido das Universidades com R\$ 10,620 bilhões e Institutos com R\$ 2,963 bilhões.

A redução no grupo dos Institutos está relacionada à situação mencionada anteriormente de registro equivocado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Órgão 26405), **Campus Caucaia (UG 158960/26405)**, no montante de R\$ 297.259.269.945,00.

Tabela 67 – BP: Obrigações Contratuais - Por Grupo de órgãos**R\$ 1,00**

Obrigações Contratuais - por Grupo de Órgãos	30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
Outras Unidades (FNDE, CAPES, INEP, HCPA, EBSEH e FUNDAJ)	14.555.321.263,05	12.005.713.424,64	21,24%	51,41%
Universidades	10.620.067.012,75	10.077.123.536,44	5,39%	37,51%
Institutos	2.963.497.466,91	299.833.014.024,12	-99,01%	10,47%
MEC-Adm.Direta	171.533.309,27	412.892.781,85	-58,46%	0,61%
Total	28.310.419.051,98	322.328.743.767,05	-91,22%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, Obrigações Contratuais por Grupo de Órgãos.

A tabela abaixo apresenta a relação dos órgãos integrantes do grupo de Outras Unidades que apresentaram os maiores montantes de Obrigações Contratuais. O FNDE e o INEP possuem os valores R\$ 7,281 bilhões (50,02%) e R\$ 2,799 bilhões (19,23%), respectivamente.

O acréscimo no órgão 26443 está relacionado a contratações realizadas pela Ebserh (Sede) e no âmbito dos hospitais universitários, que inclui contratos de arrendamento operacional/mercantil de direito de uso de imóveis de longo prazo (D – 12431.01.01 / C – 22891.29.00).

Tabela 68 – BP: Obrigações Contratuais – Outras Unidades**R\$ 1,00**

Outras Unidades: Órgãos	30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	7.281.035.780,32	5.795.116.081,85	25,64%	50,02%
26290 INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	2.799.395.425,36	1.827.359.142,98	53,19%	19,23%
26443 EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	2.582.589.311,57	2.138.379.807,73	20,77%	17,74%
26291 FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1.271.462.964,72	1.695.909.146,10	-25,03%	8,74%
26294 HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	616.687.815,98	545.774.411,28	12,99%	4,24%
26292 FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	4.149.965,10	3.174.834,70	30,71%	0,03%
Total	14.555.366.462,05	12.005.758.350,64	21,24%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, Obrigações Contratuais - Outras Unidades.

Em seguida, apresenta-se a tabela de Obrigações Contratuais (R\$ 28,310 bilhões) no conjunto de todos os órgãos contratantes no âmbito do MEC que apresentaram os valores mais expressivos no período em análise. Apenas duas universidades estão entre as maiores contratantes, UFSC e UFPA; os maiores montantes estão nos órgãos do grupo de Outras Unidades (FNDE, Inep, Ebserh, CAPES).



Tabela 69 – BP: Obrigações Contratuais - Por Órgão Contratante

7

R\$ 1,00

Órgãos Contratantes		30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
Órgão 1	26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	7.281.035.780,32	5.795.116.081,85	25,64%	25,72%
Órgão 2	26290 INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	2.799.395.425,36	1.827.359.142,98	53,19%	9,89%
Órgão 3	26443 EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	2.582.589.311,57	2.138.379.807,73	20,77%	9,12%
Órgão 4	26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.417.817.085,92	1.291.493.937,10	9,78%	5,01%
Órgão 5	26291 FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1.271.462.964,72	1.695.909.146,10	-25,03%	4,49%
Órgão 6	26239 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	1.247.628.174,08	1.202.553.472,87	3,75%	4,41%
Outros <R\$ 650,00 milhões		11.710.490.310,01	308.377.932.178,42	-96,20%	41,36%
Total		28.310.419.051,98	322.328.743.767,05	-91,22%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, Obrigações Contratuais por Órgão Contratante.

Fazendo-se uma correlação entre a tabela anterior (Órgãos Contratantes) com a tabela seguinte (Fornecedores Contratados), verifica-se que os maiores montantes de fornecedores contratados estão registrados nos seguintes órgãos:

- FNDE (Órgão 1):** tem como contratados o Banco do Brasil (Contratado A), a Editora FTD (Contratado D), a Editora Moderna (Contratado E), a Editora Ática (Contratado F), e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo (Contratado J);
- INEP (Órgão 2):** tem como contratados a Fundação Getúlio Vargas (Contratado C), CEBRASPE (Contratado G), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo (Contratado I), Fundação Cesgranrio (Contratado K) e Plural Indústria Gráfica (Contratado M);
- EBSERH (Órgão 3):** Os contratados da EBSERH não aparecem na tabela abaixo pois os contratos existentes têm valores abaixo de 250 milhões.

Tabela 70 – BP: Obrigações Contratuais - Por Contratado

R\$ 1,00

N.	Órgão Contratante	Contratado	30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
A	26298	BANCO DO BRASIL SA	2.159.615.383,39	262.723.732,87	722,01%	7,63%
B	26239	FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	1.010.943.729,15	1.000.439.650,18	1,05%	3,57%
C	26290	FUNDACAO GETULIO VARGAS	810.124.586,99	743.481.159,99	8,96%	2,86%
D	26298	EDITORIA FTD S A	704.811.834,82	725.328.640,66	-2,83%	2,49%
E	26298	EDITORIA MODERNA LTDA	652.948.957,60	653.265.244,51	-0,05%	2,31%
F	26298	EDITORIA ATICA S.A.	571.735.710,42	597.625.080,95	-4,33%	2,02%
G	26290	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E	511.278.850,64	66.592.839,16	667,77%	1,81%
H	26291	GEORGE CADISH	479.230.883,41	758.883.113,41	-36,85%	1,69%
I	26290	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	446.035.405,62	250.364.215,48	78,15%	1,58%
J	26298	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	412.794.964,23	418.853.907,51	-1,45%	1,46%
K	26290	FUNDACAO CESGRANRIO	338.273.259,04	304.615.412,05	11,05%	1,19%
L	26232	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO	333.202.654,37	314.437.456,69	5,97%	1,18%
M	26290	PLURAL INDUSTRIA GRAFICA LTDA	290.922.699,72	163.742.176,30	77,67%	1,03%
N	26238	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	288.964.920,75	307.595.761,18	-6,06%	1,02%
Outros < R\$ 250 milhões			19.299.535.211,83	315.760.795,376,12	-93,89%	68,17%
Total			28.310.419.051,98	322.328.743.767,05	-91,22%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, Obrigações Contratuais por Contratado.

No quadro a seguir estão elencados os objetos contratuais dos contratados listados na tabela acima.

**Quadro 14 – Contratados – Objeto e principais transações**

Contratado	Objeto	Data de assinatura	Valor Inicial	Término da Vigência	Termos Aditivos
FUNDAÇÃO CESGRANRIO	Contrato 12/2019. Contratação de instituição especializada para operacionalização da aplicação do SAEB 2019.	15/08/2019	180.025.803,64	15/08/2020	Sim
	Contrato 34/2018. Operacionalização de todas as atividades necessárias à aplicação dos instrumentos, processamento e análise de resultados do Pré-Teste de Itens, para até 425.600 alunos/estudantes respondentes e aplicação de pré-teste de itens de questionários contextuais para até 179.220 respondentes, que serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico e seus encartes.	26/09/2018	38.792.398,85	25/09/2019	Sim
	Contrato 24/2017. Aplicação do Exame Nacional para certificação de Competências de jovens e Adultos ENCCCEJA.	18/09/2017	91.911.110,57	17/09/2018	Sim
	Contrato 19/2017. Contratação para operacionalização de todas as atividades necessárias as aplicações do SAEB.	09/08/2017	205.909.490,66	08/08/2018	Sim
	Contrato 15/2017. Contratação de Consórcio para prestação de serviços especializados de aplicação para o Exame do Ensino Médio ENEM.	19/07/2017	525.190.375,13	18/07/2018	Sim
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	Contrato 02/2020. Contratação de empresa especializada para operacionalização da aplicação do pré-teste e da aplicação principal da avaliação em larga escala do Pisa 2021.	16/03/2020	2.390.000,00	16/03/2022	Sim
	Contrato 13/2019. Serviços de operacionalização dos procedimentos à aplicação do Estudo Regional Comparativo e Explicativo ERCE.	16/10/2019	1.278.872,51	16/10/2020	Sim
EDITORA ÁTICA S.A.	Contrato 332/2020. Aquisição de obras literárias, destinadas aos estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) das escolas da educação básica pública, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD Literário 2020.	21/12/2020	2.182.201,97	17/12/2021	Sim
	Contrato 154/2020. Aquisição de livros didáticos para atender ao Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2019, Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º) ano reposição/complementação, para serem utilizados no ano de 2021.	13/10/2020	146.445.559,45	08/10/2021	Sim
EDITORA FTD S.A.	Contrato 138/2020. Aquisição de livros didáticos para atender ao Programa Nacional do Livro Didático PN LD 2019, Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º) ano reposição/complementação, para serem utilizados no ano de 2021.	22/12/2020	82.812.702,71	02/10/2021	Sim
	Contrato 045/2020. Aquisição de livros didáticos para atender ao Programa Nacional do Livro Didático PN LD 2018 Ensino Médio e PNLD 2020 Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) reposição/complementação, para serem utilizados no ano de 2021.	30/06/2020	81.913.967,46	17/12/2021	Sim
EDITORA MODERNA S.A	Contrato 139/2020. Aquisição de livros didáticos para atender ao Programa Nacional do Livro Didático PN LD 2019, Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º) ano reposição/complementação, para serem utilizados no ano de 2021.	07/10/2020	143.590.613,00	02/10/2021	Sim
	Contrato 041/2020. Aquisição de livros didáticos para atender ao Programa Nacional do Livro Didático PN LD 2018 Ensino Médio e PNLD 2020 Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) reposição/complementação, para serem utilizados no ano de 2021.	30/06/2020	118.153.698,36	25/06/2021	Sim
PLURAL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA	Contrato 012/2020. Serviços de produção gráfica em condições especiais de segurança e sigilo com capacidade produtiva para diagramação, impressão, manuseio, embalagem, rotulagem e entrega dos cadernos de provas e materiais administrativos destinados à realização do ENEM.	31/07/2020	63.062.387,95	31/07/2021	Sim
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO	Diversos Contratos. Apoio da FAPEX à UFBA	2018-2023			Sim
BANCO DO BRASIL S.A.*	- REPASSE PARA ATENDER AOS BOLSISTAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET - BOLSAS PET - 2023. ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA FNDE X BB PARA CRÉDITO NA CONTA 62669. R\$ 44milhões, 2023NE612001/612004 (UG 153173/15253). Processo 23034.004177/2023-98, ND 339018.	2023	210.741.753,00		



	- REPASSE PARA ATENDER DESPESAS COM BOLSISTAS DO PROJETO CONCESSAO DE BOLSAS NO AMBITO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA – 2023. ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA FNDE X BB PARA CRÉDITO NA CONTA 62944. R\$ 127 milhões, 2023NE615001/615003 (UG 153173/15253). Processo 23034.002533/2023-39, ND 339018.				
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**	Contrato 12/2021 - INEP. Serviços de objetos postais avulsos ou agrupados referente aos exames, compreendendo triagem, coleta, transporte, entrega e coleta reversa. Termo de recebimento definitivo. Serviço isento de ISS conforme decisão do STF -Enem PPL e Reaplicação 2022; Celpe-Bras 2022 e Revalida 2023; Pré-Teste Saeb; e outros. Processo 23036.004510/2021-87.	2022-2023	162.594.355,02		
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	Contrato 57/2017 – FNDE: Contratação de empresa para prestação de serviços de recebimento, conferência, armazenamento, mixagem, embalagem, paletização e postagem, junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos/Correios, de 26.550.840 exemplares de livros, formando aproximadamente 1.062.034 encomendas, referente ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2020 Literário.	29/12/2020	4.885.356,00	29/12/2021	Sim
GEORGE CADISH (Capes-Exterior)	Contrato 41/2017. UG 154004/15279 (Capes-Exterior), Identificação Siafi conta-corrente: EX1350001 . Assinatura de licença de acesso, via INTERNET à base de dados da contratada (ELSEVIR B V). Valor total especificado em dólar que convertidos ao real pela taxa de R\$ 3,2354 do dia 06/12/2017 equivale a R\$ 240.197.597,23. Número do Processo: 23038018185201733. Licitação 15400407000692017	01/01/2018	240.197.597,23	01/01/2020	Sim

Fonte: <http://compras.dados.gov.br/docs/contratos/v1/contratos.html> e Tesouro Gerencial, Obrigações Contratuais por Órgão Contratante e Contratado.

Critério de pesquisa:

http://compras.dados.gov.br/contratos/v1/contratos.html?uasg=XXXXXX&cnpj_contratada=&order_by=data_assinatura&order=desc

http://compras.dados.gov.br/contratos/v1/contratos.html?uasg=XXXXXX&cnpj_contratada=XXXXXXXXXXXXXXXXXX&order_by=data_assinatura&order=desc

*Banco do Brasil: Consulta de valores empenhados no exercício pela transação CONNE do Siafi Web na UG 153173/15253, Favorecido UG 153173/15253, ED 339018, pagos ao Banco do Brasil CNPJ: 00.000.0001/91.

** EBCT-INEP: Consulta de valores pagos no exercício pela transação CONOB UG 153978/26290, CNPJ da EBCT: 34.028.316/0001-03 e 34.028.316/0007-07. Contrato 12/2021 não localizado no Compras Contratos; identificado pelo campo Observação do DH (NP) da OB.

Obs: A coluna “Valor Inicial Contratado” leva em consideração o valor firmado no ato de assinatura do contrato, cujo valor pode apresentar decréscimo ou acréscimo com base nos termos aditivos posteriores de cada um.

Nota 21 – BP: Provisões

De acordo com o MCASP, Provisão é um passivo de prazo ou valor incerto. São obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

O termo provisão não deve remeter a elementos do ativo, como ajuste para perdas de recebíveis, por exemplo. Dessa forma, embora sejam comumente conhecidos como “provisões”, não são provisões nos termos deste capítulo os ajustes de perdas estimadas com ativos, como, por exemplo, os ajustes para perdas com investimentos e para créditos de liquidação duvidosa, inclusive o ajuste para créditos de dívida ativa. No PCASP, tais ajustes são reconhecidos como contas redutoras do ativo.

As provisões se distinguem dos demais passivos porque envolvem incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção. As provisões não se confundem com os demais passivos, tais como passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de bens ou serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo os valores devidos aos empregados, como, por exemplo, valores relacionados ao pagamento de férias e décimo terceiro salário.



Analisando as provisões no âmbito do MEC, verifica-se que há registro tanto de curto quanto de longo prazo.

Nesse período de 2023 o MEC apresentou um montante de R\$ 1,191 bilhão relacionado a provisões, sendo o maior volume registrado no longo prazo, compondo 98,61% do total.

Tabela 71 – BP: Provisões – por Exigibilidade

R\$ 1,00

Provisões - Curto e Longo Prazo	30/09/2022	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
Provisões – Curto Prazo	16.540.711,62	673.120,59	2357,32%	1,39%
Provisões – Longo Prazo	1.175.277.594,76	1.221.592.094,92	-3,79%	98,61%
TOTAL PROVISÕES CP/LP	1.191.818.306,38	1.222.265.215,51	-2,49%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, Provisões - Curto e Longo Prazo.

Fazendo-se uma correlação entre a planilha anterior e a seguinte, verifica-se que a variação negativa apresentada nas Provisões a Longo Prazo (tabela acima), está associado à redução nas Provisões para Riscos Trabalhistas e Riscos Cíveis (tabela abaixo), cujos maiores montantes estão registrados nas empresas públicas HCPA e Ebserh.

Tabela 72 – BP: Provisões – por Tipo

R\$ 1,00

PROVISÕES - por Tipo	30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
Riscos Cíveis a Curto Prazo	660.721,15	660.721,15	0,00%	4,20%
Outras a Curto Prazo	15.082.428,85	12.399,44	0,00%	95,80%
Total a Curto Prazo	15.743.150,00	673.120,59	0,00%	100,00%
Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	1.115.969.159,52	1.153.681.421,34	-3,27%	94,95%
Riscos Fiscais a Longo Prazo	315.942,47	289.964,47	8,96%	0,03%
Riscos Cíveis a Longo Prazo	58.992.492,77	67.620.709,11	-12,76%	5,02%
Total a Longo Prazo	1.175.277.594,76	1.221.592.094,92	-3,79%	100,00%
TOTAL PROVISÕES por TIPO	1.191.020.744,76	1.222.265.215,51	-2,56%	98,68%

Fonte: Tesouro Gerencial, Provisões por TIPO.

Ainda sobre os tipos de provisões, a tabela abaixo apresenta a relação de órgãos que tiveram os montantes registrados.

Nas Provisões para Riscos Trabalhistas, tanto de curto quanto de longo prazo, os maiores volumes estão registrados no HCPA (R\$ 797,677 milhões) e na Ebserh (R\$ 377,352 milhões).

Nas Provisões para Riscos Cíveis, o maior montante concentra-se na Ebserh (R\$ 34,166 milhões), com registros também no HCPA (R\$ 24,690 milhões).

Na universidade UNILA o registro de Provisão para Riscos Cíveis de Curto Prazo (R\$ 660,721 milhões) decorre de processos sob gestão da Consultoria/Procuradoria do órgão.



Tabela 73 – BP: Provisões – por Tipo e Órgãos

R\$ 1,00

Órgãos	Provisões por Tipo	30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023	
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	Outras a Curto Prazo	16.227,52	16.227,52	0,00%	0,00%
26267	UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	Riscos Cíveis a Curto Prazo	660.721,15	660.721,15	0,00%	72,81%
		Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	140.776,42	140.776,42	0,00%	15,51%
		Riscos Cíveis a Longo Prazo	106.014,45	106.014,45	0,00%	11,68%
Subtotal			907.512,02	907.512,02	0,00%	0,08%
26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	772.671.521,99	752.717.471,08	2,65%	96,87%
		Riscos Fiscais a Longo Prazo	315.942,47	289.964,47	8,96%	0,04%
		Riscos Cíveis a Longo Prazo	24.690.392,99	19.573.718,86	26,14%	3,10%
Subtotal			797.677.857,45	772.581.154,41	3,25%	67,79%
26403	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	Outras a Curto Prazo	12.399,44	12.399,44	0,00%	0,00%
26408	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	Riscos Fiscais a Curto Prazo	100.799,56		0,00%	0,01%
26411	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	696.762,06		0,00%	0,06%
26443	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	343.156.861,11	400.823.173,84	-14,39%	90,94%
		Riscos Cíveis a Longo Prazo	34.196.085,33	47.940.975,80	-28,67%	9,06%
Subtotal			377.352.946,44	448.764.149,64	-15,91%	32,07%
TOTAL			1.176.764.504,49	1.222.281.443,03	-3,72%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, Provisões por TIPO e ÓRGÃOS.

Nota 22 – BP: Passivos Contingentes

Os Passivos Contingentes representam obrigações possíveis, ou obrigação presente que possa, mas provavelmente não irá exigir uma saída de recursos⁶³.

Quando a saída de recursos se torna provável, o passivo contingente é convertido em provisão, que deverá ser reconhecido no Balanço Patrimonial.

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.

No âmbito do MEC, apenas quatro órgãos vinculados apresentaram registros de Passivos Contingentes.

Do total registrado no âmbito do MEC na conta 84110.00.00 (Passivos Contingentes Previstos), o maior montante, R\$ 70,488 milhões foram apropriados pelo HCPA, 64,72%, e estão relacionados a ações cíveis e administrativas, trabalhistas e tributárias, classificadas como “perda possível” pela Consultoria Jurídica da referida empresa, em conformidade com a Portaria Normativa da AGU nº 68⁶⁴, de 18 de novembro de 2022.

Na universidade UNILA, compõe o montante o registro realizado em 2019 no total de R\$ 36.437.614,64 referente ao Consórcio Mendes Júnior Schahin, conforme processo 9886/2019-58 e planilha nº 186/2019-PF.

O registro no Siafi é feito pelo próprio órgão em contas de Controle (Atos Potenciais).

⁶³ CTSP 01/2023: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

⁶⁴ Portaria Normativa AGU nº 68, de 18/11/2022 (publicada em Boletim Interno) revogou a Portaria AGU nº 40, de 10/02/2015: <https://www.gov.br/agu/pt-br/normas-da-agu/PORTARIANORMATIVA068INFORMAESDEAESJUDICIAISQUEREPRESENTAMRISCOSFISCAISUNIO.pdf>



Tabela 74 – BP: Passivos Contingentes por órgão

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES – por Órgão		30/09/2023	31/12/2022	AH %	AV % 2023
26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	70.488.838,70	57.970.565,25	21,59%	64,72%
26267	UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	36.437.614,64	36.437.614,64	0,00%	33,46%
26258	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	1.253.089,47	1.253.089,47	0,00%	1,15%
26241	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	729.162,06	729.162,06	0,00%	0,67%
Total		108.908.704,87	96.390.431,42	12,99%	100,00%

Nota 23 – BP: Outras Obrigações a Curto Prazo

Dando continuidade à análise dos passivos do MEC, o item referente às “**Demais Obrigações a Curto Prazo**” do Balanço Patrimonial (grupo de contas 218000.00.00) apresentou a maior relevância em relação ao total do passivo circulante.

Dos R\$ 13,783 bilhões registrados nesse item, a maior parte, R\$ 11,206 bilhões⁶⁵ (tabela adiante) se deve à nova rotina implantada pela STN em janeiro de 2019 referente à contabilização de Termo de Execução Descentralizada - TED, que registra uma obrigação (Transferências Financeiras a Comprovar – conta 21892.06.00) na UG recebedora (universidades, institutos etc.) de recursos recebidos do MEC. Anteriormente à implantação da rotina, o item apresentava um montante de R\$ 969,813 milhões (tabela adiante).

Tabela 75 – BP: Passivo Circulante - Composição

R\$ 1,00

PASSIVO CIRCULANTE	30/09/2023	31/12/2022	AV% 2023
Demais Obrigações a Curto Prazo	13.783.765.539,75	11.759.560.544,89	60,11%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8.303.193.726,47	6.847.872.567,30	36,21%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	618.987.112,73	766.267.685,17	2,70%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	207.305.018,65	206.693.379,18	0,90%
Provisões a Curto Prazo	16.540.711,62	673.120,59	0,07%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.265.419,83	1.421.134,85	0,01%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	138.082,68	448.768,71	0,00%
Total	22.932.195.611,73	19.582.937.200,69	100,00%

Fonte: Siafi, BP e Balancete, contas do grupo 21800.00.00.

Ainda sobre a nova rotina de TED, enquanto houver recursos pendentes de comprovação pela UG recebedora, a UG descentralizadora permanecerá com o registro do direito a receber na conta 11382.38.00 (Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada) e a UG recebedora terá o registro do passivo da obrigação de prestar contas na conta 21892.06.00 (Transferências Financeiras a Comprovar), conforme lançamento contábil abaixo.

Lançamento na UG repassadora:	Lançamento da UG recebedora:
D – 113823800 – Adiantamento TED	D – 364020100 – VPD Incorporação de Passivos
C – 463920100 – VPA Outros Ganhos c/ Incorporação de Ativo	C – 218920600 – Transferências Financeiras a Comprovar TED

Portanto, a conta de Obrigação 21892.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar (TED) - que integra o grupo de **Demais Obrigações a Curto Prazo**, que não possuía saldo em dezembro de 2018, passou a apresentar R\$ 10,081 bilhões em 2019 e neste trimestre R\$ 11,203 bilhões.

⁶⁵ Dados: Balancete, Órgão Superior 26000, conta 21891.06.00.



Tabela 76 – BP: Demais Obrigações do Passivo Circulante

R\$ 1,00

DEMAIS OBRIGAÇÕES	30/09/2023	31/12/2022	31/12/2018	AH (2023/2018)
Demais Obrigações a Curto Prazo	13.783.765.539,75	11.759.560.544,89	969.813.831,57	1321,28%
21880.00.00 - Valores Restituíveis	2.044.937.172,96	677.208.349,69	521.732.688,68	291,95%
21890.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo	11.727.649.790,89	11.070.730.428,35	420.552.926,79	2688,63%
21892.06.00 - Transferências Financeiras a Comprovar	11.203.060.769,01	11.223.930.514,71	-	-

Fonte: Siafi, Balancete, 2023.

Nota 24 – BP: Passivo Não Circulante

Em relação ao item de Resultado Diferido⁶⁶, cabe mencionar que compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

O maior montante do item de Resultado Diferido está registrado na Ebserh, R\$ 938,479 milhões, e refere-se à “APROPRIAÇÃO DE VPA DIFERIDA DE CONTRATUALIZAÇÃO SUS CONFORME PROCESSO SEI 23477.006359/2023-94, DESPACHO - SEI SCH/CGAH/DEPAS (29013654) E CONTROLE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA:ANEXO RELATORIO_SUS_202303 (29133793) SUBVENÇÃO A APLICAR.” Contas (D – 46311.01.00 / C - 22911.00.00).

Sobre o item de Provisões a Longo Prazo, grande parte está registrada nas empresas públicas, relativas indenizações trabalhistas, cíveis, administrativas e tributárias no HCPA e na Ebserh.

Tabela 77 – BP: Demais Obrigações do Passivo Não Circulante

R\$ 1,00

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	30/09/2023	31/12/2022	AH %	AV% 2023
Provisões a Longo Prazo	1.175.277.594,76	1.221.592.094,92	-3,79%	53,67%
Resultado Diferido	939.232.737,72	741.086.359,42	26,74%	42,89%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	54.424.338,68	56.973.532,29	-4,47%	2,49%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	10.387.467,17	10.871.707,97	-4,45%	0,47%
Demais Obrigações a Longo Prazo	9.616.636,31	14.796.280,89	-35,01%	0,44%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	932.057,93	932.057,93	0,00%	0,04%
Total	2.189.870.832,57	2.046.252.033,42	7,02%	100,00%

Fonte: Siafi Web, BP: Passivo Não Circulante.

Fornecedores de Longo Prazo

No âmbito da administração direta do MEC, na UG 150011/1 (SESu), existe um passivo contabilizado na conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo (223110100) no valor de **R\$ 255.387,29**, decorrente da aquisição de equipamentos médico-hospitalares para as universidades e seus hospitais universitários, no âmbito Programa de Modernização e Consolidação da Infraestrutura Acadêmica da IFES e seus HUs, na década de 1990 (contrapartida da conta de Importações em Andamento, conta 123110702).

Em 15/08/2019, a Setorial Contábil/MEC formalizou o processo (SEI-MEC 23000.022489/2019-94) e enviou por meio do Ofício nº 352/2019/GAB/SPO-MEC, a documentação de que dispunha relativa às

⁶⁶ A conta de Resultado Diferido compreende também o saldo existente na antiga conta de Resultado de Exercícios Futuros em 31 de dezembro de 2008.



publicações no DOU, o número das concorrências internacionais, a relação de processos cadastrados e a legislação referente à gestão de bens públicos para subsidiar as providências de circularização às universidades e HUs.

Em setembro de 2020, a SESu enviou o Ofício-Circular nº 17/2020/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC, de 25/09/2020, aos dirigentes das Instituições Federais de Ensino solicitando o encaminhamento de comprovação, certificação, declaração, termo do recebimento, ou documentos similares, referentes aos equipamentos adquiridos por meio do citado Programa de Modernização e Consolidação da Infraestrutura Acadêmica das IFES e de seus Hospitais Universitários.

Em maio de 2021 a SPO/MEC enviou o Ofício nº 252/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 25/05/2021 solicitando posicionamento acerca do assunto e em resposta a SESu informou por meio do Ofício nº 143/2021/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC, de 22/06/2021, da reiteração (por e-mail) do Ofício-Circular nº 17/2020/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC às universidades federais.

Em setembro de 2021 a SPO/SE/MEC enviou à AECI/MEC o Ofício nº 565/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 17/09/2021 com o histórico sobre as inconsistências relacionadas à Importação em Andamento da SESU/MEC e solicitou apoio na resolução da pendência.

Em dezembro de 2021 foi enviado o Ofício nº 819/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, de 23/12/2021, à SESu reiterando o Ofício nº 561/2021 e solicitando informações sobre o andamento das providências para regularização da pendência.

Em julho de 2022 foi enviado o Ofício nº 464/2022/GAB/SPO/SPO-MEC, de 18/07/2022, à SESu reiterando os Ofícios nº 561/2021 e 819/2021 e solicitando informações sobre o andamento das providências para regularização da pendência como também consolidação de informações referentes às respostas recebidas das Universidades e seus respectivos Hospitais Universitários, relativamente aos saldos pendentes de regularização referentes à aquisição de equipamentos, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infraestrutura Acadêmica da IFES e seus HUs na década de 1990.

Em setembro de 2022, a SESu elaborou a Nota Informativa nº 1/2022/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC (SEI-MEC 3070237) em resposta aos ofícios da SPO informando que do **Ofício-Circular nº 17/2020/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC** enviado a 38 (trinta e oito) Instituições Federais de Educação Superior, obtiveram resposta de 7 universidades (UFLA, UFCE, UFMG, UFSC, UFU, UFSCAR e UNIFAL), conforme Quadro II da Nota Informativa; e com o objetivo de corroborar com as tratativas de levantamento das informações requeridas das demais universidades federais, a SESu encaminhou o Ofício-Circular nº **17/2022/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC**, de 20/09/2022 (SEI-MEC 3551868) às 31 IFES que ainda não enviaram resposta, conforme relação constante do Quadro I da Nota Informativa, com prazo de resposta para **07/10/2022**.

Em outubro, a SESu encaminhou o Ofício-Circular nº 19/2022/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC, de 25/10/2022 (SEI-MEC 3638019) e em **dezembro** foi enviado o Ofício-Circular nº 23/2022/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC (SEI-MEC 3718864), de 13/12/2022, reiterando os Ofícios anteriores nº **17/2020** (SEI-MEC 2247543) e **17/2022** (SEI-MEC 3551868) às IFES que ainda não enviaram resposta, com prazo de resposta para 10/11/2022 e 23/12/2022, respectivamente.

Em reunião realizada no dia 12/12/2022 entre SESu/MEC, SPO/MEC, AECI/MEC e Controladoria-Geral da União (CGU), foram deliberados os seguintes encaminhamentos:

- 1) a SESu irá produzir uma Nota Técnica e/ou Nota Informativa à SPO relatando todas as ações para resolução do empasse para regularização contábil e irá solicitar à SPO uma consulta à STN; e
- 2) a SPO fará a consulta à STN.

Em 29/12/2022 a SESu elaborou a **Nota Técnica nº 53/2022/CGPO/DIFES/SESU/SESu** (SEI-MEC 3718845) apontando que das 38 (trinta e oito) Instituições Federais de Educação Superior, 10 (dez) não enviaram resposta (UFBA, UFES, UFPA, UFSM, UFRRJ, UFMA, UFAC, UFOP, UFS e UFSJ), conforme Quadro I da Nota Técnica. A referida nota foi encaminhada pela SESu à SPO/MEC e AECI/MEC em



conformidade com reunião realizada em 12/12/2022 entre SESu/MEC, SPO/MEC, AECI/MEC e Controladoria-Geral da União (CGU).

Em 23/01/2023 a Setorial Contábil/MEC formalizou consulta à CCONT/STN por meio da Mensagem Comunica Siafi nº 2023/3124341 (SEI-MEC 3789787) acerca dos saldos pendentes na UG 150011/1, quanto à unidade responsável pela realização da baixa/regularização no Siafi dos saldos alongados.

Em 09/03/2023, a SPO enviou a resposta da STN à SESu por meio do Ofício nº 98/2023/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI-MEC 3868112) que compete ao gestor da SESu a análise e baixa dos saldos.

O acompanhamento das providências pela Setorial Contábil/MEC consta do processo SEI-MEC 23000.022489/2019-94.

Nota 25 – BP: Precatórios

Precatórios e requisições de pequeno valor (RPV⁶⁷) são requisições expedidas pelos tribunais para que os entes públicos (neste caso, a União), façam os pagamentos a que foram condenados nos processos judiciais. Esses valores precisam ser incluídos na Lei Orçamentária Anual para serem pagos. Se requeridos até 1º de julho de cada ano, passam a compor a proposta orçamentária do ano seguinte. Assim, os precatórios requeridos no segundo semestre de cada ano somente serão pagos no segundo exercício subsequente. O pagamento dos precatórios federais usualmente é realizado pelos próprios tribunais nos quais houve o julgamento dos processos, e ocorre de acordo com calendário divulgado anualmente pelo Conselho da Justiça Federal (CJF).

Requisições de Pequeno Valor é uma modalidade de requisição judicial de pagamento para montantes inferiores a sessenta salários-mínimos em âmbito federal. O montante reconhecido da provisão corresponde à expectativa de pagamentos consignados na Lei Orçamentária Anual para o exercício seguinte. São obrigações oriundas de decisões judiciais transitadas e julgadas, porém definidas em lei como de pequenos valores e que não se submetem ao mesmo regime de execução dos precatórios. Os créditos de requisições de pequenos valores, assim que transitado e julgado da decisão e definida a quantia certa, deverão ser pagos dentro de um prazo de sessenta dias, conforme dispõe o §3º do art. 100 da Constituição Federal. Já os pagamentos dessas obrigações que ultrapassam o limite para ser considerado “de pequeno valor” (que são os precatórios) são pagos na ordem cronológica de apresentação dos mesmos podendo, inclusive, ultrapassar o ano em que foram reconhecidos como obrigação.

Na administração indireta do MEC o registro dos precatórios de pessoal nas autarquias e fundações públicas é feito pelos tribunais regionais federais de cada região, ou pelo Conselho Nacional de Justiça, de acordo com os procedimentos da Macrofunção 02.11.31 (Registro de Processos Judiciais) e 020336 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

Os “Precatórios de Pessoal”, tanto no curto como no longo prazo dos órgãos da administração indireta, se refere, em sua maioria, ao registro pelos próprios tribunais regionais federais no órgão de origem (universidades, institutos), de precatórios a pagar de exercício anterior, como também de precatórios incluídos na LOA, em atendimento às Notas Técnicas do Conselho da Justiça Federal - CJF, emitidos pelo sistema Esparta.

⁶⁷ Fonte: Relatório Contábil do Tesouro Nacional – RCTN-2020: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-contabil-do-tesouro-nacional-rctn/2020/114> ; BGU-2021: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:43204



Conforme tabela abaixo, a redução na conta de Precatórios de Pessoal de Curto Prazo está relacionada às baixas de obrigações a pagar de precatórios realizadas pelos próprios TRFs em cada órgão, em conformidade com a Nota Técnica 001/2022-CJF.

Tabela 78 – Composição e Tipos de Precatórios**R\$ 1,00**

Precatórios	30/09/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%) 2023
Precatórios a Curto Prazo	2.462.672,40	175.097.815,65	-98,59%	4,34%
211110300 PRECATORIOS DE PESSOAL	1.214.222,63	156.531.569,22	-99,22%	2,14%
211210300 PRECATORIOS DE TERCEIROS		0,00		0,00%
218911300 PRECATORIOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	1.248.449,77	18.566.246,43	-93,28%	2,20%
Precatórios a Longo Prazo	54.216.808,40	54.216.808,40	0,00%	95,66%
221110200 PRECATORIOS DE PESSOAL	54.216.808,40	54.216.808,40	0,00%	95,66%
221210100 PRECATORIOS DE TERCEIROS		0,00		0,00%
228911000 PRECATORIOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS		0,00		0,00%
Total	56.679.480,80	229.314.624,05	-75,28%	100,00%

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial, Precatórios de Curto e Longo Prazo.

Nota 26 – BP: Cancelamento de Precatórios

A Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017 prevê o cancelamento dos precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) federais cujos valores não tenham sido retirados pelos credores e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial, com transferência desses recursos para a Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN). A Lei dispõe também que esses precatórios e RPV cancelados podem ser reincluídos, nos montantes efetivamente recolhidos à CUTN, e depositado novamente, a pedido do credor.

O pedido de reinclusão é um requerimento para que seja expedido novo precatório, o qual conservará a ordem cronológica do requisitório anterior e remuneração correspondente a todo o período. Segue os mesmos trâmites de um precatório normal, necessitando de novo ofício de requisição ao Tribunal para constituição de um novo precatório ou RPV. A respeito dos precatórios, esse pedido deverá ser objeto de inclusão em lista até 1º de julho de cada ano para que possa constar no orçamento e ser pago no ano seguinte.

Cabe mencionar que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o cancelamento de precatórios por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade⁶⁸ (**ADI 5755**). Nesse sentido, os precatórios deixaram de ser classificados como passivo contingente para serem reconhecidos como provisão, conforme disposto no BGU 2022 (Item 65 - Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios, tópico a.5), transcrito abaixo:

Na data de 30 de junho de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) conheceu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5755, declarando a inconstitucionalidade material do art. 2º, caput e § 1º, da Lei nº 13.463/2017. Portanto, esse tema deixou de ser classificado como passivo contingente, a partir do segundo trimestre de 2022, para ser reconhecido como provisão.
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-geral-da-uniao-bgu-anual/2022/114>

O saldo registrado nas contas da tabela seguinte contém os valores de precatórios cancelados em 2022 até a publicação da ADI 5755. Em 2023 já não consta valores, conforme tabela abaixo.

⁶⁸ ADI 5755:

https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&queryString=5755&sort=s_core&sortBy=desc



Tabela 79 – Precatórios Cancelados, incluídos ou reincluídos (Lei nº 13.463/2017)

R\$ 1,00

(Lei nº 13.463/2017)	30/09/2023			31/12/2022		
	211110300	218911300	221110200	211110300	218911300	221110200
	PRECATORIOS DE PESSOAL	PRECATORIOS DE TERCEIROS	PRECATORIOS DE PESSOAL	PRECATORIOS DE PESSOAL	PRECATORIOS DE TERCEIROS	PRECATORIOS DE PESSOAL
PR1L13463	0,00	0,00	0,00			
PR2L13463	0,00	0,00	0,00			
PR3L13463	0,00	0,00	0,00			
PR4L13463	0,00	0,00	0,00			
PR5L13463	0,00	0,00	0,00	297.203,32	268.240,71	
Total	0,00	0,00	0,00	297.203,32	268.240,71	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial, Precatórios Cancelados Lei nº 13.463/2017.

Nota 27 – BP: Patrimônio Líquido

Entre as contas do Patrimônio Líquido, cabe destacar o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) que compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas, destinados a serem utilizados para aumento de capital, com a integralização dos recursos em momento posterior pela autorização da Assembleia Geral.

As transferências de recursos de AFAC⁶⁹ podem ser contabilizadas, na ótica do ente receptor dos recursos, como passivo (instrumento financeiro) ou patrimônio líquido (instrumento patrimonial), conforme Resolução CVM nº 120/2022, Pronunciamento Técnico CPC 39 e NBC TG 39.

Importante mencionar que a NBC TSP 30, a partir de 1º de janeiro de 2024, data que entrará em vigor, será aplicável às empresas estatais dependentes, conforme estabelece o item 1.8A da NBC TSP Estrutura Conceitual. Na União, tal entendimento, combinado com o caput do art. 2º do Decreto nº 2.673/1998 (que determina que os recursos transferidos pela União para fins de aumento do capital incidirão encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização), bem como com o art. 170 da Lei nº 6.404/1976 (que trata do aumento de capital mediante subscrição de ações), determina que o AFAC de todas as empresas estatais (dependentes ou não) transferido até 31/12/2016 deve ser registrado como Passivo Não Circulante, uma vez que nem o valor nem a quantidade de ações é conhecida no momento da sua transferência.

Para guardar relação com os registros do item precedente, a norma recomenda o registro do AFAC no Ativo Realizável a Longo Prazo, no ente concedente dos recursos, até sua efetiva capitalização. Com a publicação do Decreto nº 8.945/2016, os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários a partir de 1º de janeiro de 2017, para fins de aumento de capital de empresa ou de sociedade cujo capital social seja constituído de recursos provenientes exclusivamente do setor público, cujo montante efetivamente investido deverá ser capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência, não estão sujeitos à correção pela Taxa Selic.

Dessa forma, entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, parágrafo único, Decreto nº 2.673/1998). Fonte: STN, BGU 2022: sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:46468

Portanto, a partir do exercício de 2017, a transferência de recursos destinados ao AFAC deixou de ser contabilizada no passivo e passou a ser registrada diretamente no PL, nos termos do Decreto nº 8.945/2016.

⁶⁹ Fonte: BGU-2021: sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:46468

**Quadro 15 – Registro contábil do AFAC nas empresas públicas**

Capital Social	Emissão de ações	Correção AFAC	Prazo integralização	Registro contábil (empresa)	Registro contábil (União)
100% União	Sem emissão	Sem correção	Até agosto do exercício seguinte	Patrimônio Líquido	Ativo Permanente (Investimentos)

Fonte: Manual Siafi, macrofunção 02.11.22 (Participação da União no capital de empresas)

Conforme demonstrado na tabela seguinte, o montante contabilizado no item “**AFAC**” decorre de recursos financeiros recebidos do MEC pelas empresas públicas vinculadas (D – 35122.05.00 / C – 23212.00.00).

Na Ebserh a maioria dos recursos são relativos ao REHUF (Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais).

No HCPA os valores registrados referem-se também ao recebimento de recursos do MEC para investimento/capital. Em 25/04/2023 houve a integralização de capital de valores recebidos em 2022 de AFAC no montante de R\$ 18.243.518,55 (Documento Siafi 2023NS038243), autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária nº 029, de 25/04/2023, resultando no acréscimo do item de Patrimônio Social e Capital Social de 0,95%.

Nota 28 – BP: Mudança de Critério Contábil 3º Trim/2023: Reclassificação da conta de Reavaliação de Bens Imóveis de VPA para conta de PL

Em relação à variação positiva ocorrida no grupo de **Demais Reservas**, cabe mencionar que decorre de mudança de critério contábil pela CCONT/STN que transferiu o saldo da conta de Resultado (VPA) Reavaliação de Bens Imóveis, conta **46111.02.00** para a conta de PL **23611.02.00** (Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis), no total de R\$ 3,513 bilhões, em atendimento à NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado.

Tabela 80 – BP: Composição do Patrimônio Líquido

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Composição	30/09/2023	31/12/2022	AH (%)
Patrimônio Social e Capital Social	1.929.484.159,90	1.911.240.641,35	0,95%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	439.897.286,14	261.837.383,94	68,00%
Reservas de Capital	17.112.659,60	17.112.659,60	0,00%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-19.095.364,38	-18.493.577,14	3,25%
Reservas de Lucros	7.132.862,41	6.531.075,17	9,21%
Demais Reservas	4.324.115.238,51	59.613.228,80	7153,62%
Resultados Acumulados	159.721.443.496,46	166.848.242.905,69	-4,27%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	166.420.090.338,64	169.086.084.317,41	-1,58%

Fonte: Siafi, BP e Balancete. AFAC (conta 23212.00.00).



Nota 29 – BP: Ajustes de Exercícios Anteriores: Consolidado MEC

Os Ajustes de Exercícios Anteriores compõem o grupo de Resultados Acumulados do PL. São considerados os ajustes decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, e são reconhecidos diretamente à conta do Patrimônio Líquido, sem registro nas contas de resultado (variações patrimoniais ativas e/ou variações patrimoniais diminutivas).

O registro pode ser tanto a débito quanto a crédito; assim, registros que tenham como contrapartida uma incorporação/aumento de Ativo ou desincorporação/diminuição de Passivo gerará um crédito (aumento) na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores; uma redução/desincorporação de Ativo ou incorporação/aumento de Passivo gerará um débito (diminuição) na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, com reflexo diretamente no PL.

O saldo da conta de Ajustes de Exercícios Anteriores apresentado por cada órgão/entidade em 31 de dezembro de cada exercício é transferido para o Patrimônio Líquido. Nas autarquias, fundações públicas e órgãos da administração direta, o saldo é transferido para a conta de Resultados Acumulados; nas empresas públicas, o saldo é transferido para a conta de Lucros/Prejuízos Acumulados. A STN faz a transferência no mês de janeiro até o fechamento do Siafi para os ajustes relativos ao encerramento do exercício anterior de acordo com a data estabelecida na Macrofunção de Encerramento do Exercício (02.03.18).

A principal conta utilizada pelas autarquias, fundações públicas e administração direta é a conta **23711.03.00**. As empresas públicas utilizam a conta **23722.03.00** para o registro dos ajustes em seu âmbito. Na primeira conta o montante foi negativo de R\$ 244,387 milhões e na segunda, o montante foi positivo de R\$ 260,703 milhões, compensando o impacto no PL.

Nesse trimestre, vários órgãos apresentaram registros nas contas de Ajustes de Exercícios Anteriores, tanto positivos quanto negativos, resultando num montante positivo de **R\$ 15,150 milhões**, impactando positivamente o PL consolidado do MEC em igual montante, conforme tabela.

Tabela 81 – BP: Contas de Ajustes de Exercícios Anteriores

R\$ 1,00

Ajustes de Exercícios Anteriores - Contas		SET/2023
237110300	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(244.387.089,86)
237140300	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(311.049,61)
237150300	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(854.213,92)
237220300	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	260.703.027,21
Total		15.150.673,82

Fonte: Siafi, TG: AJUSTES EX.ANTERIORES - POR CONTA.

Em relação à conta utilizada pelas autarquias, fundações e administração direta (23711.03.00), o ajuste de maior valor ocorreu no grupo dos Institutos (R\$ 1,880 bilhão, positivo) e das Universidades (R\$ 1,771 bilhão, negativo) e está relacionado, em grande parte a inconsistências de valores da Depreciação Acumulada de Bens Móveis registrados pela primeira vez no Siads (implantação do sistema) no IFMT, Órgão 26414 (UG 158498/26414) e na UFRJ, Órgão 26245 (UG 153161/15236), cuja correção depende de abertura de Chamado na STN; houve também na UFRJ registros na conta de Bens Imóveis pela baixa da conta de Obras em Andamento em contrapartida da conta de Bens Imóveis.

No grupo de Outras Unidades, o maior volume de registros na conta das autarquias, fundações públicas e administração direta (23711.03.00) está relacionado a registros pelo **FNDE**, que totalizaram **R\$ 363,230 milhões** negativos, nas seguintes unidades: Fies (UG 151714/15253: R\$ 81,406 milhões, negativo); FNDE (UG 153173/15253: R\$ 1,986 milhão, positivo); e Novo Fies (UG 156245/15253: R\$ 283,809 milhões, negativo).



Na conta utilizada pelas empresas públicas (23722.03.00), o montante foi positivo de R\$ 290,541 milhões decorrente de registro na Ebserh relativo à apropriação de Receita Diferida, INSS e FGTS da Folha 12/2022 (documento Siafi 2023NS012525), entre outros registros.

Até o trimestre, foram identificados os registros abaixo no FNDE, entre outros:

- registro de honras efetivadas pelo Fgeduc (CNPJ 12.754.466/0001-61) dos contratos inadimplentes com prazo superior a 360 dias do Fgeduc (anos anteriores) (conta 11381.47.00), incluindo absorção de saldo devedor em razão de falecimento/invalidez de alunos no período de utilização do Fies (sem Fgeduc), UG 151714/15253;
- regularização da conta de Financiamentos Concedidos de curto prazo (conta 11241.02.01) e longo prazo (conta 12111.03.08) referentes a valores a receber não contabilizados em exercício anterior para refletir a carteira de contratos do Novo Fies, UG 156245/15253;
- regularização/"ajuste na conta de juros de longo prazo (contas 12111.03.06) sensibilizada indevidamente em exercício anterior por lançamento realizado dezembro/2022 referente a novembro/2022 (2022PA000082)", UG 156245/15253;
- regularização/"baixa de obrigação a pagar de precatórios do exercício de 2022, em conformidade com a Nota Técnica 001/2022-CJF"; e baixa de restos a pagar – CV 657170, UG 153173/15253.

Tabela 82 – BP: Ajustes de Exercícios Anteriores por Grupo de Órgãos

R\$ 1,00

Grupo de Órgãos – 30/09/2023	Conta 237110300	Conta 237220300
Institutos	1.880.238.739,16	
MEC-Adm.Direta	9.940.669,01	
Outras Unidades (FNDE, CAPES, INEP, HCPA, EBSEH e FUNDAJ)	-363.250.641,24	260.703.027,21
Universidades	-1.771.315.856,79	
Total	-244.387.089,86	260.703.027,21

Fonte: Tesouro Gerencial, Ajustes Ex.Anteriores - por Grupo de Órgãos – DUAS CONTAS.

Auditoria da Controladoria-Geral da União – CGU 1112626 - AAC Educação

Cabe destacar os registros realizados em 31/12/2022 na UG do Fies (151714/15253) relativos à regularização/estorno de saldo registrado na conta de VPA em 2022 – Atualização Monetária Positiva/Demais Ativos (D - 44391.01.01 / C – 23711.03.00) no montante de R\$ 62,722 bilhões, relacionados a saldo devedor dos financiamentos concedidos do Fies anteriores a 2021 (ocorrência de fato gerador anteriormente a 2021), (2022NL000242); e regularização/estorno de saldo registrado na conta de VPD em 2022 – Variações Monetárias Negativas (D – 23711.03.00 / C – 34351.01.00) no montante de R\$ 62,168 bilhões, também relacionados a saldo devedor dos financiamentos concedidos do Fies anteriores a 2021 (ocorrência de fato gerador anteriormente a 2021), (2022NL000243).

Esses registros foram efetuados em atendimento à Auditoria da Controladoria-Geral da União – CGU 1112626 - AAC Educação (financeira e de conformidade) realizada no MEC no exercício de 2022 que recomendou que os valores anteriores a 2021 fossem registrados em 2022 como Ajustes de Exercícios Anteriores e não em contas de resultado; para corrigir os registros efetuados em 2022 nas contas de resultado (VPD e VPA), foi feito o estorno dessas contas e contabilizada a conta 23711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores) que impactou direta e negativamente o PL do Fies e do FNDE.

As contas envolvidas na contabilização de financiamentos concedidos do Fies anteriores a 2021 citadas na Solicitação de Auditoria, que tiveram como contrapartida registros nas contas de VPD e VPA em 2022 mencionadas acima, foram contabilizadas por meio das situações (CRD043, CRD044, CRD045 e CRD049), e ajustadas para a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores por meio das situações (CRD271, CRD301, CRD274 e CRD397); são elas: 11241.02.01 (Financiamentos Concedidos a Receber – CP), 11241.03.04 (Juros pro-rata sobre Financiamentos a Receber – CP), 12111.03.06 (Encargos sobre Empréstimos Concedidos), 12111.03.08 (Financiamentos Concedidos a Receber – LP), 12111.03.12 (Juros sobre Financiamentos Concedidos a Receber – LP), 11291.04.00 (Ajustes Perdas de



Empréstimos e Financiamentos Concedidos) e 12111.99.04 (Ajustes de Perdas Empréstimos/Financiamentos Concedidos).

Os ajustes foram realizados de acordo com as orientações da Coordenação-Geral de Contabilidade da União da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN apresentadas na Mensagem Comunica Siafi 2023/3027621(UG 170999).



2.8 Notas Explicativas da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Nota 30 – DMPL: Consolidado MEC, Ebserh e HCPA

A DMPL é obrigatória para as empresas públicas. Em função dos critérios relacionados às empresas estatais definidos pelo Decreto nº 2.673/1998, os recursos referentes a capital são transferidos a essas empresas sob a forma de adiantamento, denominado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

Regidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), o aumento de capital, ou seja, a integralização do capital ocorre somente após a aprovação pela Assembleia Geral, de periodicidade anual. Portanto, os recursos recebidos a título de AFAC permanecerão registrados nesta conta até que ocorra a integralização. Por serem constituídas com capital 100% da União, essas empresas não distribuem dividendos.

Os recursos recebidos da União por essas empresas referem-se tanto a custeio (manutenção das atividades) quanto a capital (investimentos), categorias de gasto C (Outras Despesas Correntes) e D (Investimento).

A DMPL⁷⁰ é gerada por órgão e não por UG e sua extração do Siafi Web é feita informando o período [Mês] e não [Ano] ou [Trimestre].

O total registrado na conta de **Patrimônio/Capital Social** relativo ao “Saldo Inicial do Exercício **2022**” (R\$125.575.031,63) estão relacionados ao aumento de capital nas duas empresas públicas, sendo:

- a) HCPA no valor de R\$ 6.518.250,69, em abril/2022 (documento Siafi 2022NS038339); e
- b) Ebserh no valor de R\$ 119.056.780,94, em setembro/2022 (documento Siafi 2022NS013065).

O total registrado na conta de **Patrimônio/Capital Social** relativo ao “Saldo Inicial do Exercício **2023**” (R\$18.243.518,55) está relacionado ao aumento de capital no HCPA em 25/04/2023 (Documento Siafi 2023NS038243).

⁷⁰ Para melhor visualização foram excluídas as linhas e colunas que não apresentam dados.



Quadro 16 – DMPL Consolidada MEC

R\$ 1,00

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	1.785.665.609,72	140.423.625,00	17.112.659,60	5.717.101,02	41.312.929,84	186.212.723.860,56	-17.143.809,07	188.185.811.976,67
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-7.232.978,06	-	-7.232.978,06
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	68.464.872,41	-	-	-62679,81	-19.967.134.424,37	-535793,92	-19.899.268.025,69
Aumento/Redução de Capital	125.575.031,63	52.776.046,07	-	813.974,15	-	535793,92	-	179.700.845,77
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	18.362.978,77	-219479225,3	-	-201.116.246,53
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	23045597,42	-	23.045.597,42
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	805074767,4	-	805.074.767,41
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	709514,12	-813974,15	-104.460,03
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	172.840,46	-	-	-	-	-	172.840,46
Saldo Final do Exercício 2022	1.911.240.641,35	261.837.383,94	17.112.659,60	6.531.075,17	59.613.228,80	166.848.242.905,70	-18.493.577,14	169.086.084.317,42
Saldo Inicial do Exercício 2023	1.911.240.641,35	261.837.383,94	17.112.659,60	6.531.075,17	59.613.228,80	166.848.242.905,69	-18.493.577,14	169.086.084.317,41
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-2.915.694,62	-	-2.915.694,62
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	49.129.842,62	-	-	25.793.519,94	15.072.607,58	-	89.995.970,14
Aumento/Redução de Capital	18.243.518,55	128.930.059,58	-	601.787,24	-	-	-	147.775.365,37
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	4238708490	-293494	-	4.238.414.995,77
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	1829,85	-	1.829,85
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-7139034388	-	-7.139.034.388,43
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	369.730,39	-601787,24	-232.056,85
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	1.929.484.159,90	439.897.286,14	17.112.659,60	7.132.862,41	4.324.115.238,51	159.721.443.496,46	-19.095.364,38	166.420.090.338,64

Fonte: Siafi Web, Órgão Superior 26000.



Quadro 17 – DMPL do HCPA

R\$ 1,00

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	1.223.162.345,00	6.518.250,69	5.717.101,02	1.116.895.480,57	-17.679.602,99	100.822.613,15
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	14.767.446,98	-	-	-	14.767.446,98
Aumento/Redução de Capital	6.518.250,69	-3.215.019,58	813.974,15	-	-	4.117.205,26
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-159115826,7	-	-159.115.826,68
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-813974,15	-813.974,15
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	172.840,46	-	-	-	172.840,46
Saldo Final do Exercício 2022	1.229.680.595,69	18.243.518,55	6.531.075,17	1.276.011.307,25	-18.493.577,14	-40.049.694,98
Saldo Inicial do Exercício 2023	1.229.680.595,69	18.243.518,55	6.531.075,17	1.276.011.307,25	-18.493.577,14	-40.049.694,98
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	24.337.465,18	-	-	-	24.337.465,18
Aumento/Redução de Capital	18.243.518,55	-8357616,39	601787,24	-	-	10.487.689,40
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-71.455.349,75	-	-71.455.349,75
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-601787,24	-601.787,24
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	1.247.924.114,24	34.223.367,34	7.132.862,41	1.347.466.657,00	-19.095.364,38	-77.281.677,39

Quadro 18 – DMPL da Ebserh

R\$ 1,00

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	562.503.264,72	133.905.374,31	-97.339.569,94	535.793,92	599.604.863,01
Varição Cambial	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	53.697.425,43	-8.526.873,93	-535793,92	44.634.757,58
Aumento/Redução de Capital	119.056.780,94	55.991.065,65	535793,92	-	175.583.640,51
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	81911,45	-	81911,45
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-1087154157	-	1.087.154.156,72
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	709514,12	-	709.514,12
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	681.560.045,66	243.593.865,39	-1.191.693.381,10	-	-266.539.470,05
Saldo Inicial do Exercício 2023	681.560.045,66	243.593.865,39	-1.191.693.381,10	-	-266.539.470,05
Varição Cambial	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	24.792.377,44	260592748,3	-	285.385.125,74
Aumento/Redução de Capital	-	137.287.675,97	-	-	137.287.675,97
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-259451,48	-	-259.451,48
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-161078960	-	-161.078.959,98
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	369730,39	-	369730,39
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	681.560.045,66	405.673.918,80	-1.092.069.313,87	-	-4.835.349,41

2.9 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nos termos do MCASP, este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.

Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade; assim, as alterações nos ativos e passivos do órgão constituem os meios, isto é, os instrumentos para se atingir as finalidades e a entrega dos produtos das políticas educacionais do ministério.

A DVP será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

Nota 31 – DVP: Resultado Patrimonial do Período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio em cada exercício financeiro (ou no período: mês ou trimestre), isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão utilizados para a consecução das suas políticas públicas e indica o resultado patrimonial do exercício, que é agregado ao Patrimônio Líquido - PL no grupo de “Resultados Acumulados” do item Resultado do Exercício.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados nos itens/contas do Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio, à exceção dos fatos permutativos e dos ajustes de exercícios anteriores (que têm como contrapartida direta o PL, sem passar pelo resultado).

Neste trimestre, o MEC apresentou um resultado patrimonial negativo de R\$ 7,139 bilhões, em função de as variações patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos) terem sido inferiores às variações patrimoniais diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos). Para compreender o impacto no resultado, apresenta-se nas notas adiante a composição e o comportamento das variações aumentativas e diminutivas mais significativas de 2022 para 2023 em relação ao mesmo período.

Tabela 83 – DVP: Resultado patrimonial do período

R\$1,00

Demonstração das Variações Patrimoniais	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	305.909.598.069,41	344.641.284.630,96	-11,24%
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	313.048.632.457,84	345.322.959.594,81	-9,35%
Resultado Patrimonial do Período	-7.139.034.388,43	-681.674.963,85	947,28%

Fonte: Siafi Web.

Nota 32 – DVP: Variações Patrimoniais Aumentativas

Cabe mencionar a variação significativa ocorrida no primeiro trimestre de 2022 para 2023, em que o item de **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** dentro das variações patrimoniais aumentativas, apresentou uma variação significativa no total de R\$ 314,807 bilhões na conta de Restituições de Receitas (VPA 49961.02.00), que passou de R\$ 315,067 bilhões para R\$ 6,827 bilhões, em decorrência de registro pelo FNDE (R\$ 314,558 bilhões) referente a inscrição de responsabilidade em função de



Julgamento pelo TCU de contas irregulares com imputação de responsabilidade referente ao PNATE 2009, 2010 e 2011 (Processo TCU TC 035.342/2017-0) e (Processo SEI-FNDE 23034.020244/2010-05). O registro se deu nas contas (D – 11341.02.08 / C - 49961.02.00). No mesmo dia do registro no Siafi por meio da **2022NS001258** (18/01/2022), o FNDE providenciou o desfazimento do registro do documento por meio da Nota de Sistema **2022NS001259**; entretanto, utilizou-se uma conta de VPD (36511.01.00 em contrapartida da conta de Ativo 11341.02.08) quando deveria ter sido feito o estorno da VPA (49961.02.00).

A conta de VPA permaneceu com saldo até o dia **08/06/2022** quando foi feito o estorno/regularização do lançamento indevido desfazendo o registro na conta de VPA (49991.02.00), por meio do documento Siafi **2022/NS026268**.

De acordo O FNDE, a variação exorbitante nas VPAs foi decorrente de registro indevido e tal situação foi apresentada em suas notas explicativas:

Dentro deste grupo o item que mais contribuiu para o aumento da VPA foi: “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, o qual demonstrou aumento bastante significativo de cerca de 4557,77%, impactado pelo alto aumento percentual exorbitante de 310721,43% na conta Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, o equivalente a R\$ 314.594.671.299,92. O referido valor se refere a lançamento indevido nos termos da Nota de Sistema 2022NS001258, que tinha por objetivo realizar registro relativo “*inscrição do registro de responsabilidade do Sr. Ronaldo Moitinho dos Santos CPF: 568.859.545-00 juntamente com a empresa Sidevaldo Goncalves da Silva e Cia Ltda (CNPJ:08.022.019/0001-40), efetuado pelo PFF001365 referente ao PNATE 2009, PNATE 2010 e PNATE 2011. A Inscrição se dá em função do julgamento do TCU por meio TC 035.342/2017-0, conforme Informação Dimoc SEI 2732279. Processo 23034.020244/2010-05*”. Após o lançamento indevido, foi efetuado registro de acordo com a Nota de Sistema 2022NS001259 a fim promover o ajuste.

Tabela 84 – DVP: Composição das VPAs – 1º Trimestre/2023

R\$1,00

Composição VPAs	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	Diferença
Transferências e Delegações Recebidas	86.956.139.213,79	82.462.178.569,23	5,45%	4.493.960.644,56
Contribuições	7.016.357.544,49	6.183.845.985,24	13,46%	832.511.559,25
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.422.554.120,10	2.642.964.944,22	29,50%	779.589.175,88
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.248.799.733,83	1.246.200.652,11	0,21%	2.599.081,72
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	260.044.691,00	315.067.575.996,95	-99,92%	-314.807.531.305,95
Outros	307.506.024,68	252.523.657,93	21,77%	54.982.366,75
Subtotal VPAs	99.211.401.327,89	407.855.289.805,68	-75,67%	-308.643.888.477,79

Fonte: Siafi Web e consulta ao Balancete dos registros contábeis.

Em relação a este trimestre de 2023 o maior montante monetário registrado nas contas de VPAs está relacionado ao item **de Transferências e Delegações Recebidas**, com um volume de recursos da ordem de R\$ 264,281 bilhões (que será analisado adiante).

O segundo maior montante que compõe as VPAs está relacionado às **Contribuições**, com um total de R\$ 21,286 bilhões. As Contribuições referem-se à cota do Salário-Educação em que uma parte é de responsabilidade da União para complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB⁷¹, como receita vinculada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, órgão responsável pelo gerenciamento e transferência desses recursos aos estados e municípios. O novo Fundeb, aprovado pela EC nº 108/2020, consta de forma perene na Constituição Brasileira e, assim, não há mais prazo de vigência (será permanente); e a complementação da União crescerá de 10% para 23% até 2026.

71 EMENDA CONSTITUCIONAL nº 108, de 26 de agosto de 2020. Mais informações: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/novo-fundeb-aprovado-no-congresso-nacional/>



Tabela 85 – DVP: Composição das VPAs – 3º Trimestre/2023

R\$1,00

Composição VPAs	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)	Diferença
Transferências e Delegações Recebidas	264.281.771.818,39	248.463.695.505,03	6,37%	15.818.076.313,36
Contribuições	21.286.594.533,34	18.852.142.442,67	12,91%	2.434.452.090,67
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	9.512.743.202,48	60.887.094.543,28	-84,38%	-51.374.351.340,80
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	8.911.691.206,29	10.898.420.214,65	-18,23%	-1.986.729.008,36
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	887.352.738,54	4.711.304.466,35	-81,17%	-3.823.951.727,81
Demais	1.029.444.570,37	828.627.458,98	24,23%	200.817.111,39
Subtotal VPAs	305.909.598.069,41	344.641.284.630,96	-11,24%	-38.731.686.561,55

Fonte: Siafi Web e consulta ao Balancete dos registros contábeis.

O terceiro maior montante está relacionado ao item de **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** (VPAs do grupo de contas 44000.00.00) com uma variação de R\$ 51,374 bilhões, tendo passado de R\$ 60,887 bilhões em 2022 para R\$ 9,512 bilhões em 2023. Os registros estão relacionados às seguintes situações, entre outras:

- apropriação de juros a receber do Novo Fies (UG 156245/15253) (D – 12111.03.06 / C – 44111.01.00) e recebimento de juros contratuais dos financiamentos de curto e longo prazos dos contratos do Fies-Legado e Fies com e sem cobertura Fgeduc, com base nas informações prestadas pelo agente financeiro Banco do Brasil (UG 151714/15253) (D – 11112.20.01 / C - 44111.01.00, 62120.00.00), código de GRU 48805-4 - JUROS DE EMPRESTIMOS. Segundo o FNDE a apropriação dos juros é feita em atendimento às orientações do TCU (Acórdão 3001/2016-P) e o processo TC 033.918/2018-0 e TC 023.708/2019-0 objetos do Acórdão 1331/2019-P. Os registros são feitos de acordo com informações repassadas pelos agentes financeiros do Fies;
- apropriação/ajustes para equalização (estimativa/projeção de valores) de curto e longo prazos do principal e de encargos a receber dos financiamentos concedidos do Fies relativos aos contratos com cobertura Fgeduc e contratos do Fies-Legado na UG 151714/15253: (D – 11241.02.01, 11241.03.04, 12111.03.06, 12111.03.08, 12111.03.12 / C – 44391.01.01) e Novo Fies UG 156256/15253 (D – 11241.02.01, 12111.03.08 / C – 44391.01.01);
- atualização monetária positiva de títulos do Fies e Novo Fies (atualização da conta de Mercado Aberto de títulos recebidos em custódia em virtude de valorização positiva do preço unitário dos títulos CFT-E), (conta D – 12131.01.04 / C – 44391.01.01);
- registro de honras de garantias executadas pelo FG-Fies aos contratos inadimplentes do Fies, UG 156245/15253 (D – 44391.01.01 / C – 12111.03.08): 2023NS003927/003928, 2023NS004987, 2023NS006079, 2023NS007119, 2023NS009120.

Auditoria da Controladoria-Geral da União – CGU 1112626 - AAC Educação

Cabe destacar que em 31/12/2022 foram feitos registros na UG do Fies (151714/15253) relativos à regularização/estorno de saldo registrado na conta de VPA em 2022 – Atualização Monetária Positiva/Demais Ativos (D - 44391.01.01 / C – 23711.03.00) no montante de R\$ 62,722 bilhões, relacionados a saldo devedor dos financiamentos concedidos do Fies anteriores a 2021 (ocorrência de fato gerador anteriormente a 2021), (2022NL000242); e regularização/estorno de saldo registrado na conta de VPD em 2022 – Variações Monetárias Negativas (D – 23711.03.00 / C – 34351.01.00) no montante de R\$ 62,168 bilhões, também relacionados a saldo devedor dos financiamentos concedidos do Fies anteriores a 2021 (ocorrência de fato gerador anteriormente a 2021), (2022NL000243).

Esses registros foram efetuados em atendimento à Auditoria da Controladoria-Geral da União – CGU 1112626 - AAC Educação (financeira e de conformidade) realizada no MEC no exercício de 2022 que recomendou que os valores anteriores a 2021 fossem registrados em 2022 como Ajustes de Exercícios



Anteriores e não em contas de resultado; para corrigir os registros efetuados em 2022 nas contas de resultado (VPD e VPA), foi feito o estorno dessas contas e contabilizada a conta 23711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores) que impactou direta e negativamente o PL do Fies e do FNDE.

As contas envolvidas na contabilização de financiamentos concedidos do Fies anteriores a 2021 citadas na Solicitação de Auditoria, que tiveram como contrapartida registros nas contas de VPD e VPA em 2022 mencionadas acima, foram contabilizadas, por meio das situações (CRD043, CRD044, CRD045 e CRD049), e ajustadas para a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores por meio das situações (CRD271, CRD301, CRD274 e CRD397); são elas: 11241.02.01 (Financiamentos Concedidos a Receber – CP), 11241.03.04 (Juros pro-rata sobre Financiamentos a Receber – CP), 12111.03.06 (Encargos sobre Empréstimos Concedidos), 12111.03.08 (Financiamentos Concedidos a Receber – LP), 12111.03.12 (Juros sobre Financiamentos Concedidos a Receber – LP), 11291.04.00 (Ajustes Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos) e 12111.99.04 (Ajustes de Perdas Empréstimos/Financiamentos Concedidos).

Os ajustes foram realizados de acordo com as orientações da Coordenação-Geral de Contabilidade da União da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN apresentadas na Mensagem Comunica Siafi 2023/3027621(UG 170999).

Nota 33 – DVP: Mudança de Critério Contábil 3º Trim/2023: Reclassificação da conta de Reavaliação de Bens Imóveis de VPA para conta de PL

O quarto maior montante está relacionado ao item de **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** (VPAs do grupo de contas 46000.00.00), com um total de R\$ 8,911 bilhões, e a redução de 18,23% decorre das seguintes situações, entre outras:

- a) *reavaliação de bens imóveis registrados no SPUnet em universidades e institutos (D – 12321.XX.XX / C – 46111.02.00).*

Cabe destacar que até o mês de julho/2023, a conta de **Reavaliação de Bens Imóveis** da DVP (**46111.02.00**) apresentava um montante de R\$ 3,513 bilhões quando teve todo o seu saldo reclassificado em agosto e setembro/2023 pela CCONT/STN para a conta do PL (**23611.02.00**) (Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis) para atender à NBC TSP 07 que dispõe sobre o Ativo Imobilizado.

Tabela 86 – DVP: Reserva de Reavaliação VPD e PL

R\$1,00

Reserva de Reavaliação - VPD e PL		SET/2023	JUL/2023
236110200	= REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS - RIP	4.261.052.801,67	70.918.726,76
461110200	REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	3.513.414.688,20

Fonte: TG: Reserva de Reavaliação VPD e PL.

- b) ganhos com incorporação de ativos decorrentes de registros de Imóveis de Uso Especial SPUnet (12321.XX.XX / C – 46391.01.00) com os maiores montantes registrados na UFRJ (Órgão 26245) e UFAM (Órgão 26270);
- c) ganhos com incorporação de ativos decorrentes de adiantamento de TEDs pelo MEC aos órgãos vinculados (UG 152734/1 – CGSO) (D – 11382.38.00 / C – 46392.01.00) e repasses financeiros (D – 11112.20.01 / C – 45122.0100);
- d) desincorporação de passivos nas universidades e institutos pela comprovação/prestação de contas de TEDs que contabiliza a baixa da conta 21892.06.00 (Transferências Financeiras a Comprovar), (D – 21892.06.00 / C – 46412.01.00).



Pela nova rotina de TED, enquanto houver recursos pendentes de comprovação pela UG recebedora, a UG descentralizadora permanecerá com o registro do direito a receber na conta 11382.38.00 (Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada) e a UG recebedora terá o registro do passivo da obrigação de prestar contas na conta 21892.06.00 (Transferências Financeiras a Comprovar), conforme lançamento contábil abaixo.

Lançamento na UG repassadora:	Lançamento da UG recebedora:
D – 113823800 – Adiantamento TED	D – 364020100 – VPD Incorporação de Passivos
C – 463920100 – VPA Outros Ganhos c/ Incorporação de Ativo	C – 218920600 – Transferências Financeiras a Comprovar TED

Dando continuidade à análise das VPAs, o quinto maior montante referente a **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** e apresentou uma redução de 81,17%, passando de R\$ 4,711 bilhões para R\$ 887,352 milhões e está relacionado em sua grande maioria, às seguintes situações, entre outras:

- restituições de valores e convênios na CAPES, código de GRU 18836-0 - STN REST CONV EXERC ANTER, 18806-9 - REC.DESP.PRIM.F000 EX.ANT; restituição de convênios ao FNDE, Código GRU 18888-3 - STN RES CONV EXER ANT-F12 (conta 49961.02.00);
- inscrição de responsabilidades de convenentes (pessoas físicas) pela Capes (ex-bolsistas) (D – 11341.01.11 / C – 49961.02.00); e pelo FNDE (D – 11341.02.08 / C – 49961.02.00) em função de julgamento de contas consideradas irregulares pelo TCU;
- reversão de provisões trabalhistas e cíveis pela Ebserh (D – 22711.01.00, 22741.01.00 / C – 49711.01.00);
- reversão de ajustes para perdas de curto e longo prazo no FNDE, Fies e Novo Fies (D – 11291.01.00, 12111.99.04, c/c 11241.02.01, 12111.03.08 / C – 49721.01.00), referentes aos contratos Fies com vencimento final de amortização acima de 12 meses, em atendimento ao Acórdão nº 1.331/2019 - TCU-Plenário e ao Acórdão 3.001/2016;

Ainda sobre a análise das Composição das VPAs, é apresentado na tabela abaixo o detalhamento do item de **Transferências e Delegações Recebidas** que apresentou o maior montante das VPAs, R\$ 264,281 bilhões. O grupo de grande de representatividade desse item é o de **Transferências Intragovernamentais** com o montante de R\$ 263,355 bilhões e representa quase a totalidade do item (99,65%).

Esse registro corresponde à contrapartida do Balanço Financeiro relativa aos recebimentos *Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária*⁷², ou seja, ao recebimento de recursos de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Conforme apresentado na nota explicativa do Balanço Financeiro, os recebimentos resultantes da execução orçamentária é composto pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse, que representam a disponibilidade financeira recebida no exercício corrente como contrapartida dos recursos orçamentários registrados no Balanço Orçamentário na coluna da Dotação da Despesa, apresentadas também no Balanço Financeiro, e com impacto também no Balanço Patrimonial por aumentar as disponibilidades (conta Caixa e Equivalentes de Caixa) e conseqüentemente o Ativo Circulante:

- Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: *cota*;
- Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros órgãos vinculados ao MEC; e/ou recursos recebidos pelo MEC de órgãos não pertencentes à sua estrutura: *repasse*;
- Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e *campi* de cada universidade e/ou instituto; recursos recebidos pelas unidades executoras da administração direta da Setorial Financeira do órgão a que estão vinculadas: *sub-repasse*.

⁷² O mesmo raciocínio é aplicado às Transferências Intragovernamentais Concedidas, registradas do lado dos Dispendios.

O registro no item de **Outras Transferências Recebidas**, no montante de R\$ 902,732 milhões está relacionado a transferências de bens entre UGs (D - 1XXXXXXX / C – 45912.01.01) que totalizou R\$ 296.267 milhões na conta; e a doações recebidas de bens pelas universidades, institutos e empresas públicas (D - 1XXXXXXX / C – 45911.01.00) que totalizou R\$ 601,482 milhões nessa conta.

Na Ebserh, verifica-se o maior montante na conta 45911.01.00 (R\$ 387,983 milhões) relativo a recebimento de materiais laboratoriais, farmacológicos e medicamentos de programas assistenciais e do Ministério da Saúde, inclusive judicializados (decorrentes de sentenças judiciais), tanto pela Ebserh (Sede) quanto pelos hospitais universitários sob sua gestão.

Tabela 87 – DVP: Composição Transferências e Delegações Recebidas

R\$1,00

Composição Transferências Recebidas	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)	AV (%) 2023
Total VPAs	305.909.598.069,41	344.641.284.630,96	-11,24%	100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	264.281.771.818,39	248.463.695.505,03	6,37%	86,39%
Transferências Intragovernamentais	263.355.732.085,71	247.043.855.653,94	6,60%	99,65%
Transferências Intergovernamentais	22.779.584,63	29.425.083,25	-22,58%	0,01%
Outras Transferências Recebidas	902.732.093,84	1.389.960.078,81	-35,05%	0,34%
Outras	528.054,21	454.689,03	16,14%	0,00%

Fonte: Siafi Web.

Nota 34 – DVP: Variações Patrimoniais Diminutivas

Cabe mencionar a variação significativa ocorrida no primeiro trimestre de 2022 para 2023, em que o item de **Desvalorização e Perda de Ativo e Incorporação de Passivos**, que passou de R\$ 318,855 bilhões para 6,717 bilhões, se deu em decorrência de registro feito pelo FNDE (R\$ 314,558 bilhões) em 18/01/2022 por meio da Nota de Sistema **2022NS001259** referente ao desfazimento de lançamento indevido por meio da **2022NS001258** relativo à inscrição de responsabilidade em função de julgamento pelo TCU de contas irregulares com imputação de responsabilidade referente ao PNATE 2009, 2010 e 2011 (Processo TCU TC 035.342/2017-0) e (Processo SEI-FNDE 23034.020244/2010-05); contas (D – 11341.02.08 / C- 49961.02.00).

No desfazimento do registro o FNDE utilizou uma conta de VPD (36511.01.00 em contrapartida da conta de Ativo 11341.02.08) quando deveria ter sido feito o estorno da VPA (49961.02.00).

A conta de VPA permaneceu com saldo até **08/06/2022**, quando foi feito o estorno/regularização do lançamento indevido desfazendo o registro na conta de VPA (49991.02.00), por meio do documento Siafi **2022/NS026268**.

De acordo O FNDE, a variação exorbitante nas VPAs foi decorrente de registro indevido e tal situação foi apresentada em suas notas explicativas:

Dentro deste grupo o item que mais contribuiu para o referido acréscimo foi “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, o qual apresentou aumento percentual bastante significativo de 33503,93%, cerca de R\$ 316,93 bilhões, impactado principalmente pelo aumento exorbitante de 115038659,46% do subitem “Desincorporação de Ativos”, o equivalente a R\$ 314,55 bilhões.

O item “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” apresentou aumento percentual bastante significativo de 33503,93%, cerca de R\$ 316,93 bilhões, impactado principalmente pelo aumento exorbitante de 115038659,46% do subitem “Desincorporação de Ativos”, o equivalente a R\$ 314,55 bilhões. Ressalta-se que o referido valor se refere a lançamento indevido nos termos da Nota de Sistema 2022NS001258, que tinha por objetivo realizar registro relativo “*inscrição do registro de responsabilidade do Sr. Ronaldo Moitinho dos Santos CPF: 568.859.545-00 juntamente com a empresa Sidevaldo Goncalves da Silva e Cia Ltda (CNPJ:08.022.019/0001-40), efetuado pelo PFF001365 referente ao PNATE 2009, PNATE 2010 e PNATE 2011. A Inscrição se dá em função do julgamento do TCU por meio TC 035.342/2017-0, conforme Informação Dimoc SEI 2732279. Processo 23034.020244/2010-05*”. Após o



lançamento indevido, foi efetuado registro de acordo com a Nota de Sistema 2022NS001259 a fim promover o ajuste.

Tabela 88 – DVP: Composição das VPDs – 1º Trimestre/2023**R\$1,00**

Composição Variações Patrimoniais Diminutivas	31/03/2023	31/03/2022	AH %	AV%	Diferença
Transferências e Delegações Concedidas	70.941.445.787,74	67.091.257.375,65	5,74%	69,86%	3.850.188.412,09
Pessoal e Encargos	14.062.945.030,43	13.553.605.066,18	3,76%	13,85%	509.339.964,25
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.717.462.217,58	318.855.487.294,03	-97,89%	6,61%	-312.138.025.076,45
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.673.506.767,54	4.538.560.301,14	2,97%	4,60%	134.946.466,40
Uso de Bens, Serviços e Cons.de Capital Fixo	3.171.534.107,61	2.999.113.402,01	5,75%	3,12%	172.420.705,60
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.336.454.965,36	2.726.775.836,94	-50,99%	1,32%	-1.390.320.871,58
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	601.859.615,93	21.851.210,76	2654,35%	0,59%	580.008.405,17
Outros	49.880.481,14	30.322.538,79	64,50%	0,05%	19.557.942,35
Total das VPDs	101.555.088.973,33	409.816.973.025,50	-75,22%	100,00%	-308.261.884.052,17

Fonte: Siafi Web e consulta ao Balancete dos registros contábeis.

Em relação a este trimestre de 2023 o item de maior montante monetário das Variações Patrimoniais Diminutivas refere-se às **Transferências e Delegações Concedidas**, com um total R\$ 212,263 bilhões. Este item engloba as Transferências Intragovernamentais Concedidas, que compreendem a contrapartida do Balanço Financeiro relativa ao repasse de recursos pelo MEC aos órgãos vinculados para o pagamento de despesas do exercício corrente e de exercícios anteriores (restos a pagar); englobam também as Transferências Intergovernamentais (a Estados e Municípios) feitas, em sua maioria, pelo FNDE. Conforme apresentado anteriormente, a transferência de recursos pelo MEC aos seus órgãos vinculados e desses às suas unidades vinculadas, compreendem os repasses e sub-repasses, respectivamente.

O segundo maior montante está relacionado às despesas com **Pessoal e Encargos Sociais**, num total de R\$ 45,527 bilhões com evolução de 8,15% e corresponde a 14,54 % do total das VPDs no âmbito do MEC.

O terceiro maior montante refere-se ao item **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivo** (grupo de VPDs 36000.00.00) no total de R\$ 17,227 bilhões, com um crescimento de 47,59%. Os valores mais significativos são decorrentes das seguintes situações, entre outras:

- desvalorização de imóveis registrados no SPIUnet, nas universidades e institutos (D – 36111.02.00 / C – 12321.XX.XX), no total de R\$ 144,619 milhões;
- apropriação de ajuste para perdas de curto e longo prazos pelo FNDE (Fies e Novo Fies) sobre os Financiamentos Concedidos a Receber relacionados aos contratos com vencimento final de amortização de até 12 meses e acima de 12 meses, em atendimento ao Acórdão do TCU 1.331/2019-P e 3001/2020-P, em que ambas perfizeram o montante de R\$ 6,763 bilhões, com reflexo das contas (D - 36171.04.00 / C – 11291.04.01 c/c 11241.02.01, 12111.99.04 c/c 12111.03.08), no total de R\$ 11635 bilhões;
- incorporação de passivos por apropriação de despesas a pagar (notas fiscais de Fornecedores, Folha Pagamento) p (D – 3XXXXXX / C – 21XXXXXX) tendo como contrapartida as contas (D – 36412.01.00/C - 21892.06.00); incorporação de passivos pelos órgãos vinculados ao MEC relativos a adiantamento de TEDs recebidos de órgãos do próprio MEC e de outros órgãos, cuja rotina contabiliza um passivo e uma VPD na unidade recebedora (D – 36412.01.00 / C - 21892.06.00), como obrigação de prestação de contas futura; o montante até o trimestre foi de R\$ 2,100 bilhões (há R\$ 500 milhões no item abaixo que também compõe o saldo da conta 36412.01.00);
- integralização de quotas pelo Fies (UG 151714/15253) ao Fundo Garantidor do Fies (CNPJ 30.049.178/0001-98) em 07/02/2023, para garantia do risco de crédito nas contratações de



financiamentos do Fies, no total de R\$ 300,000 milhões: Documento Siafi 2023NS1019; e integralização de mais R\$ 200,000 milhões em 26/07/2023: Documento Siafi 2023NS005167, contas (D – 36412.01.00 / C – 21311.04.00 – CNPJ do FG-Fies); ao todo R\$ 500,000 milhões;

e) desincorporação de ativos por baixa de bens (D – 36511.01.00 / C – 1XXXXXXX); baixas da conta de Obras em Andamento pelas universidades e institutos e outras unidades (D – 36511.01.00 / C – 12321.06.01), no total de R\$ 1,426 bilhão;

f) desincorporação de ativos por comprovação de TEDs pelas universidades e institutos aos órgãos concedentes do MEC e outros órgãos; registros também referentes a devoluções de financeiros, por duplicidade no recebimento, readequações e outras situações (D – 36512.01.00 / C – 11382.06.00); o montante até o trimestre foi de R\$ 1,325 bilhão.

Pela nova rotina de TED, enquanto houver recursos pendentes de comprovação pela UG recebedora, a UG descentralizadora permanecerá com o registro do direito a receber na conta 11382.38.00 (Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada) e a UG recebedora terá o registro do passivo da obrigação de prestar contas na conta 21892.06.00 (Transferências Financeiras a Comprovar), conforme lançamento contábil abaixo.

<u>Lançamento na UG repassadora:</u>	<u>Lançamento da UG recebedora:</u>
D – 113823800 – Adiantamento TED	D – 364020100 – VPD Incorporação de Passivos
C – 463920100 – VPA Outros Ganhos c/ Incorporação de Ativo	C – 218920600 – Transferências Financeiras a Comprovar TED

No item de **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras**, grupo de VPDs 3451.00.00, que apresentou a maior variação negativa, cabe destacar que a redução está relacionada, em grande parte, a ajustes (baixas na conta de Financiamentos a Receber e de Juros e Encargos a Receber) registradas em 2022 de valores anteriores a 2021 em contas de resultado (VPD e VPA): (D – 34351.01.00 / C – 11241.02.01), (D – 34351.01.00 / C – 11241.03.04; D – 44111.01.00 / C – 12111.03.12), quando o correto seria na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

A regularização foi realizada em 31/12/2022 na UG do Fies (151714/15253) com o estorno de saldo registrado na conta de VPD em 2022 – Variações Monetárias Negativas (D – 23711.03.00 / C – 34351.01.00) no montante de **R\$ 62,168 bilhões**, relativos a saldo devedor dos financiamentos concedidos do Fies anteriores a 2021 (ocorrência de fato gerador anteriormente a 2021), (2022NL000243), por recomendação da CGU. (Informações completas da Auditoria da CGU na Nota 28 do BP sobre Ajustes de Exercícios Anteriores: Consolidado).

Estão incluídos também no item das Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras os seguintes registros:

- apropriação/ajustes para equalização (estimativa de valores a não receber) da conta de Financiamentos do Fies e Novo Fies (principal e juros) de curto e longo prazo dos contratos com e sem cobertura Fgeduc, inclusive de contratos celebrados até 2009 (Fies-Legado), nas UGs do Fies 151714/15253 e Novo Fies (156245/15253): contas (D – 34351.01.00 / C – 11241.02.01, 11241.03.04, 12111.03.08, 12111.03.12): montante até o trimestre: R\$ 3,338 bilhões;
- atualização monetária negativa de títulos do Fies e Novo Fies (atualização da conta de mercado aberto de títulos recebidos em custódia em virtude de valorização do preço unitário dos títulos CFT-E) pelo IGP-M, contas (D – 34391.01.03 / C – 12131.01.04): montante até o trimestre: R\$ 228,982 milhões;
- variações cambiais de saldos na UG da Capes no Exterior (154004/15279) contabilizados na UG de Diferença Cambial (154999/15279), conta 34391.02.00 (Outras Variações Cambiais): total até o trimestre na Capes: R\$ 112,704 milhões.



Tabela 89 – DVP: Composição das VPDs – 3º Trimestre/2023

R\$1,00

Composição VPDs	30/09/2023	30/09/2022	AH (%)	AV (%) 2023	Diferença
Transferências e Delegações Concedidas	212.263.242.932,03	208.726.665.378,74	1,69%	67,81%	3.536.577.553,29
Pessoal e Encargos	45.527.809.486,40	42.098.506.684,80	8,15%	14,54%	3.429.302.801,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17.227.845.600,59	11.672.564.522,02	47,59%	5,50%	5.555.281.078,57
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14.831.041.694,51	13.913.432.106,09	6,60%	4,74%	917.609.588,42
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14.088.064.330,30	10.289.494.629,92	36,92%	4,50%	3.798.569.700,38
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.260.893.284,47	4.566.188.719,63	15,21%	1,68%	694.704.564,84
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.705.922.224,50	53.963.166.428,38	-93,13%	1,18%	-50.257.244.203,88
Demais	143.812.905,04	92.941.125,23	54,74%	0,05%	50.871.779,81
Subtotal VPDs	313.048.632.457,84	345.322.959.594,81	-9,35%	100,00%	-32.274.327.136,97

Fonte: Siafi Web e consulta ao Balancete dos registros contábeis.

Ainda sobre a análise das VPDs, o item relativo às **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** que apresentou um montante de R\$ 5,260 bilhões (tabela acima), grupo das VPDs (39400.00.00), tem os maiores valores relacionados a Incentivos à Educação e à Ciência (bolsas e auxílios a estudantes e pesquisadores) concedidos no âmbito do MEC.

Foram R\$ 4,575 bilhões relativos a Bolsas de Estudos no País, sendo o maior volume registrado na **Capes** (bolsas no país e no exterior) e no **FNDE** (bolsas no país a alunos do Programa de Educação Tutorial – PET e Bolsa Permanência, Acordo de Cooperação com o Banco do Brasil – FNDE x BB).

Nos institutos e universidades as bolsas estão relacionadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, bolsa permanência para alunos carentes, auxílio moradia e residência médica (hospitais universitários); contas (D – 39411.01.00, 39421.01.00 / C – 21891.19.00)

Tabela 90 – VPDs de Incentivos à Educação

R\$1,00

Incentivos	30/09/2023
3.9.4.1.1.01.00 BOLSA DE ESTUDOS NO PAIS	4.575.956.153,92
3.9.4.1.1.02.00 BOLSA DE ESTUDOS NO EXTERIOR	216.393.844,36
3.9.4.1.1.03.00 AUXILIOS P/ DESENVOLVIMENTO ESTUDO	70.725.228,34
3.9.4.1.1.99.00 OUTROS INCENTIVOS A EDUCACAO	2.555.744,70
3.9.4.2.1.01.00 AUXILIOS A PESQUISADORES	262.054.576,98
3.9.4.2.1.02.00 AUXILIO AS ATIVIDADES AUXILIARES DE PESQUISA	750.103,32
Total	5.128.435.651,62

Fonte: Siafi, Balancete.

Nota 35 – DVP: Depreciação e Amortização

A depreciação e a amortização compõem o grupo relativo a “**Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**”. Embora promovam alterações no patrimônio, não possuem contrapartida financeira, isto é, são reduções de ordem econômica, sem que haja o correspondente desembolso financeiro.

Em relação à depreciação dos Bens Imóveis, cabe mencionar que o cálculo abrange os imóveis de Uso Especial das autarquias e fundações públicas cadastrados no SPUnet e vem sendo realizado regularmente pela SPU/Ministério da Economia e registrados no SIAFI pela CCONT/STN. O cálculo consta de planilha disponibilizada mensalmente no site do Tesouro Nacional: **Depreciação de Bens Imóveis**



<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis>

Quanto à depreciação dos bens móveis, do total de 117 órgãos vinculados ao MEC, há **19 órgãos** que ainda não fizeram adesão ao Siads, tendo 98 já feito a implementação, conforme relação apresentada na Nota 15 do BP - Imobilizado.

Quanto à amortização de intangíveis, do total de 117 órgãos vinculados ao MEC, há **19 órgãos** que ainda não fizeram adesão ao Siads, tendo 98 já feito a implementação, conforme relação apresentada na Nota 15 do BP - Imobilizado.

Para ambos os casos, a regularização dessa situação se dará com a implantação do sistema Siads que foi postergada para **1º de julho de 2023** pela Portaria do Ministério da Economia nº 4.378, de 11/05/2022, que alterou a Portaria ME nº 232/2020, que havia revogado a Portaria do Ministério do Planejamento nº 385/2018.

No âmbito da administração direta do MEC (sede Brasília), a SAA (UG 150002/1) mencionou que Setor de Patrimônio apontou que algumas dificuldades operacionais reportadas entre Siads e Serpro impediram a implantação do Siads que havia sido prevista para abril/2022, conforme Ofício nº 6/2022/GAB/SAA/SAA-MEC, de 04/01/2022, processo SEI 23000.016999/2020-66.

No âmbito da administração direta do MEC (unidades sediadas na cidade do Rio de Janeiro), o INES (UG 152005/1) relatou que o instituto se encontra em processo de contratação da empresa detentora da patente do atual sistema de patrimônio do INES para realizar a migração informatizada dos dados para o Siads; e o IBC (UG 152004/1) informou que o cadastramento dos bens no Siads está em andamento.

Softwares que não são amortizados

Cabe mencionar que no âmbito do MEC, há **26 órgãos** que possuem apenas softwares de vida útil indefinida que não são amortizados, conforme relação apresentada na Nota 16 do BP - Intangíveis.

A respeito do item de **Serviços**, que apresentou o maior montante monetário da VPD de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, cabe destacar que se referem a despesas com contratação, em grande maioria, de serviços de pessoa jurídica pelas universidades, institutos, HCPA, Ebserh (e seus hospitais universitários) e outras unidades vinculadas ao MEC.

As despesas envolvem serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, como serviços de água e esgoto, serviços técnicos profissionais, serviços de apoio administrativo, serviços educacionais e culturais, fornecimento de alimentação, locação e arrendamento mercantil, conservação e manutenção, entre outros.

Tabela 91 – DVP: Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

R\$ 1,00

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	30/09/2023	30/09/2022	AH %	AV% 2023
Uso de Material de Consumo	14.088.064.330,30	10.289.494.629,92	36,92%	58,86%
Serviços	1.658.686.919,70	1.534.022.858,70	8,13%	6,93%
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.187.437.996,75	8.146.005.274,46	0,51%	34,21%
Total	23.934.189.246,75	19.969.522.763,08	19,85%	100,00%

Fonte: Siafi Web.



3. SUPERÁVIT FINANCEIRO

De acordo com o art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, superávit financeiro é a *diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.*

Nos termos do MCASP (Parte V – DCASP), o quadro constante do Balanço Patrimonial apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

É elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos.

Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit / déficit financeiro apurado pela diferença entre o **Ativo Financeiro** e o **Passivo Financeiro** conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

O Balanço Patrimonial traz Quadro específico do superávit financeiro composto pelas fontes Ordinárias e Vinculadas, conforme apresentado abaixo. Nas fontes Vinculadas os maiores montantes estão registrados nos itens de **Transferências Constitucionais e Legais**, fonte **213** (TRANSF.COTAS EST.E MUN.DO SALARIO-EDUCACAO) e de **Outros Recursos Vinculados** na fonte **014** (REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE).

Tabela 92 - Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado No Balanço Patrimonial R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO (30/09/2023)
Recursos Ordinários	-29.010.851.300,75
Recursos Vinculados	-22.441.026.688,57
Educação	-1.501.442.760,97
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.169.640.290,13
Previdência Social (RPPS)	-2.136.764.220,44
Dívida Pública	-4.139.297.411,44
Alienação de Bens e Direitos	18.806.788,14
Transferências Constitucionais e Legais	-7.990.787.732,96
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.916.039.423,87
Outros Recursos Vinculados	-7.437.940.528,64
Recursos a Classificar	44,00
TOTAL	-51.451.877.989,32

Fonte: BP, Siafi Web.

Créditos Adicionais

O superávit financeiro constitui uma das fontes para abertura de créditos adicionais, conforme disposto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964:

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o **superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior**; (grifo nosso)
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior engloba as fontes Vinculadas e as fontes Próprias. Estas são decorrentes da arrecadação pelos próprios órgãos. De acordo com a Portaria da Secretaria de Orçamento Federal – SOF nº 14.956, de 21/12/2021, são considerados recursos próprios:



Art. 3º Para os fins desta Portaria, são considerados Recursos Próprios os que têm origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, remunerados por preço público, bem como o produto da aplicação financeira desses recursos.

Portanto, as receitas próprias compreendem as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos decorrentes do seu esforço institucional (universidades, institutos, empresas públicas, FNDE, Capes, Inep, Fundaj). Incluem o recebimento de doações financeiras de diversas origens; prestação de serviços; arrecadações com refeições dos restaurantes universitários; inscrições em cursos; venda de livros; comercialização de hortifrutigranjeiros; doces, queijos etc.

As fontes que possuem o parâmetro “Gera Cota STN = SIM”, e classificadas como recursos vinculados a fundos, despesas ou órgãos específicos, dependem de programação financeira da STN, diferentemente das fontes que possuem o parâmetro “Gera Cota STN = NÃO”, que são de livre execução pelos órgãos arrecadadores.

Conforme mencionado na nota do Balanço Orçamentário, no âmbito do MEC, as colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão apenas os valores correspondentes aos recursos próprios das autarquias, fundações e empresas públicas e aos valores referentes a recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA. Os valores das fontes Ordinárias são demonstrados na coluna da Dotação (Inicial ou Atualizada).

No **FNDE**, onde são executados os maiores montantes de despesas no âmbito do MEC, as fontes vinculadas (Educação Básica, Fundeb e Fies) são identificadas com o parâmetro “Gera Cota STN = SIM”. Apenas duas fontes possuem o parâmetro “Gera Cota STN = NÃO”, que são as fontes próprias 050 e 134. Cabe mencionar que no âmbito do FNDE há três Unidades Orçamentárias: 26298 (FNDE), 73107 (Recursos sob Supervisão do MEC) e 74902 (Recursos sob Supervisão do Fies).

Tabela 93 – Previsão e Dotação - Fontes Próprias e Vinculadas no FNDE

R\$ 1,00

Fonte Recursos	Gera Cota STN (S/N)	PREVISAÇÃO ATUALIZADA DA RECEITA	DOTAÇÃO ATUALIZADA
000 RECURSOS LIVRES DA UNIAO	SIM		22.315.811.640,00
001 RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	SIM		73.503.352,00
008 EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	SIM		3.851.188.902,00
014 REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	SIM		13.914.216.868,00
050 RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	NAO	3.552.558.749,00	3.551.080.994,00
052 RECURSOS LIVRES DA UO	SIM	2.586.551.752,00	2.586.551.752,00
124 FUNDO GARANTIDOR DO FIES	SIM	496.524.801,00	496.524.801,00
130 EDUC.PUB., COM PRIOR.EDUC.BASICA E SAUDE	SIM		401.252.554,00
133 EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL	SIM	12.386.392.980,00	12.638.625.410,00
134 REC.PROP.EDUC.BASICA, VEDADO PAGTO PESSOAL	NAO	270.743.262,00	0
213 TRANSF.COTAS EST.E MUN.DO SALARIO-EDUCACAO	SIM	18.579.589.470,00	18.579.589.470,00
444 DEM.APL.REC.TIT.TN,EXC.REFIN.DIV.PUB.	SIM		6.000.995.067,00
448 OBJ.CONTRATUAL OP.CRED.EXTERNA EM MOEDA	SIM	4.050.000,00	15.000.000,00
Total		37.876.411.014,00	84.424.340.810,00

Fonte: TG – BO: Previsão Receita e Dotação Atualizada FNDE por Fonte Recursos - Gera COTA.

Nas **universidades, institutos, empresas públicas e outras unidades** (Capes, Inep, Fundaj e MEC-Administração Direta), as fontes próprias são identificadas com o parâmetro “Gera Cota STN = NÃO”. As fontes vinculadas a órgãos e despesas específicas são fontes que dependem de programação financeira perante a STN, com parâmetro “Gera cota STN = SIM” e também são computadas na apuração do superávit financeiro do BP do exercício anterior.

**Tabela 94 – Previsão e Dotação da Despesa Fontes Próprias e Vinculadas, exceto FNDE** R\$ 1,00

Previsão da Receita por Fonte Recursos		Gera Cota STN (S/N)	PREVISAÇÃO ATUALIZADA DA RECEITA	DOTAÇÃO ATUALIZADA
000	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	SIM		79.560.902.705,00
001	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	SIM		5.696.161.534,00
004	ASSIST.SAUDE SUP.SERV.CIV.AT.INAT.	NAO	31.543.373,00	31.543.373,00
008	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	SIM	18.152.728.946,00	10.552.389,00
012	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	SIM	7.032.249,00	7.032.249,00
048	REC.PROP.UO EXCL.DESP.CAP.SEG.SOC.	NAO	171.831,00	337.881,00
049	REC.PROP.UO PARA APLIC. EM SEGURIDADE SOCIAL	NAO	188.146.975,00	187.940.406,00
050	RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	NAO	1.051.994.107,00	1.048.109.302,00
051	REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	NAO	7.978.056,00	7.926.590,00
056	BENEFICIOS DO RPPS DA UNIAO	SIM		12.346.829.810,00
081	CONVENIOS	NAO	62.438.939,00	66.375.210,00
095	DOACOES ESTRANGEIRAS	SIM	98.400,00	98.400,00
096	DOACOES NACIONAIS	NAO	18.309.912,00	18.350.431,00
128	CUSTEIO DAS COMISSOES DE AVALIACAO - INEP	SIM	27.304.796,00	27.304.796,00
444	DEM.APL.REC.TIT.TN,EXC.REFIN.DIV.PUB.	SIM		5.553.523.783,00
Total			19.547.747.584,00	104.562.988.859,00

Fonte: TG, BO: Previsão Receita e Dotação Despesa por Fonte Gera Cota - exceto FNDE.

Superávit Financeiro e o Regime Fiscal do Teto de Gastos: EC 95/2016

Em decorrência da instituição do Regime Fiscal do Teto de Gastos no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União pela Emenda Constitucional nº 95⁷³, de 15 de dezembro de 2016, que estabeleceu o limite do teto de gastos públicos por 20 anos, ficou vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que ampliasse o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites individualizados definidos por poder e órgão no art. 1º da EC nº 95/2016.

Alinhada à EC nº 95/2016, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO incorporou esse dispositivo ao dispor que as aberturas de créditos provenientes de excesso de arrecadação ou superávit financeiro para o aumento de dotações deverão estar compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, obedecidos os limites individualizados de despesas primárias a que se refere o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#), e observado o disposto no parágrafo único do [art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000](#) - Lei de Responsabilidade Fiscal. (LDO/2022, Lei nº 14.194, de 20/08/2021, art. 44, § 8º)

Nas solicitações de abertura de crédito orçamentário decorrentes de excesso de arrecadação e/ou do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, os órgãos devem apresentar/oferecer em contrapartida o cancelamento e/ou a compensação correspondente em outras fontes de recursos à qual está sendo solicitada o respectivo crédito.

LDO de 2023 (Lei nº 14.436/2022):

Art. 52. (...)

§ 15. Nas hipóteses de abertura de créditos adicionais à conta de recursos de excesso de arrecadação ou de superávit financeiro, **ainda que envolvam concomitante troca de fontes de recursos**, as respectivas exposições de motivos deverão estar acompanhadas dos demonstrativos exigidos pelos § 5º e § 6º.

Cabe mencionar que a LDO de 2023 (Lei nº 14.436/2022) excepcionalizou as universidades e institutos federais vinculados ao MEC do oferecimento de fonte compensatória nas solicitações de abertura de

⁷³ EC 95/2016: Limita por 20 anos a contenção das despesas em que o limite dos gastos corresponderá ao montante do exercício imediatamente anterior corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA, divulgado pelo IBGE.

crédito adicionais decorrentes de excesso de arrecadação e de superávit financeiro, conforme art. 69, § 21:

Art. 69 (...)

§ 21. No caso de receitas próprias, de convênios e de doações obtidas pelas instituições federais de ensino superior e pelos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, deverão ser observadas as seguintes disposições: [\(Promulgação partes vetadas\)](#)

I - as despesas custeadas com as referidas receitas não serão consideradas para fins de apuração do montante a que se refere o § 1º deste artigo, nem de limitação de empenho e movimentação financeira; e

II - no caso de abertura de créditos adicionais à conta de excesso de arrecadação ou de superávit financeiro referentes às mencionadas receitas, cancelamentos compensatórios de dotações não incidirão sobre as programações do Ministério da Educação.”

Metodologia do Superávit Financeiro do BP

A metodologia apuração do superávit do Balanço Patrimonial do exercício anterior é definida pela STN em que o cálculo é feito por fonte de recursos detalhada considerando as contas do Ativo e Passivo Financeiros.

O **Ativo Financeiro** é composto pelas contas contábeis com Classe = 1 (ATIVO) e ISF = F (FINANCEIRO). Considera-se ISF o atributo do PCASP que se refere ao Indicador de Superávit Financeiro.

O **Passivo Financeiro** é composto pelas contas contábeis com Classe = 2 (PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO) e ISF = F (FINANCEIRO), além das contas contábeis 622920101 (EMPENHOS A LIQUIDAR), 622920105 (EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RPNP), 631100000 (RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR) e 631510000 (RPNP A LIQUIDAR BLOQUEADOS POR DECRETO).

O superávit é publicado no primeiro trimestre de cada exercício pela STN e a metodologia e demonstrativo estão em seu site. https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/superavit-financeiro-por-fonte-de-recursos/2021/114?ano_selecionado=2021

Até 2022 o superávit financeiro era divulgado na estrutura de fontes até então vigente em que o primeiro dígito correspondia ao IDUSO (0 ou 8) e o segundo dígito correspondia à origem de arrecadação dos recursos, se no exercício (1 ou 2) ou de exercícios anteriores (3 ou 6). Como exemplo, a tabela abaixo apresenta as fontes próprias 50, 80 e 81 na codificação utilizada até 2022.

A partir de 2023, na nova estrutura, a fonte 80 que registrava o produto da aplicação financeira das fontes próprias deixou de existir para esta finalidade e o produto da aplicação financeira de qualquer fonte (daquelas que permitem aplicação) passou a ser registrada na fonte 050.

Tabela 95 – Fontes de Recursos de Superávit Financeiro (Fontes Próprias) até 2022

Fonte de Recursos de Superávit Financeiro até 2022
8350 - REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO
8380 - RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS
8381 - RECEITAS DE CONVÊNIOS
8650 - REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO
8680 - RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS
8681 - RECEITAS DE CONVÊNIOS
Total

Fonte: TG, Parâmetros: Fonte de Recursos e Grupo Fonte (3:RECURSOS DO TESOURO - EXERCICIOS ANTERIORES, 6:RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCICIOS ANTERIORES).

Superávit Financeiro em 2023

O superávit financeiro apurado no BP do exercício de 2022 foi divulgado pela Portaria da STN nº 1.585, de 23 de fevereiro de 2023, juntamente com a nova estrutura de fontes de recursos vigente em 2023, disponível no endereço:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/ff?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:46287

O superávit financeiro apurado no BP do exercício anterior aberto no exercício corresponde à **Dotação Suplementar, Especial ou Extraordinária** aprovada para os créditos adicionais abertos.

Entretanto, em função do dispositivo da **LDO de 2023** mencionado acima que dispensou a compensação entre fontes de recursos para solicitar abertura de créditos adicionais, a abertura de créditos por superávit no exercício de 2023 tem ocorrido por modificação de fontes de recursos sem necessidade de justificativa e de indicação de fonte em contrapartida como ocorria até 2022, conforme portarias⁷⁴ publicadas pela SOF (Ex: modificação da fonte de recursos **1050** para **3050**).

O dígito inicial identifica se o recurso é do exercício ou de exercício anterior; portanto, o dígito **3XXX** identifica que o recurso se trata de superávit do exercício anterior, conforme nova estrutura de fontes.

A liberação é feita pela SOF por meio de Nota de Dotação (ND) na conta de Crédito Disponível (62211.00.00) e pela CGO/MEC por meio de Nota de Lançamento (NL) na conta de Limite Orçamentário a Utilizar (82320.01.00) para a respectiva fonte.

A tabela abaixo apresenta o montante por fontes modificadas que estão demonstrados como Dotação Remanejada do exercício para Dotação Atualizada para o Grupo de Fonte **3XXX**.

Tabela 96 – Superávit Financeiro aberto no exercício por Fonte Própria e Vinculada 2023 R\$ 1,00

Fonte SOF	Fonte Recursos	DOTACAO ATUALIZADA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA
3004	ASSIST.SAUDE SUP.SERV.CIV.AT.INAT.	1.209.225,00	1.209.225,00
3008	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	24.481.767,00	24.481.767,00
3048	REC.PROP.UO EXCL.DESP.CAP.SEG.SOC.	166.050,00	166.050,00
3049	REC.PROP.UO PARA APLIC. EM SEGURIDADE SOCIAL	17.870.861,00	17.870.861,00
3050	RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	16.565.386,00	16.565.386,00
3051	REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	1.070.628,00	1.070.628,00
3081	CONVENIOS	2.969.747,00	2.969.747,00
3096	DOACOES NACIONAIS	40.519,00	40.519,00
3133	EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL	270.743.262,00	270.743.262,00
Total		335.117.445,00	335.117.445,00

Fonte: Dotação - Superávit Financeiro - STN (BP) Aberto no Exercício - Órgão Superior - Fontes Próprias - MODIFICAÇÕES (Ex: 1050 para 3050)

Superávit Financeiro e o Regime Fiscal Sustentável: Lei Complementar nº 200/2023

Em 31 de agosto de 2023 foi publicada a Lei Complementar nº 200, de 30/08/2023 instituindo o **Regime Fiscal Sustentável** em substituição ao **Regime Fiscal do Teto de Gastos** instituído pela EC nº 95/2016, para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do **caput** e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal.

⁷⁴ Exemplo de Portarias SOF: **2021**: PORTARIA SOF/ME Nº 13.164, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021; PORTARIA SOF/ME Nº 14.486, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021; PORTARIA SOF/ME Nº 12.320, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021. **2022**: PORTARIA SOF/ME Nº 3.359, DE 14 DE ABRIL DE 2022; PORTARIA SOF/ME Nº 3.827, DE 29 DE ABRIL DE 2022; PORTARIA SOF/ME Nº 6.104, DE 7 DE JULHO DE 2022. Exemplo de Portarias SOF **2023**: PORTARIA SOF/MPO Nº 103, DE 26 DE ABRIL DE 2023; PORTARIA SOF/MPO Nº 269, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023; PORTARIA SOF/MPO Nº 187, DE 6 DE JULHO DE 2023.

Assim como no Regime da EC nº 95/2016, o Regime Fiscal Sustentável da LC nº 200/2023 se pauta pelo controle do crescimento das despesas estabelecendo limites individualizados de gasto para as despesas primárias por Poder e Órgão. Entretanto, este regime possui pontos positivos em relação ao regime anterior, ao trazer as seguintes regras:

Figura 13 – Regras do Regime Fiscal Sustentável

Possui regras críveis para o crescimento das despesas
<ul style="list-style-type: none">• Mantém limitações e condicionantes da LRF para geração de despesas e renúncias de receitas;• Despesas sempre crescem em menor proporção que as receitas, recuperando o superávit primário e impedindo trajetória explosiva da dívida pública;• Utilização das receitas recorrentes como base de cálculo para o aumento das despesas elimina a possibilidade de expansão exacerbada dos gastos para cumprimento da meta, com base em receitas extraordinárias.

Fonte: Cartilha: Para entender a proposta do Governo de Regime Fiscal Sustentável, disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/regime-fiscal-sustentavel/cartilha-para-entender-a-proposta-do-governo-de-regime-fiscal-sustentavel>

O Regime Fiscal Sustentável reformulou o rol de despesas não abrangidas nos limites, conforme figura abaixo:

Figura 14– Exceções aos Limites do Regime Fiscal Sustentável

O que fica de fora	
Exceções que já estão previstas no teto de gastos e mudanças posteriores	<ul style="list-style-type: none">• Complementação ao Fundeb;• Transferências constitucionais por repartição de receita com entes subnacionais;• Fundo Constitucional do Distrito Federal;• Créditos extraordinários;• Despesas não recorrentes com Justiça Eleitoral com eleições;• Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes;• Determinadas operações envolvendo precatórios (encontro de contas, pagamento com deságio, precatórios parcelados e precatórios do Fundef);• Pisos do enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e da parteira;• Projetos socioambientais/climáticos com doações e acordos judiciais em decorrência de desastres ambientais;• Despesas de instituições federais de ensino e ICTs financiadas com receitas próprias, de doações ou de convênios;• Obras de engenharia com recursos de transferências dos entes.
O que não estava de fora e passou a estar?	<ul style="list-style-type: none">• Despesas relativas à cobrança pela gestão de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);• Concessões florestais e transferências a municípios e ao Distrito Federal de recursos da cobrança da taxa de ocupação, foro e laudêmio.
E o que deixou de ser considerado exceção ao limite das despesas?	<ul style="list-style-type: none">• Despesas com aumento de capital de empresas estatais financeiras não dependentes (bancos públicos);• Despesa com investimentos correspondente ao excesso de receitas recorrentes.

Fonte: Cartilha: Para entender a proposta do Governo de Regime Fiscal Sustentável, disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/regime-fiscal-sustentavel/cartilha-para-entender-a-proposta-do-governo-de-regime-fiscal-sustentavel>



Portanto, a partir de setembro de 2023, no cálculo do limite **não serão computadas as transferências para complementação da União ao Fundeb e as despesas das universidades e institutos**, conforme art. 3º, § 2º:

§ 2º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

I - as transferências estabelecidas no § 1º do art. 20, no inciso III do parágrafo único do art. 146, no § 5º do art. 153, no art. 157, nos incisos I e II do caput do art. 158, no art. 159 e no § 6º do art. 212, as despesas referentes ao inciso XIV do caput do art. 21 e **as complementações de que tratam os incisos IV e V do caput do art. 212-A**, todos da Constituição Federal;

IV - **as despesas das universidades públicas federais, das empresas públicas da União prestadoras de serviços para hospitais universitários federais, das instituições federais de educação, ciência e tecnologia vinculadas ao Ministério da Educação**, dos estabelecimentos de ensino militares federais e das demais instituições científicas, tecnológicas e de inovação, nos valores custeados com receitas próprias, ou de convênios, contratos ou instrumentos congêneres, celebrados com os demais entes federativos ou entidades privadas.

Para exercício de 2023 as alterações já se aplicam em relação aos limites das despesas primárias estabelecidos na LOA de 2023 (Lei nº 14.535/2023), conforme disposto nos art. 12 e 13:

Art. 12. Para o exercício financeiro de 2023, os limites individualizados para as despesas primárias e demais operações que afetam o resultado primário, bem como suas respectivas exceções, corresponderão àqueles vigentes no momento da publicação da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, relativas ao respectivo Poder ou órgão.

§ 1º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que exceda ao limite total autorizado de despesa primária sujeita aos limites de que trata este artigo.

§ 2º Para fins de verificação do cumprimento dos limites de que trata este artigo, serão consideradas as despesas primárias pagas, incluídos os restos a pagar pagos e as demais operações que afetem o resultado primário no exercício.

Art. 13. Os precatórios decorrentes de demandas relativas à complementação da União aos Estados e aos Municípios por conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), nos termos do art. 4º da Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021, não serão incluídos na base de cálculo e no limite do Poder Executivo federal estabelecido no art. 3º desta Lei Complementar.

A LC nº 200/2023 trouxe também alterações na LRF em relação ao Anexo de Metas Fiscais **com vigência a partir de 2024** (art. 11), dispondo da compatibilidade das metas fiscais com a sustentabilidade da dívida pública, conforme art. 2º:

Art. 2º A lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas anuais de resultado primário do Governo Central, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública.

§ 1º Considera-se compatível com a sustentabilidade da dívida pública o estabelecimento de metas de resultados primários, nos termos das leis de diretrizes orçamentárias, até a estabilização da relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e o Produto Interno Bruto (PIB), conforme o Anexo de Metas Fiscais de que trata o § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



4. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a NBC TSP 22 que trata da **Divulgação sobre Partes Relacionadas**, são consideradas Partes Relacionadas *se uma parte tiver o poder de controlar a outra parte ou exercer influência significativa sobre a outra parte nas decisões financeiras e operacionais ou se a entidade considerada parte relacionada e outra entidade estão sujeitas ao controle comum.*

Nesse sentido, NBC TSP 22 traz as seguintes definições:

Transação entre partes relacionadas é a transferência de recursos ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não cobrança de valores.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da entidade, porém sem controlar essas políticas. Influência significativa pode ser exercida de várias maneiras, e é usualmente exercida pela representação no conselho de administração ou corpo diretivo equivalente, mas também, por exemplo, por meio da participação no processo de definição de políticas, por meio de transações materiais entre entidades que fazem parte de uma mesma entidade econômica, por meio de intercâmbio de pessoal administrativo ou ainda por meio de dependência de informações técnicas. Influência significativa pode ser obtida por meio de participação acionária, disposições estatutárias ou acordo.

Tendo por base as definições apresentadas pela NBC TSP acima, no âmbito do MEC podem ser consideradas Partes Relacionadas as seguintes entidades, de cuja natureza de relacionamento prevalece, entre outras, a de financiamento (transferência de recursos financeiros e orçamentários), assim classificada:

- a) **Congresso Nacional:** responsável pela aprovação das leis do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, das quais resultam na alocação/aprovação dos recursos para consecução das políticas públicas e programas a cargo do MEC e de seus órgãos vinculados;
- b) **Ministério do Planejamento e Orçamento (Secretaria de Orçamento Federal):** responsável pela gestão do Orçamento-Geral da União - OGU e transferência de recursos orçamentários ao MEC;
- c) **Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional):** responsável pela gestão financeira da Conta Única e transferência de recursos financeiros ao MEC;
- d) **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos:** responsável pela autorização para abertura de créditos adicionais no âmbito do Orçamento de Investimento das empresas públicas; e transposição, remanejamento ou transferência, total ou parcial, das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e de entidades da administração pública federal e alterações de suas competências ou atribuições, de que trata o art. 60 da Lei nº 14.436, de 2022 (Decreto nº 11.438/2023);
- e) **Ministério da Educação:** transferência de recursos orçamentários e financeiros a seus órgãos vinculados para o custeio do ensino, pesquisa e extensão, manutenção administrativa e investimentos, em consonância com os programas e atividades constantes da LOA.

O fluxo abaixo apresenta a relação técnica, hierárquica e de interdependência existente entre as partes relacionadas que interagem com o MEC.

De forma breve, pode-se assim dizer que o Ministério da Fazenda, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e o Ministério do Planejamento e Orçamento, como órgãos gestores dos recursos orçamentários e financeiros dos órgãos do Poder Executivo Federal, dependem da aprovação do PPA, da LDO e da LOA para realizarem a distribuição/transferência dos recursos aos ministérios e demais órgãos para a consecução das políticas públicas delineadas no PPA, as quais são materializadas na LOA por meio de programas governamentais, em consonância com as diretrizes traçadas na LDO de cada exercício.

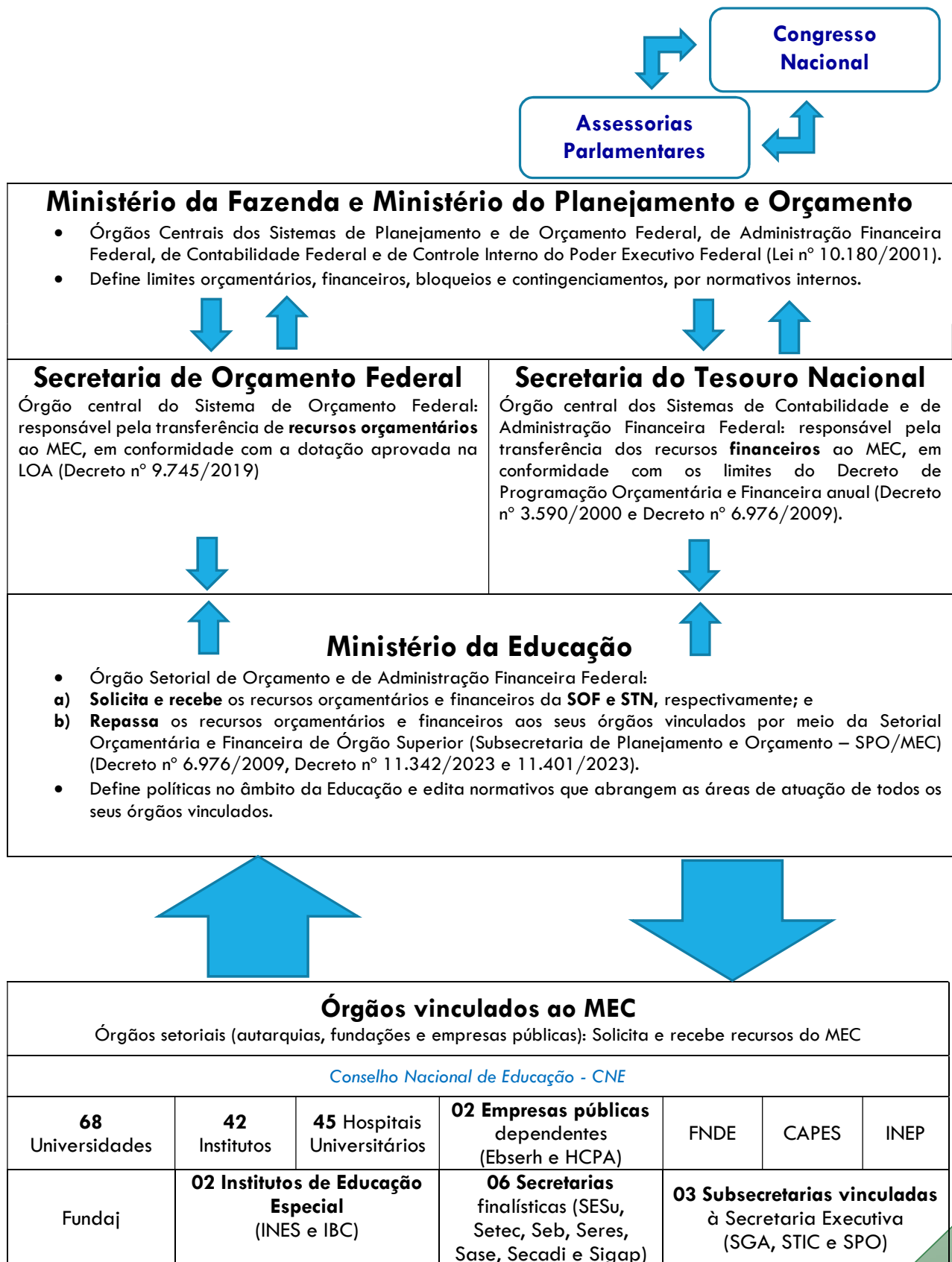


Após a aprovação da LOA, é editado o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira - DPOF que estabelece os limites de gasto pelos órgãos superiores (ministérios) e demais órgãos/entidades do Poder Executivo.

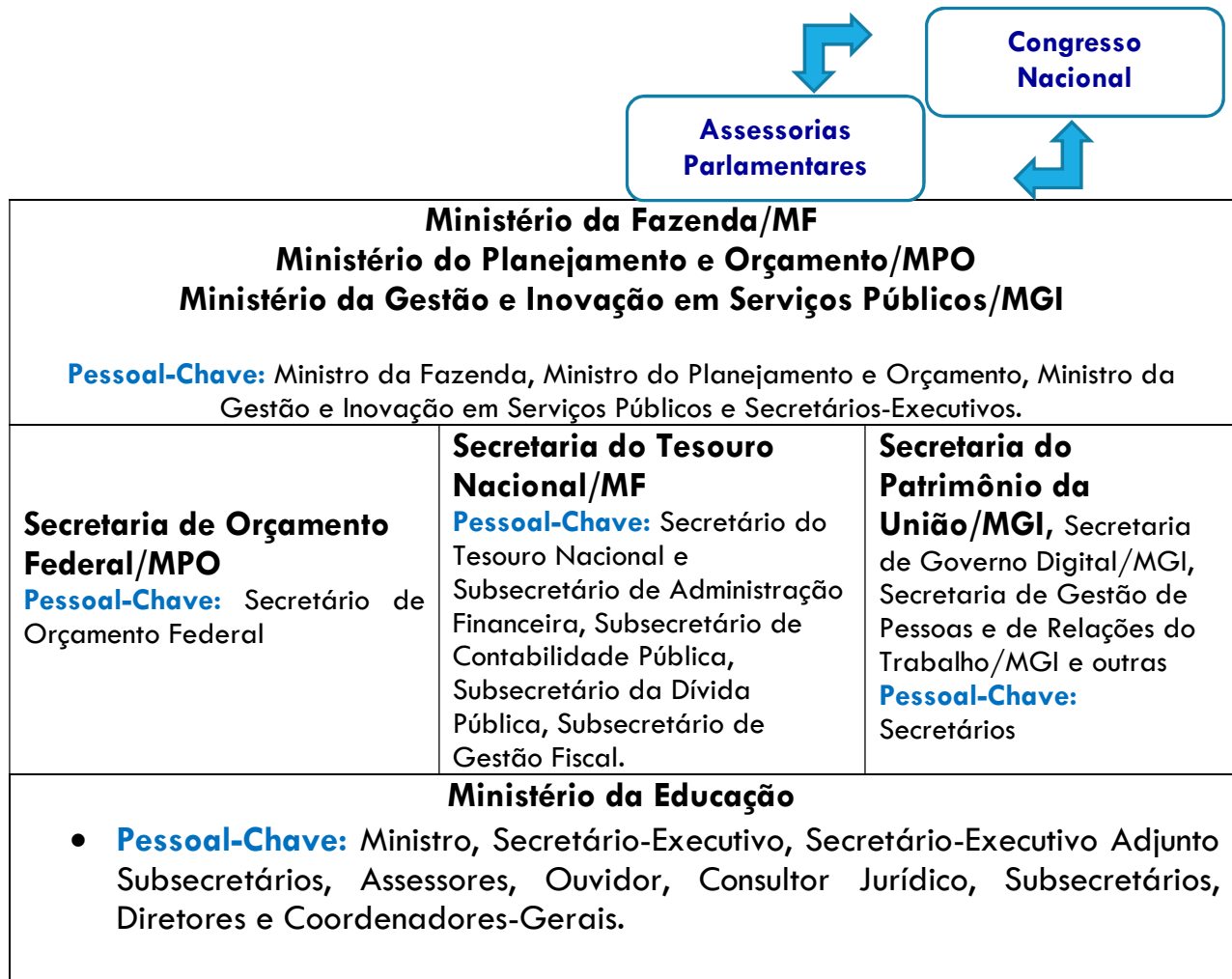
O Ministério da Educação depende da liberação dos recursos orçamentários e financeiros pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e pelo Ministério da Fazenda, a cargo da SOF e da STN, respectivamente, cujos limites são estabelecidos no DPOF.

Os órgãos vinculados ao MEC (universidades, institutos, CAPES, FNDE, Ebserh, Inep, Fundaj e unidades da administração direta) dependem da liberação pelo MEC dos recursos orçamentários e financeiros, adstritos aos limites estabelecidos no DPOF para o MEC.

Em suma, as partes relacionadas constantes do fluxo abaixo possuem uma relação de interdependência e subordinação recíproca, ou seja, a imediatamente superior tem uma influência significativa sobre a hierarquicamente inferior e ambas não coexistem isoladamente, em se tratando da natureza de relacionamento relativa a financiamento.



Fonte: Elaboração própria pela Setorial Contábil/MEC.



Dirigentes dos Órgãos vinculados ao MEC

Conselho Nacional de Educação - CNE

68 Universidades Pessoal-Chave: Reitores	41 Institutos/Centros Federais Pessoal-Chave: Diretores	45 Hospitais Universitários Pessoal-Chave: Reitores e Diretores Superintendentes	02 Empresas públicas (Ebserh e HCPA) Pessoal-Chave: Presidentes	FNDE Pessoal-Chave: Presidente	CAPES Pessoal-Chave: Presidente	INEP Pessoal-Chave: Presidente
Fundaj Pessoal-Chave: Presidente	02 Institutos de Educação Especial (INES e IBC) Pessoal-Chave: Diretores Colégio Pedro II Pessoal-Chave: Reitor		06 Secretarias finalísticas (SESu, Setec, Seb, Seres, Sase, Secadi e Sigap)	SE: Secretário Executivo e SE-Adjunto 03 Subsecretarias vinculadas à Secretaria Executiva (SGA, STIC e SPO)		



		Pessoal- Chave: Secretários	Pessoal-Chave: Subsecretários e Coordenadores-Gerais
--	--	-----------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria pela Setorial Contábil/MEC.

Conflito de Interesses e Nepotismo

A administração pública, pela natureza da atividade e pelos fins a que se propõe, atribui aos agentes públicos a observância dos princípios constitucionais explícitos no art. 37, da Constituição Federal, de maneira expressa. Assim, são eles: **princípio da legalidade, o princípio da impessoalidade, o princípio da moralidade, o princípio da publicidade e o princípio da eficiência.**

Desta forma, para assegurar a isenção e lisura no desempenho das ações de interesse público por parte de seus agentes foram instituídos os dispositivos legais a seguir:

Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009 – Estabelece a obrigatoriedade de prestação de informações sobre vínculos familiares pelos agentes públicos que especifica;

Decreto nº 7.203, art. 3º, de 4 de junho de 2010 - Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

Lei nº 12.813, de 13 de maio de 2013 - Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001;

Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019 – Dispõe sobre os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e das Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE;

Portaria MEC nº 981, de 18 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos e fluxos internos visando à prevenção e ao tratamento de atos de nepotismo no âmbito do Ministério da Educação.

Administração direta do MEC

Para todos os servidores que exercem cargo de direção, chefia e assessoramento no âmbito da administração direta do MEC é exigida a prestação de informações por meio da Declaração de Conflito de Interesses e da Declaração de Nepotismo dos ocupantes em exercício e para os novos quando da nomeação.

Conflito de Interesses: as informações foram tratadas no **Processo SEI 23123.005122/2020-53.**

Nepotismo: as informações foram tratadas no âmbito do **Processo SEI 23123.005486/2020-33.**

Administração indireta do MEC

Em relação à administração indireta do MEC (autarquias, fundações e empresas públicas), são órgãos dotados de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa e financeira outorgadas pelo Decreto-Lei nº 200/1967.

Cada órgão/entidade possui Quadro Próprio de Servidores e seu respectivo Rol de Responsáveis com os agentes públicos integrantes em exercício e cabe-lhes a prestação de contas individualizada como Unidade Prestadora de Contas definida pelo Tribunal de Contas da União, como também a elaboração das notas explicativas de suas demonstrações contábeis, em atendimento às exigências da STN e do TCU.

Portal da Transparência da CGU



A remuneração dos cargos pode ser consultada no Portal da Transparência da CGU: <https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/consulta?ordenarPor=nome&direcao=asc>

No portal a pesquisa pode ser feita com os seguintes filtros:

ÓRGÃO DE EXERCÍCIO	ÓRGÃO DE LOTAÇÃO	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	FUNÇÃO	ÓRGÃO SUPERIOR DE LOTAÇÃO	ÓRGÃO SUPERIOR DE EXERCÍCIO	UORG DE LOTAÇÃO	UORG DE EXERCÍCIO
--------------------	------------------	-----------	----------	--------	---------------------------	-----------------------------	-----------------	-------------------

Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MEC

Informações relativas à Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação.

O Decreto nº 11.691, de 05 de setembro de 2023 que revogou o Decreto nº 11.342, de 1º de janeiro de 2023, aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, define as competências dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Educação.

Do art. 45 ao art. 47 são definidas as atribuições dos dirigentes, conforme transcrição abaixo:

Do Secretário-Executivo

Art. 45. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades que integram a Secretaria-Executiva;

II - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério;

III - supervisionar e avaliar a execução de projetos e ações do Ministério;

IV - supervisionar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas relacionados à área de competência da Secretaria-Executiva; e

V - propor ao Ministro de Estado a criação ou a extinção de unidades descentralizadas, em conformidade com a necessidade do Ministério.

Dos Secretários



Art. 46. Aos Secretários incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades que integram as suas secretarias e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Dos demais dirigentes

Art. 47. Ao Chefe de Gabinete, aos Chefes de Assessoria, aos Chefes de Assessorias Especiais, ao Consultor Jurídico, ao Secretário-Executivo, aos Subsecretários, aos Diretores e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades de suas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Ministro de Estado no âmbito de sua competência.

ANEXO II

a) Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
	3	Assessor Especial	CCE 2.15
	3	Assessor Especial	FCE 2.15
	1	Assessor	CCE 2.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.15
	2	Assessor	FCE 2.14
	2	Gerente de Projeto	CCE 3.13
	1	Gerente de Projeto	FCE 3.13
	2	Coordenador de Projeto	CCE 3.12
	1	Coordenador de Projeto	FCE 3.12
	2	Assessor Técnico	CCE 2.10
	3	Assistente	FCE 2.07
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
Núcleo	1	Chefe	FCE 1.01
Assessoria de Agenda	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assistente	CCE 2.07
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
Assessoria de Cerimonial	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.14
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
	2	Assistente	CCE 2.07
Serviço	1	Chefe	CCE 1.06
Assessoria de Gestão Técnica e Administrativa	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
	1	Assistente	FCE 2.09
	1	Assistente	FCE 2.08
	3	Chefe de Projeto II	CCE 3.07
Serviço	1	Chefe	FCE 1.06
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
Serviço	2	Chefe	FCE 1.05
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	FCE 1.14
	2	Gerente de Projeto	CCE 3.13
	1	Gerente de Projeto	FCE 3.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10



	3	Assessor Técnico	CCE 2.10
	2	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente	FCE 2.07
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
Serviço	2	Chefe	FCE 1.05
Seção	1	Chefe	FCE 1.03
Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
	3	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente	FCE 2.07
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
Assessoria de Assuntos Internacionais	1	Chefe de Assessoria	FCE 1.13
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	2	Chefe	FCE 1.07
Seção	1	Chefe	CCE 1.04
ASSESSORIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIVERSIDADE	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.14
	1	Assessor	FCE 2.13
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe de Assessoria Especial	FCE 1.15
	1	Assessor	FCE 2.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.11
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
OUVIDORIA	1	Ouvidor	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
CORREGEDORIA	1	Corregedor	FCE 1.13
	1	Coordenador de Projeto	FCE 3.11
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
Núcleo	2	Chefe	FCE 1.01
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	FCE 1.15
	1	Consultor Jurídico Adjunto	FCE 1.14
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.09
Divisão	3	Chefe	CCE 1.07
Divisão	2	Chefe	FCE 1.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.06
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	CCE 1.18
	1	Secretário-Executivo Adjunto	CCE 1.17
	1	Diretor de Programa	FCE 3.16
	2	Diretor de Programa	CCE 3.15
	2	Diretor de Programa	FCE 3.15
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.13
	7	Gerente de Projeto	CCE 3.13
	5	Gerente de Projeto	FCE 3.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10



	3	Coordenador de Projeto	CCE 3.10
	5	Coordenador de Projeto	FCE 3.10
	1	Assistente	CCE 2.07
	4	Assistente	FCE 2.07
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	1	Subsecretário	FCE 1.15
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor	FCE 2.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	13	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
Divisão	2	Chefe	CCE 1.07
Divisão	21	Chefe	FCE 1.07
	1	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.06
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
Serviço	18	Chefe	FCE 1.05
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
Núcleo	21	Chefe	FCE 1.01
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1	Subsecretário	FCE 1.15
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	9	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
Divisão	1	Chefe	CCE 1.07
Divisão	15	Chefe	FCE 1.07
Serviço	3	Chefe	CCE 1.05
Serviço	14	Chefe	FCE 1.05
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.04
Núcleo	11	Chefe	FCE 1.01
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	Subsecretário	FCE 1.15
Coordenação-Geral	5	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	9	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	5	Chefe	FCE 1.07
	1	Chefe de Projeto II	FCE 3.07
	1	Chefe de Projeto I	FCE 3.05
Núcleo	14	Chefe	FCE 1.01
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	1	Secretário	CCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
	1	Gerente de Projeto	FCE 3.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
Divisão	4	Chefe	CCE 1.07
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
Seção	1	Chefe	FCE 1.03
DIRETORIA DE POLÍTICAS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL BÁSICA	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	FCE 1.13



Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	4	Coordenador	FCE 1.10
	1	Coordenador de Projeto	FCE 3.10
Divisão	2	Chefe	CCE 1.07
	4	Chefe de Projeto I	FCE 3.05
DIRETORIA DE FORMAÇÃO DOCENTE E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
	1	Coordenador de Projeto	CCE 3.10
	1	Coordenador de Projeto	FCE 3.10
	4	Chefe de Projeto II	FCE 3.07
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO EDUCACIONAL	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	5	Coordenador	FCE 1.10
	1	Coordenador de Projeto	FCE 3.10
	8	Chefe de Projeto II	FCE 3.07
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
DIRETORIA DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Gerente de Projeto	FCE 3.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	1	Chefe de Projeto II	FCE 3.07
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1	Secretário	CCE 1.17
	1	Diretor de Programa	FCE 3.15
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	1	Assessor	FCE 2.13
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
	2	Assistente Técnico	FCE 2.05
	8	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
Núcleo	5	Chefe	FCE 1.01
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	3	Assistente	FCE 2.07
DIRETORIA DE POLÍTICAS E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10



	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	2	Gerente de Projeto	CCE 3.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	1	Coordenador de Projeto	FCE 3.10
	1	Assistente	CCE 2.07
	2	Chefe de Projeto II	FCE 3.07
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Secretário	CCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	1	Assessor	CCE 2.13
	2	Gerente de Projeto	CCE 3.13
Coordenação	3	Coordenador	CCE 1.10
	1	Assistente	CCE 2.07
Serviço	2	Chefe	CCE 1.05
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
	9	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.04
Núcleo	6	Chefe	FCE 1.01
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	3	Chefe	CCE 1.07
	1	Assistente	FCE 2.07
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
Serviço	2	Chefe	FCE 1.05
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
	1	Assistente	CCE 2.07
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
Serviço	2	Chefe	FCE 1.05
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
Núcleo	1	Chefe	FCE 1.01
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Secretário	CCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13



	2	Assessor	CCE 2.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	CCE 1.07
Divisão	2	Chefe	FCE 1.07
Serviço	3	Chefe	FCE 1.05
	4	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.04
DIRETORIA DE POLÍTICA REGULATÓRIA	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	3	Chefe	CCE 1.07
Divisão	3	Chefe	FCE 1.07
Serviço	4	Chefe	FCE 1.05
Núcleo	1	Chefe	FCE 1.01
DIRETORIA DE SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	4	Chefe	FCE 1.07
Serviço	3	Chefe	CCE 1.05
Serviço	2	Chefe	FCE 1.05
DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	4	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	5	Chefe	FCE 1.07
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
Serviço	10	Chefe	FCE 1.05
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E COM OS SISTEMAS DE ENSINO	1	Secretário	FCE 1.17
	1	Diretor de Programa	FCE 3.15
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor	FCE 2.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	3	Chefe de Projeto II	FCE 3.07
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	3	Chefe de Projeto II	FCE 3.07
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	1	Chefe de Projeto II	FCE 3.07



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	1	Secretário	CCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor	FCE 2.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	3	Coordenador de Projeto	FCE 3.10
	2	Chefe de Projeto II	FCE 3.07
	2	Chefe de Projeto I	FCE 3.05
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.04
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
	2	Chefe de Projeto II	FCE 3.07
	5	Chefe de Projeto I	FCE 3.05
Núcleo	1	Chefe	FCE 1.01
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	2	Assistente	CCE 2.07
	2	Assistente Técnico	CCE 2.05
	4	Assistente Técnico	FCE 2.05
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
	1	Coordenador de Projeto	FCE 3.10
	1	Assistente	FCE 2.07
	2	Chefe de Projeto II	FCE 3.07
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
	2	Chefe de Projeto I	FCE 3.05
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ÉTNICO- RACIAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
	1	Chefe de Projeto II	FCE 3.07



SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO, INOVAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	1	Secretário	CCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
	1	Assistente	CCE 2.07
DIRETORIA DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS E INOVAÇÃO	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
	1	Coordenador de Projeto	CCE 3.10
DIRETORIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Gerente de Projeto	FCE 3.13
	1	Coordenador de Projeto	CCE 3.10
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO			
Secretaria-Executiva	1	Secretário-Executivo	FCE 1.15
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	CCE 1.07
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
	1	Assistente	FCE 2.07
Serviço	2	Chefe	FCE 1.05
Núcleo	1	Chefe	FCE 1.01

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.18	6,41	1	6,41	1	6,41
SUBTOTAL 1		1	6,41	1	6,41
CCE 1.17	6,27	7	43,89	7	43,89
CCE 1.16	5,81	1	5,81	-	-
CCE 1.15	5,04	17	85,68	15	75,60
CCE 1.14	4,31	1	4,31	2	8,62
CCE 1.13	3,84	48	184,32	39	149,76
CCE 1.10	2,12	24	50,88	29	61,48
CCE 1.07	1,39	20	27,80	20	27,80
CCE 1.06	1,17	-	-	1	1,17
CCE 1.05	1,00	31	31,00	18	18,00
CCE 1.04	0,44	-	-	1	0,44
CCE 2.15	5,04	6	30,24	3	15,12
CCE 2.13	3,84	9	34,56	4	15,36
CCE 2.10	2,12	11	23,32	8	16,96
CCE 2.07	1,39	22	30,58	17	23,63



CCE 2.05	1,00	8	8,00	8	8,00
CCE 3.15	5,04	3	15,12	2	10,08
CCE 3.13	3,84	18	69,12	18	69,12
CCE 3.12	3,10	-	-	2	6,20
CCE 3.10	2,12	8	16,96	6	12,72
CCE 3.07	1,39	-	-	3	4,17
SUBTOTAL 2		234	661,59	203	568,12
FCE 1.17	3,76	-	-	1	3,76
FCE 1.15	3,03	10	30,30	14	42,42
FCE 1.14	2,59	1	2,59	2	5,18
FCE 1.13	2,30	46	105,80	64	147,20
FCE 1.11	1,48	-	-	2	2,96
FCE 1.10	1,27	81	102,87	87	110,49
FCE 1.09	1,00	-	-	1	1,00
FCE 1.07	0,83	46	38,18	63	52,29
FCE 1.06	0,70	-	-	1	0,70
FCE 1.05	0,60	71	42,60	64	38,40
FCE 1.03	0,37	2	0,74	2	0,74
FCE 1.01	0,12	158	18,96	64	7,68
FCE 2.15	3,03	2	6,06	3	9,09
FCE 2.14	2,59	-	-	2	5,18
FCE 2.13	2,30	5	11,50	6	13,80
FCE 2.10	1,27	9	11,43	11	13,97
FCE 2.09	1,00	-	-	1	1,00
FCE 2.08	0,96	-	-	1	0,96
FCE 2.07	0,83	24	19,92	20	16,60
FCE 2.06	0,70	2	1,40	3	2,10
FCE 2.05	0,60	12	7,20	11	6,60
FCE 2.02	0,21	1	0,21	-	-
FCE 3.16	3,48	-	-	1	3,48
FCE 3.15	3,03	2	6,06	4	12,12
FCE 3.13	2,30	3	6,90	10	23,00
FCE 3.12	1,86	-	-	1	1,86
FCE 3.11	1,48	-	-	1	1,48
FCE 3.10	1,27	13	16,51	13	16,51
FCE 3.07	0,83	36	29,88	30	24,90
FCE 3.05	0,60	18	10,80	14	8,40
FCE 4.11	1,48	2	2,96	-	-
FCE 4.09	1,00	1	1,00	-	-
FCE 4.07	0,83	1	0,83	1	0,83
FCE 4.06	0,70	1	0,70	-	-
FCE 4.05	0,60	35	21,00	26	15,60



FCE 4.04	0,44	7	3,08	6	2,64
SUBTOTAL 3		589	499,48	530	592,94
TOTAL		824	1.167,48	734	1.167,47

Lei nº 14.204/2021 - Simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional

ANEXO II - CARGO COMISSIONADO EXECUTIVO (CCE) e FUNÇÃO COMISSIONADA EXECUTIVA (FCE):

CARGO/FUNÇÃO DE CONFIANÇA	VALOR UNITÁRIO DO CCE (em R\$)	VALOR UNITÁRIO DA FCE (em R\$)
CCE-18	17.327,65	-
CCE-17/ FCE-17	16.944,90	10.166,94
CCE-16/ FCE-16	15.688,92	9.413,35
CCE-15/ FCE-15	13.623,39	8.174,03
CCE-14/ FCE-14	11.652,88	6.991,73
CCE-13/ FCE-13	10.373,30	6.223,98
CCE-12/ FCE-12	8.383,17	5.029,90
CCE-11/ FCE-11	6.684,53	4.010,72
CCE-10/ FCE-10	5.734,58	3.440,75
CCE-9/ FCE-9	4.502,43	2.701,46
CCE-8/ FCE-8	4.318,33	2.591,46



CCE-7/ FCE-7	3.743,33	2.246,00
CCE-6/ FCE-6	3.169,81	1.901,89
CCE-5/ FCE-5	2.701,46	1.620,88
CCE-4/ FCE-4	1.199,76	1.199,76
CCE-3/ FCE-3	999,54	999,54
CCE-2/ FCE-2	559,05	559,05
CCE-1/ FCE-1	330,79	330,79

Lei nº 14.204/2021**ANEXO III - TABELA DA RELAÇÃO ENTRE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES (DAS) E CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS (CCE) e FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS (FCE)**

DAS-1	CCE-5	FCE-5
DAS-2	CCE-7	FCE-7
DAS-3	CCE-10	FCE-10
DAS-4	CCE-13	FCE-13
DAS-5	CCE-15	FCE-15
DAS-6	CCE-17	FCE-17
NE	CCE-18	



5. AUDITORIA DA CGU NO MEC - 1112626 - AAC - 2022

Em 2022 a Controladoria-Geral da União realizou auditoria de conformidade e contábil no MEC e em seus órgãos vinculados, cujo Relatório Preliminar foi tratado no âmbito do Processo SEI [23123.001552/2023-49](#). Dos exames realizados pela equipe de auditoria no âmbito do MEC foram apresentados diversos achados que resultaram em solicitações de auditoria feitas à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC. Esta prestou as informações por meio do **Despacho 119** (SEI [3905106](#)).

O Relatório Final de Avaliação 1112626 - AAC – 2022 está sendo tratado no âmbito do Processo SEI [23123.004173/2023-19](#). O processo foi enviado à SPO/MEC **20/06/2023**.

As recomendações foram enviadas tanto para os órgãos vinculados (recomendações diretamente aos próprios órgãos pela CGU) quanto para a SPO/MEC.

Elenca-se abaixo as 06 (seis) recomendações do Relatório Final referentes ao Achados de 2022 enviadas à SPO/MEC e as providências adotadas em 2022 e 2023.

Recomendação 01

Definir critérios e política para organizar incentivos à reavaliação dos seus imóveis que estejam com a Data de Validade da Avaliação da Utilização expirada, adotando parâmetros oficiais e fidedignos, atualizando os valores contabilizados para o mais próximo possível do valor justo desses imóveis, nos termos do MCASP 9ª edição e da NBC TSP nº 07, associando os resultados a requisitos para as iniciativas de alocação de recursos discricionários do MEC.

Achado nº 2.3.1 (2022):

Falta de reavaliação e/ou atualização dos valores dos Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet, resultando em subavaliação do ativo estimada em R\$ 11,4 bilhões.

Providências SPO/MEC em 2022

A SPO/MEC por intermédio da Setorial Contábil/MEC providenciou o envio de Mensagens Comunica Siafi aos 94 órgãos listados pela CGU em 09/11/2022 com reiteração em 29/11/2022, inclusive à Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA, unidade que exerce a função de Setorial de Serviços Gerais no âmbito da administração direta do MEC.

Em relação aos órgãos da administração indireta (universidades, institutos e outras unidades), a SPO/MEC esclareceu à CGU no Despacho 119 (SEI 3905106) que compete aos próprios órgãos a adoção de providências diretamente no SPIUnet para regularizar os saldos indevidos, vez que a



SPU/MGI concede senhas para acesso aos gestores da área de Patrimônio em cada órgão, autarquias, fundações públicas ou órgãos da administração direta.

Em relação à administração direta, a SAA/MEC informou à CGU que os Órgãos e Entidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede Federal), Universidades Federais, Instituto Benjamim Constant (IBC) e Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) são vinculados ao MEC para efeito de supervisão ministerial, porém são dotados de autonomia administrativa, patrimonial e financeira (art. 207 da Constituição Federal), portanto, com competência e autonomia para gerir seus próprios imóveis.

Posicionamento da CGU:

As ações da SAA-MEC resultaram em atingimento parcial dos objetivos, porém permaneciam pendentes de implementação a reavaliação de 1.773 imóveis, bem como a reavaliação ou baixa dos três imóveis pertencentes às extintas Demecs.

Em relação aos órgãos vinculados, a CGU mencionou que a recomendação está pendente de implementação. Ressaltou que as análises foram realizadas sobre uma amostra de Órgãos e/ou Entidades e a implementação completa vai depender da ciência de todos os Órgãos e Entidades da estrutura do Ministério sobre a necessidade dos ajustes.

Cumprindo o seu papel de setorial de órgão superior integrante dos Sistemas de Planejamento, Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade Federal de prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa dos órgãos vinculados a este Ministério, a Setorial Contábil levou ao conhecimento dos órgãos/unidades vinculadas as orientações e recomendações da CGU.

Providências SPO/MEC em 2023

O Relatório Final de Avaliação 1112626 - AAC – 2022f foi enviado à SPO/MEC **20/06/2023**, processo SEI [23123.004173/2023-19](#), e apresenta-se as providências adotadas até o fechamento deste trimestre, constantes do **Despacho 55** (SEI [4199967](#)).

Em relação à recomendação da Tarefa #1451787 referente ao item 2.3.1, alínea “a” do Relatório de Auditoria nº 1112626 (SEI nº [4058738](#)), a competência para reavaliação dos imóveis que estejam com a Data de Validade da Avaliação da Utilização expirada, adotando parâmetros oficiais e fidedignos, *atualizando os valores contabilizados para o mais próximo possível do valor justo desses imóveis, nos termos do MCASP 9ª edição e da NBC TSP nº 07 é atribuída às unidades vinculadas ao MEC (autarquias, fundações e empresas públicas)*, órgãos dotados de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa e financeira outorgadas pelo Decreto-Lei nº 200/1967, e que possuem seu próprio Rol de Responsáveis cadastrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

Tendo em vista que a Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA/SE/MEC exerce a função de órgão setorial dos Sistemas de Serviços Gerais e de Gestão Patrimonial no âmbito do MEC, conforme estabelecido no Decreto 11.342/2023, a SPO/MEC sugere no referido Despacho que se faz necessária também a manifestação da referida Subsecretaria acerca desta recomendação da CGU.

Recomendação 04

Orientar as entidades da administração indireta de que após a execução das faturas pendentes relacionadas aos exercícios de 2022 e anteriores, procedam à anulação dos empenhos relacionados a contratos continuados até o final do primeiro semestre.

Achado nº 2.3.2 (2022):



Pagamentos de despesas de competência no exercício corrente com restos a pagar, gerando distorções contábeis estimadas em R\$ 430,3 milhões.

Providências SPO/MEC em 2022

A SPO/MEC por intermédio da Setorial Contábil/MEC providenciou o envio de Mensagens Comunicadas SIAFI aos 22 órgãos listados pela CGU em 22/11/2022 e 07/12/2022.

A SPO/MEC esclareceu à CGU no Despacho 119 (SEI 3905106) que anualmente envia aos órgãos/unidades vinculadas orientações, procedimentos e recomendações relacionados à indicação de Notas de Empenho a serem inscritas em Restos a Pagar Não Processados - RPNP a Liquidar e/ou Liquidação alertando que previamente à indicação dos respectivos empenhos, os valores deverão ser analisados e ajustados com base nos compromissos já assumidos, procedendo-se à anulação daqueles que estiverem em desacordo com a legislação vigente (Acórdão TCU nº 2.823/2015-Plenário) e dos que não serão indicados para inscrição em RPNP a Liquidar e/ou em Liquidação. Como exemplo citou os expedientes encaminhados em 2020, 2021 e 2022: Ofício-Circular nº 90/2020/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI nº 2387064); Ofício-Circular nº 74/2021/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI nº 2999463) e Ofício-Circular nº 73/2022/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI nº 3694294).

Posicionamento da CGU

No que se refere à execução de restos a pagar, os esclarecimentos em tela demonstram que as ações usualmente adotadas não foram suficientes para evitar as distorções identificadas nos demonstrativos orçamentárias do MEC, exercício de 2022.

Assim, a recomendação permanece pendente de implementação.

Providências SPO/MEC em 2023

O Relatório Final de Avaliação 1112626 - AAC – 2022f foi enviado à SPO/MEC **20/06/2023**, processo SEI [23123.004173/2023-19](#), e apresenta-se as providências adotadas até o fechamento deste trimestre, constantes do **Despacho 55** (SEI [4199967](#)).

No que se refere à Tarefa #1452292, a SPO/MEC informa que levará ao conhecimento dos órgãos/entidades da administração indireta a recomendação da CGU “*de que após a execução das faturas pendentes relacionadas aos exercícios de 2022 e anteriores, procedam à anulação dos empenhos relacionados a contratos continuados*” com brevidade, visto que o primeiro semestre de 2023 já está encerrado.

Ressaltou que as unidades executoras vinculadas ao MEC gozam de autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial, e que a prática de atos de gestão, tais como a emissão e cancelamento de empenhos, autorização de pagamentos, dentre outros, compete aos agentes públicos incumbidos e revestidos das respectivas funções, conforme disposto no Decreto-Lei nº 200/1967 e no Decreto nº 93.872/1986, quais sejam: o ordenador de despesas e o gestor financeiro. Neste sentido, destaca-se que a SPO/SE/MEC não é ordenadora de despesa, e caberá às unidades vinculadas, que possuem rol de responsáveis (ordenador de despesas, gestor financeiro, conformista contábil, conformista de gestão, e seus respectivos substitutos), todos cadastrados no SIAFI providenciarem a anulação dos empenhos relacionados a contratos continuados, conforme recomendação da CGU.

Por fim, mencionou que anualmente a SPO/SE/MEC envia às unidades vinculadas orientações, procedimentos e recomendações relacionados à indicação de Notas de Empenho a serem inscritas em Restos a Pagar Não Processados - RPNP a Liquidar e/ou Liquidação alertando que, previamente à indicação dos respectivos empenhos, os valores deverão ser analisados e ajustados com base nos compromissos já assumidos, procedendo-se até à anulação daqueles que estiverem em desacordo com a legislação vigente (Acórdão TCU nº 2.823/2015-Plenário) e dos que não serão indicados para inscrição em RPNP a Liquidar e/ou em Liquidação. Como exemplo, citou os expedientes encaminhados em 2020,



2021 e 2022, respectivamente: Ofício-Circular nº 90/2020/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI nº [2387064](#)); Ofício-Circular nº 74/2021/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI nº [2999463](#)) e Ofício-Circular nº 73/2022/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI nº [3694294](#)).

Recomendação 09

Coordenar providências para ajustes no SPIUnet para a incorporação dos valores correspondentes às obras concluídas nos imóveis de sua propriedade, que atualmente se encontram registrados indevidamente na conta contábil 1.2.3.2.1.06.01 – Obras em Andamento.

Achados nº 2.3.1 e 2.4.1 (2022):

Ausência de depreciação em obras concluídas, gerando uma distorção de R\$ 252,1 milhões.

Manutenção de registro indevido de obras concluídas na conta de obras em andamento pelos órgãos do Ministério da Educação, resultando em distorção qualitativa de R\$ 5,4 bilhões.

Providências SPO/MEC em 2022

A SPO/MEC por intermédio da Setorial Contábil/MEC providenciou o envio de Mensagens Comunicações SIAFI aos 35 órgãos listados pela CGU, em 27/10/2022 e 09/11/2022.

Em relação aos órgãos da administração indireta (universidades, institutos e outras unidades), a SPO/MEC esclareceu à CGU no Despacho 119 (SEI 3905106) que compete aos próprios órgãos a adoção de providências necessárias para regularizar os saldos indevidos registrados na conta de Obras em Andamento dada a autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial a eles concedida pelo Decreto-Lei nº 200/1967 e pela Constituição Federal de 1988.

Em relação à administração direta, a SAA/MEC informou à CGU que os Órgãos e Entidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede Federal), Universidades Federais, Instituto Benjamim Constant (IBC) e Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) são vinculados ao MEC para efeito de supervisão ministerial, porém são dotados de autonomia administrativa, patrimonial e financeira (art. 207 da Constituição Federal), portanto, com competência e autonomia para gerir seus próprios imóveis.

Posicionamento da CGU:

As ações da SAA-MEC resultaram em atingimento parcial dos objetivos, porém permanecem pendentes de implementação a reavaliação de 1.773 imóveis, bem como a reavaliação ou baixa dos três imóveis pertencentes às extintas Demecs.

Em relação aos órgãos vinculados, a CGU mencionou que a recomendação está pendente de implementação. Ressaltou que as análises foram realizadas sobre uma amostra de Órgãos e/ou Entidades e a implementação completa vai depender da ciência de todos os Órgãos e Entidades da estrutura do Ministério sobre a necessidade dos ajustes.

Providências SPO/MEC em 2023

O Relatório Final de Avaliação 1112626 - AAC – 2022f foi enviado à SPO/MEC **20/06/2023**, processo SEI [23123.004173/2023-19](#), e apresenta-se as providências adotadas até o fechamento deste trimestre, constantes do **Despacho 55** (SEI [4199967](#)).



Em relação à recomendação da Tarefa #1452303 referente aos itens 2.3.4 e 2.3.1, alínea “a,” do Relatório de Auditoria nº 1112626 (SEI nº 4058738), a SPO/MEC mencionou não possuir competência para a prática de atos de gestão, portanto, não lhe competindo coordenar e providenciar ajustes no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, sistema administrado pela Secretaria de Gestão do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - SPU/MGI, cujo acesso é concedido aos gestores da área de patrimônio em cada órgão/entidade.

Nesse sentido, informou que compete aos órgãos/entidades vinculados ao MEC adotarem as providências para regularizarem os saldos registrados indevidamente na conta contábil 1.2.3.2.1.06.01 - Obras em Andamento. Ressaltou que a equipe da Setorial Contábil/MEC estará à disposição para auxiliar as unidades nos esclarecimentos de dúvidas de caráter técnico quanto aos ajustes a serem efetuados, especificamente, no que se refere aos reflexos dos lançamentos em contas contábeis registradas no Siafi, visto que a Subsecretaria não possui acesso ao SPIUnet.

Por fim, mencionou que a SPU/MGI solicitou, por meio do Ofício nº 8361/2023 (SEI nº 4111557), esclarecimentos acerca da identificação de saldos pendentes de regularização em grupo de contas relativos a Bens Imóveis no âmbito do MEC, inclusive na conta contábil 1.2.3.2.1.06.01 - Obras em Andamento, estabelecendo o prazo de 30/06/2023 para resposta.

Em atendimento ao referido Ofício, a SPO/MEC, por intermédio da Setorial Contábil/MEC, direcionou a demanda aos órgãos/entidades do MEC instados pela SPU/MGI por meio de Mensagens Comunica Siafi encaminhadas de forma individualizada. As informações e providências apresentadas pelos órgãos que responderam no prazo estão detalhadas no Processo SEI **23000.020432/2023-37** e foram encaminhadas à SPU/MGI por meio do Ofício nº 276/2023/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI nº 4126907).

Enfatizou que no âmbito das unidades da administração direta, a Setorial Contábil/MEC formalizou o processo SEI nº 23000.047720/2017-91 com todas as orientações relativas aos saldos dos imóveis constantes no balancete da unidade gestora 150002 – SAA/SE/MEC com o intuito de auxiliar a referida unidade nos procedimentos a serem adotados para a regularização de saldos.

Recomendação 10

Inserir, nas notas explicativas referentes às demonstrações contábeis de 2023, todas as informações exigidas pelas normas de contabilidade, sobretudo as informações ausentes nas notas explicativas referentes a 2022, conforme apontado neste Relatório de Auditoria.

Achado nº 2.4.5: (2022)

Notas Explicativas não atendem aos requisitos da Estrutura de Relatório Financeiro exigidas pela legislação.

Providências SPO/MEC em 2022

A SPO/MEC por intermédio da Setorial Contábil/MEC, unidade responsável pela elaboração do Relatório Contábil do MEC, informou preliminarmente à CGU no Despacho 119 (SEI 3905106) que adotaria as providências para o aprimoramento das notas explicativas já para o 1º trimestre de 2023, com a inclusão das seguintes informações:

- a) Apresentação completa dos critérios contábeis adotados dos itens citados em relação ao Balanço Patrimonial;



- b) Inclusão das informações solicitadas para complementar as notas do Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- c) Inclusão no capítulo das Transações com Partes Relacionadas do Rol de Responsáveis do MEC (pessoas chave da administração) com a nomenclatura do cargo ocupado e inserção do link direto ao Portal da Transparência para acesso à remuneração, como também apresentação da legislação que exige a assinatura de Declaração de Nepotismo e de Conflito de Interesses por agentes públicos que ocupem cargos e funções de direção e assessoramento superiores no MEC;
- d) Na Declaração Anual do Contador será referenciada as NBC TSP em complementação à legislação que respalda a conformidade das demonstrações contábeis (Lei nº 4.320/1964, MCASP e Manual Siafi), de acordo com o modelo definido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Posicionamento da CGU

Em relação às transações com partes relacionadas, ressalta-se que não é suficiente para o completo cumprimento da NBC TSP 22 divulgar a remuneração das pessoas integrantes no Rol dos Responsáveis, mas também de quaisquer outras transações com pessoas-chave da administração e com membros próximos de sua família, bem como de entidades com participação substancial de pessoas-chave ou de membros próximos de sua família capaz de exercer influência significativa.

Feita essa ressalva, o compromisso firmado pela Setorial Contábil do MEC, se cumprido, indica a adoção de medidas capazes de sanar as demais deficiências apontadas no Relatório de Auditoria em relação às notas explicativas.

Providências SPO/MEC em 2023

O Relatório Final de Avaliação 1112626 - AAC – 2022f foi enviado à SPO/MEC **20/06/2023**, processo SEI [23123.004173/2023-19](#), e apresenta-se as providências adotadas até o fechamento deste trimestre, constantes do **Despacho 55** (SEI [4199967](#)).

Acerca da Declaração Anual do Contador a Setorial Contábil/MEC esclareceu que até o exercício de 2022 a Setorial Contábil/MEC elaborou a Declaração Anual do Contador adotando o modelo definido na Macrofunção 02.03.15⁷⁵ - Conformidade Contábil do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, que não faz menção às NBC TSP. Sendo assim, faz-se necessário que a CGU recomende à STN a inclusão de citação das NBC TSP na legislação que respalda a conformidade das demonstrações contábeis no modelo de Declaração disponível na referida Macrofunção.

Cabe mencionar que a Setorial Contábil/MEC encaminhou à STN em abril/2023 a recomendação da CGU sobre a informação a constar na Declaração Anual de Contador da menção à NBC TSP por meio da Mensagem Comunica Siafi 2023/3360458, de 26/04/2023. Em resposta a STN, por meio do comunica 2023/3381423, de 05/05/2023, informou que *“está sendo avaliado pela coordenação da CCONT/STN se o texto padrão da Declaração do Contador, constante da macrofunção 020315 - Conformidade Contábil, deverá mencionar a conformidade com as NBC TSP.”*

A respeito das informações complementares dos demonstrativos contábeis, a Setorial Contábil/MEC aprimorou o texto das notas explicativas do 1º trimestre de 2023, de forma a contemplar as informações requeridas pela CGU em todos os aspectos relativos aos demonstrativos contábeis.

Para tratar das Transações com Partes Relacionadas foi incluído um capítulo (Capítulo 4) para dispor exclusivamente sobre esse assunto. As informações apresentam o fluxo de interação entre o MEC e suas Partes Relacionadas, desde o Congresso Nacional, Assessorias Parlamentares; a interação com os Ministérios que exercem influência significativa sobre o MEC, seus Secretários-Executivos e principais secretarias de articulação econômica, técnica e política; e a relação do MEC com o pessoal-chave dos

⁷⁵ Disponível no site da STN: <https://manuais.tesouro.gov.br/siafi/020315>



seus órgãos vinculados, sendo na administração indireta, os reitores das universidades, diretores dos institutos, presidentes de empresas públicas e unidades vinculadas; e na administração direta os secretários, subsecretários e diretores (INES e IBC).

Neste capítulo foram incluídas também as informações sobre o Conflito de Interesses e Nepotismo; o Quadro Demonstrativo Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, administração direta, constantes do **Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023** que aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e revogou o Decreto nº 11.342, de 1º de janeiro de 2023; foi incluído o quadro com o valor de cada CARGO COMMISSIONADO EXECUTIVO (CCE) e FUNÇÃO COMMISSIONADA EXECUTIVA (FCE) definidos pela **Lei nº 14.204/2021** que dispõe sobre simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e por último o link do Portal da Transparência da CGU.

Em relação à **administração indireta do MEC** (autarquias, fundações e empresas públicas), a SPO/MEC mencionou que os órgãos vinculados ao MEC são dotados de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa e financeira outorgadas pelo Decreto-Lei nº 200/1967; portanto, cada órgão/entidade possui seu próprio Rol de Responsáveis e cabe-lhes a elaboração de suas notas explicativas em atendimento às exigências da STN e do Tribunal de Contas da União.

Recomendação 11

Articular plano para encerramento das análises das prestações de contas dos TED cujos Relatórios de Cumprimento do Objeto tenham sido apresentados pela unidade descentralizada há mais de 180 dias e a devida baixa contábil dos registros correspondentes na conta 1.1.3.8.2.38.00 Adiantamento – Termo Execução Descentralizada, bem como para a regularização dos TED recebidos pelas universidades e institutos federais de órgãos não vinculados ao organograma do Ministério com os prazos de prestações de contas vencidos.

Achado nº 2.5.3 (2022):

Deficiências no controle de recursos transferidos por TED quanto à análise (TED concedidos) e à apresentação (TED recebidos) da prestação de contas, somando R\$ 4,15 bilhões.

Providências SPO/MEC em 2022

A SPO/MEC por intermédio da Coordenação-Geral de Suporte Orçamentário – CGSO/MEC, unidade responsável pelo gerenciamento de Termos de Execução Descentralizada – TEDs no âmbito do MEC, informou à CGU no Despacho 119 (SEI 3905106) que as regras, os critérios e os procedimentos estão dispostos na Portaria MEC nº 37, de 20 de janeiro de 2021 e que solicitou plano de ação a cada secretaria finalística do MEC acerca dos encaminhamentos e soluções para os TEDs vencidos e não finalizados, objeto do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 71/2022/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI nº 3689151).

Posicionamento da CGU

No que se refere aos esclarecimentos da SPO/SE/MEC, entende-se as limitações regimentais da Subsecretaria no encerramento dos TED e consequentes baixas contábeis.

Assim, conclui-se que a implementação das recomendações ainda se encontra em andamento.

Providências SPO/MEC em 2023



O Relatório Final de Avaliação 1112626 - AAC – 2022f foi enviado à SPO/MEC **20/06/2023**, processo SEI [23123.004173/2023-19](#), e apresenta-se as providências adotadas até o fechamento deste trimestre, constantes do **Despacho 55** (SEI [4199967](#)).

Em relação à Tarefas: #1452305 - Recomendação 11 (SEI nº [4058862](#)) que trata da prestação de contas e da devolução de recursos transferidos por meio de Termo de Execução Descentralizados - TED, aguarda-se a manifestação da Coordenação Geral de Suporte a Gestão Orçamentária - CGSO/SPO/SE/MEC, unidade responsável pelo gerenciamento de Termos de Execução Descentralizada – TEDs no âmbito do MEC, e das Secretarias finalísticas deste Ministério acerca das providências adotadas e em andamento.

Recomendação 12

Articular plano para a adoção das medidas necessárias à devolução dos recursos transferidos por TED, que se encontram vencidos e cujas ações previstas nos respectivos Termos não tenham sido executadas, nos termos da Lei nº 8.443/1992 e do Decreto nº 10.426/2020, observando-se as regras estabelecidas na Macrofunção Siafi nº 021138 - Diversos Responsáveis.

Achado nº 2.5.3 (2022):

Deficiências no controle de recursos transferidos por TED quanto à análise (TED concedidos) e à apresentação (TED recebidos) da prestação de contas, somando R\$ 4,15 bilhões.

Providências SPO/MEC em 2022

A SPO/MEC por intermédio da Setorial Contábil/MEC providenciou o envio de Mensagens Comunica Siafi aos 60 órgãos vinculados listados pela CGU em 04/11/2022 e 29/11/2022, inclusive à Coordenação-Geral de Suporte Orçamentário – CGSO/MEC, unidade responsável pelo gerenciamento de Termos de Execução Descentralizada – TEDs no âmbito do MEC

A SPO/MEC informou à CGU no Despacho 119 (SEI 3905106) que as regras, os critérios e os procedimentos estão dispostos na Portaria MEC nº 37, de 20 de janeiro de 2021 e que solicitou plano de ação a cada secretaria finalística do MEC acerca dos encaminhamentos e soluções para os TEDs vencidos e não finalizados, objeto do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 71/2022/GAB/SPO/SPO-MEC (SEI nº 3689151).

Posicionamento da CGU

No que se refere aos esclarecimentos da SPO/SE/MEC, entende-se as limitações regimentais da Subsecretaria no encerramento dos TED e consequentes baixas contábeis.

Assim, conclui-se que a implementação das recomendações ainda se encontra em andamento.

Providências SPO/MEC em 2023

O Relatório Final de Avaliação 1112626 - AAC – 2022f foi enviado à SPO/MEC **20/06/2023**, processo SEI [23123.004173/2023-19](#), e apresenta-se as providências adotadas até o fechamento deste trimestre, constantes do **Despacho 55** (SEI [4199967](#)).

Em relação à Tarefa #1452310 - Recomendação 12 (SEI nº [4058943](#)) que trata da prestação de contas e da devolução de recursos transferidos por meio de Termo de Execução Descentralizados - TED, a aguarda-se a manifestação da Coordenação Geral de Suporte a Gestão Orçamentária - CGSO/SPO/SE/MEC, unidade responsável pelo gerenciamento de Termos de Execução



Descentralizada – TEDs no âmbito do MEC, e das Secretarias finalísticas deste Ministério acerca das providências adotadas e em andamento.

Recomendação 16

Cobrar posição sobre custo-benefício e custo de oportunidade baseadas em evidências por parte das entidades da administração indireta para as obras que estão registradas como paralisadas no Simec.

Achado nº 2.5.6 (2022):

Existência de prejuízos financeiros, sociais e operacionais ocasionados pela paralisação das obras, comprometendo o orçamento das entidades.

Providências SPO/MEC em 2022

A SPO/MEC informou à CGU no Despacho 119 (SEI 905106) que compete às secretarias finalísticas do Ministério da Educação prestarem os esclarecimentos sobre esse assunto.

Posicionamento da CGU

A SPO-MEC se limitou a informar que não possui esclarecimentos a prestar e sugeriu consultar as secretarias finalísticas do MEC. Por outro lado, não foram disponibilizados dados prestados pelas secretarias finalísticas, nem pelos Órgãos ou Entidades selecionados na amostra, de modo que a recomendação continua pendente de implementação.

Providências SPO/MEC em 2023

O Relatório Final de Avaliação 1112626 - AAC – 2022f foi enviado à SPO/MEC **20/06/2023**, processo SEI [23123.004173/2023-19](#), e apresenta-se as providências adotadas até o fechamento deste trimestre, constantes do **Despacho 55** (SEI [4199967](#)).

A SPO/MEC se manifestou acerca da Tarefa #1452353 - Recomendação 16 (SEI nº [4058950](#)) que tal atribuição é de competência das Secretarias finalísticas deste Ministério.